



1244

Economia sergipana

Cid Olival Feitosa

ISBN-13: 978-84-15774-23-5



Editado por la Fundación Universitaria Andaluza Inca Garcilaso para eumed.net

Derechos de autor protegidos. Solo se permite la impresión y copia de este texto para uso personal y/o académico.

Este libro puede obtenerse gratis solamente desde
<http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1244/index.htm>
Cualquier otra copia de este texto en Internet es ilegal.

ECONOMIA SERGIPANA: origem e desenvolvimento

CID OLIVAL FEITOSA

DEDICATÓRIA

**Ao meu irmão
Augusto César**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....01

Capítulo I – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ECONOMIA SERGIPANA.....04

1.1. Síntese da Formação Econômica.....04

1.1.1. O Complexo Econômico Nordestino.....05

1.1.2. O Complexo Econômico Sergipano.....13

1.2. O Estado de Sergipe no processo de articulação comercial da economia brasileira.....20

1.3. Gênese e trajetória de uma indústria periférica.....29

1.3.1. As primeiras atividades industriais de Sergipe: açúcar e têxteis.....30

1.3.2. A concorrência extra-regional: efeitos sobre uma indústria infante.....34

Capítulo II – A INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA SERGIPANA À DINÂMICA NACIONAL – 1960/1985.....44

2.1. Os principais condicionantes para a integração produtiva da economia sergipana.....45

2.2. Os impactos do Sistema de Incentivos Fiscais (34/18-FINOR) para a economia sergipana.....52

2.2.1. Os projetos industriais incentivados: princípio das mudanças setoriais sergipanas.....59

2.3. A “nova indústria” em Sergipe.....67

2.4. Comércio Inter-regional e internacional.....79

2.5. Formação Bruta de Capital Fixo e os efeitos na composição do Produto Interno Bruto sergipano.....89

2.5.1. A participação do setor público na Formação Bruta de Capital Fixo em Sergipe.....	89
--	----

2.5.2. A indústria como “motor” da atividade econômica sergipana.....	93
---	----

Capítulo III – CRISE NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: OS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA SERGIPANA.....100

3.1. A agonia da Política Nacional de Desenvolvimento atinge Sergipe: 1985/1989.....	101
--	-----

3.2. A ausência de uma Política Nacional de Desenvolvimento e a ascensão do neoliberalismo.....	109
---	-----

3.3. Guerra Fiscal: um “leilão” de lugares para a atração de investimentos.....	112
---	-----

3.3.1. A face sergipana da guerra fiscal: o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI).....	114
--	-----

3.3.2. O PSDI como “política” de desenvolvimento industrial.....	119
--	-----

3.4. Inflexão do setor industrial e recrudescimento do setor de serviços: a economia sergipana a partir dos anos 1990.....	127
--	-----

3.4.1. Crise no setor industrial sergipano.....	127
---	-----

3.4.2. O setor de serviços e a retomada das atividades industriais em Sergipe.....	139
--	-----

3.5. Comércio Inter-regional e Internacional.....	142
---	-----

Capítulo IV – INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO EM SERGIPE.....148

4.1. O desenvolvimento das atividades urbanas em Sergipe: a determinação de hierarquias.....	148
--	-----

4.2. Os impactos da industrialização no desenvolvimento urbano de Sergipe.....	155
--	-----

4.2.1. Emprego e Renda em Sergipe.....	161
--	-----

4.2.2. Movimentos migratórios.....	169
------------------------------------	-----

4.3. Aracaju, em tempos de “empresariamento”: algumas notas.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	186
ANEXOS.....	199

LISTA DE TABELA

Tabela 1.1 – SERGIPE – Participação dos Principais Produtos no Valor das Exportações (em %) – 1981-1929.....	20
Tabela 1.2 – SERGIPE – Destino das Exportações – Participação Relativa (em %) – 1850-1886.....	22
Tabela 1.3 – SERGIPE – Destino das Exportações de Açúcar - Mercado Interno (em %).	23
Tabela 1.4 – ARACAJU – Destino das Exportações de Algodão - Mercado Interno (em %).	24
Tabela 1.5 – SERGIPE – Destino das Exportações de Tecidos - Mercado Interno (em %).	24
Tabela 1.6 – BRASIL – Número de Usinas e Valor da Produção – 1920.....	32
Tabela 1.7 – SERGIPE – Indústria de Transformação – 1907-1920.....	35
Tabela 1.8 – BRASIL – Produção Açucareira das Usinas – Participação Relativa.....	38
Tabela 1.9 – SERGIPE – Produção e Área Cultivada de Açúcar, Algodão e Tecidos – 1931-1945.....	39
Tabela 1.10 – NORDESTE – Indústria Têxtil – Participação Regional – 1940-1960.....	40
Tabela 1.11 – NORDESTE e SERGIPE – Valor da Transformação Industrial (VTI) – Participação dos Ramos mais Importantes (em %) – 1940-1960.....	41
Tabela 1.12 – NORDESTE – Indústria de Transformação – Distribuição Espacial do Valor da Produção (em %) – 1907-1959.....	42

Tabela 2.1 – NORDESTE – Projetos Aprovados pela SUDENE – 1960/1977.....	55
Tabela 2.2 – NORDESTE – Participação Relativa do Valor Investido com Recursos do 34/18 – (em %).	56
Tabela 2.3 – BRASIL – Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais, segundo as Áreas de Aplicação – 1962-1984.....	57
Tabela 2.4 – NORDESTE – Incentivos do Sistema 34/18 – FINOR, aprovados por Setor/Ramo – Posição em 31.07.1984 (em %).....	58
Tabela 2.5 – SERGIPE – Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE com Recursos do Sistema 34/18-FINOR – 1963-1988.....	59
Tabela 2.6 – SERGIPE – Incentivos Fiscais 34/18-FINOR – Número de Projetos Aprovados, Empregos Previstos, Valor dos Recursos – 1963-1988.....	61
Tabela 2.7 – NORDESTE – Importância dos Fatores de Indução à Localização industrial, segundo Número de Empresas, Investimento Fixo e do Emprego.....	63
Tabela 2.8 – SERGIPE – Principal Fator de Localização, segundo Número de Empresas e do Investimento Fixo (em %).....	64
Tabela 2.9 – SERGIPE – Participação dos Acionistas com Recursos Próprios nos Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE – 1975-1988.....	67
Tabela 2.10 – SERGIPE – Participação Relativa da Indústria referente a Valor da Produção, Valor de Transformação Industrial, Mão-de-Obra e Salário – 1960.....	69
Tabela 2.11 – SERGIPE – Participação Relativa da Indústria referente ao Valor da Produção, Valor de Transformação Industrial (VTI), Mão-de-Obra e Salário (em %).....	71
Tabela 2.12 – NORDESTE – Produção Nacional de Petróleo (Óleo Cru, Condensado e Óleo de Xisto) (m ³) - Produção Total (Terra e Mar) – 1973-1985.....	73
Tabela 2.13 – NORDESTE – Produção Nacional de Gás Natural [1.000 m ³] – Produção Total (Terra e Mar) – 1978-1985.....	74

Tabela 2.14 – BRASIL – NORDESTE – SERGIPE – Taxa Média de Crescimento Anual da Produção de Petróleo e Gás Natural (em %) – Produção Total (Terra e Mar).....	75
Tabela 2.15 – SERGIPE – Estrutura do Valor da Transformação Industrial – segundo os usos (em %) – 1960-1985.....	77
Tabela 2.16 – SERGIPE – Participação dos Ramos mais Importantes da Indústria de Transformação (em %) – 1985.....	78
Tabela 2.18.1 – BRASIL – Comércio Interestadual por vias internas – 1961 (em %).....	81
Tabela 2.18.2 – BRASIL – Comércio Interestadual por vias internas – 1969 (em %).....	82
Tabela 2.18.3 – BRASIL – Comércio Interestadual por vias internas – 1975 (em %).....	83
Tabela 2.18.4 – BRASIL – Comércio Interestadual por vias internas – 1980 (em %).....	84
Tabela 2.18.5 – BRASIL – Comércio Interestadual por vias internas – 1985 (em %).....	84
Tabela 2.19 – BRASIL – Balança Comercial Inter-regional – 1961 – 1985 (em %).....	85
Tabela 2.20 – SERGIPE – Balança Comercial Interestadual (em %) – 1975-1985.....	86
Tabela 2.21 – BRASIL – Valor das Exportações e Participação Relativa – 1970-1985.....	88
Tabela 2.22 – SERGIPE – Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público, segundo Áreas de Intervenção da Ação Governamental (em %) – 1974-1985.....	92
Tabela 2.23 – BRASIL – NORDESTE – SERGIPE – Taxa Média de Crescimento do PIB (em %) – 1960-1985.....	94
Tabela 2.24 – NORDESTE – SERGIPE – Evolução da Participação dos Setores no PIB – 1960-1985 (em %).....	95
Tabela 2.25 – NORDESTE – SERGIPE – Participação por Grandes Setores no PIB Industrial – 1965/1985.....	95
Tabela 2.26 – BRASIL – NORDESTE – SERGIPE – Taxa Média de Crescimento do PIB, segundo atividade econômica (em %) – 1960-1985.....	98

Tabela 2.27 – NORDESTE – Participação dos Estados no PIB do Nordeste – 1960/1985.....	99
Tabela 3.1 – BRASIL – NORDESTE – SERGIPE – Taxa Média de Crescimento do PIB – 1985/1990.....	103
Tabela 3.2 – NORDESTE – Participação dos Estados no PIB do Nordeste – 1985/1990.....	104
Tabela 3.3 – SERGIPE – Participação das Atividades Econômicas no PIB – 1985/1990.....	105
Tabela 3.4 – NORDESTE – Participação % dos Estados do Nordeste na Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público – 1985-1989.....	107
Tabela 3.5 – SERGIPE – Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público, segundo Áreas de Intervenção da Ação Governamental – 1985/1990.....	108
Tabela 3.6 – SERGIPE – Empresas com Projetos Cadastrados na CODISE com Incentivos do PSDI – 1992/2005.....	120
Tabela 3.7 – SERGIPE – Projetos Cadastrados na Codise, segundo Localização, Investimento e Empregos Previstos – 1992/2005.....	122
Tabela 3.8 – SERGIPE – Incentivos do PSDI: Número de Empresas Aprovadas, Empregos Previstos, Investimentos Realizados – 1992/2005.....	125
Tabela 3.9 – SERGIPE – Evolução da Participação dos Setores no PIB – 1985/2004.....	128
Tabela 3.10 – NORDESTE – Participação % dos Estados do Nordeste na Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público – 1990/1996.....	129
Tabela 3.11 – SERGIPE – Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público, segundo Áreas de Intervenção da Ação Governamental – 1990/1996.....	130
Tabela 3.12 – BRASIL – NORDESTE – SERGIPE – Taxa Média de Crescimento do PIB (em %) – 1990/2003.....	131

Tabela 3.13 – NORDESTE – Participação dos Estados no PIB do Nordeste – 1990/2004.....	132
Tabela 3.14 – BRASIL – NORDESTE – SERGIPE – Taxa Média de Crescimento Anual da Produção de Petróleo e Gás natural (em %) - Produção Total (Terra e Mar).....	133
Tabela 3.15 – SERGIPE – Participação Relativa da Indústria referente ao Número de Empresas, Pessoal Ocupado, Salários, Valor da Produção e Valor da Transformação Industrial (VTI) em % - 1996.....	134
Tabela 3.16 – SERGIPE – Participação Relativa da Indústria referente a Número de Empresas, Pessoal Ocupado, Salários, Valor da Produção e VTI (em %) – 2004.....	137
Tabela 3.17 – SERGIPE – Estrutura do Valor de Transformação Industrial, segundo os usos (em %) – 1996/2004.....	138
Tabela 3.18 – BRASIL – SERGIPE – Participação do Valor Adicionado Bruto no PIB – 2000/2004.....	142
Tabela 3.19 – SERGIPE – Balança Comercial (em US\$ 1.000 FOB) – 1980/2005.....	143
Tabela 3.20 – BRASIL – NORDESTE – Balança Comercial (US\$ 1.000) – 1990/2005.....	145
Tabela 3.21 – SERGIPE – Valor e estrutura das Exportações – 1990/2005.....	146
Tabela 3.22 – SERGIPE – Balança de Comércio Inter-regional – 1997 e 1999 – Valores Absolutos (em R\$ milhões).....	147
Tabela 4.1 – SERGIPE, ARACAJU, CENTROS DE ZONA – População Urbana, Participação no Estado e Taxa de Crescimento Anual – 1940/1980.....	153
Tabela 4.2 – ARACAJU – População, Comércio e Indústria – 1940/1980.....	154
Tabela 4.3 – NORDESTE, SERGIPE, RMA – População Residente e Taxa de Crescimento Anual – 1960/2000.....	160
Tabela 4.4 – SERGIPE – Pessoal Ocupado no Setor Industrial – 1960/1985.....	163
Tabela 4.5 – SERGIPE – População Economicamente Ativa – 1970/2005.....	164

Tabela 4.6.1 – SERGIPE – População Ocupada, por Setores de Atividades – 1970/1985.....	165
Tabela 4.6.2 – SERGIPE – População Ocupada, por Setores de Atividades – 1991/2005.....	167
Tabela 4.7 – SERGIPE – Taxa de Crescimento Anual da População Ocupada, por Setores de Atividades – 1970/2005.....	168
Tabela 4.8 – SERGIPE – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo classes de rendimento mensal de todos os trabalhos – 1980/2005.....	168
Tabela 4.9 – NORDESTE – Movimentos Migratórios Interestaduais – 1960/1980.....	170
Tabela 4.10 – SERGIPE – Movimentos Migratórios Interestaduais – 1960/1980.....	172
Tabela 4.11 – BRASIL – Movimentos Migratórios Interestaduais – 1982/2000.....	175
Tabela 4.12 – SERGIPE – Movimentos Migratórios Interestaduais – 2005.....	176

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1970, verificaram-se transformações importantes na condução das políticas de desenvolvimento regional brasileiro, saindo de um período de grande concentração do produto e da renda para uma fase de relativa desconcentração das atividades, estendendo o desenvolvimento às regiões periféricas do país. Nesse período, Sergipe passou a experimentar significativos surtos de modernização das suas bases produtivas, comandados de forma mais efetiva pela atuação dos órgãos estatais do governo federal, principalmente aqueles voltados para a produção de bens intermediários.

Na década de 1980, o Estado Brasileiro entrou em profunda crise, eliminando e/ou reduzindo significativamente o volume de investimentos que eram destinados às regiões menos desenvolvidas do país. No entanto, até meados da década, a economia sergipana ainda apresentou índices de crescimento do produto, dada a maturação dos investimentos associados ao II PND e às medidas de estímulo ao setor exportador.

Como se não bastasse a crise fiscal brasileira, nos anos 1990, a economia nacional foi exposta à competitividade internacional, com o argumento de que o país não poderia perder a oportunidade de se integrar ao mercado mundial, o que acabou desintegrando ainda mais as poucas ações voltadas para o desenvolvimento regional.

Dados esses fatores e na ausência de uma política econômica nacional de desenvolvimento regional que promovesse o crescimento das regiões deprimidas, observou-se uma verdadeira guerra inter-regional para a atração de empresas, com o propósito de contrabalançar os efeitos negativos da abertura comercial e da falta de investimentos do setor público.

A economia sergipana não fugiu à regra e no início dos anos 1990, o governo do Estado instituiu o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), com o propósito de incentivar e estimular o desenvolvimento socioeconômico estadual, mediante a concessão de apoio financeiro, creditício, locacional e/ou fiscal a empreendimentos da iniciativa privada, visando, sobretudo, elevar o nível de emprego e renda do Estado.

Diante desses acontecimentos, o presente livro tem como objetivo analisar as transformações industriais da economia sergipana, no período de 1970 a 2005, buscando compreender as mudanças na sua especialização produtiva, seu desenvolvimento urbano

recente e os “nexos de solidariedade” estabelecidos e/ou mantidos com a região Nordeste, com as demais regiões brasileiras e com o mercado internacional.

Tal análise justifica-se pelo fato de que a maioria dos estudos e análises da economia brasileira normalmente considera a Região Nordeste em seu conjunto, utilizando-se, para isso, dados globais referentes à dinâmica regional. Esses procedimentos geralmente não conseguem captar as diferenciações existentes dentro da própria região, nem, tampouco, as diferentes trajetórias estaduais, uma vez que muitas tendências gerais não se reproduzem de maneira idêntica em todos os estados. No máximo, o que se observa é uma análise mais detida sobre os estados das aglomerações urbanas metropolitanas nordestinas, quais sejam, Bahia, Pernambuco e Ceará, ou ainda, uma análise comparativa entre os estados do Nordeste, que apresentam situações extremas de determinado indicador socioeconômico (ou seja, o mais pobre e o mais rico).

Dessa forma, os estados que não se enquadram nas categorias supracitadas, como o Estado de Sergipe, ficam “à margem” das pesquisas e estudos mais elaborados acerca das desigualdades regionais (ou intra-regionais). Assim, acredita-se que uma investigação mais detalhada acerca da economia sergipana constitui-se um fator de suma importância para a lógica do desenvolvimento econômico regional brasileiro, na medida em que permite compreender algumas especificidades existentes no Nordeste, das quais os estudos mais gerais não conseguem captar na sua totalidade, como também, poderá ser útil na formulação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento regional integrado nacionalmente.

Para a consecução dos nossos objetivos, este livro está dividido em cinco capítulos, além desta introdução, estruturados da seguinte forma:

No Capítulo I faz-se um resgate da conformação do espaço econômico sergipano, no período que vai do século XVI até a década de sessenta do século XX, cujo objetivo é apresentar uma síntese da gestação do complexo mercantil escravista sergipano e a passagem para o complexo capitalista exportador, descrevendo, em seguida, como o estado enfrentou a Crise de 1929 e como se articulou comercialmente com as demais regiões do país. Ao longo desse período será apresentado o surgimento da indústria sergipana e os “efeitos” que o processo de industrialização brasileira trouxe para o estado.

O Capítulo II recupera a trajetória de algumas políticas de desenvolvimento regional voltadas ao setor industrial e implementadas no período de 1960 a 1985. O foco desse capítulo são as políticas de incentivos fiscais e a atuação direta do setor público na constituição da indústria sergipana, utilizando, para isso, informações sobre a formação

bruta de capital fixo no estado e os impactos que essa atuação gerou na composição do PIB estadual.

O Capítulo III analisa a situação econômica de Sergipe diante da abertura indiscriminada da economia brasileira e a diminuição do papel do Estado nas atividades produtivas. Fazem-se alguns comentários sobre os fundamentos da guerra fiscal e apresenta o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), que se insere na discussão ora citada. O cerne desse capítulo está na redução da participação da indústria e no crescimento do setor de serviços na economia sergipana.

O Capítulo IV traz a discussão da questão urbana, desenvolvida em Sergipe somente após a industrialização do estado. O propósito foi recuperar a formação histórica urbana de Sergipe, mesmo que de forma sumária, e apresentar alguns elementos que se tornaram característicos das atividades urbanas, como os movimentos migratórios e a idéia prevalecente nos últimos anos de que a cidade precisar ser “competitiva”.

O Capítulo V foi dedicado às considerações finais, buscando ressaltar que o efetivo desenvolvimento econômico de Sergipe somente será possível se houver uma mudança nos rumos da política econômica do governo federal, com uma atuação mais forte do Estado, visando minimizar as disparidades inter-regionais.

Capítulo I – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ECONOMIA SERGIPANA

O objetivo deste capítulo é apresentar alguns aspectos do processo de formação econômica do Estado de Sergipe, procurando mostrar, dentro dos traços gerais da economia nordestina, as especificidades inerentes à sua economia. O período de análise será aquele compreendido entre a efetiva ocupação do seu território (século XVI) até a década de sessenta do século XX, quando se encerra a fase de “articulação comercial” da economia nordestina com o mercado nacional.

O capítulo está estruturado em três tópicos. No primeiro, apresenta-se uma síntese da gestação do complexo mercantil escravista em Sergipe e a passagem para o complexo capitalista exportador. No segundo, descrevem-se os impactos que a crise de 1929 trouxe para a economia regional, buscando compreender como Sergipe se inseriu no processo de articulação comercial da economia brasileira. No terceiro tópico, apresentamos o surgimento da indústria sergipana, ressaltando os efeitos (estímulo, bloqueio e/ou destruição) que processo de industrialização do país trouxe para a economia estadual.

1.1. Síntese da Formação Econômica

Até o início do século XX, a economia brasileira era caracterizada como um “arquipélago de regiões”, formada por “ilhas” que mantinham laços econômicos bem mais importantes com o exterior do que com as diversas partes do país. Contudo, a literatura econômica normalmente trata a Região Nordeste em seu conjunto, como se fosse um todo homogêneo ou indiferenciado. Araújo (2000e), porém, destaca que embora traços gerais possam ser identificados, a percepção da realidade nordestina exige uma análise mais detalhada acerca das suas diversas sub-regiões, em virtude de seus variados processos de ocupação humana e econômica, sobretudo num momento histórico em que ainda não se manifestava o movimento de “homogeneização”¹ capitalista.

Assim sendo, visando analisar a formação econômica sergipana faremos, inicialmente, uma descrição sumária da economia nordestina, buscando apreender a sua

¹ O termo “homogeneização” aqui empregado diz respeito ao poder que o capital tem de “desfazer” fronteiras territoriais em busca das condições de valorização. Como diz Brandão (2003, p. 50), o capital busca “*criar condições básicas universais para o valor se valorizar em termos absolutos e universais, abrindo horizontes e dispondo espaços para a valorização capitalista mais ampla*”. Assim, adverte o autor, “*a homogeneização não deve ser associada a nenhuma idéia de afinidades ou de solidariedade de uma ‘comunidade’ particular, mas ao movimento universalizante do capital, arrebatando mesmo os espaços mais remotos a um único domínio*”.

inserção no movimento geral da economia brasileira, para, em seguida, tratarmos do nosso objeto de estudo, a Economia de Sergipe.

1.1.1. O Complexo Econômico Nordestino

A costa nordestina foi a primeira área a ser explorada, na imensa extensão litorânea do Brasil (ANDRADE, 1960). Essa exploração caracterizou-se por relações mercantis estabelecidas entre a Metrópole e a Colônia, cujo objetivo principal era fornecer matérias-primas e produtos tropicais ao mercado europeu, através de um comércio que se realizava sob o comando da Metrópole (PRADO JÚNIOR, 1986).

O mecanismo básico do regime de comércio era o “exclusivo metropolitano”, que consistia na formação de reserva de mercado das colônias para a metrópole, em que se exportavam produtos coloniais e se importavam produtos manufaturados (NOVAIS, 1974). Assim, a colônia não era somente fornecedora de mercadorias, mas também mercado comprador dos produtos ofertados pelo comércio europeu, que dentro do projeto mercantil deveria “*não somente permitir a valorização do capital mercantil, mas sua máxima valorização*” (OLIVEIRA, C. 2003, p. 108).

A importância das economias coloniais estava na possibilidade de cumprir a função de instrumento de acumulação primitiva de capital para a metrópole, através do estabelecimento de mecanismos de exploração que permitissem: a) produzir excedente que se transformasse em lucros ao se comercializar a produção no mercado internacional; b) criar mercados coloniais para a produção metropolitana; e, c) que o lucro gerado na colônia fosse apropriado quase que integralmente pela burguesia metropolitana (MELLO, 1998, p. 41).

A abundância de terras, a experiência portuguesa na produção de açúcar e a demanda européia por essa especiaria permitiriam a implantação de uma grande empresa agrícola de exportação no Brasil, baseada no trabalho escravo e na monocultura canavieira, gerando elevada concentração da propriedade fundiária (FURTADO, 1987).

Não obstante as dificuldades iniciais de implantação – técnica de produção, criação do mercado, financiamento, mão-de-obra – a produção açucareira, durante todo o século XVI até meados do século XVII, expandiu-se consideravelmente² (NOVAIS, 1974). Os preços internacionais eram bastante favoráveis e a rentabilidade era tão elevada que nos

² Novais (1974) citando Simonsen diz que entre 1560 e 1570 a colônia possuía 60 engenhos, que produziam cerca de 180 mil arrobas de açúcar por ano. Em 1610 calcula-se que existiam 250 engenhos.

períodos mais prósperos a capacidade produtiva era duplicada a cada dois anos. Mesmo nos períodos de retração, o empresário não incorria em grandes prejuízos, uma vez que boa parte dos gastos de manutenção da indústria açucareira dependia da força de trabalho, que poderia ser realocada em outras atividades. Dessa forma, a produção de cana-de-açúcar realizava-se tanto em fases promissoras quanto em épocas de crise, sem que houvesse modificações na estrutura do sistema econômico (FURTADO, 1987).

Ao lado da cana-de-açúcar organizava-se um setor de produção que visava suprir a subsistência interna daqueles produtos que não podiam ser abastecidos pela metrópole, com destaque para a atividade criatória, que, além de se destinar à satisfação das necessidades alimentares da população, constituía-se importante fonte de matéria-prima, através do couro, para diversas atividades (NOVAIS, 1974; PRADO JÚNIOR, 1986).

A expansão do rebanho bovino, promovido fundamentalmente para abastecer a zona canavieira, foi aos poucos adquirindo independência e ganhando contornos próprios, conferindo-lhe características de um novo tipo de organização social (GALVÃO, 1987).

Ocupando inicialmente as áreas imediatas das zonas canavieiras, a pecuária logo se deslocou para o interior, possibilitando não somente a efetiva ocupação da *hinterland* nordestina, como também a consolidação de um regime latifundiário de propriedade da terra, que fora iniciado e perpetuado pelo açúcar (CANO, 1998a).

O excelente desempenho da economia açucareira, seu elevado grau de especialização, a crescente necessidade de animais de tiro e a constatação da impraticabilidade da criação de gado nas unidades produtoras de açúcar, dados os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações, fizeram com que o governo português proibisse a atividade criatória na faixa litorânea, separando, assim, a atividade açucareira da pecuária e criando uma economia dependente na própria Região Nordeste (FURTADO, 1987).

As características da economia colonial³ e as formas que assumiram os dois sistemas econômicos nordestinos ao longo do tempo – o açucareiro e o pecuário – conformaram o que Furtado (1987) denominou de “Complexo Econômico Nordestino”, que se caracterizava pela preservação da sua forma original, seja nas etapas de expansão ou

³ Segundo Mello (1998) a economia colonial caracterizava-se por apresentar dois setores distintos: um exportador, que produzia em larga escala produtos coloniais (açúcar, tabaco, metais preciosos, etc.), destinados ao mercado mundial e que utilizava o trabalho compulsório, servil ou escravo; e um produtor de alimentos, que utilizava qualquer uma das formas de trabalho verificada no setor exportador, mas estava voltado para a produção de subsistência.

de contração, com crescimento puramente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão-de-obra, sem modificações estruturais nos custos de produção e na produtividade.

Os lucros que o comércio internacional do açúcar podia oferecer e a luta pelo seu controle desencadeou uma guerra entre holandeses e espanhóis, que resultou na invasão do território brasileiro. Em 1630, os holandeses conquistaram Pernambuco, depois da fracassada tentativa de invadir a Bahia, permanecendo por um quarto de século em grande parte da região produtora de açúcar⁴. Durante sua permanência no Brasil, adquiriram o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira, de tal forma que quando foram expulsos, em 1654, implantaram e desenvolveram uma indústria açucareira concorrente à brasileira, na região do Caribe (ANDRADE, 1960; FURTADO, 1987). Dessa forma, a expulsão holandesa do Brasil marcou o início do processo de decadência da economia nordestina, provocado pela perda do monopólio no mercado internacional e pelo enfrentamento da concorrência antilhana, que reduziu os preços do açúcar pela metade.

Adiciona-se à situação de crise a estrutura colonial/escravista do Nordeste, que limitava a alocação interna do excedente potencial – devido ao exíguo mercado interno, uma vez que as relações sociais eram escravistas e a renda estava concentrada nas mãos dos senhores de escravo – e a apropriação da maior parcela possível deste excedente, por parte da metrópole (CANO, 1998a).

A crise da economia açucareira foi acelerada pela descoberta de ouro no centro-sul do país, que atraiu mão-de-obra e elevou o preço do escravo, além de provocar o deslocamento do setor externo para estas regiões (SINGER, 1968). Como o Nordeste estava voltado quase que exclusivamente para a produção de açúcar, o desenvolvimento da atividade mineradora teve como consequência a involução de sua economia, cujo setor de alta produtividade (o açucareiro) foi perdendo importância relativa, ao mesmo tempo em que o pecuário foi inchando e reduzindo sua produtividade, pois essa expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, que acumulava frações cada vez maiores da população (FURTADO, 1987).

Enquanto a atividade mineradora permaneceu em ascensão, a economia nordestina conheceu um longo período de prostração. Como destaca Prado Júnior (1986, p. 56), com o crescimento da atividade mineradora, “*todas as demais atividades entrarão em decadência*

⁴ A invasão holandesa trouxe impactos significativos para a economia sergipana, conforme será apresentado adiante, na seção 1.2 – “O complexo econômico sergipano”.

(...); o próprio açúcar, que por século e meio representara o nervo econômico da colonização e a sua própria razão de ser, é desprezado”.

Na segunda metade do século XVIII, porém, a agricultura nordestina mostraria sinais de recuperação, seja através do soerguimento da atividade açucareira, seja com o surgimento de um novo produto de exportação, o algodão⁵.

Estimulado pela demanda externa e pela relativa simplicidade do processo produtivo, o algodão foi disseminado por todo o território brasileiro, com destaque para a região do Maranhão, que se constituiu, inicialmente, na principal área exportadora da colônia (PRADO JÚNIOR, 1986). Uma das principais vantagens do seu cultivo estava na possibilidade de produzi-lo associado a culturas alimentares em pequenas e médias propriedades, em contraste com a cana que somente podia ser plantada em grandes unidades, possibilitando a esses produtores a obtenção de uma renda monetária mais elevada, intensificando as atividades urbanas das diversas regiões (SINGER, 1968). Contribuiria, ainda, para o avanço da cultura algodoeira a Revolução Industrial Inglesa, o processo de independência dos EUA e as disputas político-econômicas das grandes potências européias – Revolução Francesa, guerras napoleônicas (FURTADO, 1987).

O açúcar também acompanharia o algodão nesse surto agrícola do final do século XVIII (PRADO JUNIOR, 1987). Como consequência dos acontecimentos políticos e econômicos da Europa, em 1789 entraria em colapso a grande produção açucareira do Haiti, elevando o preço do produto no mercado internacional e estimulando uma nova fase de prosperidade para a região canavieira do Brasil. Todavia, essa fase de prosperidade que conhecia a economia brasileira não perduraria por muito tempo, pois estava assentada em condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais. Superada essa fase, o Brasil encontraria sérias dificuldades para manter sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava (FURTADO, 1987).

Dado o exposto, observa-se que o ressurgimento da economia nordestina foi marcado pelas transformações econômicas e políticas da Europa, que criaram novo fôlego para a atividade açucareira e tornaram o algodão uma mercadoria de exportação. Contudo, no bojo dessas mudanças deve-se ressaltar o papel desempenhado pela Revolução Industrial Inglesa, que marcou “a plena constituição do próprio regime especificamente capitalista de produção” (OLIVEIRA, C. 2003, p. 101). Até essa época, o funcionamento do sistema colonial era um dos instrumentos de acumulação primitiva do capital, através

⁵ Embora não fosse um produto novo, o algodão adquiriu destaque a partir dos progressos técnicos da revolução industrial inglesa que o transformara em artigo de grande importância no mercado internacional.

do exclusivo metropolitano e da utilização de trabalho escravo. Quando o capitalismo atingiu sua fase industrial, os interesses mudaram. Não se necessitava mais de metais preciosos e produtos agrícolas coloniais para a acumulação e reprodução do capital, mas de matérias-primas e alimentos produzidos em massa e com baixo custo, para forçar a redução dos salários da força de trabalho e baratear o custo dos componentes do capital constante (MELLO, 1998).

Acrescenta-se às mudanças que se processavam na Europa a transferência do governo português, em 1808, para o Brasil, estabelecendo aqui a sede da monarquia e rompendo com os laços que ligavam a colônia à metrópole, através da abertura dos portos brasileiros a todas as nações, eliminando, assim, o exclusivo metropolitano (PRADO JÚNIOR, 1986). Além disso, a vinda da família real para o Brasil precipitou a formação de uma burguesia nacional, que contou com a criação do primeiro banco e, por consequência, uma maior circulação monetária (CANO, 1998a).

A queda do exclusivo metropolitano e a constituição do Estado Nacional marcariam um novo período da economia brasileira, com a organização de uma economia mercantil-escravista nacional como etapa intermediária entre a economia colonial e a economia capitalista exportadora.

A economia mercantil-escravista brasileira⁶ foi fruto do capital mercantil nacional que viera se acumulando ao longo do período e ganhou vulto com a queda do monopólio metropolitano e com o surgimento de um muito embrionário sistema monetário nacional. O desenvolvimento dessa economia estava sujeito a três condições fundamentais: a) disponibilidade de trabalho escravo a preços lucrativos; b) existência de terras em que a produção pudesse ser rentável; e, c) condições de realização, relativamente autônomas, porque dependiam, também, do comportamento das economias importadoras (MELLO, 1998, p. 61).

Ao longo do século XIX foram-se aprofundando as transformações da economia brasileira. A primeira metade foi marcada por uma fase de ajustamento à nova situação criada pela independência e autonomia nacional, com queda acentuada nos preços do açúcar e do algodão (PRADO JÚNIOR, 1986). O mercado do açúcar tornava-se cada vez menos promissor, dada a concorrência internacional e o desenvolvimento do açúcar de beterraba, que transformou os países europeus de grandes consumidores a produtores. No

⁶ Embora a análise de Mello esteja circunscrita à economia cafeeira, ele esclarece que “*todo o raciocínio desenvolvido para a economia cafeeira se aplica, também, às outras ‘células exportadoras’*”, ou seja, tal esquema pode ser generalizado para outras economias regionais brasileiras, como a economia açucareira nordestina (Mello, 1998, p. 76).

caso do algodão, a concorrência norte-americana tornou a rentabilidade do negócio extremamente baixa, transformando a cultura algodoeira em atividade complementar à economia de subsistência (FURTADO, 1987). Esse período também marcou a gestação da economia cafeeira, no centro-sul do país, e a transformação do café em produto de exportação, criando novo vigor para a economia brasileira⁷.

A expansão e o desenvolvimento do café contribuíram para solucionar dois problemas brasileiros; de um lado, encontrar um produto de exportação que pudesse dinamizar a economia imperial e reintegrá-la às linhas em expansão do comércio internacional; de outro, criar mercado para absorver o excedente da produção açucareira e algodoeira nordestina, marginalizada no mercado internacional.

O deslocamento da posição do açúcar brasileiro no mercado internacional, em virtude da entrada de novos produtores que utilizavam técnicas produtivas modernas, fazia com que os dirigentes das províncias açucareiras insistissem na necessidade de modernização do processo produtivo. Com isso, na segunda metade do século XIX seria introduzida uma série de inovações que melhorariam as técnicas agrícolas de cultivo da cana e os processos industriais, com destaque para a instalação dos Engenhos Centrais (ANDRADE, 1960).

O projeto de Engenhos Centrais partia do pressuposto de que a nossa indústria só teria condições de concorrer no mercado mundial se pudesse alcançar um grau de concentração semelhante a dos países adiantados. Para isso, baseava-se na idéia de separar a fase manufatureira da produção da fase agrícola, em que um grupo de capitalistas ficaria com a indústria açucareira propriamente dita, enquanto que o fornecimento da cana ficaria com os senhores de engenho. Todo esse processo seria dirigido pelo Estado e acreditava-se que um pequeno número de Engenhos poderia reduzir os custos de fabricação do açúcar ao nível internacional (SINGER, 1968).

Os Engenhos Centrais, contudo, seriam um completo fracasso. Apesar de ter-se desvinculado a manufatura da agricultura, não se conseguiu instaurar a subordinação do plantio de cana às necessidades de fabricação industrial do açúcar. A maioria não funcionou mais de um ano, transformando-se em usinas⁸, fábricas de açúcar com plantio

⁷ Para uma análise mais detalhada acerca da economia cafeeira ver Cano (1998a), Cano (1998b), Cano (2002), Furtado (1987), Mello (1998).

⁸ Segundo Eisenberg (1977), a principal diferença entre a usina e o engenho estava na divisão do trabalho. Enquanto este último se especializava na fabricação do açúcar, adquirindo dos agricultores a provisão de cana necessária à industrialização do produto, a usina, além de comprar cana dos agricultores, mantinha a sua própria produção da matéria-prima, não se tornando totalmente refém dos fornecedores.

próprio de cana que receberam incentivos oficiais e promoveram grandes transformações na atividade industrial (ANDRADE, 1960; SINGER, 1968).

Além das inovações introduzidas na indústria açucareira, na década de 1860, a cultura algodoeira conheceu um novo, porém breve, ciclo de expansão, com a retirada temporária dos EUA – maiores fornecedores dessa matéria-prima para a indústria têxtil inglesa – do mercado mundial, quando eclodiu a Guerra de Secessão. Esse *boom* algodoeiro traria implicações significativas para a economia nordestina, como ressalta Cano (1998a, p. 106): “*operando também com trabalho livre e induzindo uma importante atividade industrial de beneficiamento, parece ter sido o algodão, guardadas as proporções relativas, uma atividade mais dinâmica, em termos de urbanização, comércio e industrialização, do que o açúcar*”.

O relativo progresso industrial, principalmente do ramo têxtil, foi acompanhado por relativo avanço no sistema de comunicação e transporte⁹ que repercutiram sobre os custos e sobre a produtividade física das atividades econômicas nordestinas (GUIMARÃES NETO, 1989). Contudo, diferente do que ocorreu com o sistema ferroviário paulista, no Nordeste, embora as ferrovias tenham reduzido os custos de transporte para o algodão e o açúcar, não se verificou a ampliação de oportunidades de investimento para os capitais locais, como também, não houve aumento de lucratividade, uma vez que as ferrovias operavam com garantia de juros, o que lhes extraia parcela dos lucros (CANO, 1998a).

Digna de nota, também, foi a nova etapa do desenvolvimento brasileiro inaugurada no final do século XIX, com a passagem da economia mercantil-escravista para uma economia primário-exportadora capitalista, cujo cerne estava na substituição do trabalho escravo pelo livre assalariado. Segundo Mello (1998) o caráter primário-exportador decorria do fato de que as exportações representavam o único componente autônomo de crescimento da renda, conferindo ao setor externo a qualidade de centro dinâmico da economia brasileira.

No entanto, a rígida estrutura da propriedade, tornando a oferta de terras praticamente inelástica, fez com que a passagem do trabalho escravo para o assalariado, no Nordeste, assumisse contornos puramente formais. Com isso, as mudanças nas relações de produção pouco se alteraram qualitativamente, mantendo-se a baixa eficiência e produtividade, bem como a concentração de renda, uma vez que os salários praticados eram reduzidíssimos, beirando a subsistência (FURTADO, 1987; CANO, 1998a).

⁹ Segundo Guimarães Neto (1989, p. 38) “*os primeiros caminhos de ferro construídos no Nordeste partiram do Recife, servindo inicialmente a área açucareira e posteriormente abrangendo o agreste*”.

Também no final do século XIX teve início um incipiente processo de articulação da economia nordestina com as demais regiões brasileiras, notadamente o Sudeste. Como destaca Guimarães Neto (1989, p. 51), *“o que ocorreu a partir das décadas de [18]80 e 90 foi uma tentativa (...) de institucionalização de fluxos comerciais regulares entre o Nordeste e o Sudeste, com a primeira região tentando explorar o novo pólo dinâmico da economia brasileira e seus mercados em expansão vertiginosa”*.

Esse processo devia-se, de um lado, à crise que os produtos nordestinos enfrentavam, mais uma vez, no cenário internacional e, de outro, ao surto de industrialização paulista capitaneado pela pujança da economia cafeeira. No entanto, *“os impulsos à articulação comercial que partiram da estratégia adotada pelo Nordeste, de colocação, no mercado interno, de parte considerável dos seus excedentes, face à crise do setor exportador, foram arrefecendo com o tempo”* (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 72). A principal causa para a marginalização dos produtos nordestinos (também) no mercado interno estava na diversificação da estrutura produtiva da economia paulista, que passou a produzir artigos industriais e agrícolas variados, notadamente o algodão e a cana-de-açúcar.

A partir desse momento, a lógica existente entre as duas regiões brasileiras adquiriu um novo determinante. Não era mais a estratégia nordestina que impulsionava as relações comerciais do Nordeste com o Sudeste, mas a industrialização concentrada em São Paulo que assumia o ritmo e forma desta articulação comercial (CANO, 1998b).

A economia sergipana acompanharia a conformação estrutural do complexo econômico nordestino, porém, apresentaria especificidades que merecem ser analisadas na seção seguinte.

1.1.2. O Complexo Econômico Sergipano

Os primeiros povoamentos de Sergipe datam do final do século XVI, mais precisamente de 1590, quando uma expedição militar comandada por Cristóvão de Barros destruiu a resistência indígena e levantou um forte, fundando o arraial de São Cristóvão, junto à foz do Rio Sergipe (PASSOS SUBRINHO, 1987).

Sua ocupação tinha como propósito expandir o domínio português, estabelecer comunicação segura entre Pernambuco e Bahia, principais núcleos coloniais da época, e produzir, de forma complementar, alimento e gado para a região canavieira da Capitania Hereditária da Bahia, da qual pertencia (ARAÚJO, 1970). Assim, durante as primeiras

décadas de existência as principais atividades econômicas da Província de Sergipe eram a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva.

O aproveitamento econômico da região (através da pecuária), o povoamento e a garantia de exclusividade portuguesa da posse da terra configuraram a ação do governo nos primeiros anos da colonização (SOUZA, 1991). Somente no início do século XVII começaram a surgir as primeiras plantações de cana-de-açúcar e os primeiros engenhos, embora de forma muito lenta e com pouca expressão¹⁰. No entanto, em 1637, o desenvolvimento da economia açucareira sergipana foi interrompido pelas invasões holandesas, que já haviam dominado Pernambuco (o importante núcleo colonial produtor de açúcar) e visavam atingir o centro administrativo da colônia portuguesa (a Bahia) para garantir o monopólio do açúcar no mercado internacional (ARAÚJO, 1970).

A luta entre holandeses e portugueses sacrificou de maneira brutal o desenvolvimento da incipiente economia sergipana¹¹. A cidade de São Cristóvão foi incendiada, engenhos foram derrubados, pastos devastados, animais roubados. “*A Capitania viu-se abandonada por seus habitantes e guarnecida por quarenta homens, constituindo um posto avançado ao sul contra os portugueses*” (ALMEIDA, 1984, p. 106).

A expulsão dos invasores holandeses, em 1645, deixou um cenário de desolação e tristeza¹². A carência de elevados volumes de recursos financeiros e de mão-de-obra suficiente tornou mais difícil o processo de reconstrução das plantações de cana e dos engenhos de açúcar. Além disso, o açúcar enfrentava a sua primeira crise no mercado internacional, dada a concorrência antilhana, e era sobrepujado, internamente, pelo movimento da mineração no centro-sul, que atraiu proprietários e trabalhadores para a aventura de procurar ouro e pedras preciosas. Esses fatores, em conjunto, obstaculizaram o desenvolvimento da produção açucareira sergipana.

Deste modo, a saída encontrada para restaurar as atividades econômicas de Sergipe voltou-se, mais uma vez, para a pecuária. Esse continuou sendo o principal suporte econômico da Província. Contudo, apesar de não ter se destacado como uma região

¹⁰ Em 1612 existia apenas um engenho em Sergipe. Um quarto de século depois, apenas oito estavam em funcionamento (Almeida, 1984).

¹¹ Segundo Souza (1991), o enfrentamento entre a defesa portuguesa e o avanço holandês em direção à Bahia ocorreu no território sergipano, agravando o processo de destruição da Província que, neste período, contava com quatrocentos currais de gado, oito engenhos produtores de açúcar, uma Misericórdia e dois conventos, boa parte destruída pela disputa do território (Passos Subrinho, 1987).

¹² Deve-se destacar que, se por um lado, a invasão holandesa provocou grande destruição nas capitanias nordestinas, dada a disputa pelo território, por outro, possibilitou um desenvolvimento mais intenso da vida urbana em determinadas áreas, ao reter na colônia parte das rendas fiscais proporcionadas pelo açúcar (o que não foi o caso de Sergipe).

produtora de açúcar, Sergipe também sofreu os reveses da crise brasileira porque havia se tornado subsidiária do ciclo açucareiro baiano e pernambucano, quer fornecendo-lhes animais de tração, quer produzindo carne e alimentos vegetais para sua população (ALMEIDA, 1984).

Assim, observa-se que, nos primeiros séculos de existência, a trajetória econômica de Sergipe, embora estivesse fundamentada nas mesmas atividades produtivas da região Nordeste, não acompanhou o ciclo de crescimento da economia açucareira, voltando-se para as atividades acessórias à grande lavoura canavieira das Capitanias da Bahia e Pernambuco¹³. Ou seja, enquanto a economia nordestina conhecia períodos áureos no mercado internacional de açúcar, decorrentes do monopólio exercido pela colônia portuguesa, em Sergipe predominava uma rarefeita pecuária e uma agricultura de subsistência que certamente não foram suficientes para estruturar uma sólida economia mercantil.

No final do século XVIII, a cana-de-açúcar passou a ocupar as zonas mais úmidas do litoral sergipano, dominando as áreas voltadas para a produção de gêneros alimentícios e criação de gado (ALMEIDA, 1991). O início da produção foi fruto da retomada do cultivo baiano para além dos limites do seu recôncavo, em direção ao norte, chegando a ocupar os vales dos rios sergipanos. Essa ocupação ocorreu de forma relativamente acelerada, pois em 1724 Sergipe contava com apenas 25 engenhos e em 1800 esse número já chegava à marca de 140 engenhos. Assim, a partir da segunda metade do século XVIII, *“Sergipe deixou de ser apenas uma área subsidiária, fornecedora de alimentos e de animais para o Recôncavo Baiano, convertendo-se numa área de expansão da agro-indústria açucareira baiana”* (PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 54).

No início do século XIX a lavoura canavieira já havia se espalhado praticamente por toda a Província, com destaque para a região do Cotinguiba, área mais favorável ao cultivo da cana-de-açúcar, respondendo por $\frac{3}{4}$ de toda a produção açucareira, dadas as condições fisiográficas da região (solo propício e regime de chuvas mais regulares) (PASSOS SUBRINHO, 1987).

¹³ A inexpressividade da atividade açucareira na primeira fase da economia colonial trará implicações significativas para a formação econômica e social do Estado de Sergipe, como, por exemplo, a debilidade dos capitais mercantis locais, a deficiência do sistema de transportes, a subordinação, por longo período de tempo, ao comércio baiano, dentre outros.

A expansão da atividade açucareira no território sergipano desencadeou, de forma tardia¹⁴, a separação entre as áreas destinadas à produção da cana e à criação de gado. Isso contribuiu para que a pecuária se deslocasse para o agreste e o sertão, onde as condições climáticas e a baixa fertilidade do solo não possibilitavam o cultivo da cana-de-açúcar. Ademais, o desenvolvimento açucareiro trouxe o aumento da especialização produtiva e a necessidade de melhorias dos meios de transporte, uma vez que o predomínio da atividade criatória – uma mercadoria capaz de locomover-se e alcançar os mercados consumidores por suas próprias forças – tornava insignificante o movimento portuário de longo curso e estabelecia uma tradicional orientação do comércio sergipano para a Bahia (ALMEIDA, 1984).

A primazia da função comercial da Bahia fazia com que os senhores de engenho de Sergipe se tornassem dependentes dos comerciantes baianos, ou seja, enquanto a demanda de açúcar era elevada e os preços altos, os comerciantes solicitavam o produto, oferecendo pagamento adiantado e demais facilidades; quando a oferta superava a procura e os preços caíam, a situação se invertia: agora eram os fazendeiros, muitas vezes endividados, que procuravam se desfazer do produto, ao passo que o comerciante impunha condições e alargava sua margem de lucro¹⁵.

Quando o açúcar se estabeleceu como principal atividade econômica sergipana, acirraram-se os conflitos entre os interesses locais e a exploração baiana, desencadeando movimentos de emancipação. Em 1820, a Província de Sergipe foi elevada à categoria de Capitania, totalmente independente do governo baiano.

A separação política, entretanto, não promoveu a criação de bases econômicas independentes, pois não existia alfândega local e o controle fiscal continuou a ser feito pelo porto da Bahia, mantendo-se a mesma estrutura de comercialização: pequenas embarcações que conduziam o açúcar para a Bahia e de lá traziam os produtos de que a Capitania necessitava. Mesmo desligada politicamente, a Bahia continuou a exercer seu poder sobre Sergipe de duas maneiras: pelo controle da navegação e pela posse do crédito (ALMEIDA, 1984).

De forma análoga e acompanhando o movimento geral de independência da economia brasileira, na primeira metade do século XIX a economia sergipana precisou

¹⁴ Segundo Santos e Andrade (1992), somente em 1799 o Governador da Bahia recebeu ordens para mandar o Ouvidor de Sergipe proceder à demarcação entre as terras que se prestavam à agricultura e as que se destinavam à criação.

¹⁵ Singer (1968) descreve processo análogo para as cidades de Olinda e Recife, em seu livro *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*.

ajustar-se à fase de independência do jugo baiano. Para isso, a oligarquia açucareira buscou reduzir, gradativamente, a intermediação comercial e financeira exercida pela praça de Salvador, que inibia o desenvolvimento do seu comércio de exportação e importação.

Uma das medidas adotadas foi a transferência da capital sergipana de São Cristóvão para Aracaju, em 1855. Nascida para dotar a Capitania de um centro administrativo integrado à sua região mais próspera, a do Cotinguiba, Aracaju deveria desempenhar um novo papel comercial e marítimo, levando Sergipe ao circuito das relações internacionais e procurando romper com a dependência do centro comercial da Bahia (ALMEIDA, 1984). A criação de Aracaju atendia, assim, a interesses econômicos e políticos. De um lado, procurava suprir os desejos dos produtores de açúcar da zona do Cotinguiba em construir um porto capaz de exportar o volume de açúcar produzido anualmente. De outro, com a mudança da capital, buscava exercer forte controle sobre as diversas regiões econômicas da Capitania (RIBEIRO, 1989).

Outras medidas adotadas para viabilizar a exportação direta dos produtos sergipanos para o mercado internacional foram: a redução da alíquota do imposto sobre o açúcar exportado sem a intermediação de praças nacionais e a concessão de subvenção à Associação Sergipense, empresa formada por produtores agrícolas locais que tinham como objetivo a rebocagem a vapor nos portos da Província¹⁶ (PASSOS SUBRINHO, 2000). Ademais, o estabelecimento de casas exportadoras européias nas mais importantes cidades sergipanas, Maruim e Laranjeiras, contribuiu para impulsionar as relações com os mercados internacionais (ALMEIDA, 1984).

Desse modo, o desenvolvimento de um produto de exportação, o aumento das relações mercantis (relativamente “autônomas”) com os mercados europeus e nacionais, a ocupação das terras outrora destinadas à produção de alimentos e a distinção de dois sistemas econômicos no interior da Capitania inseriram Sergipe, efetivamente, na dinâmica de funcionamento da economia nordestina.

Como destaca Passos Subrinho (1987, p. 26), a expansão da cana-de-açúcar permitiu a integração de Sergipe ao fluxo de comércio internacional e à formação de um complexo mercantil escravista, que passou a estar relacionado à demanda externa por

¹⁶ O Relatório apresentado à Assembléia Provincial, pelo Presidente Manuel da Cunha Galvão, em 1860, p. 48 assim descreve a importância da Associação Sergipense: “*Continua esta Associação à prestar ao Commercio e à lavoura relevantíssimos serviços. Já se foi o tempo em que as embarcações demoravão-se meses e meses no porto sem poder sahir barra fora; os desastres continuados que se davão na barra deixão de apparecer. O precioso tempo que perdião os navios no ancoradouro, e os prejuízos que soffrião os commerciantes com a perda dos seus navios são males de que já está livre a barra da Cotinguiba graças ao Vapor de reboque*”

açúcar. Contudo, deve-se frisar que “*quando da formação do complexo mercantil escravista em Sergipe, o Nordeste já se havia tornado fornecedor secundário no mercado internacional do açúcar*”, requerendo que, de pronto, fosse introduzida uma série de mudanças que visavam modernizar a indústria açucareira infante.

A estrutura produtiva sergipana sofreria, nesse período, algumas modificações, sem, contudo, ser alterada profundamente. Houve crescimento na utilização do vapor como força motriz, introdução de algumas máquinas de clarificar, purgar e filtrar, nos antigos engenhos e até a instalação de um Engenho Central em Riachuelo, mas todas essas medidas não foram capazes de elevar substancialmente a produção açucareira sergipana (PASSOS SUBRINHO, 1987).

No que diz respeito ao algodão, embora constem registros da sua existência desde a ocupação do território e eventuais exportações do produto, somente a partir de 1860, com a retirada dos EUA do mercado mundial, a cultura algodoeira assumiu expressiva posição na economia e passou a ocupar os espaços vazios da *hinterland* sergipana. As expectativas de lucros eram tão altas que levaram a cultura algodoeira a ocupar tradicionais áreas de criação de gado e das culturas de subsistência, como também, zonas canavieiras mais distantes do litoral, em que os senhores de engenho substituíram sua cultura pelo algodão (SILVA, 2001).

Entretanto, a partir de meados da década de 1870, o algodão sergipano apresentaria queda substancial das suas exportações, tanto em preço quanto em quantidade, dado o retorno dos EUA ao mercado internacional do produto. Além disso, diferente do que ocorreu com o açúcar, que durante todo o século XIX alternou períodos de crescimento com retração das exportações, a cultura algodoeira passou por um único forte surto exportador, seguida de forte retração (PASSOS SUBRINHO, 1987; SILVA, 2001).

O *boom* algodoeiro, ainda que tenha arrefecido no final da década de 1870, contribuiu para mudar a feição econômica e social da Capitania, ao permitir o surgimento de manufaturas de tecido que, na falta de mercados externos, produziam para satisfazer as exigências internas, dinamizando as funções urbanas da região. Como destaca Passos Subrinho (1987, p. 87) “*nos ‘poros’ da sociedade agro-exportadora foram surgindo atividades voltadas para o atendimento do incipiente mercado local. Eventualmente, essas atividades tomaram a forma industrial*”.

O progresso das culturas canavieira e algodoeira desencadeou uma situação nova para a população sergipana, qual seja, a escassez, e até mesmo falta, de gêneros alimentícios para a população local. Com isso, Sergipe, que até meados do século XIX era

capaz de produzir alimentos para a sua população e para as províncias vizinhas, passava a importar cereais, farinha de mandioca e carne (ALMEIDA, 1991).

A importação de alimentos demonstrava a rigidez da estrutura agrária presente no Estado e a fragilidade da economia sergipana, pois a busca por maiores lucros com a atividade açucareira deslocava parte da população livre do campo para as cidades, que não encontrando trabalho nas atividades urbanas, migravam para outros estados.

O confronto das culturas alimentares com as culturas de exportação foi constante no decorrer do século XIX, ambas pressionadas pelo pequeno espaço do território sergipano¹⁷, pelo crescimento da população¹⁸ e pela preocupação com obtenção de maiores dividendos com a venda dos artigos de aceitação no exterior (ALMEIDA, 1984).

Com a abolição da escravidão foram dadas as condições formais para o desenvolvimento capitalista. Todavia, o fim do complexo mercantil-escravista e a passagem para o complexo capitalista exportador, em Sergipe, seguiram as determinações gerais da economia nordestina, ou seja, foi uma transição puramente formal, sem alterações significativas nas estruturas ou relações de produção.

De um lado, as dificuldades dos produtores sergipanos em conquistar e manter os mercados de algodão e açúcar e, do outro, a não adoção, em larga escala, de relações capitalistas de produção, mantendo, e até reforçando, as relações do tipo “morador de condição”, obstaculizaram a constituição de um mercado de trabalho mais amplo. Assim, a produção agrícola não se desorganizou por falta de braços e a maior parte dos escravos permaneceu nas propriedades dos seus antigos senhores (PASSOS SUBRINHO, 1987).

É importante destacar, porém, que os anos que sucederam a abolição da escravidão foram de drástica redução da produção e exportação de açúcar sergipano, não compensada totalmente por exportações de outros produtos. A redução do Brasil à condição de exportador marginal e o acirramento da concorrência entre os diversos produtores no mercado nacional fizeram com que os produtores sergipanos conseguissem, no máximo, não serem excluídos do mercado. Quanto ao algodão, após um sensível crescimento dos valores das exportações entre 1901 e 1905, houve uma redução real e persistente nos valores exportados, conforme dados da **Tabela 1.1** (PASSOS SUBRINHO, 2001).

¹⁷ Deve-se destacar que neste período praticamente não havia a inserção de progressos técnicos no setor agrícola, que pudessem contrabalançar a dimensão reduzida do território sergipano com ganhos de produtividade.

¹⁸ Enquanto em 1802 Sergipe possuía uma população total de 55.668 habitantes (livres e escravos), em 1850, esse número era de 219.620 habitantes e em 1888, de 300.000 habitantes (Almeida, 1984).

Tabela 1.1
SERGIPE
Participação dos Principais Produtos no Valor das Exportações (em %)
1891-1929

Anos	Açúcar	Algodão	Tecidos
1891-1895	61	16	1
1896-1900	76	12	2
1901-1905	54	34	2
1906-1910	54	28	7
1911-1915	49	7	24
1916-1920	62	4	18
1921-1925	51	7	29
1926-1929	50	5	30

Fonte: Passos Subrinho (2000, p. 202)

Dessa forma, o período compreendido entre a abolição da escravidão até a década de 1920 foi caracterizado pela estagnação e/ou retração da economia sergipana. Ainda assim, essa economia passou por uma diferenciação da estrutura produtiva que levou, inclusive, ao surgimento de algumas atividades industriais, notadamente no setor de tecidos de algodão (PASSOS SUBRINHO, 1987).

1.2. O Estado de Sergipe no processo de articulação comercial da economia brasileira

O início do processo de articulação comercial da economia brasileira decorreu da crise do setor externo nordestino, no final do século XIX e início do século XX, bem como, do papel desempenhado pelo capital comercial, na articulação dos centros produtores do Nordeste com os mercados consumidores do Sudeste. Com isso, desde o final do século XIX observou-se uma tentativa sistemática de integração do Nordeste com os mercados do Sudeste, através da colocação de produtos primários no mercado interno (GUIMARÃES NETO, 1989).

Nesse período, o elemento dominante no padrão de acumulação de capital na economia brasileira ainda era o capital mercantil que, além de proporcionar elevado coeficiente de importação, permitia a implantação de algumas indústrias nas diversas

regiões do país, notadamente a de bens de consumo não-duráveis. Dessa forma, a demanda por bens de consumo era suprida pela produção local e pelas importações do exterior, desestimulando a integração do mercado nacional e conferindo à produção industrial uma dinâmica de crescimento incapaz de romper o isolamento relativo das diversas regiões e conquistar o mercado nacional, uma vez que o crescimento industrial era resultado do processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, que, por sua vez, dependia da procura externa (CANO, 1998b).

As únicas exceções eram: as indústrias do Rio de Janeiro, até o início do século XX, que abasteciam os mercados regionais mais próximos, e a economia paulista, que desde a década de 1920 apresentaria uma dinâmica de crescimento muito à frente da sua “demanda específica¹⁹”, obrigando-a a procurar mercados exteriores. Assim, o surgimento da indústria nacional, concentrada regionalmente em São Paulo, produziria um entrelaçamento cada vez maior dos subsistemas econômicos regionais, relativamente isolados (CANO, 1998b; GUIMARÃES NETO, 1989).

A constituição da indústria paulista no centro de decisão da acumulação de capital do país faria com que a acumulação de capital no Nordeste passasse a depender cada vez mais do mercado interno. As principais mercadorias nordestinas eram agora direcionadas para a área economicamente dinâmica do país, e sua incipiente indústria, protegida por barreiras fiscais, isolada por precárias condições de transporte e voltada para o mercado local, assistiria a uma queda paulatina de sua eficiência relativa em termos nacionais (GALVÃO, 1987).

São Paulo exportava produtos industriais para todo o Brasil, ao tempo em que importava matérias-primas e produtos alimentares, demonstrando uma relação comercial do tipo “centro-periferia”, num processo de complementaridade inter-regional, que, posteriormente, seria transformado em intensa competição inter-regional (CANO, 1998b; GUIMARÃES NETO, 1989).

Seguindo as determinações gerais da economia nordestina, o estado de Sergipe voltou-se, também, para o mercado interno, dada a retração da demanda internacional do açúcar e do algodão e o crescimento industrial de São Paulo e Rio de Janeiro, que buscavam mercado para a sua produção.

Contudo, antes de analisar a passagem da fase de “isolamento relativo” para a fase de “articulação comercial”, deve-se lembrar que Sergipe sempre manteve fortes ligações

¹⁹ Cano (1998b) chama a atenção para o significado do termo “demanda específica”, que diz respeito à demanda restrita a um determinado espaço geográfico contíguo.

comerciais com a Bahia, dado o seu processo de formação histórica. Mesmo depois da independência e do estabelecimento de relações diretas com os mercados internacionais, o principal destino das suas exportações continuou sendo o mercado interno (**Tabela 1.2**). Dessa forma, apesar de não existir, ainda, uma integração inter-regional do mercado brasileiro, as ligações comerciais de Sergipe eram bem mais intensas com o mercado nacional do que com o exterior, mesmo que, no caso baiano, essa ligação fosse atribuída à intermediação comercial exercida pela praça de Salvador²⁰.

Tabela 1.2
SERGIPE
Destino das Exportações - Participação Relativa (em %)
1850-1886

Anos	Mercados Nacionais	Mercados Estrangeiros
1850-1851	86,2	13,8
1855-1856	84,0	16,0
1860-1861	85,7	14,3
1865-1866	71,5	28,5
1870-1871	84,3	15,7
1875-1876	54,9	45,1
1880-1881	32,6	67,4
1885-1886	32,7	67,3

Fonte: Almeida (1984, p. 140)

Essa situação começou a ser modificada no final da década de 1870, quando os mercados estrangeiros apresentaram participação crescente no destino das exportações sergipanas, atingindo o seu ponto mais elevado em 1882/1883, com 78,5% do total das exportações da Província destinadas ao mercado internacional (ALMEIDA, 1984).

Corroborando as informações apresentadas anteriormente e buscando caracterizar as relações comerciais de Sergipe, Passos Subrinho (1987) destaca que até 1850-60, a Bahia foi o principal destino das exportações sergipanas, que consistiam, praticamente, em um único produto – o açúcar. A partir de 1860, cresceram as vendas diretas para o exterior, ao mesmo tempo em que um novo produto – o algodão – passou a fazer parte da sua pauta de exportação. Na década seguinte, Salvador foi reduzindo sua participação enquanto ponto de destino “intermediário” das exportações, com crescimento do Rio de Janeiro

²⁰ A tentativa de estabelecer relações comerciais diretas (de importação e exportação) com os principais mercados mundiais era um anseio antigo dos produtores da Província, que atribuíam à intermediação baiana o seu “atraso” econômico e os altos preços dos produtos importados. O Relatório do Presidente da Província, de 1878, p. 24, diz o seguinte: “*O commercio desta Província luta com immensas dificuldades, e não poderá mostrar-se próspero em quanto não conseguir emancipar-se do da Bahia, praça com quem entretém as suas relações, estando por isso mesmo sujeito às maiores imposições*”.

como “consumidor” dos produtos sergipanos. Concomitantemente, os mercados internacionais aumentavam a sua participação relativa, passando a ser o principal destino das exportações sergipanas, no início da década de 1880.

A partir da segunda metade de 1880, diante das condições adversas enfrentadas pelos principais produtos nordestinos (e sergipanos, em particular) no mercado internacional e devido ao significativo crescimento do mercado interno brasileiro, capitaneado pelo dinamismo do complexo cafeeiro paulista e pela urbanização e industrialização do Rio de Janeiro, os produtos exportáveis de Sergipe (açúcar, algodão e, posteriormente, tecidos) voltaram-se para o mercado nacional, notadamente o Rio de Janeiro, dando início ao processo de articulação comercial da economia sergipana.

Dessa forma, em 1887, 60,5% das exportações sergipanas já estariam redirecionadas para o mercado interno, com a diferença de que não havia mais a intermediação comercial exercida pela Bahia (Almeida, 1984). A partir de 1912, o mercado nacional absorveria todo o excedente exportável do Estado.

Passos Subrinho (2000) lembra que desde o início do século até 1929, o Rio de Janeiro seria o principal mercado para os produtos sergipanos, com exceção do período compreendido entre 1918 e 1922, quando São Paulo ocupou o primeiro lugar entre os mercados absorvedores da produção sergipana. Nos demais anos, a supremacia do Rio de Janeiro foi incontestável, ficando São Paulo em segundo lugar (ver **Tabelas 1.3, 1.4 e 1.5**).

Tabela 1.3
SERGIPE
Destino das Exportações de Açúcar - Mercado Interno (em %)

Ano	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Rio Grande do Sul
1900	50%	-	-	-
1905	67%	-	-	-
1915	64%	27%	8%	-
1920	32%	55%	12%	-
1925	58%	27%	10%	5%
1929	47%	29%	15%	8%

Fonte: Passos Subrinho (2000, p. 210)

Tabela 1.4
ARACAJU
Destino das Exportações de Algodão - Mercado Interno (em %)

Período	Rio de Janeiro	Bahia	São Paulo
1912-1913	89%	8%	2%
1915-1919	19%	40%	40%
1922-1926	80%	14%	3%
1927-1929	47%	20%	33%

Fonte: Passos Subrinho (2000, p.246)

Obs.: Exportações feitas somente pelo porto de Aracaju

Tabela 1.5

SERGIPE

Destino das Exportações de Tecidos - Mercado Interno (em %)

Período	Rio de Janeiro	Pernambuco	São Paulo	Bahia
1912-1913	69%	16%	4%	2%
1915-1919	59%	19%	3%	14%
1922-1926	53%	15%	12%	14%
1927-1929	39%	11%	17%	20%

Fonte: Passos Subrinho (2000, p.256)

A partir da “crise de 1929²¹”, criou-se uma situação nova na economia brasileira: a crise da economia exportadora capitalista deslocou o centro dinâmico da economia nacional para o mercado interno, gerando um novo padrão de acumulação de capital em favor da indústria, com o setor exportador deixando de ser o principal determinante da renda e do emprego (FURTADO 1987).

Contudo, Cano (2002) afirma que a “crise de 1929”, por si só, não foi o principal elemento dessa mudança, embora tenha reforçado o processo. Para este autor, deve-se considerar as pré-condições internas, destacando-se a superacumulação industrial e cafeeira, e a forte intervenção estatal, transformando “problemas regionais” em “problemas nacionais”, requerendo instrumentos de política econômica federal centralizada²².

Assim, as políticas anticíclicas que o Estado promoveu – implantação de impostos e desvalorização cambial, corte de importações, transferência de recursos oriundos do café para outros setores da economia – e a existência de capacidade ociosa na indústria (paulista), dada a sobre inversão de capital, contribuíram para que entre 1929-1933 fosse

²¹ Sobre a Crise de 1929, no Brasil, ver Cano (2002).

²² Segundo Draibe (2004, p. 17), “1930 marca o início do processo de formação do Estado, nacional, moderno, como ‘um órgão (político) que tende a afastar-se dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano’”.

alterado o padrão de acumulação primário-exportador, conferindo à indústria o centro dinâmico da economia nacional (CANO, 2002).

Essa mudança trouxe implicações na forma de articulação comercial das diversas regiões brasileiras, notadamente do Nordeste com São Paulo. Não se tratava mais de um movimento autônomo do capital mercantil nordestino em busca de mercado para os seus produtos, mas da consolidação da posição hegemônica do capital produtivo industrial, concentrado em São Paulo, que passava a subordinar o capital mercantil (GUIMARÃES NETO, 1989).

Dessa forma, entre 1933 e 1955, teve início o processo de “industrialização restringida”, cuja dinâmica de acumulação baseava-se na expansão industrial, mas cujas bases técnicas e financeiras de acumulação ainda se mostravam insuficientes para implantar “*o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial*” (MELLO, 1998, p. 117).

Em termos regionais, Cano (2002) ressalta que em grande parte das regiões onde a indústria não teve maior desenvolvimento esta “*saída para dentro*” não alterou o padrão de acumulação, cujas exportações para o exterior continuaram a ser o elemento mais dinâmico²³. Essa situação seria modificada somente em meados da década de 1950, quando as exportações para o exterior foram superadas pelas exportações para o mercado interno.

No caso de Sergipe, observa-se que houve uma *saída para dentro* antes de muitas unidades da federação, de tal forma, que o impacto da crise de 1929 não se manifestou de forma direta, acarretando em quedas bruscas de suas remessas para o exterior, mas de forma indireta, através da compressão da renda daqueles estados que se tornaram centros consumidores de seus excedentes exportáveis. Com isso, pós-1930 Sergipe em nada modificou o caráter mercantil-exportador da sua economia, já voltado para o mercado interno, não apresentando, assim, qualquer descontinuidade nas formas dominantes de acumulação (NASCIMENTO, 1994).

A mudança verificada na economia sergipana foi que pós-1930 Sergipe passou a depender de um espaço econômico nacional de base urbano-industrial e não mais de uma economia nacional predominantemente agrário-exportadora. Assim, sob o ponto de vista da

²³ Embora o Nordeste buscasse escoar os excedentes da produção no mercado interno, a precariedade do sistema de transporte e os impostos inter-regionais impediam uma maior articulação entre as diversas regiões do país.

economia sergipana instaurou-se, já nesse período, uma divisão inter-regional do trabalho, comandada pela indústria localizada no Sudeste (NASCIMENTO, 2001).

Todavia, se num primeiro momento da articulação comercial, em que os produtores nordestinos buscavam escoar os excedentes da sua produção no mercado interno, tinha-se uma relação de complementaridade com as regiões produtoras de café e dotadas de grande dinamismo. À medida que se desenvolveu e avançou a economia nacional, essa complementaridade cedeu lugar à intensificação da competição, deslocando os produtos nordestinos dos mercados do Sudeste (GUIMARÃES NETO, 2002).

Essa competição inter-regional pôde ser verificada não somente com os produtos do núcleo dinâmico do país, basicamente o mercado paulista, mas também com os mercados das regiões e espaços periféricos. A disputa pelo mercado nacional de açúcar, por exemplo, levou à formação de redes de comercialização, envolvendo produtores de açúcar (principalmente pernambucanos), comissários dos produtores, grandes atacadistas do Rio de Janeiro e São Paulo, empresas de navegação de cabotagem e ferrovias e, finalmente, subsídios estatais.

A limitada produção açucareira sergipana, os interesses de determinados grupos mercantis (comissários, comerciantes, companhias de navegação), privilégios concedidos – sob a forma de subsídios – a companhias de transporte, a precariedade do sistema de transporte sergipano e uma onerosa malha ferroviária no interior do Estado contribuiriam para reduzir a participação relativa do açúcar sergipano no mercado nacional (PASSOS SUBRINHO, 2000).

A título de ilustração, quando o estado de Sergipe passou a destinar grande parte das suas exportações de açúcar para o mercado interno, no período de 1890/1900, sua produção correspondia a 8,6% do cômputo nacional. À medida que os demais produtores nordestinos intensificaram a colocação dos seus excedentes produtivos no mercado nacional, e o estado de São Paulo também passou a produzir açúcar, Sergipe viu sua participação relativa ser reduzida gradativamente, chegando à marca de 2,6% da produção brasileira, no período compreendido entre 1921 e 1930 (PASSOS SUBRINHO, 1987).

Portanto, os grupos comerciais ligados à produção de açúcar sergipano foram sendo deslocados por outros concorrentes, notadamente os pernambucanos, que *“utilizaram o aparelho do Estado para definir políticas de subsídios às companhias de transporte, realizar investimentos no sistema ferroviário e portuário e obter generosos créditos para a construção de usinas”* (PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 214).

Com o algodão ocorreu situação análoga. Deslocados do mercado internacional, os produtores brasileiros viram os preços do produto sofrerem baixas consecutivas e, os comerciantes, a possibilidade de industrializá-lo. O desenvolvimento da indústria têxtil nacional, em franca expansão no Sudeste, impediu a decadência total da cultura algodoeira, passando a demandar o algodão produzido nos estados nordestinos.

Os produtores sergipanos, que já exportavam para a Bahia, onde em meados do século XIX haviam sido instaladas as primeiras fábricas têxteis²⁴, passaram a exportar, também, para o Sudeste brasileiro. “*Dentre os mercados nacionais, o Rio de Janeiro ocupou o primeiro lugar no destino das exportações sergipanas de algodão na maior parte do período, sendo complementado por São Paulo e Bahia*” (PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 246). Mas a intensa competição com outros produtores nacionais e os constantes problemas da lavoura – secas e pragas, principalmente – fizeram com que o algodão sergipano se voltasse para o mercado local, buscando atender ao crescimento da demanda das fábricas têxteis sergipanas. Assim sendo, o mercado local tornou-se o principal demandante da produção algodoeira do Estado, sendo marginais as exportações para os mercados nacionais.

À medida que os principais produtos de exportação do Estado iam sendo marginalizados, também no mercado interno, a economia sergipana voltava-se, mais uma vez, para a atividade pecuária, que apresentava um custo de reprodução bem menor que a atividade açucareira e mostrava-se mais rentável que a atividade algodoeira. Desse modo, enquanto declinava a lavoura tradicional, o território sergipano viu avançar a pecuária, cuja área ocupada pelas pastagens passou de 13,4%, em 1940, para 50,1%, em 1960 (SANTOS, 1991).

Como destaca Andrade (1960, p. 105), “*o fato é que com a valorização sempre crescente da carne (...) acham os pequenos usineiros sergipanos mais vantajoso criar e engordar gado para o açougue do que plantar cana e fabricar açúcar. Por isto, desmontam as usinas, vendem as ferragens, fazem capineiras onde havia canaviais, cercam as propriedades e criam ou engordam gado mestiço azebuado*”.

Aos poucos a pecuária deixava de ser uma atividade de natureza puramente extensiva para se tornar uma atividade dominante – não obstante mantivesse a natureza extensiva –, adquirindo autonomia e abandonando o caráter de atividade alternativa à

²⁴ Segundo Simonsen (1939), em 1881, o Brasil possuía 44 estabelecimentos fabris de tecidos, dos quais 12 estavam localizados na Bahia, ou seja, quase 30%.

inversão de capitais que não encontrava mais oportunidades de acumulação em setores tradicionais da economia (NASCIMENTO, 1994).

A partir de 1955, um novo padrão de acumulação marcaria a economia brasileira – a “industrialização pesada” – alterando profundamente a estrutura produtiva nacional, com ampliação da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo duráveis, a partir de um profundo salto tecnológico e de uma ampliação da capacidade produtiva muito à frente da demanda preexistente (MELLO, 1998).

A consolidação dos segmentos mais importantes da indústria pesada no país marcou a superação da articulação comercial e o estabelecimento de uma integração produtiva, que tinha como principal característica a transferência de frações do capital produtivo, público e privado, para as regiões periféricas do país.

O início da industrialização pesada coincidiu com a implantação do Plano de Metas (1956-1961), no governo Juscelino Kubitschek, e “*caracterizou-se por uma intensa diferenciação industrial num espaço de tempo relativamente curto e articulada diretamente pelo Estado*” (SERRA, 1998, p. 89). Segundo Mello (1998), a ação estatal foi decisiva porque permitiu a realização de investimentos em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, estimulando o investimento privado, ao oferecer economias externas baratas e gerar demanda para os seus produtos²⁵ (MELLO, 1998).

Por ora, contudo, cabe ressaltar apenas que, analogamente à industrialização, o processo de integração do mercado nacional passou por duas etapas. A primeira, da crise de 1929 até o final da década de 1950, essencialmente mercantil e conduzida pelo capital sediado em São Paulo, caracterizou-se pelo estabelecimento de políticas de redução e eliminação dos impostos interestaduais, implantação de um sistema de transporte e comunicação que se constituiu na base física para o desenvolvimento do mercado interno e pelo surgimento de uma divisão inter-regional do trabalho no contexto nacional, conforme apresentado anteriormente.

A segunda, a partir do final da década de 1950, com a criação da SUDENE e a instituição do sistema de incentivos fiscais para o Nordeste, caracterizada pela ação mais institucionalizada das políticas de desenvolvimento regional e pelo início das transferências do capital produtivo em busca de oportunidades de investimento no Nordeste e de aproveitamento dos estímulos oferecidos pela política de desenvolvimento regional, inaugurando a fase de “integração produtiva” (GUIMARÃES NETO, 1989).

²⁵ No capítulo II trataremos da importância do Estado nacional para o processo de industrialização em Sergipe.

Vejam, porém, como se processou o desenvolvimento industrial de Sergipe nessa primeira fase da integração nacional à luz dos impactos, ou efeitos, que uma maior competição inter-regional apresentou para a economia estadual.

1.3. Gênese e trajetória de uma indústria periférica

Os primeiros estabelecimentos industriais²⁶ nordestinos, e sergipanos, em particular, a parte os engenhos tradicionais de açúcar e as manufaturas caseiras começaram a ser instalados a partir de meados do século XIX, como indústria complementar ou subsidiária da economia de exportação e dela dependente quanto ao crescimento do mercado interno e quanto à importação de maquinaria²⁷. Esse desenvolvimento industrial estava ligado à agricultura da cana-de-açúcar e do algodão, que permitiu a implantação de usinas de açúcar e fábricas de fiação e tecelagem, visando fortalecer a economia regional no mercado internacional e estimular o crescimento do mercado interno (ANDRADE, 1988).

Suzigan (2000) lembra que os capitais necessários ao desenvolvimento industrial foram originalmente acumulados quer diretamente na produção dos produtos básicos de exportação – açúcar e algodão, no caso sergipano –, ou indiretamente, em atividades ligadas à economia de exportação, tais como comércio de importação e exportação, comércio interno, transporte e bancos.

Em Sergipe, foi com a diminuição da intermediação comercial da Bahia e, conseqüentemente, o estabelecimento de relações diretas com o mercado externo e outras praças do mercado nacional, que se viabilizou a fundação de casas comerciais exportadoras na Província. Estas, além de executarem suas atividades de exportação e importação de produtos nacionais e estrangeiros, passaram a diversificar suas atividades, permitindo-lhes acumular capitais necessários para investir no setor industrial (PASSOS SUBRINHO, 2001). Ademais, a proximidade com as principais matérias-primas e a demanda de tecidos grosseiros para ensacar os produtos de exportação e vestir parte da força de trabalho foram outros fatores que contribuíram para o desenvolvimento industrial sergipano.

²⁶ Cano (1998b, p. 48) chama atenção para o fato de que “a implantação industrial anterior a 1930 não pode ser chamada, a rigor, de ‘processo de industrialização’. (...) Só a partir de 1933, quando (...) o movimento de acumulação industrial é o motor determinante da economia, é que se pode falar de industrialização”.

²⁷ Para uma análise detalhada acerca do início da indústria brasileira ver: Furtado (1987), Cano (1998a), Mello (1998), Aureliano (1999), Suzigan (2000), Tavares (1981), Castro (1980), Singer (1968).

Assim, semelhante ao que aconteceu em outras regiões do país, a década de 1880 marcou o nascimento da indústria em Sergipe: em 1882 foi instalada a primeira fábrica têxtil – a Sergipe Industrial Cia., em Aracaju – e em 1888, o Engenho Central de Riachuelo. A partir da década seguinte²⁸, o estado experimentaria um significativo aumento no número de indústrias instaladas. Segundo o Recenseamento Geral do Brasil, publicado em 1950, antes de 1890 havia em Sergipe 17 estabelecimentos fabris. Do início dessa década até o ano de 1907, o incremento na abertura de novos estabelecimentos foi de aproximadamente 505,8%, totalizando 103 indústrias, concentradas, principalmente, nos ramos têxtil e açucareiro. Vejamos, porém, a gênese desse desenvolvimento industrial.

1.3.1. As primeiras atividades industriais de Sergipe: açúcar e têxteis

No caso do açúcar, grosso modo, o desenvolvimento industrial teve início com a implantação dos Engenhos Centrais²⁹, que procuravam separar a atividade agrícola da industrial, buscando conciliar as relações de produção agrária tradicional com modernas técnicas de fabricação de açúcar (PERRUCCI, 1976). Estes se caracterizavam pela capacidade de produção superior aos engenhos bangüês e pela fabricação de açúcar de melhor qualidade, visando atender a demanda dos principais mercados consumidores (ANDRADE, 1960).

Por isso, em 1875, o Governo Imperial regulamentou a instalação das grandes fábricas de açúcar, que pertenciam a companhias estrangeiras, concedendo garantias da obtenção de juros dos capitais empregados, o direito de expropriar terrenos e edifícios necessários à fabricação, o direito de utilizar material – madeira, por exemplo – dos municípios ou de terrenos públicos e a isenção de impostos de importação de máquinas estrangeiras (PERRUCCI, 1976, p. 131). Em contrapartida, não poderiam cultivar a cana, não usariam o trabalho escravo e como iriam receber matéria-prima de áreas muito amplas, deveriam construir estradas de ferro entre as regiões produtoras de cana e as fábricas (ANDRADE, 1960). Ao Governo da Província caberia auxiliar pessoas que estivessem em

²⁸ O crescimento industrial verificado a partir da década de 1890 em todo o país é atribuído, dentre outros fatores, à política do “Encilhamento”, a assistência governamental à agricultura após a abolição da escravidão, à nova legislação sobre sociedades anônimas. Para maiores informações ver Cano (1998a), Mello (1998), Suzigan (2000), Stein (1979).

²⁹ Embora saibamos que atividades industriais eram desenvolvidas no interior dos engenhos tradicionais (os engenhos bangüês) para a produção de açúcar, inclusive com introdução de progressos técnicos no processo produtivo, como a utilização da máquina a vapor, na primeira metade do século XIX, estamos admitindo, assim como Singer (1968), que a instalação do Engenho Central inicia, de fato, a transformação e modernização da indústria açucareira do Brasil.

condições de implantar o Engenho, com capacidade de dirigi-lo e fazê-lo prosperar, através do estabelecimento de leis provinciais complementares aos incentivos do Governo Imperial (IEL, 1986).

Dentro desse contexto, desde 1877 houve tentativas de instalação de engenhos centrais em Sergipe, mas ante as dificuldades de levantar capitais para a consecução de tal empreitada, somente em 1888, por iniciativa da Companhia de Engenhos Centrais da Paraíba do Norte e Sergipe, foi instalado o primeiro Engenho Central, em Riachuelo. Esse engenho apresentou relativo sucesso, chegando a responder por 5,6% de toda a exportação de açúcar de Sergipe, no período de 1891-92. Há registros de outros projetos para os municípios de São Cristóvão, Maruim, Japaratuba, Laranjeiras, Divina Pastora e Rosário do Catete, mas nenhum chegou a se tornar realidade (PASSOS SUBRINHO, 1987).

Com o fracasso dos engenhos centrais, as usinas – que consistiam na instalação da moderna fábrica de açúcar em terras dos antigos bangüês – passaram a predominar no cenário produtivo açucareiro. Segundo Perruci (1976), a usina representou a consolidação do capital industrial no campo, porque passou a controlar sozinha todo o processo econômico do açúcar, desde a cultura da cana até a distribuição comercial, passando pela fase industrial.

Em Sergipe, houve uma proliferação do número de usinas, fundadas pelos antigos senhores de engenho, ultrapassando, em termos absolutos, os demais estados da federação. Em 1910, das 134 usinas instaladas no Nordeste, Sergipe detinha um total de 62 usinas, equivalentes a 46,3% do total, seguido por Pernambuco, Bahia e Alagoas, que detinham, respectivamente, 34,3%, 5,2% e 4,5%, do número total de usinas, ou seja, 90,3% das usinas da região estavam concentradas nesses quatro estados (DE CARLI, 1937).

Em 1920, houve um crescimento de 24,6% do número de usinas do país em relação à década anterior. Sergipe continuou sendo o estado da federação com o maior número de fábricas, embora o seu crescimento tenha sido mais modesto (12,9%). No entanto, Andrade (1960) destaca que a produção de açúcar não era determinada pelo número de usinas, uma vez que a produção pernambucana, em 1920, era oito vezes maior que a sergipana, ao mesmo tempo em que Alagoas, com apenas 15 usinas, detinha uma produção 50% superior à de Sergipe, com 70 usinas (**Tabela 1.6**).

Tabela 1.6
BRASIL
Número de Usinas e Valor da Produção
1920

Estados	Nr. Usinas	%	Capital investido (1\$000)	%	Valor da Produção (1\$000)	%
Maranhão	1	0,4	81.400	0,0	57.440	0,0
Piauí	1	0,4	1.200.000	0,6	153.000	0,1
Ceará	1	0,4	1.000.000	0,5	70.500	0,0
Paraíba	2	0,9	2.194.224	1,0	2.996.467	1,4
Pernambuco	54	23,2	74.096.450	34,1	81.244.839	38,4
Alagoas	15	6,4	12.063.841	5,6	13.027.455	6,2
Sergipe	70	30,0	10.832.500	5,0	10.137.617	4,8
Bahia	20	8,6	23.112.196	10,6	18.853.420	8,9
Mato Grosso	6	2,6	2.958.000	1,4	1.347.044	0,6
Minas Gerais	5	2,1	5.260.000	2,4	6.746.204	3,2
Rio de Janeiro	42	18,0	57.752.792	26,6	52.784.603	25,0
Santa Catarina	2	0,9	631.000	0,3	437.400	0,2
Espírito Santo	2	0,9	3.950.000	1,8	676.240	0,3
São Paulo	12	5,2	21.991.700	10,1	22.962.346	10,9
Total	233	100,0	217.124.103	100,0	211.494.575	100,0

Fonte: De Carli (1937)

Complementando as observações acima, Passos Subrinho (2000) esclarece que a utilização do termo “usina”, em Sergipe, deve ser qualificada, pois a maior parte não passava de engenhos a vapor que introduziram alguma modernização no processo produtivo, sem, contudo, completá-lo. Além disso, essa modernização parcial da industrialização do açúcar não estava assentada em grandes unidades produtivas, isto é, não apresentava escala de produção, nem a estrutura latifundiária característica das usinas, tornando-se mais apropriado denominá-las de “meias-usinas”.

Para Passos Subrinho (1987, p. 76), a proliferação das meias-usinas pode ser explicada parcialmente pela dificuldade de transporte, uma vez que durante todo o século XIX apenas os poucos quilômetros da ferrovia particular do Engenho Central Riachuelo foram construídos, permanecendo o carro de boi como o principal meio de transporte do açúcar no estado. Segundo o autor, “*essa dificuldade de transporte, aliada a uma estrutura fundiária relativamente dispersa e à baixa acumulação de capital, ao nível da unidade produtiva, devem explicar a proliferação de meias-usinas em Sergipe*”.

No caso da indústria têxtil, seu desenvolvimento estava atrelado à disponibilidade local de matéria-prima, oferta de mão-de-obra barata, mercado para produtos baratos de algodão, fontes adequadas de força motriz e disponibilidade de capital.

Embora a renda monetária dos trabalhadores fosse muito baixa, impondo limites estreitos ao mercado potencial de produtos de algodão, o crescimento da renda interna da região estava ligado ao desempenho do setor exportador, tanto de algodão quanto de açúcar, que determinava a demanda por têxteis. *“Essa demanda era representada, sobretudo pela necessidade de tecidos grosseiros de algodão para ensacamento, enfardamento e para vestuário dos escravos e das classes pobres”* (SUZIGAN, 2000, p. 135-136).

Esses fatores também foram determinantes para o surgimento da indústria têxtil sergipana, cuja primeira fábrica de tecidos foi fundada em 1882 por um comerciante que desenvolvia atividades de exportação e importação na cidade de Maruim, um dos centros do comércio açucareiro da Província. Sob a denominação de Cruz e Cia, a Fábrica Sergipe Industrial mantinha 60 teares em movimento e 170 operários, que trabalhavam cerca de 12 horas por dia. Sua produção constava de brins, cetim, bulgariana, algodãozinho, estopa e, principalmente, sacos para a embalagem do açúcar (IEL, 1986).

Uma década depois foi fundada a segunda fábrica têxtil – a Santa Cruz, em Estância – que se constituía numa filial dos empreendimentos Souza Sobrinho e Cia, com sede na Bahia e vinculada à casa comercial “João Sobrinho”. Com um total de 150 teares e aproximadamente 250 operários, sua produção consistia na fabricação de tecidos crus (IEL, 1986).

Segundo Passos Subrinho (2001), boa parte das fábricas têxteis do estado fundadas até 1930 parece ter em comum a vinculação a alguma casa comercial. Assim, nas primeiras décadas do século XX foram fundadas novas fábricas de tecidos: a Peixoto Gonçalves e Cia (1906) e a Empresa Têxtil (1906), em Neópolis; a Ribeiro Chaves e Cia (1907), em Aracaju; e a Empresa Industrial de Propriá (1913), todas ligadas a grupos comerciantes locais ou regionais. As exceções foram: a Empresa Industrial São Cristóvão (1915), fundada na cidade do mesmo nome; a Sergipe Fabril (1926), em Maruim; a Fábrica Senhor do Bonfim (1914), em Estância; e a Fábrica de Tecidos Riachuelo (1926). Esta última foi a única indústria que não tinha ligação direta com capitais predominantemente comerciais, pois estava vinculada ao Engenho Central Riachuelo. Contudo, mesmo que o seu proprietário fosse, antes de tudo, um usineiro, também possuía empreendimentos comerciais.

Em suma, pode-se dizer que, em Sergipe, os capitais destinados à industrialização do açúcar tiveram origem nos antigos engenhos coloniais, dessa forma, mantendo relação direta com o setor exportador, ao passo que o segmento têxtil originou-se de capitais

acumulados em atividades indiretas, correspondentes às relações comerciais desenvolvidas pelos empórios sergipanos.

Colocada em suas linhas gerais a formação dos dois principais segmentos industriais de Sergipe, cabe investigar o processo de expansão e retração industrial ao longo da primeira fase de integração da economia brasileira.

1.3.2. A concorrência extra-regional: efeitos sobre uma indústria infante

De acordo com o Censo Industrial, do IBGE, em 1907, havia em Sergipe 103 estabelecimentos fabris, dos quais, 62 vinculados à produção de açúcar e 4 ligados à fiação e tecelagem. Os gêneros industriais (indústria têxtil e produtos alimentares) dos quais esses dois segmentos faziam parte respondiam por 90% do valor da produção total do estado, empregavam 85,3% da força de trabalho e totalizavam 95,5% do capital investido, sendo mais significativa a participação relativa da indústria têxtil, que perfazia 31,5% do total³⁰, com apenas quatro estabelecimentos (**Tabela 1.7**).

Em âmbito nacional, Sergipe ocupava a 10^a posição em número de estabelecimentos, em 1907, e o valor da sua produção correspondia a 2% da produção total do país. Em termos de ramos, o açúcar representava 12,8%³¹ do valor da produção total brasileira (usinas e refinarias), e os têxteis, 1,5% do total da indústria (IBGE, 1986). Contudo, como destaca Passos Subrinho (1987), as bases sobre as quais se assentavam a indústria sergipana eram extremamente frágeis, com total ausência, ou insignificante participação, de importantes gêneros, como, por exemplo, mecânica, metalurgia, química e farmacêutica, material elétrico e de comunicação etc.

³⁰ De acordo com dados do Censo Industrial, do IBGE, em 1907 o capital empregado no setor têxtil foi de 4.458:400\$, ao passo que no setor açucareiro foi de 8.942:958\$ (IBGE, 1986).

³¹ Se considerarmos apenas o açúcar proveniente das usinas, uma vez que em Sergipe não existia refinaria, sua participação era de 15,8% da produção brasileira.

Tabela 1.7
SERGIPE
Indústria de Transformação
1907-1920

Gêneros da Indústria	Nº Estabelecimentos		Operários Empregados		Valor da Produção (em 1.000\$)	
	1907	1920	1907	1920	1907	1920
Minerais não metálicos	...	85	...	422	...	863
Metalurgia	9	2	91	...	334	...
Madeira	5	1	67	...	145	...
Química e Farmacêutica	4	9	116	13	593	244
Têxtil	4	55	1288	4.234	2.616	23.761
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	11	27	95	153	214	592
Produtos Alimentares	63	86	1294	91	10.719	24.379
Bebidas	3	26	38	91	99	4.505
Fumo	4	10	38	200	89	325
TOTAL	103	301	3.027	5.204	14.809	54.669

Fonte: 1907 – IBGE – Censo Industrial
1920 - Passos Subrinho (1987, p. 88)

A propósito, a existência de nove empresas no gênero “metalurgia”, em 1907, restringia-se a pequenas fundições e obras sobre metais que, dada sua localização, voltavam-se para o atendimento das necessidades dos engenhos e usinas. Os demais segmentos localizavam-se, principalmente, em Aracaju e Estância. Esta última, apresentando preeminência sobre a capital, tanto em número de indústrias quanto em ramos de atividade. Juntas, essas duas cidades concentravam cerca de 30% do total de indústrias de Sergipe (IBGE, 1986).

No gênero “minerais não metálicos” que, em 1920 se registra valor de produção, devia-se aos ramos de produção de cal, vasilhames e material de barro - atividades organizadas sob a forma artesanal. Nesse período, inexistiam atividades tipicamente fabris em Sergipe, como a produção de cimento, cerâmica etc. Quanto ao gênero “química e farmacêutica”, restringiu-se a perfumaria, sabões e velas. (PASSOS SUBRINHO, 1987).

De modo geral, o crescimento industrial verificado no período intercensitário deveu-se quase que exclusivamente aos gêneros têxtil (responsável por 53% do crescimento total) e produtos alimentares (responsável por 34,3% do crescimento total). Além de terem liderado o crescimento industrial, esses dois gêneros foram os que tiveram a maior participação no valor da produção industrial, mesmo com queda de participação do

gênero “produtos alimentares”. Este que, em 1907, respondia por 72,4% da produção do estado, reduziu sua participação para 44,6%, em 1920. Quanto ao gênero têxtil, sua participação, que era de 17,6%, em 1907, elevou-se para 43,5%, em 1920. Portanto, os dois principais gêneros da indústria de transformação sergipana, que em 1907 participavam com 90% do valor da produção, apresentaram leve declínio em 1920, perfazendo 88% do total, conforme **Tabela 1.7**.

Como o estágio de integração inter-regional ainda era relativamente diminuto, a economia sergipana podia contar com o seu mercado interno – embora exíguo –, e algumas outras regiões que demandavam os produtos locais, notadamente o Rio de Janeiro. Ademais, como a indústria paulista ainda não havia consolidado a sua hegemonia, foi possível verificar o crescimento da indústria têxtil sergipana, no período intercensitário. A partir da década de 1920, uma nova dinâmica de acumulação marcaria a economia brasileira, com reflexos significativos para as economias periféricas, como a sergipana.

O novo padrão de acumulação, dominado pelo capital industrial e concentrado regionalmente em São Paulo, exigiria, de início, a remoção das principais barreiras que dificultavam a integração do mercado nacional, permitindo-lhe, assim, ampla reprodução (CANO, 1998b). Até então, a integração do mercado interno apresentava tênues ligações mercantis dificultadas tanto pelas enormes distâncias e insuficiência de transportes, quanto pela existência de impostos interestaduais, que foram extintos entre 1938 e 1943. A partir de 1940, todas as regiões do país seriam interligadas, devido à construção e modernização rodoviária, que atingiria seu ponto máximo a partir da industrialização pesada (CANO, 1988).

Esse processo de integração do mercado nacional geraria três tipos de efeitos sobre as economias regionais, comandados por São Paulo: os de estímulo, inibição ou bloqueio e destruição (CANO, 1988; CANO, 1998b).

Os efeitos de estímulo seriam decorrentes do avanço da industrialização e urbanização, concentradas em São Paulo e Rio de Janeiro, que passavam a exigir das demais regiões brasileiras relações de complementaridade agrícola, mineral e industrial. Os efeitos de inibição ou bloqueio consistiam em “barreiras à entrada” para determinadas indústrias, ou seja, instaurado o processo de industrialização em São Paulo, determinadas indústrias já instaladas (ou que pudessem vir a sê-lo) não se repetiriam na periferia, bloqueando ali seu surgimento. Já os efeitos de destruição manifestaram-se a partir do aumento da concorrência entre produtores das distintas regiões (CANO, 1988; CANO, 1998b).

No caso de Sergipe, quando os seus principais produtos voltaram-se para o mercado interno, apesar de não existir, ainda, um processo de industrialização no país³², já se observava, grosso modo, os efeitos descritos acima.

Para o açúcar, foi ilustrativo o efeito de bloqueio, mantendo sua participação média em torno de 55% do volume das exportações³³ do Estado, no período de 1890 a 1930³⁴. O algodão, embora experimentasse um leve estímulo na primeira década do século, apresentaria forte queda, decorrente dos efeitos de destruição provocados pelo aumento da concorrência no mercado nacional. Já os produtos têxteis, de reduzida participação nas exportações estaduais no início da década, conheceriam efeitos de estímulo a partir da I Guerra Mundial, decorrentes da complementaridade exigida pelas indústrias do Sudeste quanto ao fornecimento de tecidos para a classe trabalhadora (vide **Tabela 1.1**).

Entre 1931 e 1945, embora não tenhamos dados sobre o volume de exportações do Estado para todo o período³⁵, a **Tabela 1.8** sugere que a produção açucareira sergipana experimentou leve estímulo, não obstante o Nordeste apresentasse queda de participação do produto, no cenário nacional.

Tabela 1.8
BRASIL
Produção Açucareira das Usinas
Participação Relativa

Quinquênios	Nordeste/ Brasil	São Paulo/ Brasil	Sergipe/ Brasil	Sergipe/ Nordeste
1930-1934	63,2	15,7	5,1	7,8
1935-1939	56,1	19,6	5,3	9,5
1940-1944	58,5	18,7	5,7	9,8
1945-1949	50,4	24,4	3,7	7,3
1950-1954	44,1	32,5	2,1	4,9
1955-1959	39,4	40,7	1,6	4,0

Fonte: Nascimento (1994, p.54)

³² O fato da indústria ainda não ser o centro dinâmico de acumulação do país poderia nos impedir de utilizar os efeitos descritos por Cano (1998b), para o período 1890-1930. Contudo, queremos ressaltar tão somente as consequências que o direcionamento das exportações sergipanas para um mercado “menos dinâmico” que o internacional e susceptível a uma maior competição – dada a diminuição relativa do mercado consumidor – tiveram no processo de desenvolvimento industrial do Estado. Assim, reiteramos a informação de que os efeitos de estímulo, inibição ou bloqueio e destruição foram originalmente concebidos para o período em que a indústria tornou-se o principal determinante do emprego e da renda do país, ou seja, posterior a 1930.

³³ Deve-se lembrar que o uso do termo “exportações” está se referindo à venda dos produtos sergipanos para mercados exteriores ao seu, uma vez que a partir de 1912 o mercado interno foi o principal destino das mercadorias desse Estado.

³⁴ Passos Subrinho (2000) lembra que, paradoxalmente, a quantidade exportada de açúcar sergipano apresentou crescimento ao longo do período, mas seu preço mostrou-se cada vez mais deprimido.

³⁵ Segundo Nascimento (1994), a participação percentual do açúcar sergipano no valor total das exportações do Estado manteve-se, em média, em torno de 53%, no período 1929-1935. Já os tecidos, tiveram uma participação média de 28%, no período citado.

Esse crescimento, todavia, devia-se à intervenção governamental realizada por meio do estabelecimento de quotas de produção para todos os Estados produtores de açúcar – visando amparar os estados nordestinos –, através da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA³⁶), em 1933. O algodão, que já havia sido marginalizado no mercado nacional, não se mostrou capaz nem mesmo de atender à demanda interna (NASCIMENTO, 1994), apresentando, inclusive, queda constante do total da área cultivada para o produto, a partir de 1938³⁷ (**Tabela 1.9**).

Tabela 1.9
SERGIPE
Produção e Área Cultivada de Açúcar, Algodão e Tecidos
1931-1945

Anos	Produção				Área Cultivada (ha)		
	Açúcar (saco 60 kg)	Algodão (t)	Tecidos (1.000 m)	Arroz (saco 60 kg)	Cana-de-Açúcar	Algodão	Arroz
1931	778.350	13.750	39.665	96.200	11.810	30.937	4.710
1932	645.416	5.966	34.340	90.000	12.340	15.299	4.910
1933	362.000	20.613	28.204	146.920	5.520	50.000	7.350
1934	319.400	20.723	31.630	120.000	4.800	34.539	6.670
1935	867.600	16.667	28.350	50.000	12.410	30.300	3.530
1936	811.677	18.827	35.031	88.000	17.390	34.220	5.900
1937	607.448	19.583	38.150	90.000	13.100	39.696	6.200
1938	493.140	16.667	41.692	90.000	10.000	34.013	6.140
1939	678.277	14.156	42.730	143.177	18.068	29.291	4.773
1940	920.975	12.255	38.536	146.300	15.671	25.710	4.874
1941	945.328	11.837	40.916	220.949	16.126	24.155	7.045
1942	687.017	11.667	56.569	241.100	15.003	23.333	7.193
1943	879.943	13.333	56.354	204.083	8.406	25.860	5.366
1944	901.898	8.900	49.693	153.392	13.845	16.251	4.496
1945	784.334	6.218	46.549	142.640	15.510	12.393	6.955

Fonte: Dantas (1983)

A indústria têxtil manteve seus efeitos de estímulo, mas também conheceu efeitos de inibição ou bloqueio. Voltada desde o início para a produção de tecidos grosseiros, não seria capaz de diversificar sua produção e fabricar tecidos finos, passando a importá-los dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. Como destaca Nascimento (1994), a indústria têxtil sergipana, durante um bom período, viu-se na contingência de exportar para o centro-sul seus tecidos grossos, para serem aí beneficiados e depois retornarem para consumo.

³⁶ Para uma análise da atuação do IAA na economia sergipana ver Nascimento (1994).

³⁷ A redução da área cultivada não significa, necessariamente, queda da produtividade, dada a possibilidade de introjeção de progressos técnicos; o que não foi o caso de Sergipe.

Dessa forma, se por um lado, o período citado foi de estímulo para a produção de tecidos grosseiros, por outro, obstaculizou o desenvolvimento de indústrias mais modernas e com maior valor agregado (ver **Tabela 1.10**).

Tabela 1.10
NORDESTE
Indústria Têxtil - Participação Regional (em %)
1940-1960

Estados	Valor de Transformação Industrial (VTI)			Taxa de Crescimento Anual	
	1939	1949	1959	1939-1949	1949-1959
Maranhão	4,7	4,0	4,0	4,7	2,2
Piauí	0,4	0,2	0,5	-3,3	15,4
Ceará	6,3	5,7	12,1	5,1	10,3
Rio Grande do Norte	3,7	2,9	7,1	3,8	11,7
Paraíba	15,4	13,8	21,2	5,0	6,8
Pernambuco	40,1	47,7	30,2	8,2	-2,3
Alagoas	13,0	11,7	10,1	5,2	0,8
Sergipe	9,8	7,4	6,2	3,3	0,5
Bahia	6,6	6,6	8,6	6,2	5,1
Total	100,0	100,0	100,0	-	-

Fonte: Nascimento (1994, p. 134)

Embora não seja objeto de análise deste trabalho cabe mencionar, mesmo que de forma sumária, que a agricultura sergipana parece ter experimentado um *efeito inibitório* “às avessas”, neste período. Ou seja, devido à baixa capitalização e tecnificação dos produtores locais ganhou dinamismo a produção de culturas “simples”, como arroz não-irrigado e mandioca, que por não oferecerem à agricultura pólo uma taxa adequada de retorno, desenvolveram-se nas regiões periféricas (CANO, 1998b). Em Sergipe, a produção de arroz³⁸ apresentou crescimento significativo a partir de 1939, bem como, de milho e de mandioca, que apesar de não se destinarem ao mercado externo desempenhavam papel destacado na economia do estado (DANTAS, 1983).

Finalmente, a partir de 1945, com a eliminação total dos impostos inter-regionais e a ampla integração do mercado nacional, os produtos sergipanos sofreriam os efeitos de destruição provenientes da indústria paulista. A participação relativa da produção açucareira sergipana apresentou queda continuada, ao mesmo tempo em que a produção de São Paulo elevou-se substancialmente (vide **Tabela 1.8**). No caso da indústria têxtil, além

³⁸ Dantas (1983, p. 31) afirma que o cultivo do arroz ocorria “sobretudo às margens do rio São Francisco, provavelmente, grande proporção em sistema de parceria (...)”, levando-nos a concluir que era reduzida a utilização de técnicas de irrigação, corroborando, assim, seu baixo nível técnico e de capitalização.

da redução de participação relativa – de 9,8% no VTI do Nordeste, em 1939, passou para 6,2%, em 1959 – ressalta-se a queda da taxa de crescimento anual, que era de 3,3% ao ano, no período 1939-1949, para 0,5% ao ano, na década seguinte (vide **Tabela 1.10**).

Com isso, pode-se dizer que o processo de articulação comercial da economia brasileira gerou efeitos que podem ser atribuídos tanto ao grande dinamismo da economia paulista quanto à incapacidade das economias periféricas de modernizarem e diversificarem suas estruturas produtivas.

De fato, até 1960 predominava na indústria de transformação nordestina os ramos ligados aos bens de consumo não duráveis, que possuem reduzida capacidade de criar mercados próprios, uma vez que seus efeitos de encadeamento industrial, intra e intersetorial, são extremamente fracos (**Tabela 1.11**³⁹). No final do período, observa-se o aumento da participação dos bens intermediários, indicando as mudanças que se processariam na indústria nordestina a partir de 1960. Cabe registrar, ainda, a quase total ausência de bens de consumo duráveis, na estrutura industrial sergipana.

Tabela 1.11
NORDESTE- SERGIPE
Valor da Transformação Industrial (VTI)
Participação dos Ramos mais Importantes (em %)
1940-1960

GÊNEROS	NORDESTE			SERGIPE		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Extrativa Mineral	3,6	3,2	11,8	1,8	3,2	3,6
Produtos Minerais Não-Metálicos	2,2	5,1	7,2	0,8	5,2	7,3
Têxtil	35,6	34,2	21,2	57,0	49,4	40,5
Produtos Alimentares	34,4	42,6	36,7	28,0	30,0	33,7
Total	75,8	85,1	76,9	87,7	87,9	85,1

Fonte: Nordeste - Magalhães (1983)

Sergipe – IBGE – Censo Industrial (1940, 1950, 1960)

Analisando a participação de Sergipe no Valor de Transformação Industrial da economia regional, observa-se que o estado apresentou a mesma ordem de importância dos segmentos industriais da economia nordestina, com exceção da década de 1940, em que o gênero “produtos farmacêuticos e veterinários” mostrava-se superior aos “produtos minerais não metálicos”. Assim, em 1940, os principais segmentos da composição industrial sergipana eram: têxteis, produtos alimentares, indústria extrativa e produtos farmacêuticos (2,1%), totalizando 88,9% do total da indústria para esse ano.

³⁹ Para verificar a participação dos demais ramos da indústria sergipana e nordestina ver **Tabela 1.11.1**, no anexo estatístico.

Com isso, pode-se dizer que tanto a economia nordestina quanto a sergipana, em termos de empresas, estavam concentradas nos ramos ligados à base de matérias-primas regionais (algodão, couros e peles, minerais) e atendiam a um mercado de produtos simples (têxteis grosseiros, gorduras e óleos vegetais etc.). Dessa forma, com o aumento da competição inter-regional, a participação da região Nordeste no valor de transformação industrial do país apresentou queda continuada, passando de 10,8%, em 1939, para 9,3%, em 1949, atingindo 7,6%, em 1959 (MAGALHÃES, 1983).

Em termos de concentração regional, historicamente, a indústria do Nordeste localizou-se em Pernambuco e Bahia, que respondiam desde o início do século por cerca de 60% da produção industrial regional (**Tabela 1.12**).

Tabela 1.12
NORDESTE
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
Distribuição Espacial do Valor da Produção (em %)

1907-1959					
Estados	1907	1919	1939	1949	1959
Maranhão	5,65	4,46	2,79	2,89	4,09
Piauí	0,99	1,58	0,80	0,56	1,21
Ceará	2,44	5,05	5,90	6,72	9,73
Rio Grande do Norte	2,55	3,99	5,21	4,57	6,37
Paraíba	3,63	7,02	10,82	9,67	9,53
Pernambuco	45,63	42,30	45,88	45,88	35,54
Alagoas	8,57	10,40	10,03	8,65	6,32
Sergipe	12,24	7,57	5,36	4,72	3,16
Bahia	20,73	17,64	13,40	16,34	24,08
Nordeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Magalhães (1983, p. 266)

O caso de Sergipe é singular porque, ao passo que os demais estados nordestinos apresentavam movimentos de expansão e/ou retração da participação regional, sua participação reduziu-se continuamente. Assim, Sergipe, que em 1907 ocupava a terceira posição no valor da produção regional, chegou à década de 1960 ocupando a penúltima posição no valor da produção nordestina.

Contudo, Cano (1998b, p. 94) ressalta que “*a rigor, não se pode falar em estagnação industrial em nenhuma das regiões brasileiras*”. Ao contrário, todas cresceram, embora algumas a um ritmo mais moderado. Porém, o crescimento mais lento da economia nordestina, e sergipana, em particular, e a falta de políticas de desenvolvimento em nível nacional que compensassem as disparidades regionais,

alargaram as diferenças entre as regiões periféricas e o centro dinâmico de acumulação do país. Essa situação seria atenuada, em termos, a partir da década de 1960, com a criação da SUDENE e o estabelecimento de políticas de desconcentração industrial, conforme será apresentado no Capítulo II.

Capítulo II – A INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA SERGIPANA À DINÂMICA NACIONAL – 1960/1985

A partir de 1959, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e com a progressiva transferência de capitais produtivos das regiões mais industrializadas para as periféricas, a economia nordestina conheceria uma nova fase, denominada por Guimarães Neto (1989) de “integração produtiva”, com mudanças significativas nas estruturas produtivas e nas relações de trabalho da região.

À luz desta nova conformação estrutural, o presente capítulo objetiva analisar como a economia sergipana se integrou ao mercado nacional, no período pós-1960 até 1985⁴⁰, procurando ressaltar a importância da participação do setor público para o processo de industrialização sergipana.

Dessa forma, o presente capítulo está estruturado em cinco tópicos: no primeiro, apresentam-se os principais condicionantes que favoreceram o processo de integração produtiva da economia sergipana à dinâmica nacional, quais sejam, as políticas de desenvolvimento regional da SUDENE e os investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND); no segundo, investiga-se a importância das políticas de incentivos fiscais (34/18-FINOR) para a industrialização do estado, através da análise do número de projetos aprovados, recursos liberados, empregos previstos e principais indutores à localização industrial; no terceiro, descreve-se a configuração produtiva da economia sergipana, no que se refere ao setor industrial, ao longo do período compreendido entre 1960 e 1985; no quarto, faz-se uma breve análise das relações comerciais de Sergipe com as demais regiões do país, bem como com o mercado internacional; no quinto e último tópico, tendo como pano de fundo o processo de desconcentração industrial da economia brasileira, ressalta-se a importância do setor público no desenvolvimento industrial de Sergipe, através da Formação Bruta de Capital Fixo e os efeitos na composição do seu Produto Interno Bruto.

⁴⁰ O período em análise justifica-se pelo fato de que a partir da década de 1960 o Estado, sobretudo a esfera federal, passou a intervir mais fortemente na economia nordestina e, por consequência, na economia sergipana. Esta atuação teve efeitos significativos até meados da década de 1980, quando os investimentos estatais sofreram um processo de maturação e, dada a crise fiscal e financeira que atingiu o Estado nacional, não foram realizadas novas inversões do setor público. Assim, queremos reafirmar que a crise do Estado brasileiro, embora tenha sido iniciada antes de 1985, para a economia nordestina (e sergipana), seus efeitos não foram sentidos de forma tão intensa até meados da década, conforme demonstraremos adiante.

2.1 *Os principais condicionantes para a integração produtiva da economia sergipana*

A partir da década de 1960, a Região Nordeste passou por significativas transformações nas suas estruturas produtivas e no relacionamento com as demais regiões do país, notadamente com o estado de São Paulo, que comandava desde a década de 1930 o novo processo de acumulação de capital, baseado na indústria.

Segundo Guimarães Neto (1989), o que se verificou foi a superação da fase de “articulação comercial”, que correspondeu à formação do mercado interno nacional, para a fase de “integração produtiva”, cuja relação predominante passou a ser a transferência de capitais produtivos da região central para as regiões periféricas, buscando explorar novas oportunidades de investimentos. Estas, em grande parte, foram criadas e fortalecidas por políticas que visavam corrigir as desigualdades regionais do desenvolvimento brasileiro.

Pode-se dizer que a “integração produtiva” foi resultante, em grande medida, das novas formas de atuação do Estado Brasileiro, notadamente a esfera federal, que passou a atuar mais fortemente nas regiões periféricas, seja através de inversões do setor produtivo estatal, seja através de estímulos fiscais e financeiros que passaram a ser oferecidos aos empreendimentos privados que se instalassem na região⁴¹.

Draibe (2004, p. 15) esclarece que *“já na etapa de industrialização restringida o crescimento econômico requereu não somente uma forte coordenação estatal, mas também uma ação do Estado inclusive como empresário, capaz de estender e levar até os seus limites os estreitos horizontes do setor privado”*.

Transformar interesses especificamente regionais em nacionais era um dos pressupostos para a integração do mercado nacional e para fazer avançar a industrialização do país (CANO, 1998b). Assim, coube ao Estado superar as formas de pressão e intervenção das oligarquias regionais, centralizando e concentrando cada vez mais o poder econômico e político no Executivo Federal, bem como as disposições sobre os meios repressivos e executivos (DRAIBE, 2004).

Ademais, foi tarefa do Estado romper os pontos de estrangulamento em energia e transporte e remover as principais barreiras que dificultavam a integração do mercado nacional, quais sejam, a eliminação de impostos interestaduais que incidiam sobre o comércio de mercadorias entre os estados e a melhoria do sistema de transportes (CANO, 1998b; MELLO, 1998).

⁴¹ Conforme Furtado (1981, p. 31-32), *“ali onde a iniciativa privada parecia relutar, o Estado atuou diretamente”*.

No entanto, o Estado atuou de forma diferenciada nas diversas regiões brasileiras, privilegiando os centros mais dinâmicos, capazes de estimular as atividades produtivas e reforçando o processo de concentração industrial no Centro-Sul, especialmente em São Paulo, empreendido no início do século XX (GUIMARÃES NETO, 1989).

Na Região Nordeste, especificamente em Sergipe, a atuação do Estado mostrou-se limitada e marcadamente assistencialista até a década de 1960. Sua intervenção estava restrita, grosso modo, às obras de combate às secas, via DNOCS⁴², e ao estabelecimento de quotas de produção de açúcar, via IAA, não contribuindo para aumentar a capacidade produtiva da região ou para criar fontes permanentes de emprego (MARANHÃO, 1984b).

Esse imobilismo devia-se, principalmente, à permanência de poder das oligarquias regionais que utilizavam os fundos públicos para a sustentação dos seus interesses econômicos e para a consolidação do seu poder político, viabilizando um sistema arcaico de produção e dominação (CARVALHO, 1987).

Como destaca Guimarães Neto (1989, p. 114), “até os anos [19]60 o Estado que [atuou] no Nordeste [restringiu] seu diálogo, no que se refere à sua política econômica e social, às camadas dominantes das ‘classes’ nordestinas, às oligarquias regionais, sobretudo voltadas para a exportação”.

Dados esses fatores, o que se verificou no Nordeste até a década de 1960 foi a predominância do capital comercial regional, ajustando-se ao contexto nacional através dos seus efeitos de estímulo, inibição ou bloqueio e destruição, uma vez que para esse capital mercantil era interessante manter as relações arcaicas de produção, obstaculizando o desenvolvimento das forças produtivas ou tornando lenta a sua transformação e modernização (GUIMARÃES NETO, 1989).

Isso fez com que o avanço da industrialização no Centro-Sul criasse um hiato econômico entre esta e a Região Nordeste, acirrando as disparidades inter-regionais e fazendo surgir a necessidade de políticas diferenciadas para as regiões periféricas. Além disso, verificou-se, no Nordeste, uma grande mobilização de segmentos diferenciados da sociedade civil que passaram a discutir e propor medidas concretas para o desenvolvimento regional⁴³.

⁴² Em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, e, posteriormente, em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, que tinha como objetivo investigar os condicionamentos físicos, econômicos e sociais da região Nordeste, para a implantação de rodovias, ferrovias, construção de barragens, açudes, poços e desenvolver a irrigação (Goodman e Albuquerque, 1974).

⁴³ Dentre os principais movimentos destacam-se as Ligas Camponesas e a sua luta por uma radical reforma agrária; os movimentos de reforma de base (agrária, urbana, universitária, tributária e a nacionalização de

Diante desse contexto, em 1956, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cujo propósito era identificar os principais problemas da região, as oportunidades para superá-los e os mecanismos mais eficazes para o seu desenvolvimento econômico e social.

O relatório do GTDN, publicado em 1959, constatou que havia uma enorme disparidade de renda entre o Nordeste e o Centro-Sul do país e este seria o mais grave problema a ser enfrentado. Além disso, constatou que a renda *per capita* do nordestino (US\$ 96) equivalia, em 1956, a menos da terça parte da renda do habitante do Centro-Sul (US\$ 303). Diante desse quadro, propugnava a necessidade de uma profunda transformação agrícola e agrária, bem como, um amplo processo de industrialização, para tirar a Região Nordeste do atraso econômico e social em que se encontrava (GTDN, 1997).

Desse modo, o GTDN propunha a implementação de novas políticas que reformassem e reorganizassem (e não apenas consolidassem) a velha estrutura agrária regional, promovendo um intenso desenvolvimento industrial no Nordeste (ARAÚJO, 2000c).

Com a finalidade de executar a política de desenvolvimento proposta para o Nordeste, como recomendava o GTDN⁴⁴, foi criada, pela Lei nº. 3.692, de dezembro de 1959, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, uma Autarquia diretamente ligada à Presidência da República, cujo objetivo era corrigir as desigualdades espaciais que se ampliavam com a industrialização e com a integração do mercado nacional.

Visando minimizar os efeitos da concentração industrial na Região Sudeste, notadamente em São Paulo, e aplinar as tensões sociais deflagradas no Nordeste, desde o início dos anos 1960 começou a ter vigência uma política de desenvolvimento regional, que se traduziu em novas formas de atuação do Estado na economia nordestina.

Como a dinâmica da acumulação privada mostrava-se insuficiente para realizar as mudanças necessárias, o setor público, em especial a esfera federal, passou a ter papel estratégico no processo de transformação. Os governos estaduais, por sua vez, também tiveram que mudar suas políticas, a fim de que houvesse uma unidade de propósitos (ARAÚJO, 2000c).

alguns setores industriais); o movimento de base da Igreja Católica e a presença do Partido Comunista no campo; e o receio de se repetir no Brasil algo semelhante à Revolução Cubana.

⁴⁴ Deve-se chamar a atenção para o fato de que embora o GTDN tivesse na industrialização do Nordeste o principal fator de propulsão do seu desenvolvimento econômico, esta não seria suficiente para atender às exigências que o desenvolvimento requeria, devendo atacar também a economia agrícola da faixa úmida, a incorporação de progressos tecnológicos e o deslocamento da fronteira agrícola (GTDN, 1997, p. 390).

Para Andrade (1981), entretanto, como pano de fundo para a redução dos desníveis regionais estava a necessidade da indústria instalada no Sudeste (muitas vezes filias de multinacionais) de integrar o mercado brasileiro e expandir a sua hegemonia sobre as regiões mais longínquas do país. Para esse autor, a confirmação desta assertiva estava nas prioridades estabelecidas nos planos diretores da SUDENE, que visavam, sobretudo, implantar políticas voltadas ao setor industrial e adiar o enfrentamento dos problemas agrários, obstaculizando a incorporação de milhões de camponeses à economia de mercado.

Os Planos Diretores de Desenvolvimento Regional, da recém criada Superintendência, serviriam de orientação para as ações que viriam a ser implementadas no Nordeste. Desse modo, o I Plano Diretor, que vigorou de 1961 a 1963, tinha como prioridade maior a ênfase na infra-estrutura econômica, ou na formação do capital social básico, com a implantação de rodovias, energia elétrica, infra-estrutura social (água e esgoto), como condição necessária ao crescimento econômico. Ademais, o referido Plano tinha como preocupação o reequipamento e modernização do parque têxtil de todos os estados nordestinos, implantando o programa de incentivos fiscais para a industrialização do Nordeste (ANDRADE, 1981; FURTADO, 1997; CARVALHO, 2001).

O II Plano Diretor, com vigência entre 1963 a 1965, deu continuidade aos programas iniciados no Plano anterior, de modernização e dinamização das indústrias tradicionais, com pequenas modificações, e procurou enfatizar as indústrias de grande porte, como a siderúrgica Usiba na Bahia e a usina salineira potiguar, contribuindo para firmar o controle de grandes empresas transnacionais no setor (ANDRADE, 1981).

Entre o II e o III Planos Diretores, a economia brasileira seria acometida pelo Golpe Militar de 1964, modificando substancialmente a atuação da SUDENE. Com o advento do Golpe Militar, a SUDENE sofreria uma forte intervenção e um redirecionamento das suas diretrizes. A partir desse momento, a solução dos problemas sociais do Nordeste seria obstada em função da hegemonia do capital oligopólico, e a SUDENE passaria a exercer o papel de agência de reforço à expansão oligopolista sobre o nordeste brasileiro (CARVALHO, 2001). Os governos militares trataram de tirar a relativa autonomia e legitimidade que havia sido imputada à Superintendência e transferiram os investimentos para outras atividades econômicas e para outras regiões do país, esvaziando a força coordenadora de desenvolvimento do Nordeste⁴⁵ (ALMEIDA & ARAÚJO, 2006).

⁴⁵ Furtado (1981) chama a atenção para o fato de que com os governos autoritários, além da centralização política, reforça-se o centralismo econômico, relegando as políticas de desenvolvimento regional destinadas

Segundo Tavares (1989, p. 265) “*não seriam exageradas afirmações como a de que a função da SUDENE ficou reduzida fundamentalmente à de uma grande organização para a aprovação de projetos, segundo o mecanismo do 34/18*”.

Desse modo, a política de desenvolvimento regional passou “*de uma concepção que objetivava fundamentalmente a ‘redução das disparidades regionais e níveis do desenvolvimento’ (...) para outra que apontava para a importância decisiva da ‘integração nacional’ dos diferentes sistemas econômicos regionais*” (BARROS & GALVÃO, 1984, p. 391 – grifos nossos). Ou seja, de uma industrialização motivada por objetivos mais sociais, caminhou-se para outra cujo objetivo estava pautado apenas no crescimento econômico.

O III Plano Diretor (1966-1968) procurou disciplinar as atividades industriais, estimulando o estabelecimento de distritos industriais nas capitais dos estados e promoveu uma maior diversificação e descentralização dos investimentos, além da criação de uma rede regional de comunicação e melhorias no sistema de transportes (ANDRADE, 1981).

Por fim, o IV Plano Diretor, que vigorou durante o período de 1968-1973, além de assegurar as metas estabelecidas nos Planos anteriores, trazia uma preocupação de cunho espacial, chamando a atenção para a concentração industrial nas metrópoles regionais – Salvador, Recife e Fortaleza – reproduzindo disparidades de renda intra-regionais tão negativas quanto as inter-regionais.

Em 1972, entretanto, o IV Plano Diretor foi transformado e incorporado no “Plano de Desenvolvimento Regional” (1972-1974), como parte do Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), subordinando as políticas de desenvolvimento regional às necessidades de consolidação da economia industrial do Centro-Sul (MARANHÃO, 1984b).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), elaborado para o período de 1975-1979, tinha como diretriz principal o crescimento econômico acelerado e contínuo, visando reafirmar a retórica do “Brasil Potência” (KON, 1999b). Para o Nordeste, o II PND representou uma política de industrialização inclinada, preponderantemente, para a implantação de grandes e modernos complexos industriais, notadamente químico e petroquímico, em função da vantajosa dotação de recursos naturais existentes na região.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), formulado para o período de 1980-1985, embora tivesse objetivos diferentes dos planos anteriores, visando o

ao Nordeste a um plano secundário, transformando a região em reservatório de mão-de-obra e fonte de matérias-primas para o restante do país.

reequilíbrio das contas externas e do balanço de pagamentos, bem como o controle da inflação, não chegou a ser implementado efetivamente⁴⁶ (KON, 1999b). Deve-se ressaltar que a década de 1980 foi caracterizada pela instabilidade econômica, pelos processos inflacionários profundos, pela crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, associada à crise externa, que contribuíram para a desaceleração da economia brasileira como um todo.

Contudo, quando a economia nacional entrou em crise, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a economia nordestina, particularmente a sergipana, ainda experimentou um curto período de crescimento, uma vez que a crise atingiu mais intensamente os setores produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis e estas economias voltaram-se para a produção de bens intermediários, cuja articulação ocorria através dos recursos naturais presentes em seus territórios.

Segundo Pacheco (1999), muitos dos investimentos realizados na economia nordestina no âmbito do II PND acabaram sendo revistos e dilatados no tempo (até meados dos anos 1980), o que favoreceu a continuidade do crescimento da economia da região, embora o país já enfrentasse uma intensa crise fiscal e financeira.

Ademais, como medida anticíclica para o período recessivo, observou-se a realização de investimentos voltados para a produção intensiva de grãos ou de fruticultura irrigada, como forma de elevar as exportações, beneficiando a Região Nordeste. Com isso, embora a economia nordestina apresentasse taxas de crescimento bem abaixo daquelas verificadas na década anterior, seu crescimento continuava a taxas superiores à média nacional (IBGE/IPEA/UNICAMP, 2001).

Dado o exposto, pode-se dizer que a partir da segunda metade dos anos 1960, o processo de expansão capitalista iniciou-se e consolidou-se na economia nordestina. As razões para esse dinamismo econômico, segundo Guimarães Neto (1989), foram explicadas em função de três etapas vividas pela região.

Na primeira fase verificou-se uma política mais geral de desenvolvimento regional e um conjunto de medidas direcionadas ao Nordeste, com destaque para os investimentos públicos de vultosos volumes e a maior racionalidade dos gastos destes recursos sob a coordenação da recém criada Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Nessa etapa, que se estendeu de 1960 a 1967, diversos mecanismos de incentivos fiscais e financeiros foram criados e colocados à disposição de investidores

⁴⁶ Para uma análise mais detalhada dos Planos de Desenvolvimento brasileiro, ver Kon (1999a).

privados para aplicação no setor industrial, seja na ampliação da capacidade produtiva ou na modernização das indústrias já existentes.

O segundo momento está associado ao período do “milagre brasileiro”, fase em que o crescimento da economia nordestina ocorreu a níveis superiores a 11% ao ano, acompanhando o dinamismo do conjunto da economia nacional. Nesse período, teve continuidade o dinamismo dos investimentos no Nordeste, particularmente os investimentos públicos, que entre 1967 e 1973 expandiram-se a 13% ao ano, e os investimentos na construção civil e na indústria de material de construção. Ademais, o governo federal realizou uma reforma fiscal e financeira, em 1966, e deu início às atividades do Banco Nacional de Habitação (BNH), que contribuíram sobremaneira para a permanência dos investimentos na região.

Não é demais lembrar que foi nesta fase que se verificou mais nitidamente o processo de desconcentração espacial da indústria de bens intermediários que, em face do prosseguimento do ciclo expansivo determinado pela continuidade da indústria pesada, estimulava a produção de insumos básicos na Região Nordeste, notadamente as atividades ligadas a produção de petróleo e a atividade petroquímica.

A terceira fase foi dada pelas políticas econômicas do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Esse plano apresentava como objetivos principais concluir a instalação da indústria pesada, internalizar a indústria de bens de capital, além de completar o parque industrial de insumos básicos e bens intermediários, e, ainda, promover a expansão dos principais serviços de infra-estrutura econômica sob responsabilidade das empresas estatais, particularmente os setores de energia, transportes e telecomunicações. Essa política beneficiou o Nordeste tanto no que diz respeito ao aprofundamento da produção de bens intermediários, que tinha nessa região uma área privilegiada para isso, quanto no tocante à expansão dos investimentos públicos.

A nova forma de atuação do Estado brasileiro no plano regional possibilitou, na década de 1970, sobretudo, a reversão do processo de concentração regional que a industrialização brasileira intensificara nos anos 1950 e 1960. O que se verificou, na verdade, foi a repetição da participação do Estado Nacional quando da implantação da indústria pesada no Sudeste, ou seja, o Estado Nacional efetuou a soldagem dos interesses de grupos privados regionais, nacionais e internacionais também no Nordeste (GUIMARÃES NETO & GALINDO, 1992).

Assim, o período que se estendeu de 1960 a 1985, a economia nordestina, e sergipana, em particular, verificou a criação de importantes segmentos produtivos, que

passaram a ser chamados de "nova indústria" nordestina, bem como a modernização de vários ramos industriais e outras atividades econômicas importantes. Vejamos, porém, como essas transformações gerais da economia nordestina se manifestaram na economia sergipana.

2.2 Os impactos do Sistema de Incentivos Fiscais (34/18-FINOR) para a economia sergipana

Após um período de intenso crescimento da economia brasileira, decorrente da implantação do Plano de Metas (1956-1961), com taxas de crescimento anual do PIB da ordem de 8,3% e taxa real da indústria de transformação de 11,3% ao ano, o país passaria a registrar taxas bem menores, 3,7% e 3,6% ao ano para esses dois indicadores, no período 1961/1967 (GUIMARÃES NETO, 1989).

A desaceleração estava associada ao término de um conjunto muito integrado de investimentos realizados na segunda metade dos anos 1950, quando foram instaladas as principais indústrias de bens de consumo durável e de capital, como a automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e de máquinas e equipamentos, ao mesmo tempo em que houve ampliação considerável das indústrias básicas, como siderurgia, petróleo, materiais não-ferrosos, celulose e papel, química pesada etc.

Dessa forma, no período 1961/1967, caracterizado por um ciclo de semi-estagnação econômica, foram preparadas novas transformações na economia brasileira, com significativas repercussões para as economias periféricas (GUIMARÃES NETO, 1989). Nesse período, a economia nordestina cresceu bem mais que a economia brasileira, decorrente, sobretudo, das novas formas de atuação do Estado que se coadunavam com o processo de desenvolvimento das forças capitalistas pela qual passava o país, exigindo a conquista de novos mercados para os seus produtos⁴⁷.

Como já se fez referência, entre 1960 e 1967 a política governamental voltada para o Nordeste teve como eixos de atuação, duas linhas principais: os incentivos fiscais do Sistema 34/18 que visavam estimular a atividade privada e, de forma complementar, as inversões públicas em infra-estrutura e em setores de base.

Os incentivos fiscais, inicialmente conhecidos como Sistema 34/18, foram assim designados por referirem-se ao Artigo 34 do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de

⁴⁷ Segundo Guimarães Neto (1989), a taxa média de crescimento da economia brasileira no período citado foi de 4,5% ao ano, ao passo que a economia nordestina apresentou crescimento médio de 5,6% ao ano.

1961, e as alterações introduzidas pelo Artigo 18, do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963, que criaram e regulamentaram os incentivos para as inversões no Nordeste (GOODMAN & ALBUQUERQUE, 1974).

O Sistema 34/18 baseava-se na relação entre três agentes: a empresa optante (ou depositante), a empresa beneficiária (ou investidor) e a SUDENE. A empresa optante era a pessoa jurídica, situada em território nacional, que poderia deduzir do seu imposto de renda, determinada parcela a ser investida no Nordeste. A beneficiária era responsável pela elaboração, implantação e desenvolvimento dos projetos a serem implantados no Nordeste. Já a SUDENE, era responsável pela aprovação e fiscalização da aplicação dos recursos, de acordo com os planos traçados para o desenvolvimento regional (CARVALHO, 2001).

O mecanismo permitia a concessão de estímulos fiscais e financeiros a projetos industriais, agropecuários e de telecomunicações localizados na área de jurisdição da SUDENE e caracterizava-se: a) pela possibilidade de a pessoa jurídica deduzir até 50% do imposto de renda devido, desde que os recursos fossem reinvestidos em projetos industriais, considerados pela SUDENE como prioritários para o desenvolvimento do Nordeste; b) pela obrigatoriedade de contrapartida de recursos próprios e; c) pela obrigatoriedade do cumprimento dos prazos estabelecidos nos projetos, sob pena de reversão dos recursos para o Tesouro Nacional⁴⁸ (GUIMARÃES NETO & GALINDO, 1992).

Muitas modificações foram feitas ao longo do tempo, seja no sentido de aperfeiçoamento, seja visando sua extensão para novos segmentos produtivos ou regiões, dados os resultados satisfatórios alcançados com o programa. Uma das mudanças mais significativas foi a instituição do sistema FINOR – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, através do Decreto Lei nº. 1.374, de 12 de dezembro de 1974 (GUIMARÃES NETO & GALINDO, 1992).

O FINOR tinha como objetivo principal corrigir as distorções provocadas pelo sistema 34/18, tais como a cobrança de altas taxas de captação e a demora na implantação dos projetos privados. A mudança mais significativa estava na forma pela qual eram aplicados os recursos, eliminando-se a captação direta feita por cada investidor e conferindo à SUDENE a determinação da alocação de recursos em cada projeto, cabendo

⁴⁸ Para uma análise mais detalhada acerca do mecanismo de incentivos fiscais 34/18 ver, dentre outros, Goodman e Albuquerque (1974), Santos (1995), Hirschman (1967), Moreira (1979), Guimarães Neto e Galindo (1992).

ao optante apenas a aposta na rentabilidade média do Fundo (GUIMARÃES NETO E GALINDO, 1992).

Desse modo, o FINOR visava aplicar recursos através de subscrições de ações em projetos em implantação no Nordeste e garantir um modelo auto-sustentado de mobilização de poupanças para investimentos privados, fomentando o desenvolvimento econômico regional (SUDENE/BNB, 1986).

Guimarães Neto (1989) lembra que embora os incentivos fiscais e financeiros fossem um dos mais importantes estímulos à industrialização do Nordeste, outros mecanismos, como a isenção total ou parcial do imposto de renda para as empresas novas ou já existentes, o aval da SUDENE para a obtenção de empréstimos junto aos bancos oficiais (BNB, BNDE) e isenções de impostos estaduais sobre circulação de mercadorias, concedidos por prazos de até 5 anos a empresas que se localizassem em determinado estado, também completavam a gama de incentivos para inversões na região Nordeste.

No que diz respeito especificamente ao Estado de Sergipe, a aprovação de projetos pela SUDENE passou a ocorrer a partir de 1962, com 03 projetos aprovados. No entanto, o aporte de recursos provenientes do Sistema 34/18 somente foi liberado a partir de 1964, indicando a falta de agilidade na consecução dos objetivos pretendidos (ANDRADE, 1981).

Entre 1960 e 1967, Sergipe obteve aprovação para 20 projetos de natureza diversa, e não exclusivamente industrial, o que representou 2,6% do total de projetos aprovados no período, ficando à frente apenas dos estados do Maranhão e Piauí, conforme **Tabela 2.1**. A título de ilustração, o estado de Alagoas, que possuía estrutura produtiva semelhante à de Sergipe, conseguiu aprovação para 39 projetos, o que correspondia a 5,1% do total. Os maiores beneficiados, no entanto, foram os estados de Pernambuco (35,7%), Bahia (19,9%) e Ceará (15,2%), que, juntos, perfaziam 70,8% do total de projetos aprovados pela SUDENE.

Tabela 2.1
NORDESTE
Projetos Aprovados pela SUDENE
1960/1977

Ano	Número por Estado										Total
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG*	
1960	-	-	3	-	5	8	2	-	6	-	24
1961	1	1	-	-	4	10	1	-	5	-	22
1962	2	1	8	2	8	17	2	3	15	-	58
1963	1	3	13	6	11	25	4	5	13	-	81
1964	1	2	18	3	8	29	5	2	16	1	85
1965	2	4	13	4	16	38	6	2	19	-	104
1966	3	3	17	5	16	53	8	5	37	3	150
1967	3	5	47	9	30	99	11	3	45	6	258
1968	3	2	35	12	22	83	9	5	49	7	227
1969	1	4	34	20	19	78	3	4	48	11	222
1970	4	1	33	14	22	77	5	8	47	5	216
1971	2	3	30	10	21	53	2	4	35	11	171
1972	1	-	20	11	11	40	3	4	28	5	123
1973	3	3	14	9	9	25	1	4	23	11	102
1974	2	1	16	10	4	26	2	6	31	7	105
1975	1	-	11	6	8	14	1	4	14	4	63
1976	3	3	14	6	6	25	5	3	24	9	98
1977	-	-	7	7	9	16	3	1	15	11	69
Total	33	36	333	134	229	716	73	63	470	91	2178

Fonte: Andrade (1981)

* O estado de MG compreende à área do polígono das secas, atendido pela SUDENE.

Ainda que os três estados supracitados apresentassem maiores vantagens locacionais, uma importante característica do desenvolvimento industrial desse período foi o seu caráter concentrador, em termos espaciais. Assim, não obstante dispusessem de maiores vantagens aglomerativas (infra-estrutura, dotação de matérias-primas, etc.), concentrariam a maior parte dos recursos dos incentivos fiscais. No período de 1960 a 1967 eles totalizaram 84,1% dos recursos provenientes do Sistema 34/18. A participação de Sergipe ficou na ordem de 2,2% dos recursos incentivados (**Tabela 2.2**).

Tabela 2.2
NORDESTE
Participação Relativa do Valor Investido com
Recursos do 34/18
(em %)

Estados	Período		
	1960/1967	1968/1973	1974/1977
Maranhão	0,7	1,4	1,2
Piauí	0,8	8,3	0,0
Ceará	5,9	7,6	5,5
Rio G. Norte	4,4	3,4	5,6
Paraíba	4,2	6,1	3,2
Pernambuco	45,5	25,4	14,9
Alagoas	1,6	2,7	5,3
Sergipe	2,2	0,5	1,2
Bahia	32,6	39,9	58,5
Minas Gerais*	2,1	4,8	4,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Andrade (1981)

* Compreende a área do Polígono das Secas, atendida pela SUDENE

Em que pese à reiterada importância dos incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, as mudanças que se processaram a partir do golpe militar também trouxeram implicações para o Sistema 34/18, que foi arrefecendo ao longo do tempo (BARROS & GALVÃO, 1984). Uma das explicações para que o programa de incentivos fiscais perdesse seu caráter de diferenciação e dinamicidade foi a sua extensão a outras regiões, acarretando na redução dos recursos à disposição dos investidores no Nordeste, bem como devido à criação e manutenção de outros incentivos ao desenvolvimento industrial do país como um todo.

No que se refere ao recolhimento dos incentivos, as alterações mais significativas foram as aberturas para aplicações em pesca, reflorestamento e turismo, a partir de 1968, e a criação do PIN – Programa de Integração Nacional, em 1971, e do PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste, em 1972⁴⁹ (GALVÃO, 1987). Essas medidas tiveram como consequência a redução da quota de recursos destinados à SUDENE, que passou de 76% em 1967 para 56% em 1969, 32% em 1971 e 21% em 1973 (**Tabela 2.3**).

⁴⁹ Para uma análise mais detalhada acerca do PIN e do PROTERRA, ver Galvão (1987), Tavares (1989), Carvalho (2001).

Tabela 2.3
BRASIL
Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais, segundo as Áreas de Aplicação
1962-1984

Exercícios	Destino dos Incentivos						PROTERRA	(%)
	SUDENE	SUDAM	SUDEPE	Turismo	Reflorestamento	PIN		
1962	100,0	-	-	-	-	-	-	100,0
1963	87,5	12,5	-	-	-	-	-	100,0
1964	91,6	8,4	-	-	-	-	-	100,0
1965	92,0	8,0	-	-	-	-	-	100,0
1966	82,9	17,1	-	-	-	-	-	100,0
1967	76,0	22,0	2,0	-	-	-	-	100,0
1968	64,5	22,8	6,1	5,0	1,6	-	-	100,0
1969	56,3	23,4	12,5	4,0	3,8	-	-	100,0
1970	54,0	22,1	13,4	3,9	6,6	-	-	100,0
1971	32,7	14,6	7,0	2,9	12,8	30,0	-	100,0
1972	24,1	9,0	3,3	2,3	12,0	30,5	18,8	100,0
1973	24,7	8,4	2,3	2,5	12,4	29,9	19,8	100,0
1974	23,9	9,4	1,2	2,2	12,7	30,4	20,2	100,0
1975	27,2	8,6	1,1	1,3	9,8	31,2	20,8	100,0
1976	21,8	7,3	0,8	1,5	15,9	31,6	21,1	100,0
1977	21,1	7,4	0,6	0,9	16,5	32,1	21,4	100,0
1978	19,9	7,8	0,5	0,8	19,8	30,7	20,5	100,0
1979	19,6	8,3	0,4	1,1	20,1	30,3	20,2	100,0
1980	20,2	8,7	0,4	1,1	19,4	30,1	20,1	100,0
1981	21,6	8,5	0,4	0,9	18,6	30,0	20,0	100,0
1982	23,2	9,8	0,3	0,7	16,0	30,0	20,0	100,0
1983	23,4	9,5	0,4	0,8	15,9	30,0	20,0	100,0
1984	25,3	8,8	0,4	0,8	14,7	30,0	20,0	100,0

Fonte: SUDENE/BNB (1986)

Custeados com recursos que poderiam ser destinados ao Nordeste, o PIN e o PROTERRA reduziram ainda mais o suporte financeiro da região, proveniente dos incentivos do Imposto de Renda. Paradoxalmente, o período 1968/1973 foi o de mais intenso desembolso de recursos dos incentivos fiscais em benefício de projetos do Nordeste (Holanda, 1976).

Segundo Guimarães Neto (1989, p. 143), “*de fato, entre 1968 e 1973, anos do novo ciclo da expansão da economia brasileira, os investimentos fixos da indústria nordestina cresceram a 23% ao ano, ao tempo que o produto industrial expande-se a uma taxa de 9,1%, em termos anuais. Em relação aos investimentos, isto significa que eles quase triplicaram nos anos considerados, confrontando-se o nível de 1968 com o de 1973*”.

O número de projetos aprovados pela SUDENE cresceu 29,3% em relação ao período anterior e o Estado de Sergipe apresentou crescimento de 45%, perfazendo 29 projetos aprovados entre 1968 e 1973. No entanto, sua participação relativa no valor

investido apresentou queda no período citado, passando de 2,2%, entre 1960 e 1967, para 0,5% entre 1968 e 1973, contrariando a tendência geral da economia nordestina.

A partir de 1974, como já se fez referência, o Sistema 34/18 seria transformado em FINOR. Um fato que merece destaque é o aumento da participação da agricultura na absorção de mais recursos do programa de incentivos fiscais, em detrimento da indústria, conforme **Tabela 2.4**.

Tabela 2.4
NORDESTE
Incentivos do Sistema 34/18 - FINOR, aprovados por Setor/Ramo
Posição em 31.07.1984

(Em %)				
Anos	Indústria de Transformação*	Agropecuária	Outros**	Total
1963	97,5	2,0	0,5	100,0
1964	98,0	-	2,0	100,0
1965	94,4	1,2	4,4	100,0
1966	91,0	6,1	2,9	100,0
1967	91,9	6,7	1,4	100,0
1968	79,3	17,6	3,1	100,0
1969	58,0	27,3	14,7	100,0
1970	55,0	40,2	4,8	100,0
1971	45,2	48,5	6,3	100,0
1972	53,1	42,3	4,6	100,0
1973	86,8	9,1	4,1	100,0
1974	88,9	4,3	6,8	100,0
1975	76,5	21,2	0,2	100,0
1976	73,6	9,1	16,7	100,0
1977	60,5	34,2	5,3	100,0
1978	81,3	14,7	4,0	100,0
1979	74,2	25,5	0,3	100,0
1980	83,1	15,2	1,7	100,0
1981	74,7	21,8	3,5	100,0
1982	69,7	18,7	11,6	100,0
1983	74,6	17,6	7,8	100,0
1984	69,3	24,5	5,2	99,0
Total	74,9	19,0	6,1	100,0

Fonte: SUDENE/BNB (1986)

* Inclui Agroindústria

** Engloba Turismo, Serviço, Telecomunicações, Extrativa Mineral e Pesca

Ainda assim, estima-se que “*para cada unidade monetária que o Governo aplicou no Nordeste (via sistema de incentivos) foi carregada, adicionalmente, 1,85 unidade monetária de investimento privado (composto, notadamente, por recursos próprios dos empresários, empréstimos do setor bancário ou de outras fontes)*” (SUDENE/BNB, 1986, p. 25).

Passando de uma análise mais geral do programa de incentivos fiscais 34/18-FINOR para uma análise mais específica do setor industrial, objeto do nosso trabalho, vejamos quais os impactos que o Sistema 34/18-FINOR promoveu no estado de Sergipe.

2.2.1. Os Projetos Industriais Incentivados: princípio das mudanças setoriais sergipanas

No que diz respeito especificamente aos **Projetos Industriais**, o Estado de Sergipe obteve aprovação da SUDENE para a execução de 83 projetos, de natureza diversificada (implantação, ampliação, modernização, reformulação, adequação técnica ou financeira), para o período de 1963-1988, conforme **Tabela 2.5**.

Tabela 2.5
SERGIPE
Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE com Recursos do Sistema 34/18-FINOR
1963-1988

Natureza do Projeto	Quantidade	Participação Relativa (%)
1. Complementação de Equipamento	11	13,3
- Implantados	11	13,3
- Não Implantados	-	-
2. Ampliação	18	21,7
- Implantados	17	20,5
- Não Implantados	1	1,2
3. Modernização	7	8,4
- Implantados	7	8,4
- Não Implantados	-	-
4. Implantação	43	51,8
- Implantados	30	36,1
- Não Implantados	10	12,0
- Em Implantação	3	3,7
5. Reformulação Técnica e/ou Financeira	4	4,8
- Implantados	4	4,8
- Não Implantados	-	-
Total	83	100

Fonte: Santana (1991, p. 36)

Destacaram-se os investimentos realizados em implantação de novos projetos, com 51,8% do total de projetos submetidos à SUDENE, bem como aqueles destinados à ampliação da capacidade produtiva, que perfaziam 21,7% do total. Deve-se lembrar que os projetos de ampliação e/ou modernização da capacidade produtiva das indústrias nordestinas, sobretudo o parque têxtil, era um dos principais objetivos dos primeiros Planos Diretores da SUDENE. Dessa forma, os projetos aprovados para a indústria

sergipana, cumpriram fielmente os propósitos da política da SUDENE para o período citado.

Contudo, diferentemente do Nordeste como um todo, que atraiu a maior parte dos incentivos para os segmentos dinâmicos, o estado de Sergipe teve cerca de 55% do valor dos recursos aprovados relacionados ao 34/18-FINOR direcionados para a indústria tradicional⁵⁰, com destaque para a indústria têxtil, com 30 projetos aprovados, correspondendo a 36,1% do total de projetos do estado. Em seguida, vieram os produtos alimentares (09 projetos) e vestuário, calçados e artefatos de tecidos (05 projetos), que juntos somaram 16,8% dos projetos totais, 27,2% dos empregos previstos e 12,0% dos recursos incentivados. O setor de bens de consumo não-duráveis, dada a sua própria característica, foi aquele que deteve uma maior quantidade de trabalhadores, absorvendo quase 60% dos empregos previstos. Os segmentos dinâmicos, também foram contemplados, porém em número menor, com destaque para a indústria química que concentrou 17,2% dos recursos aprovados e 13,2% dos empregos previstos, conforme **Tabela 2.6**.

Tabela 2.6
SERGIPE
Incentivos Fiscais 34/18-FINOR
Número de Projetos Aprovados, Empregos Previstos, Valor dos Recursos
1963-1988

Gênero da Indústria	Projetos Aprovados		Empregos Previstos		Recursos Aprovados	
	Quant.	%	Quant.	%	Valor (US\$ 1.000)	%
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEL	48	57,8	8.776	59,5	140.703	54,4
- Mobiliário	-	-	-	-	-	-
- Produtos Farmacêuticos/ Medicinais	-	-	-	-	-	-
- Perfumaria/ Sabão/ Velas	1	1,2	50	0,3	594	0,2
- Têxtil	30	36,1	4.210	28,5	93.778	36,3
- Vestuário/ Calçados/ Artefatos de Tecidos	5	6,0	2.557	17,3	10.497	4,1
- Produtos Alimentares	9	10,8	1.461	9,9	20.526	7,9
- Bebidas	1	1,2	498	3,4	15.156	5,9

50 “A classificação entre indústrias dinâmicas e tradicionais tem sido freqüentemente utilizada em diversos trabalhos sobre a indústria brasileira e fundamenta-se a partir da observação de que, após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu, em âmbito nacional, um aumento substancial da importância relativa das indústrias metalúrgica, material de transporte, material elétrico e de comunicações, química, mecânica, minerais não-metálicos, papel e papelão, produtos farmacêuticos e veterinários, borracha, perfumaria, sabão e velas e produtos de matérias plásticas e, por essa razão são comumente classificadas como indústrias dinâmicas. Em contraposição, os ramos de produtos alimentares, bebidas, fumo, couros e peles, têxtil, vestuário, madeira, mobiliário e editorial e gráfica diminuíram substancialmente sua participação no produto industrial, sendo então considerados como indústrias tradicionais” (BNB, 1997, p. 33)

- Fumo	-	-	-	-	-	-
- Editorial e Gráfica	-	-	-	-	-	-
- Diversos	2	2,4	-	-	152	0,1
BENS INTERMEDIÁRIOS	33	39,8	5.676	38,5	116.292	45,0
- Minerais Não Metálicos	12	14,5	2.628	17,8	54.855	21,2
- Extração de Minerais	-	-	-	-	-	-
- Madeira	-	-	-	-	-	-
- Papel e Papelão	5	6,0	546	3,7	11.005	4,3
- Borracha	-	-	-	-	-	-
- Couros/Peles/Similares	2	2,4	99	0,7	4.033	1,6
- Química	10	12,0	1.950	13,2	44.465	17,2
- Materiais Plásticos	1	1,2	60	0,4	299	0,1
- Metalurgia	3	3,6	393	2,7	1.635	0,6
BENS DE CONSUMO DURÁVEL/CAPITAL	2	2,4	308	2,1	1.588	0,6
- Mecânica	1	1,2	81	0,5	296	0,1
- Material Elétrico/ Comunicação	-	-	-	-	-	-
- Material de Transporte	1	1,2	227	1,5	1.292	0,5
TOTAL	83	100	14.760	100	258.583	100

Fonte: Santana (1991, p. 37)

A opção por projetos ligados à indústria tradicional estava relacionada ao fato de que a maioria dos projetos apresentados à SUDENE foi de grupos empresariais locais, que decidiram não mudar de ramo de atividade, canalizando os recursos para a ampliação e modernização dos empreendimentos. Mesmo nos projetos de implantação, 50% das novas plantas produtivas foram direcionadas para os segmentos tradicionais. Este fato também se explica pelo caráter seletivo dos capitais extra-regionais, que buscavam os estados com melhores dotações de infra-estrutura e mercado para as suas inversões. Dessa forma, Bahia e Pernambuco foram os estados nordestinos que obtiveram maior número de empreendimentos e volume de recursos provenientes do 34/18-FINOR.

De fato, Sergipe não pode ser considerado um estado que conseguiu um grande volume de recursos oriundos dos incentivos fiscais, recebendo apenas 2,6% do total de recursos liberados, no período 1963/1985, enquanto Bahia e Pernambuco receberam 30,7% e 21,1%, respectivamente. Na verdade, o estado de Sergipe foi aquele que recebeu o menor volume de recursos provenientes do 34/18-FINOR. Esse fato confirma a concentração espacial dos recursos, em função das restrições sócio-econômicas peculiares a cada estado (SUDENE/BNB, 1986).

Deve-se lembrar, entretanto, que o Estado de Sergipe possui uma dimensão territorial e populacional bem menor do que os demais estados nordestinos, acentuando “as

desvantagens inerentes aos estados pequenos, como mercado reduzido, limitações de serviços industriais e financeiros de apoio, menor dinamismo econômico, enfim, menos vantagens em termos de economias externas, o que determina uma certa incapacidade de atrair investimentos e de assimilar transformações maiores que impliquem no aprofundamento das relações capitalistas” (SANTANA, 1991, p. 40).

Ademais, os mecanismos de funcionamento do sistema 34/18-FINOR não estavam ao alcance das pequenas e médias empresas, atingindo negativamente o Estado de Sergipe, dada a dimensão dos capitais locais, tornando-se preterido ante estados como a Bahia, Pernambuco e Ceará o que, inevitavelmente, levava à concentração e ao controle monopolista dos novos investimentos.

O aproveitamento de matérias-primas da região, juntamente com o estímulo à localização industrial, via incentivos fiscais – 34/18-FINOR – foram os principais fatores para a mudança na especialização produtiva da região Nordeste. Pesquisa realizada pelo BNB/SUDENE, em 1978, constatou que 65% dos investimentos realizados no Nordeste não teriam sido concretizados se não houvesse algum sistema de incentivo. Em Sergipe, 54,5% dos empreendimentos não aconteceriam sem a indução do 34/18-FINOR (BNB/SUDENE, 1978).

A decisão de investir no Nordeste ainda teve como um dos principais determinantes a origem dos empresários. Segunda a referida pesquisa, a maioria dos projetos era de empresários da própria região que procuravam ampliar ou modernizar as suas plantas industriais. Isso contribuiu para uma ampliação dos segmentos tradicionais, uma vez que o empresariado local geralmente não ousava investir em ramos mais dinâmicos, concentrando-se, sobretudo, nos ramos têxteis e alimentares.

Em síntese, os principais determinantes para os investimentos na Região Nordeste, a partir da década de 1960 foram: os incentivos federais do Sistema 34/18-FINOR, apontados como o principal fator de indução à localização industrial para o Nordeste; em segundo lugar, apareceu o aproveitamento de matérias-primas regionais, que, em geral, eram capital-intensivas, contrariando a proposta de industrialização do Nordeste como fator de absorção da mão-de-obra regional; e o terceiro fator mais importante foi o fato de o empresário ser radicado no Nordeste. Esses empresários normalmente realizavam projetos relativamente menores que a média dos empresários extra-regionais, no entanto, apresentavam como característica central o fato de serem intensivos em mão-de-obra (MAGALHÃES, 1983).

Esses três fatores foram os principais determinantes da localização da maioria dos projetos industriais no Nordeste, apresentando grande importância para 88,7% das empresas, as quais respondiam para 90,7% do investimento fixo total e 89,3% do emprego mantido na nova indústria, conforme **Tabela 2.7**.

Tabela 2.7
NORDESTE
Importância dos Fatores de Indução à Localização industrial, segundo
Número de Empresas, Investimento Fixo e do Emprego*
(em %)

Fatores	Número de Empresas	Investimento Fixo	Emprego Atual
Incentivos Fiscais	47,2	45,3	45,9
Matéria-Prima	21,8	36,8	22,8
Empresário Nordestino	19,7	8,6	20,6
Mercado	5,8	2,0	3,5
Mão-de-Obra	1,1	0,3	1,1
Outros	4,4	7,0	6,0

Fonte: Magalhães (1983, p. 66)

* Nota: Dados de 1978

A existência de elevada mão-de-obra e com baixo custo não se constituiu um fator relevante para a atração de empresas para o Nordeste, uma vez que as indústrias ali instaladas requeriam pessoal com qualificação superior à da maioria da população que demandava uma ocupação. O fator relevante não era o barateamento do custo de mão-de-obra, mas o do custo do capital, e foi em função deste componente que se deu a opção pelo Nordeste.

Segundo Magalhães (1983, p. 75) a importância dos incentivos fiscais era maior para os estados “mais desenvolvidos” da região (Bahia, Pernambuco e Ceará), dada a dotação de melhores condições de infra-estrutura urbana, proximidade dos mercados e maiores possibilidades de economias de aglomeração. *“Neste sentido, os projetos que se localizariam nos Estados menos desenvolvidos [como Sergipe] seriam basicamente voltados para o aproveitamento de vantagens absolutas ou seriam projetos de responsabilidade de empresários locais”*.

Em Sergipe, os determinantes da localização industrial foram os mesmos apontados para o Nordeste como um todo, porém, diferindo em ordem de importância, dadas as peculiaridades do estado. Assim, o principal fator para a localização estadual foi o fato de os empresários serem do próprio Nordeste, correspondendo a 45,5% das empresas pesquisadas e 51,3% dos investimentos fixos. Em segundo lugar, vieram os incentivos do

34/18-FINOR, com 27% das empresas e em terceiro lugar ficou a proximidade com as matérias-primas, com 22,7% das empresas, conforme **Tabela 2.8**.

Tabela 2.8
SERGIPE
Principal Fator de Localização, segundo Número de Empresas e
do Investimento Fixo*

Fatores	(em %)	
	Número de Empresas	Investimento Fixo
Empresário Nordestino	45,5	51,3
Incentivos Fiscais	27,0	26,1
Matéria-Prima	22,7	20,8
Mercado	4,6	1,2
Mão-de-Obra	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0

Fonte: Magalhães (1983, p. 74)

* Nota: Dados de 1978

Esses três fatores respondiam por 95,2% das empresas de Sergipe, bem como 98,2% do investimento fixo total da nova indústria. No que se refere à distribuição do controle acionário dos projetos apresentados à SUDENE, constatou-se que 72% eram de empresários nordestinos; 24% eram de empresários do Sudeste e 4% de empresários do Sul do país (SEPLAN/SEIC, 1993).

Dos projetos aprovados pela SUDENE para o Estado de Sergipe que tiveram como principal determinante o fato de os empresários serem nordestinos, 54,2% eram de grupos empresariais do próprio estado, voltados principalmente para os segmentos tradicionais, notadamente o têxtil, enquanto 45,8% se referiam a grupos não radicados em Sergipe. Observou-se também que sete dos onze projetos aprovados e não implantados referiam-se a empreendimentos de empresários não sergipanos (SANTANA, 1991).

Os investidores extra-regionais optaram pela aplicação em projetos nas indústrias dinâmicas, de grande porte, como as indústrias de minerais não metálicos e a indústria química. Houve, ainda, projetos de pequeno e médio portes nos gêneros de mecânica, couros e peles e matérias plásticas. Além dos investimentos efetuados em indústrias dinâmicas, os empresários extra-regionais também realizaram inversões nas indústrias tradicionais, contribuindo para absorver importante parcela de mão-de-obra do estado.

Alguns outros fatores também foram apontados como importantes na decisão locacional: a) incentivos adicionais oferecidos pelos estados, como redução de ICM; b) existência de distritos industriais, com facilidades de infra-estrutura e de serviços; c) existência de infra-estrutura básica além dos distritos (transporte, energia elétrica, água,

comunicações, etc.); d) proximidade das fontes de matérias-primas; e) proximidade do mercado; f) direcionamento da SUDENE, que priorizou as áreas mais subdesenvolvidas; g) e o fato de empresário ser radicado no estado.

Os incentivos estaduais tiveram importância secundária para a atração dos investimentos, uma vez que todos os estados ofereciam o mesmo tipo de incentivo, baseado na redução do ICM. No caso de Sergipe, existia ainda a possibilidade de participação societária do Estado no capital das empresas, em um percentual de até 5% do investimento total, o que também não representou fator de atratividade para as empresas (SANTANA, 1991).

No que se refere à infra-estrutura básica para atração de investimentos, o Estado de Sergipe mostrou desvantagem competitiva, pois, apesar da criação de alguns distritos industriais, como o de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, estes não dispunham de um amplo abastecimento de água e energia elétrica nos locais de instalação das empresas. Esse fator levou as empresas a buscarem outras unidades da federação que oferecessem melhores condições de infra-estrutura para a instalação de novas plantas industriais. Conforme lembra Magalhães (1983), a presença de infra-estrutura não é suficiente para atrair indústrias, mas necessária no caso de existirem outros fatores de atração.

A maioria dos projetos aprovados pela SUDENE (51%) localizou-se no interior do Estado de Sergipe. Contudo, uma grande concentração de projetos incentivados ocorreu em Aracaju, onde se localizaram 49% das empresas beneficiadas. Ademais, dos projetos localizados no interior do estado, boa parte estava situada no entorno de Aracaju, conformando um aglomerado urbano e aumentando a polaridade que esta cidade passou a exercer sobre os demais municípios de Sergipe.

“A opção locacional, de um modo geral, se deu em grande parte pela proximidade da matéria-prima. Em alguns casos, este fator esteve aliado à experiência do empresário no ramo. Em outras, foi decisivo a oferta pelo Estado de estruturas montadas como o Distrito Industrial de Aracaju e o de Socorro, que reduziram a preços simbólicos os custos de terrenos, galpões, vias de acesso, etc.” (SANTANA, 1991, p. 47).

Além de contar com os incentivos fiscais do 34/18-FINOR que deduzia total ou parcialmente o imposto de renda das empresas, estas ainda contavam com acesso facilitado aos bancos oficiais e outras isenções e vantagens, oferecidas pelos governos estaduais. Segundo Santana (1991), a participação média anual do Sistema 34/18-FINOR, em Sergipe, no total de investimentos ficou em torno de 39,0%. Já a participação de outras fontes de recursos, como bancos oficiais, situava-se em torno de 22,0%; os recursos de

acionistas significavam 31,0%; os 8,0% restantes deviam-se a fontes diversas, como recursos externos, por exemplo.

Deve-se esclarecer, contudo, que a participação dos acionistas com recursos próprios variava de acordo com a faixa de prioridades estabelecida pela SUDENE, bem como a capacidade de alavancar recursos junto a outras instituições financeiras. Assim, constatou-se que entre 1975 e 1988, 38,3% dos empresários que investiram em Sergipe participaram apenas com recursos próprios da ordem de 10 a 20% do investimento total. No extremo oposto, apenas 4,3% dos empresários que investiram em Sergipe contribuíram com recursos próprios entre 51% e 65% do investimento total, conforme **Tabela 2.9**.

Tabela 2. 9
SERGIPE
Participação dos Acionistas com Recursos Próprios nos Projetos
Industriais Aprovados pela SUDENE
1975-1988

Faixa de Participação (%)	Nº de Projetos	Participação no Total (%)
10 - 20	18	38,3
21 - 30	10	21,3
31 - 40	12	25,5
41 - 50	05	10,6
51 - 65	02	4,3
Total	47	100,0

Fonte: Santana (1991, p. 49)

Com isso, a opção de instalação de plantas industriais no Nordeste, e Sergipe não fugiu à regra, foi realizada com uma excelente taxa de retorno (lucro líquido sobre recursos próprios) para o capital investido. O caráter altamente subsidiado da industrialização do Nordeste permitiu que o capital se caracterizasse como um fator de produção barato, contribuindo para que as empresas que buscassem o 34/18-FINOR fossem indústrias intensivas em capital, trazendo impactos negativos para a absorção da força de trabalho.

2.3 A “nova indústria” em Sergipe

Após um longo período de estagnação das atividades produtivas, que se estendeu da segunda metade do século XIX até a década de sessenta do século XX, a economia nordestina experimentou mudanças estruturais significativas, decorrentes principalmente das novas formas de atuação do Estado na região, que se traduziram num intenso crescimento econômico e no estabelecimento de uma nova divisão territorial do trabalho,

em que a região Nordeste passou a se especializar, cada vez mais, na produção de bens intermediários, como forma de suprir as demandas do mercado nacional, conformando o que se convencionou chamar de “nova indústria”.

A “nova indústria” caracterizava-se pelas mudanças na composição da produção industrial nordestina e na forma de integração que passou a ocorrer entre o Nordeste e as demais regiões do país, onde não só parte do consumo, mas também das matérias-primas e dos capitais investidos ultrapassaram os limites regionais, seja direcionando parte das mercadorias produzidas no Nordeste para mercados do Centro-Sul (notadamente os bens intermediários), seja através do recebimento de matérias-primas e capitais de fornecedores e investidores extra-regionais, conformando um processo de complementaridade com o parque industrial nacional (GUIMARÃES NETO, 1989).

Desse modo, as relações que passaram a ocorrer entre o Nordeste e o Centro-Sul exigiram um amplo processo de modernização das indústrias tradicionais, bem como uma maior diversificação da produção regional, induzidas pelo esquema de incentivos fiscais da SUDENE e pela distribuição setorial de novos projetos de investimento, como metalurgia, máquinas e equipamentos e bens intermediários (GOODMAN & ALBUQUERQUE, 1974).

Essa diversificação produtiva e modernização industrial também foram exigidas ao estado de Sergipe. Porém, por conta das peculiaridades da sua economia, o efetivo processo de “integração produtiva” e o surgimento da “nova indústria” sergipana somente vieram a ocorrer a partir de meados da década de 1970, quando boa parte dos demais estados nordestinos já apresentava estruturas produtivas com características distintas daquelas verificadas antes das políticas de desenvolvimento regional da SUDENE.

Dado o exposto, observa-se que a indústria sergipana (assim como todo o Nordeste), em 1960, ou seja, antes da implementação das políticas de incentivos fiscais, era marcada pela forte presença de bens de consumo não-duráveis, que detinham 87,4% do valor da produção, 83,3% do valor da transformação industrial (VTI) e 80,3% do emprego gerado pelo setor. Os gêneros “têxtil” e “produtos alimentares” mantinham sua extrema dominância na estrutura industrial do estado, que registravam respectivamente 40,5% e 33,7% do VTI e 41,8% e 28,0% do emprego sergipano (ver **Tabela 2.10**).

Os bens intermediários respondiam apenas por 12,3% do valor da produção, 16,3% do VTI e 19,0% da mão-de-obra ocupada. Já os bens de consumo durável e de capital apresentavam uma participação insignificante, abaixo de 0,5% na composição de todas as categorias de análise. Ademais, os gêneros mais dinâmicos como química e extração de

minerais registravam ainda uma participação muito tímida, ratificando que a estrutura industrial do estado naquele momento era rigorosamente tradicional.

Tabela 2.10
SERGIPE
Participação Relativa da Indústria referente a Valor da Produção, Valor de Transformação Industrial (VTI), Mão-de-Obra e Salário
1960

Gêneros	Produção (Cr\$ 1.000,00)	VTI (Cr\$ 1.000,00)	Mão-de- Obra	Salários (Cr\$ 1.000,00)
1. INDÚSTRIA EXTRATIVA	2,1	3,6	4,1	2,3
- Extração de Minerais	2,1	3,6	4,1	2,3
2. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	97,9	96,4	95,9	97,7
<i>Bens de Consumo Não-Durável</i>	87,4	83,3	80,3	86,4
- Mobiliário	1,7	2,2	2,8	2,1
- Produtos Farmacêuticos/ Medicinais	-	-	-	-
- Perfumaria/Sabão/Velas	0,8	0,7	0,4	0,4
- Têxtil	38,2	40,5	41,8	52,2
- Vestuário/Calçados/ Artefatos de Tecidos	2,3	2,9	3,8	3,6
- Produtos Alimentares	41,8	33,7	28,0	23,6
- Bebidas	1,7	2,1	1,4	2,1
- Fumo	0,3	0,4	1,4	0,5
- Editorial e Gráfica	0,6	0,8	0,7	1,9
<i>Bens Intermediários</i>	10,2	12,6	15,0	10,8
- Minerais Não Metálicos	4,7	7,3	11,3	7,6
- Madeira	1,5	1,5	1,2	1,2
- Papel e Papelão	0,0	0,0	0,1	0,0
- Borracha	0,3	0,2	0,1	0,1
- Couros/Peles/Similares	1,7	2,1	1,4	1,0
- Química	1,8	1,3	0,6	0,7
- Materiais Plásticos	-	-	-	-
- Metalurgia	0,2	0,2	0,3	0,2
<i>Bens de Consumo Durável/Capital</i>	0,4	0,4	0,6	0,5
- Mecânica	0,1	0,2	0,3	0,4
- Material Elétrico/Comunicação	-	-	-	-
- Material de Transporte	0,2	0,2	0,2	0,1
- Diversos	0,0	0,0	0,1	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censo Industrial (1960)

Com a introdução dos incentivos fiscais, os principais segmentos da indústria sergipana beneficiados com os recursos do 34/18-FINOR foram: a indústria têxtil, minerais não-metálicos, química e produtos alimentares. Isso significa que mesmo com as limitações de ordem econômica, política e de dimensões territoriais, estes investimentos foram importantes para Sergipe porque permitiram a diversificação de alguns setores da sua economia, a abertura de algumas oportunidades de emprego, além de promoverem um

processo de modernização tecnológica de algumas indústrias do estado (SEPLAN/SEIC, 1993).

A indústria têxtil foi o segmento sergipano que mais se utilizou dos recursos fiscais da SUDENE. Isto se deveu ao fato de que os primeiros Planos Diretores da SUDENE tinham como principal proposta o programa de reequipamento e modernização da indústria têxtil nordestina, contribuindo para que a indústria têxtil sergipana passasse por um processo de modernização de algumas fábricas existentes, bem como a implantação de novas unidades, apesar da crise enfrentada pelo setor, decorrente da integração do mercado nacional.

Além disso, os incentivos fiscais evitaram um acelerado processo de destruição total da indústria têxtil local e contribuíram para a mudança das principais características do parque têxtil sergipano, quais sejam, a produção de tecidos crus para acabamento no Centro-Sul e o fornecimento de produtos grossos para atender à demanda de mercados menos dinâmicos, em particular nas áreas rurais (NASCIMENTO, 1994).

Não obstante a indústria têxtil tivesse sofrido os “efeitos de destruição” de algumas das suas plantas produtivas⁵¹, dada a concorrência de produtos industrializados do Sudeste, ainda assim continuou a exercer importante participação no valor de transformação industrial (29,1%), bem como, permaneceu como o maior empregador do estado, absorvendo 33,1% da mão-de-obra alocada no setor industrial, em 1970, conforme **Tabela 2.11**.

⁵¹ A indústria têxtil sergipana apresentava altos índices de equipamentos obsoletos, mão-de-obra pouco qualificada e utilização de matérias-primas de baixa qualidade, além de produzir, em sua grande maioria, apenas tecidos grossos, incapazes de competir com os tecidos estampados produzidos em outras localidades do país (SANTANA, 1991).

Tabela 2.11
SERGIPE

Participação Relativa da Indústria referente ao Valor da Produção, Valor de Transformação Industrial (VTI), Mão-de-Obra e Salário (em %)

Gêneros	1970				1975				1980				1985			
	Produção	VTI	Mão-de-Obra	Salário	Produção	VTI	Mão-de-Obra	Salário	Produção	VTI	Mão-de-Obra	Salário	Produção	VTI	Mão-de-Obra	Salário
1. INDÚSTRIA EXTRATIVA	0,7	1,5	4,1	2,6	1,5	3,3	4,0	1,3	0,3	0,6	26,7	0,7	0,4	0,5	1,0	1,0
- Extração de Minerais	0,7	1,5	4,1	2,6	1,5	3,3	4,0	1,3	0,3	0,6	26,7	0,7	0,4	0,5	1,0	1,0
2. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	99,3	98,5	95,9	97,4	98,5	96,7	96,0	98,7	99,7	99,4	73,3	99,3	99,6	99,5	99,0	99,0
<i>Bens de Consumo Não-Durável</i>	<i>83,6</i>	<i>74,9</i>	<i>68,4</i>	<i>76,3</i>	<i>77,0</i>	<i>69,1</i>	<i>59,3</i>	<i>45,5</i>	<i>72,7</i>	<i>66,6</i>	<i>38,2</i>	<i>35,8</i>	<i>66,7</i>	<i>67,6</i>	<i>60,4</i>	<i>57,7</i>
- Mobiliário	1,1	1,5	3,1	1,1	1,0	1,2	2,9	0,7	0,8	0,9	1,7	1,3	0,8	0,7	2,3	1,9
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
- Perfumaria/Sabão/Velas	1,6	1,0	0,6	0,6	0,4	0,5	0,4	0,3	0,5	0,3	0,3	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1
- Têxtil	26,2	29,1	33,1	39,6	31,0	27,9	20,5	17,5	35,5	29,3	14,0	15,6	34,7	39,9	19,9	23,5
- Vestuário/Calçados/ Artef. Tecidos	0,5	0,6	1,5	0,9	5,6	5,5	4,5	3,3	5,9	7,7	3,1	2,1	2,7	4,2	4,7	3,3
- Produtos Alimentares	52,5	40,2	26,9	30,5	36,4	31,0	27,6	20,6	26,5	24,2	16,7	14,2	26,4	20,9	29,7	25,2
- Bebidas	0,5	0,7	1,2	0,6	0,5	0,6	0,8	0,5	1,1	1,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,9	0,9
- Fumo	x	x	x	x	0,8	0,3	0,5	0,1	1,4	1,1	0,4	0,2	0,7	0,3	0,8	0,8
- Editorial e Gráfica	1,1	1,9	2,1	3,2	1,3	2,1	2,0	2,4	1,0	1,4	1,4	1,6	0,9	1,1	2,0	1,9
<i>Bens Intermediários</i>	<i>14,2</i>	<i>22,0</i>	<i>25,4</i>	<i>19,0</i>	<i>16,5</i>	<i>20,1</i>	<i>25,9</i>	<i>12,7</i>	<i>20,6</i>	<i>22,0</i>	<i>25,5</i>	<i>19,6</i>	<i>30,4</i>	<i>28,5</i>	<i>32,1</i>	<i>31,9</i>
- Minerais Não Metálicos	10,9	18,4	19,5	15,2	10,4	14,5	18,9	8,5	12,6	13,4	19,0	12,9	10,2	13,6	23,0	18,0
- Madeira	1,4	1,7	3,2	2,1	1,2	1,3	3,3	1,3	1,0	1,2	2,2	1,7	0,8	0,7	2,3	2,0
- Papel e Papelão	x	x	x	x	x	x	x	x	0,5	0,5	0,4	0,3	0,2	0,2	0,4	0,5
- Borracha	x	x	x	x	0,4	0,4	0,4	0,2	0,5	0,5	0,4	0,8	x	x	x	x
- Couros/Peles/Similares	0,3	0,3	0,7	0,1	0,8	0,2	0,4	0,1	0,9	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8
- Química	0,9	0,8	0,4	0,6	1,6	1,5	0,6	1,1	1,3	0,9	0,9	0,7	16,8	12,1	3,1	8,2
- Materiais Plásticos					0,6	0,6	0,3	0,1	1,0	0,9	0,2	0,2	0,6	0,5	0,9	0,8
- Metalurgia	0,7	0,9	1,6	1,0	1,5	1,6	2,1	1,3	2,8	3,9	1,7	2,1	1,1	0,8	1,8	1,7
<i>Bens de Consumo Durável/Capital</i>	<i>1,5</i>	<i>1,6</i>	<i>2,1</i>	<i>2,1</i>	<i>5,1</i>	<i>7,5</i>	<i>10,9</i>	<i>40,5</i>	<i>6,4</i>	<i>10,8</i>	<i>9,6</i>	<i>43,9</i>	<i>2,5</i>	<i>3,4</i>	<i>6,5</i>	<i>9,4</i>
- Mecânica	x	x	x	x	3,1	4,7	3,7	11,3	1,2	2,1	2,1	2,6	1,3	2,2	2,6	6,4
- Material Elétrico/Comunicação	-	-	-	-	0,1	0,2	0,4	0,6	x	x	x	x	0,3	0,4	1,0	0,8
- Material de Transporte	1,1	1,2	1,7	1,8	0,2	0,3	0,8	0,5	0,3	0,4	0,6	0,5	0,3	0,1	1,2	0,7
- Diversos	0,3	0,2	0,3	0,2	1,5	2,2	2,2	2,9	5,0	8,3	2,6	15,4	0,5	0,7	1,7	1,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censo Industrial 1960, 1970, 1975, 1980, 1985

O desenvolvimento industrial de Sergipe permitiu ao governo do estado definir, no final da década de 1960, o Distrito Industrial de Aracaju. Mais tarde, o governo criou o Distrito Industrial de Propriá e o Centro Industrial de Estância (INEP/SEPLAN, 1986). Tais medidas visavam, além de estimular a industrialização do Estado, desconcentrar a atividade produtiva para as regiões norte, em Propriá, e sul, em Estância, que ao longo dos anos figuraram como regiões importantes para a economia sergipana.

Outro fato a ser considerado, ao longo da década 1970, foi o aumento do desempenho de outros setores econômicos, notadamente o setor de bens intermediários, que reduziu a participação relativa dos gêneros tradicionais na composição do PIB industrial de Sergipe, dadas as políticas do governo federal, de ampliação da base produtiva industrial do país e de uma maior complementaridade inter-regional.

A partir de 1974, com o II PND, o governo procurou levar adiante – em meio à crise – o processo de desenvolvimento, mudando o eixo de acumulação do setor de bens duráveis para o setor de insumos básicos e bens de capital, na qual as empresas estatais teriam função estratégica de alavancar o processo de acumulação.

Em Sergipe, destacou-se, no setor de bens intermediários, a expansão das atividades extrativo-minerais, com a implantação da Petrobrás (1963), pesquisando petróleo e gás natural na bacia sedimentar sergipana; e a indústria da construção civil, com a implantação de três unidades de fabricação de cimento, aproveitando o calcário abundante da região.

Segundo Santana (1991, p. 63), *“desde o início da política de incentivos fiscais o Estado de Sergipe tem se beneficiado com a aprovação e implantação de projetos importantes, na área de minerais não metálicos, principalmente no que se refere à produção de cimento”*. A excelente qualidade do calcário sergipano atraiu grandes grupos industriais do Centro-Sul que apresentaram à SUDENE três projetos que previam dotar o estado de uma capacidade produtora de 1.640.000 toneladas/ano de cimento.

Dentre as empresas cimenteiras que se instalaram em Sergipe destacam-se: a Companhia de Cimento Portland de Sergipe S/A, de propriedade do grupo empresarial Votorantim, inaugurada em 1967, no entorno de Aracaju e com uma capacidade produtiva de 300 t/dia do produto, mas que encerrou suas atividades devido aos constantes conflitos com os moradores da região; a Cimento Sergipe S/A – CIMESA, inaugurada em 1983, no município de Laranjeiras, também pertencente ao grupo Votorantim, com capacidade para produzir 2.000 t/dia de cimento Portland; por fim, Sergipe ainda contou com uma terceira unidade produtora de cimento, localizada no município de Nossa Senhora do Socorro,

pertencente ao grupo empresarial pernambucano João Santos, com capacidade instalada de produção de 2.000 t/dia de cimento (NASCIMENTO, 1997).

Arelado à aprovação e implantação de outros projetos de menor magnitude, a indústria de minerais não metálicos apresentou entre 1970 e 1985 um incremento real do valor bruto da produção da ordem de 479,7%. Este segmento também apresentou elevação no número de empregos gerados, da ordem de 249,2% para o período considerado (SANTANA, 1991).

O setor extrativo mineral, através de empresas estatais, foi aquele que apresentou a maior taxa de crescimento e impulsionou a expansão econômica estadual, com repercussões em diversos outros segmentos da economia sergipana (IESAP, 1988). Segundo Nascimento (1994), a indústria extrativa mineral sergipana, através da produção de petróleo e gás natural, via Petrobrás, chegou a representar quase 1/3 do PIB extrativo mineral nordestino. Ainda segundo o autor, *“é essa nova indústria, que floresce e ganha notável impulso em Sergipe a partir dos anos [19]70, a responsável, em síntese, pela remodelação da estrutura industrial do Estado”* (NASCIMENTO, 1994, p. 188).

Deve-se considerar, ainda, que Sergipe permaneceu durante toda a década de 1970 como o segundo maior produtor de petróleo bruto e gás natural do país, conforme **Tabelas 2.12 e 2.13**.

Tabela 2.12
NORDESTE
Produção Nacional de Petróleo (Óleo Cru, Condensado e Óleo de Xisto) (m³)
Produção Total (Terra e Mar)

1973 - 1985													
Descrição	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Ceará	-	-	-	-	-	-	-	1,6	3,3	3,8	4,3	5,6	4,3
Rio Grande do Norte	-	-	-	0,7	1,9	2,8	6,2	7,3	6,6	6,7	7,2	6,5	6,1
Alagoas	1,0	1,2	1,6	2,8	1,9	1,4	1,8	1,8	1,4	1,5	1,6	1,6	1,9
Sergipe	18,6	24,2	27,1	29,2	31,3	29,4	27,3	25,6	21,0	17,3	14,2	11,0	9,0
Bahia	80,0	72,4	68,6	64,7	61,5	57,7	51,5	43,6	35,0	28,4	22,8	16,5	14,4
Espírito Santo	0,4	2,2	2,7	2,5	3,4	3,4	3,5	4,3	7,4	6,7	5,8	4,7	3,7
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	5,3	9,7	15,7	25,3	35,6	44,1	54,1	60,6
Nordeste	99,6	97,8	97,3	97,5	96,6	91,3	86,8	79,9	67,3	57,7	50,1	41,2	35,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção submetido a ANP.

A magnitude da produção mineral sergipana levou, em 1970, à transferência da Região de Produção do Nordeste (RPNE), órgão responsável pela bacia petrolífera de Sergipe e Alagoas, de Maceió para Aracaju. Desse modo, todas as decisões regionais, como investimentos, gastos etc., passaram a ser concentradas em Sergipe, dinamizando ainda mais a economia estadual.

Tabela 2.13
NORDESTE
Produção Nacional de Gás Natural [1.000 m3]
Produção Total (Terra e Mar)
1978 - 1985

Descrição	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Pará	-	-	-	-	-	0,2	0,5	-
Ceará	-	-	1,0	2,6	2,7	3,1	4,8	4,2
Rio Grande do Norte	2,8	5,8	7,1	7,3	7,6	7,9	6,9	7,5
Alagoas	2,6	3,1	2,6	3,2	4,9	7,8	7,0	6,4
Sergipe	32,4	27,8	29,2	26,0	21,1	17,0	15,7	14,5
Bahia	57,9	56,6	50,1	44,9	42,6	38,6	31,8	28,7
Espírito Santo	2,0	1,8	2,0	3,1	2,9	2,5	3,3	3,4
Rio de Janeiro	2,3	5,0	8,0	12,9	18,1	22,8	30,0	35,3
Nordeste	95,7	93,2	90,0	84,0	79,0	74,4	66,2	61,3
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção submetido a ANP.

Em 1978 foi descoberto na plataforma continental de Sergipe, nas proximidades de Aracaju, o campo de Guaricema, locação que se tornou o marco zero na produção *offshore* de petróleo no Brasil (NASCIMENTO, 1997). Além disso, em 1981 foi construído o Terminal Marítimo de Carmópolis – TECARMO – uma das seis unidades de processamento de gás natural (UPGN) existentes no Brasil, que tinha como finalidade o armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural produzido nos campos de Sergipe e Alagoas (CERQUEIRA, 1990).

Não obstante o dinamismo da indústria petrolífera sergipana ao longo das décadas de 1960 e 1970, a partir dos anos 1980 a importância de Sergipe no contexto nacional foi arrefecendo, em virtude do surgimento de outras regiões produtoras, com destaque para o extraordinário crescimento do setor extrativo do Rio de Janeiro e por conta da relativa estagnação das reservas locais. No entanto, se considerarmos o período de 1963 a 1985 pode-se verificar que a taxa de crescimento anual da produção de petróleo, em Sergipe (53,4%), ficou bastante acima da taxa de crescimento do Nordeste (3,2%), bem como da economia brasileira (8,1%). A indústria de gás natural apresentou a mesma tendência de crescimento, com índices maiores não apenas da Região Nordeste, mas do país como um todo, conforme pode ser observado na **Tabela 2.14**.

Tabela 2.14
BRASIL - NORDESTE - SERGIPE
Taxa Média de Crescimento Anual da Produção de Petróleo e Gás Natural (em %)
Produção Total (Terra e Mar)

	Petróleo (m³)				Gás Natural (1.000 m³)			
	1985/1963				1985/1966			
	1963-1970	1970-1980	1980-1985	1963-1985	1966-1970	1970-1980	1980-1985	1966-1985
Sergipe	258,5	4,4	1,0	53,4	100,4	34,7	4,3	36,9
Nordeste	7,9	-1,4	6,0	3,2	12,5	4,6	11,1	7,9
Brasil	7,9	0,9	10,2	8,1	12,5	5,7	19,9	10,7

Fonte: Brasil e Nordeste (1963/1972) - Anuário Estatístico 1989; Sergipe (1963/1972) - Petrobras/RPNE *apud* Cerqueira (1990); 1973/1985 - ANP - Boletim Mensal de Produção submetido a ANP

No que diz respeito à relativa estagnação da produção sergipana, constata-se que em 1970, a produção estadual era de 1.757.048 m³; em 1980 havia subido para 2.705.153 m³, mas em 1985 mantinha-se quase estagnada, com uma produção total de petróleo de 2.850.135 m³, confirmando o baixo dinamismo que o setor enfrentava; no que se refere ao gás natural, em 1970, sua produção era de 32.750 (1.000 m³), passando para 643.830 (1.000 m³) em 1980, e para 795.511 (1.000 m³) em 1985, ou seja, embora se verifique um crescimento da produção, este mostrou-se bastante tímido em relação ao crescimento dos períodos anteriores, confirmando que a produção local havia atingido seu limite máximo de extração de ambos os produtos (CERQUEIRA, 1990; ANP, 2006).

Ainda dentro do desenvolvimento da indústria extrativa do estado, em 1977, o governo federal criou a Petrobrás Mineração S/A – PETROMISA, subsidiária da Petrobrás, que viabilizaria a exploração de potássio em Sergipe, iniciando a implantação do Projeto Potássio Sergipe, em 1979, na primeira experiência de todo o hemisfério sul.

Inexistindo a produção de potássio no Brasil, sendo o seu consumo totalmente atendido por importações, havia uma grande perspectiva de crescimento da produção interna e, por consequência, da economia sergipana (CAMPOS, 1989). O projeto previa a produção de 500 mil toneladas/ano de cloreto de potássio, acompanhado de mina e usina de beneficiamento, localizadas no município de Rosário do Catete, no Complexo Industrial Taquari-Vassouras. O Complexo foi inaugurado oficialmente em 1985, tendo iniciado sua produção de cloreto de potássio em 1986. Entretanto, somente em 1987 a empresa começou a operar comercialmente, produzindo 62.185 toneladas de cloreto de potássio e 260.583 toneladas de cloreto de sódio. A Petromisa, no entanto, foi extinta em 1990, através da Medida Provisória nº 151 do Presidente da República (REBOUÇAS, 1994).

Após curto período de paralisação, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) assumiu o Complexo Taquari-Vassouras, através de contrato de arrendamento com a Petrobrás⁵², tendo em vista a recuperação da mina e da usina de beneficiamento do minério (NASCIMENTO, 1997).

Outro projeto de grande importância para a economia estadual estava vinculado à Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste (NITROFÉRTIL), aprovado pela SUDENE em 1978 e destinado à fabricação de amônia e uréia. A Nitrofertil era uma empresa estatal do grupo Petrofertil, que iniciou a fabricação de amônia e uréia em 1971, no pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Em Sergipe, as atividades do grupo começaram em 1983, no município de Laranjeiras, através da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe – FAFEN/SE, como parte do programa nacional de fertilizantes e calcário agrícola, contidos no II PND.

A instalação da Nitrofertil em Sergipe decorreu da disponibilidade de gás natural nos campos da região, exigindo investimentos iniciais da ordem de US\$ 230 milhões, financiados com recursos nacionais, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e recursos internacionais, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) (CERQUEIRA, 1990).

A produção da Nitrofertil estava voltada prioritariamente para os mercados do Norte e Nordeste do país, com capacidade produtiva de 907 ton/dia de amônia e 1.100 ton/dia de uréia granulada, corroborando a hipótese de que estas empresas tinham pouco poder de indução a outros segmentos da indústria local, uma vez que as suas demandas eram normalmente atendidas por mercados extra-regionais e os seus produtos também se destinavam a mercados que não o sergipano.

De modo geral, a análise da evolução do VTI sergipano demonstra claramente as políticas de desenvolvimento regional empreendidas pelo governo federal, em cada período específico, através do aumento e/ou redução da participação dos usos dos bens econômicos. Assim, dada uma estrutura industrial presente na economia sergipana na década de 1960, observou-se, na década seguinte, um crescimento do setor de bens de consumo intermediários, decorrente das políticas de incentivos fiscais da SUDENE, cuja principal indústria incentivada deste segmento foi a de Minerais Não-Metálicos, que saltou de uma participação de 7,3% em 1960, para 18,4% em 1970.

⁵² Após o encerramento das atividades da Petromisa, os direitos minerais para a exploração de potássio no território sergipano foram transferidos para a Petrobrás (NASCIMENTO, 1997).

O setor de bens de consumo não-duráveis, como foi apresentado anteriormente, sofreu sensível redução de participação, em virtude da exposição da indústria têxtil local (obsoleta e ineficiente) ante a concorrência do Centro-Sul, que mesmo beneficiada com recursos do 34/18-FINOR não foi capaz de impedir o fechamento de algumas das suas fábricas.

O crescimento do setor de bens de consumo durável e capital, que num primeiro momento poderia estar associado ao processo de modernização de algumas indústrias, teve como fator determinante o aumento da indústria de material de transporte, que passou de 0,2% para 1,2% do VTI sergipano, absorvendo praticamente todo o setor de bens de consumo duráveis (ver **Tabela 2.15**).

Tabela 2.15
SERGIPE
Estrutura do Valor da Transformação Industrial, segundo os usos (em %)
1960-1985

Setores	1960	1970	1975	1980	1985
Bens de Consumo Não-Duráveis	83,3	74,9	69,1	66,6	67,6
Bens Intermediários	16,3	23,5	23,4	22,6	29,0
Bens de Consumo Durável/Capital	0,4	1,6	7,5	10,8	3,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censos Industriais 1960, 1970, 1975, 1980, 1985

Em 1980, o setor de bens de consumo não-duráveis continuou apresentando queda de participação, agora não apenas no segmento têxtil, como também no segmento de produtos alimentares, que reduziu sua participação de 40,2%, no VTI de 1970, para 24,2% em 1980. A redução da participação da indústria de produtos alimentares pode estar associada não só a uma maior competição com produtos extra-regionais, como à perda de dinamismo das políticas do IAA para a indústria açucareira. Essas duas indústrias, no entanto, continuaram representando mais de 2/3 do VTI (53,5%), da produção (62,0%), da mão-de-obra (41,5%) e dos salários (29,8%) do setor de bens não-duráveis.

Em 1985, apesar de apresentarem pequena redução na participação da indústria de transformação, ainda assim, continuaram como os principais ramos da indústria sergipana, em termos de Produção, VTI e salários, conforme **Tabela 2.16**. A indústria de minerais não-metálicos suplantou a indústria têxtil em termos de pessoal ocupado, dado o elevado crescimento da indústria de construção civil.

Tabela 2.16
SERGIPE
Participação dos Ramos mais Importantes da Indústria de Transformação (em %)
1985

Gêneros	Produção (Cr\$ 1.000,00)	VTI (Cr\$ 1.000,00)	Mão-de- Obra	Salários (Cr\$ 1.000,00)
- Têxtil	34,7	39,9	19,9	23,5
- Produtos Alimentares	26,4	20,9	29,7	25,2
- Minerais Não Metálicos	10,2	13,6	23,0	18,0
- Química	16,8	12,1	3,1	8,2
- Vestuário/Calçados/ Artef. Tecidos	2,7	4,2	4,7	3,3
- Mecânica	1,3	2,2	2,6	6,4
Total	92,1	92,9	82,9	84,6

Fonte: IBGE - Censo Industrial (1985)

Não obstante apresentasse uma pequena redução de participação no começo dos anos 1980, o setor de bens intermediários iniciou um processo de diversificação industrial maior, aumentando a participação das indústrias química, metalúrgica e extrativa. O crescimento de outros segmentos industriais pode ser atribuído, às políticas de desconcentração industrial empreendidas a partir do II PND, que passaram a ocorrer, principalmente, através dos investimentos de empresas estatais. Deve-se ressaltar, ainda, que em 1980, a indústria de Minerais Não-Metálicos era, isoladamente, a maior empregadora do estado, ocupando 25,7% de toda a mão-de-obra empregada na indústria sergipana.

A atuação estatal também se mostrou presente nas indústrias de bens de capital, em virtude da necessidade de formação bruta de capital fixo para as empresas que passaram a operar mais ativamente em Sergipe. Desse modo, a indústria sergipana chegou a meados da década de 1980 com uma participação significativa do setor de bens intermediários, representando cerca de 1/3 de todas as categorias supracitadas, quais sejam, Produção, VTI, Mão-de-Obra e Salários, corroborando a importância das indústrias de Minerais Não-Metálicos, Química e Extrativa para o desenvolvimento econômico do estado.

Contudo, deve-se ressaltar que ainda que o setor privado tivera uma participação importante no crescimento econômico de Sergipe, presente, em grande medida, nos setores de bens de consumo não-duráveis, o aumento da capacidade produtiva do estado somente foi possível graças a atuação do setor público. Como destaca Araújo (1997), apesar do Estado Nacional ter patrocinado fortemente o crescimento econômicos nas diversas regiões brasileiras, no Nordeste – e em Sergipe, especialmente – a sua presença foi fator

fundamental para explicar os rumos do crescimento econômico. Direta ou indiretamente, foi o setor público quem puxou o crescimento das atividades econômicas que mais se expandiram na região, nos anos de 1970 e 1980. Assim, pode-se afirmar que a “nova indústria” sergipana passou a ocorrer somente a partir da segunda metade da década de 1970, com os investimentos maciços das empresas estatais em Sergipe.

2.4 *Comércio inter-regional e internacional*

A investigação das especializações regionais em atividades produtivas e nas transações comerciais tornou-se de fundamental importância para identificar como seriam repartidos os ganhos provenientes da nova divisão territorial do trabalho, imposta pelo processo de unificação da economia nacional (GALVÃO, 1984).

Conforme amplamente discutido na literatura especializada sobre a dinâmica das economias regionais brasileiras, o comércio inter-regional era relativamente diminuto pelo menos até o II Pós-Guerra, atingindo pouco mais de 50% das transações comerciais efetuadas com as diversas regiões do país e com o exterior, decorrentes tanto das enormes distâncias e insuficiência de transportes quanto pela existência de impostos interestaduais que elevavam o preço das mercadorias transacionadas (CANO, 1988, CANO, 1998b).

O peso relativo desses fluxos era distinto para cada região, variando conforme a distância entre elas, as condições do sistema de transportes e a disseminação de determinadas mercadorias, que acabavam constituindo-se em produtos regionalizados, como o açúcar e o algodão nordestinos, o charque e a banha sulinos, os tecidos de São Paulo e Rio de Janeiro, apresentando peso expressivo na pauta de comércio inter-regional (CANO, 1998b).

Com a integração do mercado nacional houve forte incremento do comércio inter-regional para todas as regiões brasileiras, aumentando-lhes o grau inter-regional de complementaridade e provocando efeitos diversos (estimulo, bloqueio e destruição, conforme discutido no Capítulo I) nas suas economias. Segundo Cano (1998b), a integração do mercado nacional acelerou a complementaridade entre as distintas regiões brasileiras, principalmente através de maiores exportações de matérias-primas e produtos industrializados da periferia para todo o mercado nacional.

Apesar de informações precárias, foi possível levantar alguns dados sobre o comércio inter-regional, a partir do estudo de Galvão (1984) – Integração Econômica, Comércio e Desenvolvimento Regional, que apresentou a matriz de comércio inter-

regional brasileiro, para os anos de 1961 e 1969, ainda que com algumas deficiências de dados⁵³. Além disso, utilizamos dados constantes do trabalho de Pacheco (1996), para os anos de 1975, 1980 e 1985, e para o estado de Sergipe as informações foram obtidas em vários anos da Revista de Finanças Públicas, do Ministério da Fazenda.

A década de 1950 constituiu-se num marco nas relações comerciais entre todas as regiões brasileiras. Não obstante a precariedade de informações, foi a partir desse período que as regiões passaram a manter relações mais estreitas umas com as outras, estimuladas pelas ligações rodoviárias e eliminações dos impostos interestaduais, pela montagem da indústria pesada e pela necessidade de complementaridade industrial, principalmente pelo centro dinâmico de acumulação do país.

Esse processo foi reforçado, ainda, nas décadas seguintes, pela atuação mais intensa do governo federal nas regiões periféricas, não só através das transações comerciais, como também, pelo estímulo à transferência de capitais produtivos das regiões mais industrializadas para o restante do Brasil, notadamente o Nordeste. Desse modo, a partir dos anos 1950, verificou-se na economia brasileira um incremento dos fluxos inter-regionais, que até então estavam restritos, em sua grande maioria, a movimentos intra-regionais. Houve uma ampliação considerável na abertura das economias regionais, com avanços extremamente significativos para o comércio brasileiro. A título de ilustração, em 1943 e 1947, o fluxo total de comércio inter-regional era de 18% e 20%, respectivamente. A partir de 1961 essa participação mais que dobrou, passando para 44,5% (ver **Tabela 2.17.1**, no anexo estatístico) (GALVÃO, 1984).

No caso do Nordeste, ainda que o comércio intra-regional predominasse nas transações comerciais da região⁵⁴, verificou-se um aumento significativo na sua abertura comercial para com o restante do país, pois em 1947 o Nordeste exportava tão somente 4% das suas mercadorias produzidas, ao passo que em 1961, este percentual já atingia a marca de 33,7% do total de exportações por vias internas (GALVÃO, 1984).

⁵³ Segundo o autor, os fluxos interestaduais para o ano de 1961 apresentam algumas imperfeições impossíveis de serem detectadas, além de alguns estados (Piauí, Alagoas e Mato Grosso) utilizarem informações referentes ao ano de 1962, em virtude da ausência de dados para o ano anterior. Contudo, ressalta Galvão, apesar dessas imperfeições, os dados parecem captar de maneira consistente as modificações ocorridas na economia nacional e o seu impacto sobre as relações de intercâmbio entre as diversas regiões brasileiras.

⁵⁴ Em 1961, 33,7% das exportações nordestinas eram destinadas a outras regiões do país que não o Nordeste, ao passo que internamente o fluxo comercial atingia a marca de 66,3%. No caso das importações o movimento comercial mostrava-se mais equilibrado, beirando os 50% de bens e serviços adquiridos do exterior.

As relações comerciais do Nordeste eram mais intensas com o Sul e Sudeste, seja no caso da venda dos seus produtos, como também da aquisição de mercadorias dessas regiões. Deste modo, 86,7% das exportações nordestinas destinaram-se ao Sudeste, ao passo que desta importou 89,8%, apresentando déficit nas transações com esta região. Na verdade, a região Nordeste apresentou, em 1961, déficit comercial com praticamente todas as demais regiões brasileira, com exceção da região Norte cujo superávit foi da ordem de 3% (**Tabela 2.18.1**).

Tabela 2.18.1
BRASIL
Comércio Interestadual por vias internas (em %)
1961

Regiões de Origem	Exportações (em %)						Importações (em %)					
	NO	NE	SE	SU	CO	Total	NO	NE	SE	SU	CO	Total
Norte		55,1	41,3	0,3	3,3	100,0		22,7	66,9	8,5	1,9	100,0
Nordeste¹	4,5		86,7	7,9	1,0	100,0	1,5		89,8	8,1	0,6	100,0
Sudeste ²	2,0	26,1		64,5	7,4	100,0	0,4	17,1		72,1	10,4	100,0
Sul	0,4	4,1	94,3		1,2	100,0	0,0	1,8	98,1		0,1	100,0
Centro-Oeste ¹	0,7	2,2	96,0	1,1		100,0	0,3	1,8	89,8	8,1		100,0

Fonte: Galvão (1984) – Elaboração Própria a partir dos dados da **Tabela 2.17.1**, em anexo.

¹ Dados de 1962 para os estados do Piauí, Alagoas e Mato Grosso

² Não foram computadas informações sobre Minas Gerais

O Estado de Sergipe, por sua vez, apresentava percentual de exportações por vias internas levemente superiores à Região Nordeste, perfazendo 37,9% do total de vendas para outras regiões, exclusive Sergipe, sendo mais intensas as transações intra-regionais e com a Região Sudeste. Ou seja, dos 37,9% de mercadorias exportadas para outras regiões brasileiras, 62,1% destinavam-se ao mercado Nordestino, exclusive Sergipe, e 32,4% para a região Sudeste. As demais regiões tinham participação insignificante: Norte (1,1%); Sul (3,9%) e Centro-Oeste (0,5%).

Em 1969, o total das transações comerciais inter-regionais brasileiras aumentou sua participação para 47%, representando um crescimento de 2,5 pontos percentuais em relação ao período anterior, ao passo que o Nordeste cresceu 2,7 pontos percentuais. Já o Estado de Sergipe apresentou crescimento mais significativo, com aumento de 7,4 pontos percentuais, perfazendo 45,3% do total de vendas destinadas a outros estados do país (**Tabela 2.17.2**, no anexo estatístico).

Não obstante o crescimento desse tipo de comércio, ainda predominava o comércio intra-regional, que representava cerca de 53% de todo o comércio entre os estados nacionais. O Nordeste ampliou suas exportações para o Norte (13,5%) e para o Centro-

Oeste (1,8), ao passo em que reduziu sua participação nas exportações para o Sudeste (76,9% contra 86,7% do período anterior) e manteve inalterada sua participação nas exportações para o Sul (7,9%). No que se refere às importações, o Nordeste aumentou sua participação relativa com as regiões Sul (11,9%) e Norte (1,8%), ao passo que diminuiu sua participação com as regiões Sudeste (85,8%) e Centro-Oeste (0,5%). O Estado de Sergipe foi, gradativamente, reduzindo suas vendas para a região Nordeste e aumentando a participação de vendas para a Região Sudeste, dado o processo de integração econômica do país. Ver **Tabela 2.17.2**, no anexo estatístico, e **Tabela 2.18.2**, abaixo.

Tabela 2.18.2
BRASIL
Comércio Interestadual por vias internas (em %)
1969

Regiões de Origem	Exportações (em %)						Importações (em %)					
	NO	NE	SE	SU	CO	Total	NO	NE	SE	SU	CO	Total
Norte		24,9	63,9	7,8	3,3	100,0		20,4	70,3	7,5	1,8	100,0
Nordeste	13,5		76,9	7,9	1,8	100,0	1,8		85,8	11,9	0,5	100,0
Sudeste	5,7	31,9		47,6	14,8	100,0	2,6	14,1		74,8	8,5	100,0
Sul	1,1	7,9	89,0		2,0	100,0	0,4	2,0	97,4		0,2	100,0
Centro-Oeste	2,4	3,0	92,7	2,0		100,0	0,6	1,3	91,4	6,7		100,0

Fonte: Galvão (1984) - Elaboração Própria a partir dos dados da **Tabela 2.17.2**, em anexo.

Sob o ponto de vista da Balança Comercial Inter-regional Nordestina, esta passou a apresentar superávit de 11,7% e 1,3%, respectivamente, com as regiões Norte e Centro-Oeste. Por outro lado, a situação com as regiões Sul e Sudeste permaneceu deficitária, num montante de 8,9% e 4,1%, respectivamente. No total, porém, a Região Nordeste continuou deficitária em relação às demais regiões brasileiras, saltando de 16% em 1961, para 27,1% em 1969.

Pacheco (1996) destaca que a partir da década de 1970 a unificação do mercado nacional permitiu uma expansão vigorosa das exportações inter-regionais, constituindo-se em grande estímulo ao crescimento econômico. Contudo, segundo o autor, esse fato foi muito mais importante para a economia paulista, que criou um amplo mercado extra-regional, dada a dinâmica produtiva do estado, que para o restante do país, ainda que os seus percentuais de exportação e importação fossem menores que os das demais regiões brasileiras.

No ano de 1975, as transações inter-regionais tornaram-se mais importantes para praticamente todo o país, com exceção do Sudeste, que ainda mantinha peso relativo maior nas transações intra-regionais, com 47,2% das suas exportações voltadas para as demais regiões do país e apenas 30,5% do total importado proveniente de outras regiões que não o

próprio Sudeste. A região com maior grau de abertura era o Norte, que exportava 91,5% do total de mercadorias provenientes do seu território e importava 96% de tudo o que consumia (**Tabela 2.17.3** – em anexo).

O Nordeste, a partir de 1975, ampliou cada vez mais suas relações comerciais com o Sudeste. Pode-se inferir que este fluxo mais intenso entre as duas regiões deveu-se à implantação da “nova indústria” nordestina, que passou a exportar mais para o Sudeste, sobretudo bens intermediários, e dela adquirir bens de consumo durável e de capital. A título de ilustração, nesse período o Sudeste intensificou suas compras com Nordeste que passaram a representar cerca de 25% das importações totais, ainda que o seu maior parceiro comercial continuasse sendo o Sul (**Tabela 2.18.3**).

Tabela 2.18.3
BRASIL
Comércio Interestadual por vias internas (em %)
1975

Regiões de Origem	Exportações (em %)						Importações (em %)					
	NO	NE	SE	SU	CO	Total	NO	NE	SE	SU	CO	Total
Norte		15,9	76,5	5,1	2,5	100,0		13,2	76,3	6,6	3,9	100,0
Nordeste	5,2		84,2	8,3	2,3	100,0	1,2		89,0	9,0	0,7	100,0
Sudeste	4,5	29,8		50,9	14,8	100,0	4,1	25,3		63,1	7,6	100,0
Sul	1,1	8,4	86,5		4,0	100,0	0,3	2,3	96,8		0,6	100,0
Centro-Oeste	5,1	5,4	82,7	6,8		100,0	0,4	2,0	89,0	8,6		100,0

Fonte: Pacheco (1996) - Elaboração Própria a partir dos dados da **Tabela 2.17.3**, em anexo.

Na década seguinte, o volume de compras e vendas do Nordeste para com as demais regiões brasileiras apresentou a mesma tendência do período anterior, sofrendo poucas variações, conforme pode ser observado nas **Tabelas 2.18.4 e 2.18.5**.

Tabela 2.18.4
BRASIL
Comércio Interestadual por vias internas
1980
em %

(Valores Correntes)

Regiões de Origem	Exportações (em %)						Importações (em %)					
	NO	NE	SE	SU	CO	Total	NO	NE	SE	SU	CO	Total
Norte		8,3	84,3	6,1	1,4	100,0		11,2	77,5	9,4	1,9	100,0
Nordeste	6,6		80,5	10,9	1,9	100,0	2,1		83,6	13,0	1,3	100,0
Sudeste	8,0	27,2		49,0	15,9	100,0	11,3	22,7		54,9	11,0	100,0
Sul	2,3	10,1	81,5		6,1	100,0	1,0	3,6	92,8		2,6	100,0
Centro-Oeste	2,2	4,8	77,3	15,8		100,0	0,6	1,7	84,2	13,4		100,0

Fonte: Pacheco (1996) - Elaboração Própria a partir dos dados da **Tabela 2.17.4**, em anexo.

Tabela 2.18.5
BRASIL
Comércio Interestadual por vias internas
1985
em %
(Valores Correntes)

Regiões de Origem	Exportações (em %)						Importações (em %)					
	NO	NE	SE	SU	CO	Total	NO	NE	SE	SU	CO	Total
Norte		10,4	78,7	8,8	2,1	100,0		12,3	73,6	11,9	2,2	100,0
Nordeste	8,0		78,6	10,3	3,1	100,0	2,9		81,0	14,0	2,1	100,0
Sudeste	10,5	30,7		38,5	20,3	100,0	11,7	24,6		53,0	10,6	100,0
Sul	3,5	10,9	77,4		8,2	100,0	2,0	5,0	84,6		8,3	100,0
Centro-Oeste	2,5	6,4	60,7	30,3		100,0	0,9	2,7	80,5	15,8		100,0

Fonte: Pacheco (1996) - Elaboração Própria a partir dos dados da **Tabela 2.17.5**, em anexo.

A mesma tendência apresentou o estado de Sergipe, que aumentou suas vendas para o Sudeste em 34,7% em relação ao ano de 1969 e ultrapassou a Região Nordeste como principal destino das vendas sergipanas. Um dado curioso acerca da economia sergipana foi que a partir de 1975 a participação das vendas do estado no comércio inter-regional apresentou inflexão, perfazendo 53,8% em 1980, e 44% em 1985.

Analisando todo o período da qual dispomos de informações, verificamos que desde 1961 os percentuais de vendas inter-regionais do Norte e Centro-Oeste já eram elevados. Tal fato poderia estar relacionado às precárias condições de transporte e comunicação internas, sendo mais fácil manter relações comerciais extra-regionais. A Região Sul, embora se acredite que as causas fossem outras, que não a precariedade do sistema de transportes, também apresentaria elevados índices de comércio inter-regional. Segundo Pacheco (1996), esse fato poderia ser explicado, em parte, pela subestimação do valor do comércio das atividades agropecuárias, tornando-se problemático não só para a região Sul como para a Região Centro-Oeste (**Tabela 2.19**).

No caso do Sudeste, o aumento das atividades inter-regionais tornou-se crescente ao longo de todo o período. Desse modo, se as suas vendas para o mercado nacional, em 1961, excluindo-se a própria região, eram da ordem de 35%, em 1985 este percentual quase dobrou, passando a representar cerca de 65%. As importações também apresentariam crescimento substancial, saltando de 29% em 1961, para 56% em 1985.

Tabela 2.19
BRASIL
Balança Comercial Inter-regional (em %)
1961 - 1985

Macro-regiões	1961			1969			1975			1980			1985		
	X	M	Sld	X	M	Sld	X	M	Sld	X	M	Sld	X	M	Sld
Norte	81,0	94,3	-13,3	60,3	82,0	-21,7	91,5	96,0	-4,5	91,5	93,2	-1,7	88,0	90,9	-2,9
Nordeste	33,7	49,7	-16,0	36,4	63,5	-27,1	56,5	74,7	-18,2	57,6	71,7	-14,1	59,6	71,6	-12,0
Sudeste	35,7	29,6	6,1	38,4	29,3	9,1	47,2	30,5	16,7	49,3	37,5	11,8	64,5	56,2	8,3
Sul	78,0	80,1	-2,1	78,8	76,5	2,3	77,1	83,2	-6,1	72,7	77,2	-4,5	70,4	69,1	1,3
Centro-Oeste	94,7	94,8	-0,1	90,6	96,2	-5,6	76,6	92,4	-15,8	86,2	93,0	-6,8	83,7	91,3	-7,6
Total	44,5	44,5	0,0	47,0	47,0	0,0	53,8	53,8	0,0	56,9	56,9	0,0	67,2	67,2	0,0

Fonte: Tabelas 2.17.1, 2.17.2, 2.17.3, 2.17.4, 2.17.5, em anexo

Nota: X = exportações Inter-regionais; M = Importações Inter-regionais; Sld = Saldo

Pacheco (1996) chama a atenção para o fato de que somente após 1980 as compras inter-regionais do Sudeste adquiriram maior expressão. Esse fato devia-se ao aumento do fluxo comercial com a Região Sul, mas também pelo maior volume de operações entre o Sudeste e o Nordeste, proveniente do crescimento industrial nordestino.

O Nordeste, por sua vez, foi reduzindo gradativamente o seu déficit comercial com as demais regiões brasileiras, notadamente o Sudeste, devido, principalmente, à implantação da nova indústria, que por ser especializada em bens intermediários destinava grande parte dos seus produtos aos mercados extra-regionais. O aumento das importações devia-se à necessidade de adquirir insumos e equipamentos para o suprimento desta nova indústria.

No caso de Sergipe, embora não tenhamos informações para todo o período analisado para as grandes regiões brasileiras, observa-se, a partir da **Tabela 2.20**, que o seu maior parceiro comercial era o mercado paulista, no qual destinava 42,5% das suas vendas e dele adquiria 33,3% das mercadorias de que necessitava, ou seja, em 1975, o comércio sergipano com São Paulo era igual ou superior a 1/3 do total de exportações e importações do estado.

Tabela 2.20
SERGIPE
Balança Comercial Interestadual (em %)
1975 - 1985

Regiões/Estados	1975			1980			1985		
	Export.	Import.	Saldo	Export.	Import.	Saldo	Export.	Import.	Saldo
Norte	0,3	0,1	0,2	1,2	0,3	0,9	4,2	0,6	3,6
Centro-Oeste	0,7	0,0	0,6	1,0	0,7	0,3	0,3	0,3	0,0
Sudeste	53,2	48,6	4,6	43,3	54,3	-11,0	33,8	48,9	-15,1
MG	1,8	4,2	-2,3	3,7	4,5	-0,8	2,7	8,5	-5,8
RJ	8,5	10,5	-2,1	5,4	10,0	-4,6	4,0	8,9	-4,9
SP	42,5	33,3	9,2	33,8	39,3	-5,6	25,2	30,7	-5,5
Sul	4,3	4,9	-0,6	8,4	7,6	0,7	5,6	10,4	-4,8
MA	1,1	0,0	1,1	0,7	0,1	0,6	0,3	0,1	0,2
PI	0,6	0,0	0,6	0,9	0,0	0,9	0,5	0,1	0,5
CE	1,7	1,2	0,4	2,8	1,1	1,8	1,3	2,6	-1,3
RN	0,4	1,1	-0,7	1,5	0,5	1,0	0,4	0,5	-0,1
PB	1,1	1,4	-0,3	0,9	1,2	-0,3	0,8	0,8	0,0
PE	7,7	9,0	-1,3	5,7	6,9	-1,2	7,4	9,0	-1,7
AL	5,6	5,8	-0,2	4,9	1,8	3,1	6,1	2,9	3,2
BA	23,5	28,0	-4,4	28,7	25,4	3,3	39,2	23,9	15,3
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0

Fonte: Revista de Finanças Públicas – Vários anos – Elaboração Própria

Nota: Exclusive Sergipe

Além de São Paulo, as exportações sergipanas destinavam-se, principalmente, aos estados da Bahia (23,5%), Rio de Janeiro (8,5%) e Pernambuco (7,7%) que juntos totalizavam 82,5% das vendas de Sergipe para todo o país. As importações mais intensas efetuadas pelo Estado de Sergipe também eram provenientes desses quatro estados. Destaca-se que, grosso modo, as relações comerciais sergipanas já se mostravam intensas com a Região Sudeste, notadamente Rio de Janeiro e depois São Paulo, desde a década de 1930, podendo-se inferir que assim permaneceram até a década de 1970. A partir desta data pode-se afirmar que São Paulo permaneceu como maior parceiro comercial sergipano.

Não obstante São Paulo fosse o maior importador de Sergipe (sob o ponto de vista da economia sergipana), ao longo do tempo foi sendo ultrapassado pelo Estado da Bahia, que em 1985, apresentava uma participação no destino das vendas de Sergipe 14% superior àquelas destinadas ao mercado paulista. Esse fato estava associado à crise da economia brasileira que atingiu profundamente o estado de São Paulo, fazendo com que este reduzisse as suas compras com as demais regiões do país.

Intra-regionalmente, Sergipe manteve relações mais intensas com os estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas. Em relação aos dois primeiros, deve-se considerar que

esses estados sempre apresentaram grande significado para a Região Nordeste, cujo dinamismo econômico sempre ultrapassou os limites regionais. No caso de Alagoas, as estreitas relações comerciais com Sergipe deviam-se à proximidade dos seus territórios.

As frágeis relações comerciais com os demais estados nordestinos poderiam indicar uma integração pouco robusta de Sergipe com parcela da sua região, embora as atividades intra-regionais tivessem peso crescente na pauta de exportação e importação sergipana. Contudo, não se deve esquecer que o dinamismo econômico baiano e pernambucano sufocava, em certa medida, as demais economias nordestinas na sua integração intra-regional.

Segundo Cardoso (1989), os principais produtos comercializados por Sergipe, por vias internas, eram: algodão, produtos da indústria de moagem, combustíveis e óleos minerais, animais vivos, açúcares, fumo, produtos minerais (sal, enxofre, cal, cimento), ferro fundido e aço, frutos cítricos, dentre outros. Por sua vez, os principais produtos importados eram: veículos terrestres, caldeiras, aparelhos e instrumentos mecânicos, máquinas e equipamentos, móveis e vestuários de tecido, dentre outros.

No que diz respeito ao comércio internacional, inferimos que desde a década de 1930, quando a economia sergipana voltou-se totalmente para o mercado nacional, foram reduzidas as relações com o mercado externo, dada a característica da economia brasileira do período de “voltar-se para dentro”, apresentando novo dinamismo somente a partir da década de 1970, quando o Nordeste procurou ampliar suas relações com o comércio exterior, seguindo a tendência da economia brasileira. O dinamismo da região, no entanto, foi inferior ao do país como um todo, pois enquanto o Brasil aumentou o valor das suas exportações em mais de 8 vezes, passando de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 22,9 bilhões, entre 1975 e 1985, o Nordeste aumentou suas exportações para o mercado internacional em pouco mais de 6 vezes, saltando de US\$ 406 milhões para US\$ 2,5 bilhões, no período referido (CARVALHO, 2001).

O crescimento das exportações nordestinas a um ritmo inferior ao da economia brasileira não significou dizer que foram pouco expressivos os ganhos obtidos com o comércio internacional. Ao contrário, o Nordeste aumentou significativamente o valor das suas exportações, destacando-se os estados de Sergipe, que aumentou suas exportações em 46 vezes, Maranhão, com um aumento de 20 vezes e Piauí, que cresceu 11 vezes mais (**Tabela 2.21**).

Tabela 2.21
BRASIL
Valor das Exportações e Participação Relativa
1970 - 1985

Regiões/Estados	Exportações							
	1970		1975		1980		1985	
	US\$ 1,00	%	US\$ 1,00	%	US\$ 1,00	%	US\$ 1,00	%
NORTE	86.717.648	3,12	198.060.024	2,60	595.515.669	3,44	538.845.071	2,35
NORDESTE	406.596.237	14,61	1.476.568.294	19,40	2.296.821.924	13,27	2.525.629.405	11,00
- Maranhão	4.123.294	0,15	5.688.730	0,07	11.810.223	0,07	82.689.110	0,36
- Piauí	1.677.647	0,06	6.074.471	0,08	17.915.302	0,10	18.778.179	0,08
- Ceará	52.286.118	1,88	76.567.805	1,01	156.223.683	0,90	216.093.658	0,94
- Rio G. do Norte	8.557.412	0,31	22.812.794	0,30	54.893.726	0,32	42.659.013	0,19
- Paraíba	14.428.471	0,52	28.923.275	0,38	47.618.910	0,28	47.847.150	0,21
- Pernambuco	94.859.765	3,41	441.799.466	5,80	478.113.015	2,76	261.653.681	1,14
- Alagoas	54.537.177	1,96	362.532.742	4,76	427.104.255	2,47	189.156.609	0,82
- Sergipe	705.882	0,03	7.573.840	0,10	1.297.088	0,01	30.478.295	0,13
- Bahia	175.420.471	6,30	524.595.171	6,89	1.101.845.722	6,36	1.636.273.710	7,13
SUDESTE	1.587.104.430	57,04	3.802.227.698	49,95	10.168.633.967	58,73	14.284.033.260	62,21
SUL	691.849.412	24,86	2.095.066.402	27,52	4.199.664.272	24,26	5.495.534.076	23,94
CENTRO-OESTE	10.184.941	0,37	39.723.014	0,52	52.767.659	0,30	115.928.194	0,50
BRASIL	2.782.452.668	100,00	7.611.645.432	100,00	17.313.403.491	100,00	22.959.970.006	100,00

Fonte: CACEX - Banco do Brasil S.A. e FIBGE - Anuários Estatísticos *apud* Carvalho (2001)

Em relação às classes dos produtos exportados, a economia nordestina, mais uma vez, seguiu as determinações gerais da economia brasileira, na qual os produtos básicos foram perdendo importância e aumentando a comercialização de produtos semimanufaturados e manufaturados, com o resto do mundo. Assim, em 1975, os produtos básicos representavam 70,6% da pauta de exportação nordestina, diminuindo para 32,7% em 1985. Trajetória inversa seguiram os produtos semimanufaturados e manufaturados, que representavam 16,1% e 12,9%, respectivamente, na pauta nordestina, aumentando seu peso relativo para 20,4% e 46%, em 1985 (CARVALHO, 2001).

A mesma tendência apresentou a economia sergipana, que em 1975 exportava 78,6% de produtos básicos e 21,4% de produtos manufaturados. Em 1985, esses índices haviam caído para 6,5% e 93,5%, respectivamente. Contudo, deve-se ressaltar que os coeficientes de exportação sergipanos eram extremamente reduzidos, não apresentando importância significativa para o comércio externo nordestino ou brasileiro.

2.5 Formação Bruta de Capital Fixo e os efeitos na composição do Produto Interno Bruto sergipano

2.5.1. A participação do Setor Público na Formação Bruta de Capital Fixo em Sergipe

O período que se estendeu de meados da década de 1960 até 1985 foi uma época sem precedentes na história econômica do Nordeste, e de Sergipe, particularmente, com taxas médias de crescimento do PIB bastante elevadas, chegando a superar, em alguns momentos, a taxa de crescimento da economia brasileira.

Deve-se lembrar que o crescimento econômico das diversas regiões brasileiras, particularmente da Região Nordeste, ocorreu em função do processo de desconcentração produtiva verificado a partir da década de 1970. Como demonstrou Cano (1997), entre 1930 e 1970, a economia brasileira apresentou uma das maiores taxas de crescimento econômico, capitaneadas pela economia de São Paulo, que, internamente, crescia a taxas anuais superiores à média do país, concentrando parcelas crescentes do PIB nacional. No entanto, segundo o autor, essa concentração não causou atraso ou estagnação da periferia nacional, uma vez que a maior articulação econômica entre as regiões fazia com que o crescimento de São Paulo imprimisse também determinações de crescimento (regionalmente diferenciadas) à periferia nacional⁵⁵.

Para Diniz (1995), em 1970 verificou-se a fase final do processo de concentração industrial, quando esta alcançou o seu ponto mais alto no Sudeste, absorvendo 65,5% do PIB brasileiro, dos quais 39,4% eram representados pelo Estado de São Paulo.

A partir de 1970, com a consolidação da matriz industrial brasileira, houve a necessidade de uma maior articulação com as regiões periféricas do país, em virtude da utilização da base de recursos naturais ali presentes, acelerando, assim, o crescimento regional. Esses fatores, aliados aos efeitos decorrentes das políticas de desenvolvimento regional implantadas a partir de meados da década de 1960, promoveram um processo de desconcentração industrial regional (CANO, 1997).

Não há dúvidas de que o aporte de investimentos públicos, realizado na ampliação e modernização da infra-estrutura regional foi de fundamental importância para a atração das inversões, tanto públicas quanto privadas, no setor industrial nordestino e sergipano.

⁵⁵ Para uma análise mais detalhada do processo de concentração e desconcentração industrial da economia brasileira ver Cano (1998a), Cano (1998b), Pacheco (1996) Diniz (1995), dentre outros.

Na década de 1960, os investimentos fixos efetuados pelas entidades das administrações centralizadas e descentralizadas, empresas públicas e sociedades de economia mista no Nordeste caracterizaram-se por uma concentração muito forte na expansão da infra-estrutura, notadamente nas áreas de transportes, comunicações, energia elétrica e abastecimento de água, necessárias à implantação e desenvolvimento de novas atividades produtivas⁵⁶. Na década de 1970, os investimentos em infra-estrutura foram complementados com investimentos produtivos, sobretudo industriais; e nos anos 1980, a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro reduziu significativamente os investimentos do setor público nas economias regionais (GUIMARÃES NETO, 2004)

O esforço governamental na formação de capital no Nordeste foi dividido por Guimarães Neto (1989) em três áreas distintas: uma área de intervenção compreendida pelas **atividades produtivas**, outra vinculada à **administração pública e serviços comunitários e sociais** e uma terceira, de **infra-estrutura econômica e social**, demonstrando a multiplicidade de ações que o Estado empreendeu para a valorização do capital, na região⁵⁷.

A acumulação de capital, vista a partir da formação de capital fixo, foi sem dúvida muito intensa no período que ora analisamos. Em 1960, 48,2% dos recursos públicos aplicados no Nordeste eram destinados aos setores de infra-estrutura, apresentando crescimento ao longo de toda a década, chegando a 56,4% em 1970. Os setores produtivos (agricultura, indústria e serviços) representavam apenas 19,4% dos recursos em 1970, dos quais 15% eram investidos no setor industrial, principalmente na indústria de extração mineral. Em 1975, a formação bruta de capital fixo do setor público no Nordeste continuaria a concentrar o maior aporte de recursos nos setores de infra-estrutura, com 63,7% das inversões realizadas. A partir daí, este segmento apresentaria perda de participação em favor dos setores produtivos e da administração pública. Todavia, continuaria recebendo a maior parcela de recursos.

⁵⁶ Segundo Affonso (1997), a administração pública no Brasil está estruturada, em cada um dos três níveis de governo, em dois grupos: a administração direta, que obedece ao direito público e exerce as funções típicas de governo, e a administração indireta, cujas normas são regidas pelo direito privado, compreendendo entidades com personalidade jurídica própria e com autonomia de gestão. Na administração indireta é possível distinguir dois subconjuntos: a administração descentralizada, que é constituída por entidades que exercem atividades típicas de governo com maior independência administrativa, tais como autarquias, fundações, e a atividade empresarial, ramificada no setor produtivo estatal, através das empresas públicas.

⁵⁷ A **Tabela 2.22**, a seguir, que descreve a Formação Bruta de Capital Fixo para o estado de Sergipe utiliza esta classificação elaborada por Guimarães Neto (1989, p. 259) para a economia nordestina, distinguindo as atividades do setor público em três categorias de análise, a saber: 1. atividades produtivas; 2. atividades de administração pública e serviços comunitários; 3. atividades de infra-estrutura econômica e social.

De acordo com Guimarães Neto (1989), os investimentos em infra-estrutura econômica e social, ao longo da década de 1970 eram devidos à necessidade de implantação de serviços de saneamento básico, dada a atuação mais efetiva do sistema financeiro, comandado pelo BNH. No entanto, em todos os anos, a indústria sergipana, especificamente a indústria extrativa, foi a grande beneficiada com os recursos do governo.

Outra foi a situação da economia sergipana. Não obstante no início dos anos 1970 a maior parte dos investimentos também se concentrasse nos setores de infra-estrutura econômica e social, notadamente o setor de transportes e comunicação, a partir de 1975 esta situação sofreu uma sensível modificação, em virtude dos objetivos do II PND e da existência e diversidade de recursos minerais no estado. Com isso, as atividades produtivas ganharam proeminência na destinação dos recursos governamentais, ultrapassando a marca de 50% em 1977 e atingindo o seu ponto mais elevado em 1983, quando 78,7% dos recursos governamentais destinados à formação bruta de capital fixo foram direcionados ao setor produtivo (**Tabela 2.22**).

Tabela 2.22
SERGIPE
Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público, segundo Áreas de Intervenção da Ação Governamental (em %)
1974 – 1985

Especificações	ANOS											
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
1. Atividades Produtivas	35,4	46,7	46,7	58,3	56,5	70,0	64,9	70,5	76,3	78,7	64,5	65,4
1.1. Agropecuária	0,2	0,2	0,3	0,5	5,0	2,6	3,9	5,2	3,0	2,3	3,6	1,0
- Agropecuária, Silvicultura e Pesca	0,2	0,2	0,3	0,5	5,0	2,6	3,9	5,2	3,0	2,3	3,6	1,0
1.2. Indústria	34,7	44,2	45,9	57,3	50,5	66,6	60,8	64,7	71,9	73,3	58,9	63,4
- Extrativa Mineral	34,7	44,0	45,9	57,2	45,0	50,1	44,6	48,4	71,9	61,5	58,6	62,9
- Transformação	0,0	0,2	0,0	0,0	5,5	16,6	16,2	16,3	0,0	11,8	0,3	0,5
1.3. Serviços	0,5	2,4	0,5	0,6	1,0	0,8	0,2	0,6	1,4	3,0	1,9	1,1
- Atividades Financeiras, Bens Imóveis e Serviços às Empresas	0,5	2,4	0,5	0,6	1,0	0,7	0,2	0,6	1,3	2,8	1,9	1,1
- Comércio (inclusive Restaurantes e Hospedagens)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0
2. Administração Pública, Serviços Comunitários e Sociais	26,5	21,4	27,0	21,6	17,6	14,4	20,2	12,5	11,2	11,9	14,5	17,6
2.1. Serviços Comunitários e Sociais	26,5	21,4	27,0	21,6	17,6	14,4	20,2	12,5	11,2	11,9	14,5	17,6
3. Infra-estrutura Econômica e Social	38,1	31,8	26,3	20,1	25,9	15,6	14,9	17,0	12,5	9,4	21,1	16,9
3.1. Energia Elétrica e Abastecimento de Água	9,2	3,4	3,5	4,1	7,6	9,5	9,4	8,8	5,6	5,1	7,6	9,6
3.2. Transporte, Armazenagem e Comunicações	29,0	28,4	22,8	16,0	18,3	6,1	5,6	8,2	7,0	4,3	13,5	7,3
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SUDENE (1999). Elaboração própria.

Vale ressaltar que o período em que Sergipe concentrou o maior volume de capitais nos setores produtivos coincide com o período de implantação de dois projetos industriais de grande envergadura para o estado, operacionalizados por empresas estatais: o da Petromisa, em 1977, relativo à produção de amônia e uréia; e o da Nitrofertil, em 1983, relativo a uma unidade destinada à produção de cloreto de potássio.

Visando corroborar a importância da atuação do governo federal no Estado de Sergipe, basta dizer que do total de recursos investidos pelo setor público na formação bruta de capital fixo do estado, através das esferas federal, estadual e municipal, o ente central apresentou uma participação acima de 67% ao longo do período compreendido entre 1974 e 1985. Em 1979, o governo federal apresentou o maior índice de participação, totalizando 82,7% dos recursos investidos, ao passo que o governo estadual somou 12,5% e os governos municipais apenas 4,8%. Em 1985, em meio à crise que assolava o país, o Governo Federal ainda era responsável por 68,3% da formação bruta de capital fixo do estado; o governo estadual havia praticamente dobrado a sua participação, com recursos da ordem de 23,7% e os governos municipais também apresentaram crescimento, perfazendo 8%. No que diz respeito à situação jurídica das inversões, as Empresas Públicas (inclusive Sociedades de Economia Mista) apresentaram crescimento constante ao longo do período, saltando de 59,4% em 1974, para 76,7% em 1985. No início da década de 1980, no entanto, as Autarquias e Fundações reduziram sua participação (de 30,9%, em 1974, para 7,7%, em 1985) em favor do crescimento da Administração Central, que saltou de 9,7% em 1974, para 15,6% em 1985.

Desse modo, o desempenho da economia sergipana passaria a ser fortemente dependente das finanças públicas do governo federal e das estratégias traçadas pelas empresas estatais, inclusive as que depois da década de 1990 foram privatizadas, cujas dinâmicas independem do âmbito estadual (NÓBREGA, 2003).

2.5.2. A indústria como “motor” da atividade econômica sergipana

No que se refere ao **Produto Interno Bruto**, verifica-se, através da **Tabela 2.23**, que durante esses 25 anos o PIB sergipano cresceu em média a 10,3% ao ano, superando o crescimento do PIB nordestino (7,3% ao ano) e brasileiro (7,5% ao ano). Contudo, se observarmos a variação dos diversos subperíodos, veremos que embora acompanhasse a tendência de crescimento das economias nordestina e brasileira, na década de 1960, o PIB

sergipano apresentou crescimento levemente superior ao da economia nordestina, mas ficou abaixo do crescimento da economia brasileira; no decênio seguinte, seu crescimento (9,1%) ficou abaixo tanto da economia nordestina (10,5%) quanto da brasileira (10,3%), ainda que tivesse apresentando crescimento ao longo da década, acompanhando a tendência regional e nacional, ou seja, embora as taxas se diferenciasssem as tendências foram semelhantes, situação que não se verificaria no quinquênio seguinte.

Para Araújo (1997), essa coincidência de tendências significava que a integração econômica articulou a dinâmica da economia brasileira nas diversas regiões do país, contrariando uma das teses do GTDN que dizia que enquanto a economia nordestina apresentava crescimento negativo, a do Centro-Sul apresentava situações de elevado crescimento positivo.

Tabela 2.23
BRASIL – NORDESTE – SERGIPE
Taxa Média de Crescimento do PIB (em %)
1960 – 1985

Período	BRASIL	NORDESTE	SERGIPE
1960/1985	7,5	7,3	10,3
1960/1970	7,7	5,2	6,3
1970/1980	10,3	10,5	9,1
1980/1985	1,9	5,3	21,0
1960/1965	4,4	5,1	5,5
1965/1970	11,0	5,3	7,2
1970/1975	11,2	10,0	9,4
1975/1980	9,4	11,1	8,9
1980/1985	1,9	5,3	21,0

Fonte: Ipeadata (2006)

Nota: Produto Interno Bruto elaborado pelo IBGE. Para os anos de 1985 a 2002, segundo o conceito a preços de mercado e para os anos de 1970 a 1980, série calculada segundo conceito a custo de fatores. Para os anos de 1939 a 1969, Produto Interno Líquido a custos de fatores elaborados pela FGV, os dados referentes aos Territórios de Rondônia e Roraima e ao estado do Acre estão incluídos no estado do Amazonas e o Território do Amapá está incluído no Pará. As estimativas do PIB das atividades em nível estadual não são consistentes com aquelas em nível nacional. O problema se deve à não exclusão da “dummy” financeira (valor adicionado imputável a essa atividade) em cada atividade em nível estadual.

Na primeira metade da década de 1980, porém, o PIB sergipano mostrou-se totalmente destoante do que se verificou com a economia nacional e regional. Convém lembrar que neste período a economia nacional apresentou fases bem distintas na evolução das atividades econômicas: entre 1981 e 1983, um crítico processo recessivo e a retomada do crescimento entre 1984 e 1985. Para a economia sergipana foi o período de maturação

dos investimentos estatais realizados em 1977 e de novas inversões, realizadas em 1982, o que poderia explicar, em parte, a elevada taxa de crescimento do quinquênio.

Outro aspecto a ser considerado no início dos anos 1980, no que diz respeito às diferenças existentes no crescimento do PIB sergipano, regional e nacional, está no fato de que a integração econômica verificada na economia brasileira não significou uma homogeneidade das estruturas produtivas regionais do país. Assim, as regiões permaneceram com suas “diferenciações” produtivas, embora integradas nacionalmente. Em função destas particularidades produtivas, a Região Nordeste, e Sergipe, em especial, foram menos atingidos pela crise dos anos oitenta, pois essa afetou mais fortemente o setor industrial, principalmente os segmentos produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis e a região Nordeste havia se especializado na produção de bens intermediários, contribuindo também para que o PIB sergipano, bem como o nordestino, ficassem acima da média nacional (ARAÚJO, 1997).

Deve-se considerar, ainda, que o excelente desempenho do PIB sergipano no quinquênio 1980/1985 deveu-se, também, ao repasse da alta dos preços do petróleo no mercado nacional, devido ao choque de 1979, o que promoveu uma mudança favorável nos preços relativos do produto, beneficiando a economia sergipana (SILVA, 1989).

Sob o aspecto das mudanças estruturais, vale mencionar que, em 1960, a indústria nordestina contribuía com 11,7% para o produto regional, ficando o setor agrícola com 41,3% e o setor de serviços com 47,0%. Em 1985, a composição da economia do Nordeste teria passado por uma radical transformação: a participação do setor secundário atingiria 38,8% do total da produção regional, o setor agrícola sofreria uma acentuada perda de posição, caindo para 17,0%, enquanto o setor de serviços, mantendo sua condição de segmento majoritário, contribuía com 44,2% do produto regional, conforme tabela abaixo.

Tabela 2.24
NORDESTE - SERGIPE
Evolução da Participação dos Setores no PIB
1960-1985
(%)

Ano	NORDESTE				SERGIPE			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1960	41,3	11,7	47,0	100,0	42,7	10,8	46,5	100,0
1965	41,9	10,4	47,7	100,0	43,6	9,6	46,8	100,0
1970	22,4	18,3	59,3	100,0	21,3	25,6	53,1	100,0
1975	21,0	23,7	55,3	100,0	17,3	30,4	52,3	100,0
1980	16,7	32,1	51,2	100,0	17,4	28,9	53,7	100,0
1985	17,0	38,8	44,2	100,0	8,2	67,8	24,0	100,0

Fonte: Ipeadata (2006)

A economia sergipana também apresentou mudanças estruturais significativas, semelhante ao que ocorreu com a Região Nordeste como um todo, apresentando, inclusive, maior ímpeto no que diz respeito a participação do setor industrial no final do período em análise. Desse modo, em 1960, a participação da indústria sergipana correspondia a 10,8% da produção estadual, ao passo que a agricultura contribuía com 42,8% e o setor de serviços perfazia 46,5% da produção total. Em 1985, a economia sergipana apresentava uma participação industrial altamente elevada, uma vez que este setor representava 67,8% da produção estadual. O setor de serviços teria sido reduzido à metade, representando 24,0% do produto sergipano e o setor agrícola apresentaria queda vertiginosa, atingindo a marca de 8,2%.

Deve-se ressaltar que a participação da indústria na composição setorial de Sergipe em 1985, não quer dizer, necessariamente, que o estado era (altamente) industrializado, uma vez que tais indicadores deviam-se, em grande medida, à indústria extrativa (concentrada, sobretudo, nas atividades da Petrobrás e de outras empresas estatais de exploração mineral) e de construção civil que, juntas, totalizavam 30,2% do setor industrial do estado, ao passo que a indústria de transformação era responsável por 36,8%, conforme dados das Contas Regionais, do IBGE (2006).

Embora sejam conhecidas as diferenças metodológicas apresentadas entre a FGV/IBGE⁵⁸ e a SUDENE, o que pode apresentar informações distintas para o mesmo indicador, e embora se utilize ao longo de todo o trabalho dados coletados pela FGV/IBGE, calculados pelo IPEADATA, gostaríamos de apresentar a participação dos grandes setores no PIB industrial sergipano, calculado pela SUDENE, como forma de ilustrar a importância e crescimento da indústria extrativa mineral, ou do setor público, para a economia do estado. A utilização dos dados da SUDENE ocorreu em virtude da dificuldade de obtenção de informações com maior nível de desagregação, que pudessem exemplificar a participação dos grandes setores industriais (indústria de transformação, indústria extrativa, construção civil e energia elétrica e abastecimento de água) na composição do PIB sergipano. Assim, reitera-se que para o período ora analisado não se encontrou, nos dados da FGV/IBGE, nem no Ipeadata, informações desagregadas por grandes setores industriais, o que nos obrigou à utilização das estatísticas da SUDENE.

⁵⁸ A utilização da conjugação FGV/IBGE como instituições que utilizam a mesma metodologia de pesquisa diz respeito ao fato de que os dados oficiais da economia brasileira, até 1984, eram coletados e calculados sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV); a partir de 1985, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) assume tal encargo.

Contudo, sabemos e assumimos os riscos de se utilizar uma base de informação distinta daquela utilizada ao longo de todo o trabalho.

De acordo com as informações da **Tabela 2.25**, em 1970, a indústria extrativa mineral respondia por 22,2% do PIB industrial sergipano e a indústria de construção civil por 44,4%, ao passo que a indústria de transformação por 33,3% do PIB industrial do estado, ou seja, a indústria de transformação e construção civil respondiam por mais de 2/3 da produção industrial de Sergipe, o que pode ser atribuído, em parte, aos incentivos fiscais da SUDENE.

Tabela 2.25
NORDESTE - SERGIPE
Participação por Grandes Setores no PIB Industrial
1965/1985

NORDESTE					SERGIPE			
Anos	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Energia Elétrica e Abastecimento de Água	Construção Civil	Indústria Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Energia Elétrica e Abastecimento de Água	Construção Civil
1965	7,0	62,8	2,3	27,9	-	-	-	-
1970	7,1	52,4	6,1	34,4	22,2	33,3	0,1	44,4
1975	8,2	57,4	6,5	27,9	36,5	32,7	3,8	26,9
1980	8,4	63,3	5,8	22,5	35,4	23,1	2,3	39,2
1984	21,3	53,8	6,4	18,5	58,4	18,9	2,3	20,4

Fonte: SUDENE/Contas Regionais (1999)

(-) Dados não disponíveis

A partir de 1975, a indústria extrativa passou a predominar no setor industrial do estado, com 36,5%, superando tanto o setor de construção civil quanto a indústria de transformação. Em 1984, a indústria extrativa mineral respondia por quase 58,4% do total da indústria de Sergipe, fato que decorre dos investimentos associados ao II PND, conforme apontamos anteriormente.

Comparando-se a evolução industrial de Sergipe com a do Nordeste, percebe-se que não obstante a indústria extrativa nordestina tivesse apresentado crescimento constante ao longo de todo o período, a indústria de transformação apresentou participação muito superior aos demais setores industriais. Esse fato confirma a nossa hipótese de que o crescimento da economia sergipana, capitaneada pelo setor industrial, foi decorrente dos investimentos realizados pelo setor público, através das suas empresas estatais, não apresentando grandes investimentos dos setores produtivos privados de capital nacional ou multinacional.

Desse modo, a economia sergipana tornou-se extremamente dependente da indústria extrativa mineral, onde a decisão de ampliação da produção e desenvolvimento

do setor são de responsabilidade do governo federal e sujeita a injunções diversas, diferente do que ocorreu com a economia nordestina como um todo que recebeu a participação de diversos grupos privados nacionais e multinacionais (IESAP, 1988).

Outro aspecto importante foi que a repartição do PIB sergipano segundo as atividades econômicas mostrou que o único setor que apresentou crescimento ao longo de todo o período abaixo da média nacional e regional foi a agropecuária, demonstrando a fragilidade da agricultura sergipana em detrimento do crescimento do setor industrial e de serviços. O setor de serviços, por sua vez, apresentou taxas de crescimento que se deviam, em grande parte, ao processo de urbanização do estado e ao aumento do gasto público. O crescimento industrial, conforme demonstrado, devia-se às inversões do setor público, em especial das empresas estatais.

Tabela 2.26
BRASIL – NORDESTE – SERGIPE
Taxa Média de Crescimento do PIB, segundo atividade
econômica (em %)
1960 – 1985

Setores	BRASIL	NORDESTE	SERGIPE
<i>Agricultura</i>	3,8	3,5	3,2
<i>Indústria</i>	10,7	12,5	18,6
<i>Serviços</i>	7,1	6,9	7,3

Fonte: Ipeadata (2006)

Pode-se dizer que, contraditoriamente, o período de crise da economia brasileira foi exatamente o período áureo do crescimento industrial sergipano, em que a sua participação no PIB regional aumentou significativamente, suplantando os estados que tradicionalmente apresentaram índices superiores aos de Sergipe e ficando abaixo apenas dos estados que sempre concentraram os maiores indicadores econômicos do Nordeste, ou seja, Bahia, Pernambuco e Ceará. Assim, se em 1960 a participação sergipana ficava em penúltimo lugar na composição do PIB regional, decorrente de todo o processo de integração do mercado brasileiro, em 1985, Sergipe teria apresentado um crescimento expressivo, em função dos investimentos do setor público, realizados ao longo do período, saltando para a quarta posição na participação do PIB regional.

Tabela 2.27
NORDESTE
Participação dos Estados no PIB do Nordeste
1960/1985

Estados	Anos					
	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Alagoas	5,5	5,2	5,8	5,7	5,5	6,1
Bahia	28,7	26,9	32,5	33,4	36,2	37,9
Ceará	13,3	14,5	12,3	11,7	12,9	12,2
Maranhão	7,5	7,1	7,0	6,6	7,1	5,3
Paraíba	9,6	9,3	6,1	6,3	5,5	5,1
Pernambuco	23,5	24,4	24,9	24,3	21,2	18,6
Piauí	2,8	3,2	3,1	3,2	3,1	2,8
Rio Grande do Norte	6,0	6,0	4,6	5,3	5,3	5,5
Sergipe	3,3	3,4	3,7	3,6	3,3	6,5
Nordeste	100	100	100	100	100	100
Sergipe/Brasil	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,9
Nordeste/Brasil	14,8	15,3	11,7	11,1	12,0	14,1

Fonte: Ipeadata (2006)

Contudo, a expressividade da economia sergipana no cenário regional não teria longa duração. Além da crise fiscal e financeira que abateu a economia brasileira ao longo dos anos 1980 e que chegaria a Sergipe pós-1985, reduzindo as inversões públicas no estado, a situação da economia sergipana seria agravada com as políticas de cunho neoliberal, implantadas a partir da década de 1990, conforme será apresentado no capítulo seguinte.

Capítulo III – CRISE NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: OS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA SERGIPANA

O início da década de 1980 ficou marcado por duas grandes crises que abateram a economia nordestina. Primeiro, no final dos anos 1970 (1979-1983), uma grande seca que desorganizou a economia agrícola do semi-árido. Depois, ainda no início da década de 1980, a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, que reduziu a participação do setor público nas atividades produtivas, traduzida em baixo crescimento econômico, aumento da recessão e do desemprego nas diversas regiões do país.

Como se não bastasse a crise fiscal brasileira, nos anos 1990 a economia nacional foi exposta à competitividade internacional, com o argumento de que o país não poderia perder a oportunidade de se integrar ao mercado mundial, o que acabou desintegrando ainda mais as poucas ações voltadas para o desenvolvimento regional.

Dados esses fatores e na ausência de uma política econômica nacional de desenvolvimento regional que promovesse o crescimento das regiões deprimidas, observou-se uma verdadeira guerra inter-regional para a atração de empresas, com o propósito de contrabalançar os efeitos negativos da abertura comercial e da falta de investimentos do setor público.

O presente capítulo visa examinar como a economia sergipana reagiu, inicialmente, aos efeitos da crise do Estado brasileiro, com a redução dos investimentos do setor público e a ausência de políticas de desenvolvimento regional e, posteriormente, com a abertura comercial e as políticas de cunho neoliberal, imbuídas do espírito de Estado Mínimo na atividade produtiva. O capítulo está estruturado em cinco seções: na primeira, expõe-se o período de crise do Estado nacional e a transição para a fase de abertura econômica, bem como os impactos para a indústria sergipana; na seção dois, descrevem-se sumariamente as mudanças na condução da política econômica nacional para, em seguida, analisamos as reações do governo estadual, através da concessão de estímulos ao setor privado, visando atrair investimentos produtivos, via guerra fiscal. Essa análise será feita através do estudo do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), implantado em 1991; na seção quatro, mostra-se o crescimento do setor de serviços, dada redução e/ou ausência de investimentos produtivos (públicos e privados) no setor industrial sergipano ao longo de toda a década de 1990 e uma ligeira retomada do crescimento do setor nos anos iniciais do novo século; por fim, apontam-se as mudanças processadas no comércio inter-regional e internacional.

3.1. A agonia da Política Nacional de Desenvolvimento atinge Sergipe: 1985/1989

Significativa parte dos efeitos dinâmicos dos investimentos associados ao II PND, dos quais Sergipe foi um dos estados fortemente beneficiados, mostrou sinais de esgotamento a partir de 1985. O Governo ainda tentou esboçar alguma continuidade na política de desenvolvimento e de redução das disparidades regionais, através da elaboração do III PND, para o período 1980-1985, mas a aguda crise econômica que abateu a economia brasileira, ocasionada por choques externos e internos, fez com que o Plano, que estava restrito a metas qualitativas, fosse totalmente abandonado, em favor da busca de solução para os problemas conjunturais, “estancando” o processo de desconcentração espacial econômica (CAIADO, 2002; GREMAUD & PIRES, 1999).

Os sucessivos ajustes realizados na primeira metade dos anos 1980 foram direcionados para a redução das necessidades de divisas estrangeiras a partir da queda da demanda interna, para o estímulo às exportações e para o combate às crescentes pressões inflacionárias (GUIMARÃES NETO, 2004).

Ainda assim, no início da “Nova República”⁵⁹ houve mais uma tentativa de recuperação das políticas de desenvolvimento regional, com a criação do I Plano de Desenvolvimento do Nordeste da Nova República (I PDN-NR), para o período 1986-1989, através da Lei nº 7.499, de 25 de junho de 1986, que versava sobre a necessidade de recuperar, *“no nível do Nordeste, as tônicas da proposta nacional, ao mesmo tempo em que [procurava] atender às demandas da sociedade regional pela Reforma Agrária - com ênfase na mudança do padrão de propriedade da terra e na produção de alimentos -, pela retomada do crescimento econômico e por um amplo e decidido programa social onde o emprego, a distribuição da renda e o aumento da oferta de serviços sociais fossem os principais objetivos a serem perseguidos”* (BRASIL, 1986).

Ademais, o Plano tinha como premissa redefinir as funções da SUDENE, conferindo-lhe o real papel de órgão planejador do desenvolvimento do Nordeste, com a importância que tivera no passado, democratizando o planejamento, mobilizando setores da Administração Pública dos Estados e representantes da sociedade civil. Com isso,

⁵⁹ “O termo ‘Nova República’ origina-se do programa da Aliança Democrática, formada pela articulação entre o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e a Frente Liberal, que era uma dissidência do PDS (Partido Democrático Social) e foi o termo que designou a gestão de José Sarney à frente do Executivo Nacional no período de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990” (MORAES, 1999, p. 168).

esperava-se que a SUDENE recuperasse o poder efetivo de condução da política de desenvolvimento regional e pudesse atuar de forma mais intensa entre os estados da região e o governo federal, mas as adversidades que enfrentava a economia brasileira fizeram com que o governo federal não conseguisse efetivar as propostas contidas no Plano, conferindo-lhe importância secundária.

Na verdade, o contexto de instabilidade econômica e crise fiscal e financeira, com pequenos surtos de expansão seguidos de retração da economia fizeram com que o Governo Federal priorizasse a adoção de planos de estabilização, dado o crescimento vertiginoso da inflação, em detrimento de planos de desenvolvimento nacional ou regional (GUIMARÃES, 1998).

Como destaca Carvalheiro (1999), nas décadas anteriores o governo preocupou-se com a consolidação da industrialização, elaborando planos ambiciosos, quase sempre denominados “planos de desenvolvimento”. Na década de 1980 a lógica se modificou. Os novos planos, chamados “programas de estabilização”, em geral buscavam o ajuste externo ou o ajuste das finanças públicas, visando controlar a inflação.

Desse modo, as altas taxas de inflação, o baixo crescimento econômico, a crise crônica do balanço de pagamentos, o corte do crédito interno e a elevação das dívidas públicas interna e externa debilitaram fortemente o Estado Nacional, em termos fiscais e financeiros, reduzindo significativamente os gastos e investimentos públicos (sobretudo das empresas estatais), deslocando, assim, a reflexão da política econômica, da órbita do desenvolvimento para a da conjuntura (CANO, 2002).

A crise, porém, não se manifestaria da mesma forma nos diversos setores econômicos, atingindo de forma mais intensa a indústria de transformação e o setor agropecuário (CAIADO, 2002). Esse foi, em parte, um dos principais motivos do crescimento extremamente elevado da economia sergipana, no período 1980/1985, uma vez que a sua estrutura produtiva estava totalmente voltada para a produção de bens intermediários e a agricultura apresentava participação insignificante no produto estadual, conforme apresentamos no capítulo anterior.

Ao longo da década, a alternância entre curtos períodos de crescimento e desaceleração não correspondeu a mais um ciclo de acumulação, nem, tampouco, à instauração de um novo modelo de desenvolvimento. Segundo Pacheco (1996), apesar da semelhança formal com os ciclos anteriores, por apresentarem momentos de recuperação alternados com momentos de recessão, não houve uma dinâmica cíclica comandada endogenamente, quer pelo setor de bens de consumo duráveis, quer pelo gasto público ou,

ainda, pela indústria pesada. O que se verificou foi o ajustamento externo e as restrições que este ajuste impôs à condução da política econômica, não sendo capaz, nos períodos de crescimento, de alavancar o investimento público ou privado.

Para Guimarães Neto (1999), embora a crise atingisse todo o país, no caso nordestino havia um significado especial, uma vez que a dinâmica econômica regional, provavelmente mais que a nacional em seu conjunto, dependia dos investimentos públicos e da ação governamental para a promoção do seu desenvolvimento.

Desse modo, a estrutura produtiva sergipana, determinada pela implantação da nova indústria e pelos investimentos e intervenção direta do Estado entraria em nova fase a partir de 1985. O crescimento expressivo verificado na primeira metade da década cederia lugar a taxas ínfimas, quando não eram negativas, de crescimento do PIB durante todos os anos da segunda metade dos anos oitenta. Mesmo quando as economias nacional e regional mostraram sinais de recuperação, Sergipe não conseguiu acompanhar tal tendência, em razão da inexpressividade dos investimentos dos setores público e privado, conforme pode ser verificado na **Tabela 3.1**.

Tabela 3.1
BRASIL – NORDESTE – SERGIPE
Taxa Média de Crescimento do PIB (em %)
1985 - 1990

Período	BRASIL	NORDESTE	SERGIPE
<i>1985/1989</i>	<i>5,7</i>	<i>2,2</i>	<i>-7,4</i>
1985/1986	5,2	5,0	-2,8
1986/1987	5,0	-2,0	-17,4
1987/1988	5,1	2,6	-1,7
1988/1989	7,5	3,1	-6,7
1989/1990	-11,4	-7,4	-6,1
<i>1985/1990</i>	<i>2,0</i>	<i>0,2</i>	<i>-7,1</i>

Fonte: Ipeadata (2006)

Ao longo desses quatro anos (1985-1989), Sergipe acompanhou sua participação regional e, por conseqüência, a nacional, serem reduzidas gradativamente, deixando de ser a quarta economia do Nordeste, em termos de participação percentual do PIB, com Bahia, Pernambuco e Ceará liderando o ranking, para se tornar a penúltima economia da região, à frente apenas do estado do Piauí, apresentando situação semelhante àquela verificada na década de 1960, antes das políticas de desenvolvimento regional (**Tabela 3.2**).

Tabela 3.2
NORDESTE
Participação dos Estados no PIB do Nordeste
1985/1990

Estados	Anos					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Alagoas	6,1	5,6	6,3	5,3	4,7	5,5
Bahia	37,9	36,6	35,8	37,3	36,7	34,9
Ceará	12,2	12,4	12,2	12,6	12,5	12,6
Maranhão	5,3	5,7	5,5	6,0	6,3	6,2
Paraíba	5,1	5,4	5,6	5,4	5,7	6,6
Pernambuco	18,6	20,1	21,1	20,4	20,5	20,7
Piauí	2,8	3,0	3,0	2,9	3,0	3,5
Rio Grande do Norte	5,5	5,2	5,5	5,3	6,1	5,6
Sergipe	6,5	6,0	5,1	4,9	4,4	4,5
Nordeste	100	100	100	100	100	100
Sergipe/Brasil	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5	0,6
Nordeste/Brasil	14,1	14,1	13,1	12,8	12,3	12,9

Fonte: IBGE/Contas Regionais (2006); Ipeadata (2006)

Deve-se lembrar que, diferentemente de boa parte dos estados nordestinos que conseguiu montar uma estrutura industrial baseada não apenas nos setores extrativos, mas também na indústria de transformação, com a implantação de empreendimentos privados de capital nacional e multinacional, ainda que significativa parte estruturada em bens de consumo não-duráveis, a economia sergipana ficou totalmente refém dos setores extrativos e das empresas do setor público. O setor privado, que não foi capaz de estruturar bases produtivas dinâmicas em épocas de crescimento acelerado, ou de pujança do setor industrial sergipano, não se mostraria capacitado para fazê-lo em épocas de crise, deixando a economia sergipana ao sabor das “forças do mercado”.

A participação setorial também sofreu modificações: se a partir da década de 1970 o setor industrial apresentou crescimento constante, em detrimento da redução de participação da agropecuária e do setor de serviços, a partir de 1986 a indústria sergipana reduziria significativamente sua importância no PIB estadual (**Tabela 3.3**). Esta perda de dinamismo devia-se, em grande medida, à redução de participação da indústria extrativa, que em 1985 correspondia a 21,9% do total da indústria sergipana e em 1989 representava apenas 9,2%.

Tabela 3.3
SERGIPE
Participação das Atividades Econômicas no PIB
1985/1990

Setores	Anos					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Agropecuária	8,2	8,7	9,0	10,4	10,1	10,7
Indústria	67,8	64,9	56,4	53,5	47,4	44,4
Serviços	24,0	26,4	34,6	36,1	42,5	44,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Contas Regionais (2006)

Aliás, o setor extrativo sergipano apresentou uma relativa estagnação dos seus dois principais produtos: petróleo e gás natural. A produção de petróleo apresentou leve decréscimo ao longo do período. Em 1985 o estado produzia 2.850.135 m³ de petróleo bruto e em 1989 sua produção era de 2.834.618 m³. Em termos percentuais, pode-se dizer que a produção sergipana de petróleo ficou praticamente estagnada ao longo da segunda metade dos anos 1980, ou apresentou um decréscimo de 0,1%. A produção de gás natural apresentou ligeiro acréscimo, mas nada que pudesse contrabalançar os efeitos perversos da crise. Assim, em 1985, Sergipe produzia 795.511 (1.000 m³) de gás natural e em 1989 sua produção tinha saltado para 852.497 (1.000 m³), ou seja, um acréscimo de apenas 1,7%.

A indústria de transformação, liderada pelos setores têxteis e de produtos alimentares, também apresentou redução de participação, passando de 36,8% em 1985 para 26,2% em 1989. A indústria de construção foi a que apresentou melhor desempenho, saindo de uma participação relativa de 8,3% em 1985, para 11,1% em 1989, conforme dados apresentados pelas Contas Regionais, do IBGE (2006).

Vale ressaltar que o aumento da participação relativa da atividade econômica no PIB não significou, necessariamente, que o setor cresceu. Desse modo, constata-se que embora a agropecuária tivesse apresentado aumento de participação no PIB estadual, esta mostrou decréscimo de 2,3% ao longo do período 1985-1989. A indústria, além de ter reduzido sua participação na atividade econômica sergipana, também apresentou taxa de crescimento negativa da ordem de 15,1%. O setor de serviços, por sua vez, foi o único que apresentou aumento real do produto ao longo do período analisado, crescendo a uma média anual de 7,1%.

Para se ter idéia do impacto da crise sobre a economia brasileira, Guimarães Neto (1999) demonstrou que os investimentos públicos totais das três esferas de governo, que se

expandiram a 9,6% ao ano, entre 1970 e 1980, passaram a crescer apenas a 3,1% ao ano entre 1980 e 1990, e apresentaram crescimento negativo de 9,9% entre 1990 e 1993. Isso tornou mais grave ainda a situação econômica do Nordeste, em particular a do Estado de Sergipe, cujo nível de dependência por recursos governamentais era maior.

Tentando analisar os efeitos da crise para a economia de Sergipe, nos seus variados aspectos, observamos que no que diz respeito à Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público, nas três esferas de governo, segundo as atividades econômicas, os investimentos realizados no setor industrial caíram de 73% em 1985 para 40% em 1989. Em contrapartida, cresceu a participação do setor de serviços (de 26% em 1985 para 57,4% em 1989), notadamente os serviços comunitários, sociais e pessoais e, em menor medida, o setor agropecuário, que passou de 1% para 2,6% no período considerado.

A queda da atividade industrial em Sergipe estava associada à contenção de recursos destinados às empresas públicas, que em 1985 representavam 76,7% do total investido no estado e em 1989 tinham passado para 59,2%. Deve-se lembrar que as empresas estatais federais, principalmente em Sergipe, exerceram (e exercem) um papel importante como elemento de atração dos investimentos do setor privado. Dessa maneira, com a diminuição dos investimentos federais, os governos estadual e municipais foram obrigados a aumentarem suas participações nos setores produtivos, na tentativa de manter os níveis de atividade econômica (SUDENE, 1999).

Foi flagrante a redução dos investimentos do setor público na economia sergipana. Comparando os anos de 1985 e 1989 observa-se uma redução dos investimentos públicos em quase 1/3 do total que era destinado a Sergipe. Esse percentual (3,7%) foi o menor índice já registrado na história econômica estadual desde que o governo federal passou a atuar mais fortemente na economia sergipana (**Tabela 3.4**). Deve-se destacar, no entanto, o crescimento expressivo da participação do estado do Maranhão, que saltou de 9,7%, em 1985, para 27,3% em 1989. O que se poderia aventar acerca deste extraordinário crescimento seriam as atividades inerentes ao Complexo Mínero-Metalúrgico, com grande participação do setor estatal, através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Tabela 3.4
NORDESTE
Participação % dos Estados do Nordeste na Formação Bruta de
Capital Fixo do Setor Público

1985 - 1989					
ESTADOS	1985	1986	1987	1988	1989
Maranhão	9,7	16,6	16,0	12,7	27,3
Piauí	5,2	5,3	3,7	6,2	5,1
Ceará	9,0	7,2	12,6	20,5	14,6
Rio G. do Norte	11,4	9,6	7,0	4,1	3,3
Paraíba	6,2	8,4	4,6	4,0	2,7
Pernambuco	14,0	12,4	18,6	18,3	16,6
Alagoas	6,2	5,6	6,6	5,3	5,4
Sergipe	9,2	10,8	6,9	6,2	3,7
Bahia	29,0	24,0	23,9	22,7	21,4
NORDESTE	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SUDENE (1999)

A distribuição dos recursos públicos nas diversas atividades econômicas (setor produtivo, administração pública e infra-estrutura econômica e social) também sofreria modificações ao longo do período. As atividades produtivas, que sempre predominaram na destinação dos recursos do setor público para Sergipe sofreriam enorme inflexão, passando a receber pouco mais de 15% do total de recursos governamentais.

Por outro lado, cresceu a participação do setor de infra-estrutura econômica e social, que passou a receber 56,5% do total de recursos do setor público. Esse fato estava associado à construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, a partir de 1989, realizada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, entre os municípios de Piranhas (Alagoas) e Canindé do São Francisco (Sergipe).

Não obstante a importância da construção da Usina de Xingó para o Estado de Sergipe, o que se verificou foi o deslocamento da dependência da economia estadual de uma empresa estatal (Petrobrás) para outra (CHESF). Ou ainda, houve uma ampliação da dependência estadual das decisões do governo federal no que diz respeito aos setores de petróleo e gás e energia, para impulsionar as atividades produtivas sergipanas, uma vez que as demais atividades mostraram-se incapazes de promover um crescente dinamismo econômico no estado (ver **Tabela 3.5**).

Tabela 3.5
SERGIPE
Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público, segundo Áreas de Intervenção da Ação
Governamental
1985 - 1990

Especificações	ANOS					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990
1. Atividades Produtivas	65,4	59,4	68,4	44,0	37,0	22,6
1.1. Agropecuária	1,0	1,3	2,6	4,0	2,6	1,6
1.1.1. Agropecuária, Silvicultura e Pesca	1,0	1,3	2,6	4,0	2,6	1,6
1.2. Indústria	63,4	53,2	63,3	38,2	31,3	16,6
1.2.1. Extrativa Mineral	62,9	49,7	58,5	28,8	27,2	16,3
1.2.2. Transformação	0,5	3,4	4,8	9,4	4,1	0,3
1.3. Serviços	1,1	4,9	2,5	1,8	3,2	4,4
1.3.1. Atividades Financeiras, Bens Imóveis e Serviços às Empresas	1,1	4,8	2,5	1,8	3,1	4,4
1.3.2. Comércio (inclusive Restaurantes e Hospedagens)	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
2. Administração Pública, Serviços Comunitários e Sociais	17,6	26,8	22,5	34,0	38,5	20,9
2.1. Serviços Comunitários e Sociais	17,6	26,8	22,5	34,0	38,5	20,9
3. Infra-estrutura Econômica e Social	16,9	13,8	9,1	22,1	24,6	56,5
3.1. Energia Elétrica e Abastecimento de Água	9,6	5,5	3,0	8,7	8,7	31,7
3.2. Transporte, Armazenagem e Comunicações	7,3	8,3	6,1	13,4	15,8	24,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SUDENE (1999)

Conforme explicitou estudo da Ceplan (2005, p. 12), “*desde a segunda metade dos anos oitenta, houve um declínio persistente do investimento público, exaurindo-se uma das fontes de crescimento mais importantes da economia sergipana – senão a mais importante*”.

Essa diminuição de recursos e da coordenação das atividades de planejamento por parte do governo federal, sobretudo nas atividades produtivas, traria, na década seguinte, efeitos perversos para a lógica do desenvolvimento econômico brasileiro (e para a concepção de pacto federativo), pois os estados e municípios iniciariam, de forma danosa, uma disputa de lugares para a atração de investimentos produtivos, visando contrabalançar a ausência do governo federal nas atividades econômicas.

Segundo Brandão (2003), a diminuição da intervenção estatal, a partir da década de 1980, depois da montagem de estruturas regionais relativamente complementares sob o amparo e coordenação do Estado, “*provocou um verdadeiro vácuo no processo decisório*

acerca do desenvolvimento regional e urbano, até hoje não ocupado”, conforme veremos a seguir.

3.2. A ausência de uma Política Nacional de Desenvolvimento e a ascensão do neoliberalismo

No início dos anos 1990, a economia brasileira ainda enfrentava as graves consequências da crise fiscal e financeira que assolou o país na década anterior quando avançaram as concepções liberalizantes (neoliberais), com concomitante tendência à redução do poder de ação do Estado e à busca de estímulo do setor privado e, portanto, das iniciativas do “mercado” (ARAÚJO, 2000b).

Como a crise do modelo de desenvolvimento era uma crise fiscal e financeira, onde o padrão de financiamento do Estado mostrava sinais de esgotamento, as medidas para combatê-la iriam se concentrar na elevação da taxa de juros e nos cortes no gasto público, retraindo o investimento produtivo e reduzindo a intervenção estatal, notadamente na formulação de políticas de desenvolvimento regional (CANO & MOTA, 2006).

O fracasso dos sucessivos planos implementados ao longo da década de 1980, que visavam reduzir a inflação e estabilizar a economia fez com que o início da década de 1990, além de mais um plano de estabilização, contemplasse um Plano Nacional de Desestatização, cujos objetivos eram a venda das estatais, a redução da dívida pública e o saneamento das finanças (GUIMARÃES, 2004).

A retração das idéias desenvolvimentistas, segundo Bielschowsky e Mussi (2002) ocorreu em função de fatores como a necessidade de voltar-se para problemas de curto prazo devido às altas taxas de inflação, a perda gradativa de credibilidade do Estado em solucionar os problemas de instabilidade macroeconômica, e a crescente hegemonia do pensamento neoliberal no plano internacional.

Segundo Guimarães Neto (1999), os anos 1990 representaram, de certa forma, a *continuidade* dos anos 1980, no que diz respeito à ausência de dinamismo, instabilidade e a acelerada acumulação da dívida externa, que resultou na intensificação da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Por outro lado, essa década representou, também, a *ruptura* das políticas e estratégias de desenvolvimento implementadas em décadas anteriores, com forte presença do setor estatal.

A trajetória da economia nacional ao longo da década de 1990 pode ser dividida, segundo Caiado (2002) em dois períodos análogos: o primeiro, que vai de 1989 a 1994,

quando teve início a implantação das “novas regras”, com exposição da economia nacional, início das privatizações, persistência da crise econômica e baixo nível de investimento; e o segundo momento, a partir de 1994, que foi marcado, sobretudo, pelo processo de estabilização da economia brasileira, não obstante se verificasse a mesma orientação política do período anterior, em que as privatizações deveriam servir para transferir os custos da modernização e ampliação da infra-estrutura do setor público para o setor privado. Além disso, visavam não só o equilíbrio fiscal como também o enxugamento do setor público, que deveria concentrar-se apenas nas áreas essenciais: educação, saúde, segurança, justiça etc.

Deste modo, a partir de 1994 intensificaram-se as medidas liberalizantes, seguindo o receituário do “Consenso de Washington”, centrado pela dominação das finanças internacionais e no avanço da desregulamentação dos mercados (incluindo o mercado financeiro doméstico; o mercado de trabalho, o mercado de produção e consumo); reformando o Estado, através das privatizações dos serviços de utilidade pública, do setor produtivo estatal e dos sistemas nacionais de infra-estrutura; consolidando a liberação da conta capital e ampliando a exposição da economia nacional as crises internacionais, além do aprofundamento da abertura comercial; e, por fim, desarticulando os mecanismos de apoio ao desenvolvimento regional (CAIADO, 2002; BRANDÃO, 2003).

Segundo Monteiro Neto (2006), a política governamental brasileira dos anos 1990 resultou no enfraquecimento e imposição de restrições à intervenção estatal sobre o desenvolvimento econômico do país. De um lado, foi destruída a capacidade estatal de coordenação e implementação de trajetórias autônomas de desenvolvimento. De outro, e em função do primeiro, o Estado não conseguiu criar e/ou restabelecer meios, recursos e instrumentos necessários para o desenvolvimento regional.

Os cortes permanentes dos gastos públicos implicaram na gradativa retirada do Estado da economia nacional e regional, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, nas quais atuava como agente econômico indutor de grande parte do seu dinamismo e das transformações e mudanças que ocorreram (GUIMARÃES NETO, 1999).

Ao mesmo tempo em que o Estado reduzia sua participação na economia, através do corte nos gastos e investimentos públicos, ocorreu um processo de descentralização das receitas públicas, a partir da Constituição de 1988, com os governos estaduais e municipais ganhando participação maior – através do aumento do repasse de recursos do Fundo de

Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), bem como das transferências inter-governamentais, em detrimento da esfera federal⁶⁰.

Outro fator que trouxe impactos significativos para a lógica do Planejamento e Desenvolvimento Nacional foi a crescente internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado, negando a hierarquia da geração de riquezas e, com isso, eliminando as escala intermediárias entre o local e o global (BRANDÃO, 2003).

Essas medidas, ao conferirem maior poder às esferas subnacionais (na ausência da atuação efetiva do Estado Nacional), fizeram surgir um “novo” agente na definição e implantação de políticas e programas governamentais, baseados, sobretudo, nas teorias de desenvolvimento local⁶¹. Dados esses fatores, os agentes subnacionais passaram a praticar uma disputa por investimentos produtivos, como alternativa à ausência de uma política industrial de longo prazo ou de desenvolvimento regional.

Ademais, a instauração das reformas e políticas de corte neoliberal eliminou as políticas que buscavam a diminuição das disparidades regionais. A palavra de ordem passou a ser “eficiência”, em detrimento da “equidade” entre as regiões, desencadeando uma guerra de lugares por investimento produtivos. Os objetivos na condução da política industrial voltaram-se para as instâncias locais, sem uma maior preocupação com o planejamento regional. Assim, pode-se dizer que foi a partir da ausência de uma Política Nacional de Desenvolvimento, que agregasse as diversas regiões em prol da redução das disparidades regionais, e na crença de que as regiões possuíam poder indiscriminado de atração de investimento, que estados e municípios lançaram-se na empreitada da “guerra fiscal”, submetendo-se a verdadeiros leilões de localização industrial (CANO, 2002). Com isso, *“a prática do planejamento [foi] abandonada e as políticas regionais esquecidas. Os órgãos de política regional [perderam] importância e [ficaram] completamente à margem. O Estado [passou] a se preocupar apenas em administrar a estabilização e realizar suas reformas”*, deixando ao sabor do “mercado” a busca pelo crescimento e desenvolvimento econômico do país (CARVALHO, 2001, p. 103).

⁶⁰ Não se pretende, aqui, fazer uma discussão da crise do Estado brasileiro sob a ótica do federalismo fiscal ou sobre o debilitamento (ou não) do pacto federativo, mas apenas ilustrar que a crise dos anos 1980, aliada à descentralização fiscal (embora o governo federal utilizasse de outras prerrogativas para compensar tal descentralização) foi um dos argumentos utilizados para a ausência do Estado Nacional na promoção do desenvolvimento regional. Para uma discussão sobre a questão do federalismo fiscal do Estado brasileiro, ver Affonso (1995), Affonso (2000), Lopreato (1993), Lopreato (2000), Mora (2002), dentre outros.

⁶¹ Para uma análise crítica acerca das teorias de desenvolvimento local, ver Brandão (2003).

3.3 – Guerra Fiscal: um “leilão” de lugares para a atração de investimentos

A década de 1990 caracterizou-se pela busca da integração da economia nacional ao contexto internacional e pelo abandono das políticas nacionais de desenvolvimento. Em termos regionais, o que se observou foram resquícios de instrumentos e políticas herdadas do passado, com reduzida capacidade de impactar nas realidades regionais e contrapor-se aos ditames do mercado.

A crise do Estado brasileiro vitimou as políticas nacionais de desenvolvimento, que articulavam os interesses federativos, fazendo com que a ausência de uma política industrial de longo prazo (ou de políticas regionais explícitas do governo federal), desse vazão ao surgimento de políticas locais de atração de investimentos, deflagrando uma verdadeira “guerra fiscal” entre estados e municípios, que buscavam criar alguns focos de dinamismo em suas áreas de atuação.

Segundo Prado e Cavalcanti (2000, p. 10), as tentativas de se conceituar guerra fiscal normalmente tendem a enfatizar, *“por um lado, seu caráter conflituoso e desordenado, e, por outro, o caráter perverso e negativo dos seus resultados para o conjunto da sociedade”*, ou seja, a ênfase das questões inerentes à guerra fiscal recai exclusivamente sobre o comportamento dos governos subnacionais, a partir da adoção de medidas de caráter fiscal que afetam a base tributária das demais unidades de governo, trazendo vantagens e/ou desvantagens diferenciais ao bem-estar dos cidadãos de diferentes Estados.

Para esses autores, enfatiza-se muito o conflito federativo, esquecendo-se que uma Federação é, sob o aspecto cooperativo, intrinsecamente conflituosa, composta de agentes competitivos entre si, o que exige a presença de um agente regulador (o governo federal em conjugação com o Congresso Nacional) nas relações federativas. As interpretações, segundo os autores, que buscam apenas captar a ótica dos governos subnacionais não conseguem compreender o fenômeno em sua totalidade, que se mostra muito mais complexo, uma vez que envolve, também, a atuação (ou a falta dela) do governo central.

Desse modo, a guerra fiscal pode ser entendida como *“um caso de disfunção do processo político-institucional de regulação dos conflitos entre os interesses políticos e econômicos regionais”* (PRADO & CAVALCANTI, 2000, p. 11), ocorrendo quando as iniciativas políticas dos governos subnacionais (estaduais e municipais), através do uso de benefícios e incentivos fiscais para a indução da alocação de investimentos nos territórios

locais, transformam-se em “políticas industriais”, em decorrência da “insuficiência⁶²” do ente central em regular os conflitos federativos, mostrando-se “incapaz” de coordenar os interesses locais para evitar efeitos macroeconômicos e sociais perversos (PRADO & CAVALCANTI, 2000).

Varsano (1997), num exercício de análise da guerra fiscal do ICMS sob o ponto de vista nacional e sob o ponto de vista dos governos estaduais chegou à conclusão de que para o país são raras (ou quase inexistentes) as situações em que a guerra fiscal se traduz em ganhos líquidos reais, ou seja, sob a ótica nacional, a guerra fiscal será sempre prejudicial ao conjunto da população. Sob o ponto de vista estadual, no entanto, a despeito dos prejuízos trazidos à nação, pode haver ganhos temporários, pois mesmo que a atração de uma empresa não se traduza diretamente em qualquer tipo de receita, poderá criar empregos e, portanto, renda adicional para os residentes do estado. Contudo, após algum tempo, com a generalização dos benefícios fiscais por todos os estados, esse mecanismo perde seu poder de estímulo e transforma-se em mera renúncia de arrecadação, trazendo prejuízos também para os estados, pois as empresas passam a escolher sua localização a partir da melhor dotação de infra-estrutura e serviços públicos. Se o estado não tem capacidade de prover tais serviços, em virtude das renúncias fiscais praticadas ao longo do tempo, são preteridos ante aqueles que ainda conseguem manter a capacidade exigida para se produzir e escoar essa produção.

Para se ter idéia da difusão da guerra fiscal no território nacional, Silva (2002) elaborou um quadro demonstrativo com os principais programas empreendidos por cada Unidade da Federação e suas principais características⁶³, ressaltando que algumas unidades federadas apresentaram mais de um programa, corroborando a hipótese de que muitas vezes o “incentivo estadual” destinava-se exclusivamente a uma única empresa.

Prado e Cavalcante (2000, p. 37) sintetizaram muito bem o debate acerca dos ganhadores e perdedores da guerra fiscal ao afirmarem que *“a guerra fiscal é um processo de alteração na alocação de capacidade produtiva, emprego e receita fiscal entre unidades federadas, em que o conjunto do país perde, mas nada impede que alguns, individualmente, ganhem”*.

⁶² O que chamamos de insuficiência e incapacidade do poder central em coordenar os interesses locais restringe-se à erosão da capacidade do governo federal de controlar os recursos fiscais e os processos decisórios alocativos, no que se refere à tributação do valor adicionado ou de utilizar fundos públicos para acomodar distintos interesses regionais; a baixa capacidade de regulação direta da alocação regional do investimento público; e, direta ou indiretamente, a incapacidade de influir fortemente na alocação do investimento privado.

⁶³ Para verificar tais programas ver Silva (2002), p. 78.

Não se pretende aqui aprofundar a discussão acerca do tema, mas proporcionar uma visão geral do fenômeno, ressaltando que a “nova” forma de concessão de incentivos fiscais⁶⁴ não foi feita de modo coordenado e controlado pelo setor público, mas pela iniciativa privada, que adquiriu o poder de decisão acerca da melhor localização para implantar seus recursos, transformando as “políticas” estaduais, que deveriam ter o caráter de planejamento estadual, em verdadeiros “leilões” de facilidades oferecidas pelos estados. A situação mostrou-se mais grave quando as vantagens oferecidas se transformaram em projetos orientados para determinada empresa privada (BERCOVICI, 2003).

Nesse ambiente de disputas, a economia sergipana não fugiu à regra e no início dos anos 1990, o Governo do Estado instituiu o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) e criou o Fundo de Apoio à Industrialização (FAI), com o propósito de incentivar e estimular o desenvolvimento socioeconômico estadual, mediante a concessão de apoio financeiro, creditício, locacional e fiscal a empreendimentos da iniciativa privada, visando, sobretudo, elevar o nível de emprego e renda do Estado.

3.3.1. A face sergipana da guerra fiscal: o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI)

A existência de conflitos fiscais entre governos estaduais não é uma prática recente. Segundo Prado e Cavalcanti (2000), desde a instauração da República há registros de conflitos tributários. No entanto, esses conflitos passaram a tomar forma mais definida a partir da reforma tributária de 1966, com a criação do ICM – Imposto Estadual sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias. Esse imposto, dada a ausência de regras para a concessão de incentivos fiscais, transformou-se num poderoso instrumento de incentivo à industrialização interna dos estados.

O governo federal, temendo ações isoladas e descoordenadas por parte dos estados, estabeleceu, via celebração de convênios regionais, uma alíquota uniforme entre os estados pertencentes a uma mesma região, objetivando reduzir disparidades na tributação entre eles. Posteriormente, foi estabelecida uma política comum de concessão de benefícios fiscais relacionados ao ICM entre estados e territórios de uma mesma região.

A partir da década de 1970, o governo federal passou a coordenar os convênios regionais, na tentativa de minimizar as concorrências inter-regionais que se mostravam em

⁶⁴ A referência às “novas formas de incentivos fiscais” ou “incentivos fiscais de âmbito estadual” são equivalentes, para efeitos deste trabalho, ao termo “guerra fiscal”.

ascensão. Uma das medidas utilizadas foi a criação do Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), com o propósito de disciplinar a concessão de incentivos por parte dos estados subnacionais (PRADO, 1999).

Até meados dos anos 1980, o CONFAZ foi capaz de exercer algum controle sobre as políticas autônomas de incentivos dos governos estaduais⁶⁵. A partir da Nova República, esse papel foi se fragilizando e os governos estaduais ampliando progressivamente o uso de benefícios, sem considerar as restrições legais existentes, levando à situação de absoluto descrédito do Confaz como órgão inibidor destas práticas (PRADO, 1999).

O avanço do processo de descentralização político-fiscal, conferindo maior autonomia aos estados e municípios, a partir da promulgação da Constituição de 1988, também contribuiu para a diminuição da capacidade “regulatória” do Estado sobre as práticas fiscais dos governos subnacionais, uma vez que a competência do principal imposto sobre valor adicionado – o ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ficou sob a responsabilidade dos governos estaduais.

Com a instituição do ICMS, em 1988, as disputas federativas começaram a tomar novo vigor, mas a situação da economia brasileira não proporcionava que os estados se voltassem para a atração aguerrida dos investimentos privados, pelo menos até 1993. A partir de 1994, a natureza dos mecanismos utilizados para a atração de investimentos privados se modificou. A guerra fiscal acirrou-se e, ao mesmo tempo, ganhou ênfase a utilização de fundos públicos diretamente vinculados aos orçamentos estaduais, com renúncia fiscal prevista, e aprovados pelas assembleias legislativas estaduais (PRADO & CAVALCANTI, 2000).

Nesse ambiente de disputa para a atração de investimentos, o Governo do Estado de Sergipe, através da Lei nº 3.140⁶⁶, de 23 de dezembro de 1991, instituiu o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) e criou o Fundo de Apoio à Industrialização (FAI), visando incentivar e estimular o desenvolvimento sócio-econômico

⁶⁵ Segundo Prado e Cavalcanti (2000, p. 82), “o disciplinamento e a capacidade de planejamento tributário dos Estados lograva-se à base da imposição dos interesses do governo central”.

⁶⁶ A Lei 3.140, de 23 de dezembro de 1991, que criou o PSDI, sofreria alterações ao longo do tempo, visando corrigir as distorções da primeira publicação e melhor se adequar às necessidades da realidade do estado. Assim, a referida Lei sofreria revisões e alterações praticamente a cada ano: em 1993, pela Lei nº 3.377; em 1994, pela Lei nº 3.590; em 1995, pelas Leis nº. 3.674, de 06 de dezembro, e pela Lei nº 3.680, de 20 de dezembro; em 1999, pela Lei nº 4.173; em 2002, pela Lei nº 4.525; em 2003, pelas Leis nº 4.914, de 25 de agosto, e pela Lei nº 4.978, de 30 de setembro; em 2004, pela Lei nº 5.382; em 2005, pelas Leis nº 5.649, de 11 de maio, e pela Lei nº 5.705, de 31 de agosto; e, finalmente, pela Lei nº 5.581, de 16 de março de 2006, publicada no D.O.E nº 24.984, de 21/03/2006.

do Estado, mediante a concessão de apoio financeiro, creditício, locacional, fiscal e de infra-estrutura a empreendimentos da iniciativa privada.

O Programa destinava-se a empreendimentos industriais novos ou já instalados e em funcionamento, considerados necessários e prioritários para o desenvolvimento do Estado, cuja administração ficou a cargo da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SEIC), tendo como órgão consultivo e normativo o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI).

Para serem contemplados com os incentivos do PSDI os empreendimentos deveriam: a) proporcionar a elevação do nível de emprego e renda do Estado; b) contribuir para a descentralização econômica e espacial das atividades produtivas; c) estimular a modernização tecnológica do parque industrial sergipano; d) contribuir para a preservação do meio ambiente; e) manter relações de integração com outros programas de fomento à atividade econômica, considerada de interesse especial para o Estado; f) promover o desenvolvimento da tecnologia da informação e fabricação de materiais e equipamentos para infra-estrutura de comunicação; g) e, contribuir para o desenvolvimento e/ou implantação de pesquisas e/ou empreendimentos de base tecnológica⁶⁷.

Diversas foram as possibilidades abertas pelo PSDI para os empreendimentos que se enquadrassem nos requisitos exigidos, que iam desde a participação acionária nos novos projetos até a concessão de benefícios para a execução de obras de infra-estrutura. Assim, a participação dos empreendimentos industriais nos incentivos e estímulos do PSDI ocorreria através dos seguintes preceitos⁶⁸:

Apoio Financeiro: O Estado subscrevia ações preferenciais sem direito a voto em empreendimentos industriais novos, integralizados pelo seu valor nominal. Os recursos seriam provenientes do FAI ou da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (CODISE)⁶⁹, até o limite de 30% dos investimentos em ativos fixos, e de até 40% dos empreendimentos turísticos novos, tendo como parâmetro referencial a geração futura de ICMS. O Apoio Financeiro ainda previa a transferência de galpões ou terrenos de propriedade CODISE para empreendimentos novos e a participação acionária em empreendimentos hoteleiros, quando considerados necessários e prioritários para o desenvolvimento do Estado;

⁶⁷ GOVERNO DE SERGIPE (2006), Lei nº 3.140, de 23/12/1991, Art. 2º, § 2º.

⁶⁸ GOVERNO DE SERGIPE (2006), Lei nº 3.140, de 23/12/1991, Art. 3º, Incisos I, II, III, IV e V.

⁶⁹ A CODISE é uma sociedade de economia mista estadual, constituída pela Lei Estadual nº 1.917, de 18 de dezembro de 1974, regulada pelo Decreto nº 3.535, de 15 de março de 1976, tendo como objetivo principal a execução da política de desenvolvimento industrial e o aproveitamento dos recursos minerais existentes em Sergipe (Nascimento, 1997).

Apoio Creditício: Financiamento de até 100% do valor do ICMS próprio recolhido no mês, com recursos do FAI, a ser concedido a empreendimento industrial novo e a empresa já instalada e em funcionamento, com carência de até 10 (dez) anos e com igual período para pagamento, tendo como parâmetro o crescimento do valor real do ICMS devido. Além disso, poderia ser concedido financiamento a investimentos em ativos fixos, até o limite de 30%, bem como a empresas ligadas ao setor turístico em funcionamento, que viessem melhorar o turismo receptivo do Estado;

Apoio Locacional: Através da cessão ou venda de terrenos ou galpões industriais ou permuta desses galpões para implantação de indústrias e/ou ações voltadas para o Parque Tecnológico de Sergipe, a preços subsidiados;

Apoio de Infra-Estrutura: Através da implantação de sistemas de abastecimento de água, de energia, de gás natural; terraplanagem; sistema viário e de acesso; sistema de comunicação de voz e de dados; aquisição de imóveis; construção, reforma, ampliação ou recuperação de galpões industriais e de outras infra-estruturas não disponíveis em áreas onde fossem necessárias à viabilização de empreendimentos prioritários para o desenvolvimento do Estado;

Apoio Fiscal: Também através do FAI, o Estado passou a oferecer o apoio fiscal com as seguintes modalidades:

- a) Diferimento do diferencial de alíquota do ICMS nas compras de bens de capital, inclusive de importações, feitas por empreendimentos industriais novos ou por empresas industriais em funcionamento cujos novos investimentos acrescentem melhoria de produtividade.
- b) Carência para pagamento do ICMS devido, pelo prazo de dez anos, com igual período para amortização, no caso de empreendimento industrial novo, podendo ser ampliado até o máximo de 15 anos, a depender do tipo de empreendimento e da relevância para o Estado, em termos de geração de novos empregos e de integração setorial que fortaleça a cadeia produtiva do segmento industrial em que atue a beneficiária;
- c) Diferimento do ICMS nas compras de matérias-primas, insumos, material secundário e de embalagem.

No que diz respeito aos recursos destinados à constituição do FAI, estes seriam provenientes de: a) dotação de recursos no Orçamento do Estado, estabelecido pelo CDI e consignado anualmente na proposta orçamentária do Poder Executivo; b) recursos resultantes de empréstimos, financiamentos, repasses ou suprimentos de Agência ou

Fundos Nacionais ou Internacionais de Desenvolvimento; c) auxílios, doações, legados, subvenções, contribuições ou quaisquer outras transferências legais feitas por entidades, pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais; d) recursos repassados pela CODISE, equivalentes a 5% (cinco por cento) do resultado financeiro das vendas de terrenos e galpões industriais ou para fins industriais; e) das participações acionárias do Estado de Sergipe, através das ações e/ou debêntures adquiridas através da CODISE; f) do produto de dividendos, bonificações, amortizações e encargos financeiros resultantes das aplicações do FAI, bem como o da venda, do resgate ou da recompra de participação acionária e de debêntures conversíveis ou não em ações; g) dos rendimentos ou acréscimos provenientes de aplicações de recursos do próprio FAI; h) de recursos repassados pelo Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE, equivalentes a 1% (um por cento) do seu lucro líquido, aprovado em cada exercício financeiro, independentemente dos resultados negativos ocorridos em anos anteriores; i) de recursos provenientes de outras fontes, que legalmente se destinem ao FAI ou se constituam em receita do mesmo Fundo; j) e de outras receitas diversas.

Os recursos do FAI seriam depositados, mantidos e movimentados em conta específica do BANESE, com a denominação de “FAI/SEIC/CODISE”, controlados e submetidos ao Tribunal de Contas do Estado, de acordo com a legislação pertinente.

É importante ressaltar que, ao empreendimento industrial novo poderia, ainda, ser concedido, independentemente dos benefícios e apoio previsto na Legislação de incentivos em vigor, os mesmos benefícios que porventura estivessem sendo oferecidos por outro Estado, devendo, para sua aplicação, ser objeto de lei estadual específica.

Não obstante os “benefícios” concedidos aos empreendimentos industriais que viessem a se instalar no Estado já demonstrassem claramente a disputa federativa em que Sergipe se inseria, a concessão do mesmo benefício oferecido por outros estados chancelou definitivamente os efeitos nocivos que a guerra fiscal trouxe não só para os estados individualmente, mas também para o país como um todo.

3.3.2. O PSDI como “política” de desenvolvimento industrial

A prática corrente dos estados e municípios brasileiros durante a década de 1990 foi a concessão de incentivos fiscais e outros benefícios para atrair novos investimentos. Em Sergipe, verificou-se a implantação de novas empresas, sobretudo de pequeno e médio porte, atraídas pelo Programa Estadual de benefícios ao setor industrial, PSDI.

Para obter os incentivos previstos na Lei nº 3.140, as empresas deveriam apresentar projeto de viabilidade técnico-econômico-financeiro do empreendimento à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio de Sergipe (SEIC/SE) e ao Conselho de Desenvolvimento Industrial, bem como relatório técnico solicitando à Administração Estadual do Meio-Ambiente (ADEMA) Licença Prévia para implantação do projeto industrial.

No entanto, apesar do PSDI ter sido instituído no final de 1991 foram poucas as empresas que apresentaram projetos à SEIC/SE solicitando algum tipo de apoio, até o ano de 1995, corroborando a hipótese de Prado e Cavalcante (2000) de que até meados da década de 1990 a guerra fiscal não apresentava o caráter tão agressivo que passou a assumir depois de 1994. Em Sergipe, somente a partir de 1999 a demanda pelos benefícios oferecidos pelo Programa Estadual mostraria maior dinamismo, atingindo o ponto mais elevado em 2003, com 59 empresas com projetos cadastrados para serem beneficiadas com algum tipo de apoio do Governo do Estado, conforme pode ser observado na **Tabela 3.6**.

Tabela 3.6
SERGIPE
Empresas com Projetos Cadastrados na CODISE com Incentivos do PSDI
1992-2005

Anos	Implantadas	Em Implantação	Fechadas	Não Visitadas	Total
1992	1	-	1	-	2
1993	1	-	1	-	2
1994	2	-	-	-	2
1995	3	-	-	-	3
1996	6	-	-	-	6
1997	6	-	2	1	9
1998	10	-	-	1	11
1999	20	-	12	4	36
2000	22	-	3	3	28
2001	17	1	6	3	27
2002	22	-	2	6	30
2003	38	9	8	4	59
2004	25	4	4	4	37
2005	22	12	3	6	43
Total	195	26	42	32	295

Fonte: Codise (2006) - Elaboração Própria

Nota: O número de empresas difere do número de projetos porque uma empresa pode ser beneficiada com mais de um incentivo.

Os incentivos mais procurados foram aqueles relacionados à isenção de ICMS. De um total de 431 projetos apresentados à SEIC, solicitando algum tipo de apoio concernente ao PSDI, 53,8% foram relacionados aos incentivos fiscais, 41,3% solicitavam apoio locacional e o apoio financeiro e creditício ficaram restritos a 2,6% e 2,3%,

respectivamente. Vale ressaltar que nenhuma empresa solicitou apoio de infra-estrutura, uma vez que o setor privado entende que a estrutura básica para a implantação dos empreendimentos é tarefa do setor público, e não das empresas que pretendem se instalar no Estado.

Segundo estudo elaborado por Ribeiro (2005) em 26 empreendimentos beneficiados com incentivos do PSDI, entre 1995 e 2002, 65% das indústrias pesquisadas eram de capital sergipano, 19% de capitais provenientes de São Paulo, 8% do Rio Grande do Sul, 4% de Minas Gerais e os 4% restantes eram oriundos de parceria entre empresários de Sergipe e da Paraíba. Aliás, o fato do empresário ser sergipano foi um dos principais fatores para a localização do empreendimento no Estado, contrariando uma das funções dos incentivos que era atrair capitais extra-regionais, a fim de dinamizar as atividades produtivas de Sergipe.

Outro fato constatado por Ribeiro (2005) foi que várias empresas já estavam em funcionamento há alguns anos, não se caracterizando, portanto, como novas indústrias, mas foram contempladas com os incentivos porque ampliaram seus investimentos, realocalizaram suas plantas produtivas ou (o que é mais grave) mudaram apenas a razão social – sendo assim reconhecidas como novas indústrias – para que se enquadrassem nas exigências do Programa.

Desde o final dos anos 1960, com os incentivos fiscais do Sistema 34/18-FINOR, já havia uma preocupação em desconcentrar as atividades produtivas para as regiões norte e sul do estado. Datam desta época não só a criação do Distrito Industrial de Aracaju (D.I.A.), mas também, do Distrito Industrial de Propriá (D.I.P.) e do Distrito Industrial de Estância (D.I.E.). Em 1979, seria criado o Distrito Industrial de Socorro (D.I.S.), uma vez que o D.I.A. já estava com a área bastante ocupada e sofria pressões urbanas do crescimento de Aracaju. Através da **Tabela 3.7** pode-se observar que foram exatamente essas regiões, com exceção de Propriá, as áreas que concentraram o maior número de empresas. Os três distritos industriais mencionados anteriormente, juntamente com os seus municípios-sede concentraram 59% dos empreendimentos incentivados pelo PSDI.

Esses municípios também concentrariam 60,6% dos recursos investidos e 50,8% dos empregos previstos. Em termos de capital investido, chama a atenção o município de Laranjeiras, na microrregião do Baixo Cotinguiba, com apenas uma empresa, concentrou 7,8% dos investimentos totais. No que se refere ao número de empregos, destaca-se o município de Itaporanga d'Ajuda, na microrregião de Estância, que concentrou 8,5% dos

empregos previstos. Este fato se deveu, em grande medida, à concentração de empresas de produtos alimentares, intensivas em mão-de-obra⁷⁰.

Tabela 3.7
SERGIPE
Projetos Cadastrados na Codise, segundo Localização, Investimento e Empregos Previstos
1992 - 2005

Microrregioes/Municípios	Nº Empresas	%	Investimento Total (R\$*)	%	Empregos Previstos	%
Agreste de Itabaiana - SE	11	3,7	25.330.761,17	1,1	667	2,9
Agreste de Lagarto - SE	12	4,1	49.621.071,95	2,1	708	3,1
Baixo Cotinguiba - SE	15	5,0	260.056.133,03	11,0	953	4,1
Boquim - SE	12	4,1	12.520.992,58	0,5	1539	6,6
Carira - SE	7	2,4	122.450.491,29	5,2	1546	6,7
Cotinguiba - SE	6	2,0	103.262.435,26	4,4	377	1,6
Japaratuba - SE	2	0,6	62.618.920,54	2,6	244	1,1
Nossa Senhora das Dores - SE	3	0,9	4.522.838,33	0,2	146	0,7
Propriá - SE	13	4,4	62.570.417,83	2,6	1224	5,3
Sergipana do Sertão do São Francisco - SE	9	3,0	15.744.487,00	0,7	473	2,1
Tobias Barreto - SE	10	3,4	9.895.610,65	0,4	588	2,6
Estância - SE	38	12,9	628.265.783,99	26,5	4799	20,9
<i>Distrito Industrial de Estância</i>	28	9,5	428.821.166,18	18,10	2.606	11,3
<i>Estância</i>	1	0,3	74.844.475,37	3,16	246	1,1
<i>Itaporanga</i>	9	3,1	124.600.142,44	5,26	1.947	8,5
Aracaju - SE	157	53,3	1.011.979.174,09	42,7	9768	42,4
<i>Aracaju</i>	40	13,6	214.195.688,71	9,04	2.925	12,7
<i>Barra dos Coqueiros</i>	3	1	41.636.312,81	1,76	438	1,9
<i>Distrito Industrial de Aracaju</i>	38	12,9	133.372.150,71	5,63	1.560	6,8
<i>Distrito Industrial de Socorro</i>	61	20,7	254.652.479,16	10,75	3.688	16
<i>Nossa Sra. Socorro</i>	6	2	329.749.170,38	13,92	671	2,9
<i>São Cristóvão</i>	9	3,1	38.373.372,32	1,62	486	2,1
Total	295	100	2.368.839.117,67	100	23.032	100

Fonte: Codise (2006) - Elaboração Própria

* Valores atualizados até dezembro de 2006, pela TR - Bacen

O PSDI ainda procurou estimular a localização de empresas nos municípios à margem do Rio São Francisco e nas regiões semi-áridas, ou seja, para as empresas que se direcionassem para os municípios de Canindé do São Francisco, Porto da Folha, Poço Redondo, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba, Amparo do São Francisco, Telha e Propriá, haveria tratamento diferenciado no pagamento do ICMS, após o prazo de carência. No entanto, observa-se, a partir da **Tabela 3.7**, que o Programa não conseguiu atingir os

⁷⁰ Para verificar todos os projetos apresentado à Codise, por município, ver **Tabela 3.7.1**, no anexo estatístico.

objetivos pretendidos, uma vez que poucas ou nenhuma empresa procurou se localizar nesses municípios.

Concentrou-se exatamente na infra-estrutura que o estado tinha a oferecer à iniciativa privado um dos problemas para a atração de investimentos produtivos. No que diz respeito aos serviços de infra-estrutura econômica e de comunicação (energia elétrica, abastecimento de água, transporte, armazenagem e comunicação), o Estado de Sergipe ainda apresenta grandes deficiências. Os principais problemas concentram-se nos Distritos Industriais de Socorro e Estância que, apesar de concentrarem o maior número de empresas, ainda carecem de infra-estrutura básica. Em Estância, por exemplo, um dos principais problemas diz respeito ao fornecimento de energia elétrica⁷¹, que apresenta constantes oscilações, comprometendo as máquinas e equipamentos utilizados e, conseqüentemente, a produção. Ademais, não se pode desconsiderar que durante este período as taxas de crescimento da economia nacional foram muito baixas e a taxa de juros extremamente elevada, o que também inibia o investimento privado.

No que diz respeito ao escoamento da produção, a principal forma utilizada pelas empresas é o transporte rodoviário. O Porto de Sergipe, localizado no município de Barra dos Coqueiros, que poderia ser uma das principais vias de escoamento da produção, vem apresentando melhorias no que diz respeito à infra-estrutura, mas a burocracia para despachar as mercadorias ainda é muito grande, obstaculizando a sua utilização como transporte de cargas. Ademais, a produção do Estado não possui escala suficiente para manter um fluxo mais intenso de navios atracando em Sergipe. Segundo alguns exportadores, a espera é muito grande, chegando a aguardar até três meses para ter um volume de carga suficiente que torne viável o transporte marítimo (RIBEIRO, 2005).

Por essa razão, os pequenos e médios produtores não conseguem arcar sozinhos com os custos de um cargueiro, tornado-se economicamente mais viável conduzir as mercadorias, via transporte rodoviário, para o porto de Salvador e, de lá, exportar as mercadorias para os consumidores finais, nos seus respectivos países de destino. Assim, as

⁷¹ Os sistemas de transmissão de energia elétrica em alta tensão (acima de 60 kw), em Sergipe, ficam sob responsabilidade da CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco, encarregada da administração, manutenção e expansão das linhas e subestações existentes. Na área de distribuição, Sergipe conta com duas concessionárias, em áreas distintas: a ENERGIPE – Empresa Energética de Sergipe, uma sociedade de economia mista estadual, privatizada em 1997, que atende a maior parte dos consumidores; e a SULGIPE, empresa privada encarregada da distribuição de energia nos municípios da região sul do estado. O abastecimento de energia elétrica para o D.I.E. fica sob responsabilidade da SULGIPE, que, como foi observado, não tem atendido de forma satisfatória à demanda das empresas localizadas naquele distrito (NASCIMENTO, 1997).

mercadorias sofrem uma elevação nos custos de frete (ou perdem em competitividade), que poderiam ser traduzidas em lucros a serem reinvestidos no próprio estado.

Se voltarmos à **Tabela 2.22**, do Capítulo II, verificaremos que a formação bruta de capital fixo do setor público no estado de Sergipe concentrou-se nos setores produtivos, ao passo que nos demais estados nordestinos foram montados, primeiro, os serviços de infraestrutura econômica e social para dar suporte aos investimentos da iniciativa privada. Posteriormente, com a crise da dívida, em que o governo reduziu sua participação nas inversões públicas, Sergipe não conseguiu montar a estrutura básica para abrigar investimentos privados, carecendo de recursos a serem investidos nestes segmentos. Torna-se, mais uma vez, evidente que as políticas implementadas pelo regime autoritário não tinham como principal objetivo a redução das disparidades regionais, mas a integração do mercado nacional e o fortalecimento dos setores prioritários para o país. Assim, os investimentos no setor produtivo sergipano ocorriam devido a abundância de petróleo e gás natural, num período de crise energética, deixando para um plano secundário a montagem dos serviços de infraestrutura econômica básica.

Sob esse aspecto, vale ressaltar a observação de Prado e Cavalcanti (2000) acerca dos estados menos dotados de recursos para a atração de investimentos. Segundo esses autores, a realocização de uma dada empresa não é determinada exclusivamente por incentivos fiscais oferecidos pelos estados. Há uma série de outros fatores que são analisados quando da transferência de plantas produtivas de um estado para outro, principalmente para os estados menos “desenvolvidos”. Assim, exemplificam os autores: *“no limite emergem restrições absolutas, expressas no exemplo simples de que não existiriam incentivos de dimensão suficiente para levar uma grande montadora para um dos Estados mais atrasados da região Norte”* (PRADO & CAVALCANTI, 2000, p. 34).

No que diz respeito aos setores beneficiados com apoio do PSDI, observa-se, através da **Tabela 3.8**, que a estrutura produtiva sergipana continuou incentivando os setores produtores de bens de consumo não durável, com destaque para o setor de produtos alimentares que representou 22% do total de empresas com projetos aprovados.

Se considerarmos os cinco ramos mais importantes da indústria de transformação sergipana, em termos de VTI, em 1985, quais sejam, têxtil, produtos alimentares, minerais não-metálicos, química, vestuário/calçados e artefatos de tecidos, verifica-se que eles representaram, no total, 54,5% das empresas beneficiadas pelo PSDI.

Tabela 3.8
SERGIPE
Incentivos do PSDI
Número de Empresas Aprovadas, Empregos Previstos, Investimentos Realizados
1992-2005

Gênero da Indústria	Empresas Aprovadas		Empregos Previstos		Investimento Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Valor (R\$*)	%
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEL	185	62,7	17.196	74,7	1.399.805.176,45	59,1
- Mobiliário	28	9,5	1.176	5,1	48.775.388,73	2,1
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	3	1,0	234	1,0	9.731.980	0,4
- Perfumaria/Sabão/Velas	8	2,7	467	2,0	38.917.127	1,6
- Têxtil	20	6,8	3.586	15,6	326.021.259,97	13,8
- Vestuário/Calçados/ Artef. Tecidos	31	10,5	4.164	18,1	124.011.021,80	5,2
- Produtos Alimentares	65	22,0	5.329	23,1	484.699.364,66	20,5
- Bebidas	19	6,4	1.541	6,7	359.406.475,58	15,2
- Fumo	-	-	-	-	-	-
- Editorial e Gráfica	3	1,0	20	0,1	1.234.838,52	0,1
- Diversos	8	2,7	679	2,9	7.007.720	0,3
BENS INTERMEDIÁRIOS	89	30,2	4.115	17,9	889.531.961,50	37,5
- Minerais Não Metálicos	24	8,1	1.288	5,6	611.946.647,10	25,8
- Extração de Minerais	3	1,0	92	0,4	4.065.769,74	0,2
- Madeira	4	1,4	90	0,4	906.534,15	0,0
- Papel e Papelão	7	2,4	234	1,0	47.770.226,55	2,0
- Borracha	-	-	-	-	-	-
- Couros/Peles/Similares	2	0,7	295	1,3	15.164.974,46	0,6
- Química	21	7,1	693	3,0	40.566.165,27	1,7
- Materiais Plásticos	12	4,1	861	3,7	69.411.730,63	2,9
- Metalurgia	16	5,4	562	2,4	99.699.913,60	4,2
BENS DE CONSUMO DURÁVEL/CAPITAL	21	7,1	1.721	7,5	79.643.746,67	3,4
- Mecânica	10	3,4	537	2,3	34.151.770,60	1,4
- Material Elétrico/Comunicação	8	2,7	750	3,3	16.875.609,97	0,7
- Material de Transporte	3	1,0	434	1,9	28.616.366,10	1,2
TOTAL	295	100,0	23.032	100,0	2.368.980.884,62	100,0

Fonte: Codise (2006) - Elaboração Própria

* Valores atualizados até 31/12/2006, pela TR - Bacen.

Deve-se ressaltar que o PSDI considerou como empreendimentos de grande importância para o Estado e, portanto, com a possibilidade de estender a carência do ICMS para até 15 anos, aqueles que se enquadrassem nos seguintes ramos: Agroindústria, que utilizasse produtos gerados nos perímetros irrigados do Estado de Sergipe; Artigos de

Vestuários; Madeira e Mobiliário; Calçados; Produtos Químicos, integrantes da matriz do Pólo Minero-Químico de Sergipe; Máquinas e Equipamentos; Máquinas e Equipamentos de Sistemas Eletrônicos para Processamento de Dados; Bebidas; Celulose, Papel e Produtos de Papel; Massas Alimentícias e Biscoitos.

Embora não se possa desprezar os setores considerados prioritários para a dilatação do prazo de carência do ICMS, uma vez que são, na maioria dos casos, setores intensivos em mão-de-obra, tais segmentos enquadram-se exatamente nos setores de bens de consumo não-duráveis e/ou de bens intermediários, o que denota que não existia nenhuma pretensão por parte do Programa de estimular setores mais dinâmicos nas atividades produtivas do Estado, que pudessem gerar um maior encadeamento a jusante e a montante da indústria sergipana (ou efeito de indução de inversões complementares).

No que diz respeito ao número de empregos gerados, Ribeiro (2005), através da amostra da pesquisa constatou que da previsão de geração de empregos contida nos projetos apresentados à SEIC/SE, somente 84% se efetivaram. Um dos fatores que poderiam explicar a não concretização dos empregos previstos seria o fato de que 30% das indústrias já atuavam no ramo antes de receberem os incentivos do PSDI, o que poderia ser um indicador de que essas empresas não geraram empregos adicionais.

Pelos dados da **Tabela 3.8** observa-se que, mais uma vez, os ramos têxtil, produtos alimentares e vestuário absorveram 56,8% dos empregos gerados pelos incentivos do PSDI. Já no que diz respeito aos recursos investidos, se acrescentarmos os ramos bebidas e minerais não metálicos, estes cinco setores concentrariam 80,5% do total de recursos investidos no estado, apoiados pelo PSDI.

Por fim, embora não se possa considerar a **Tabela 3.8** como a representação da estrutura produtiva sergipana, uma vez que esta apresenta tão somente os setores apoiados por um Programa de atração de investimentos, pode-se aventar a hipótese de que a economia sergipana poderia estar voltando a se dedicar aos setores de bens de consumo não-durável (dada a predominância de empresas deste segmento que solicitaram apoio do Governo), reduzindo, portanto, sua participação nos setores de bens intermediários. Nas seções seguintes buscaremos verificar se a economia sergipana estaria voltando a se especializar em bens de consumo não-durável ou se predominariam os setores da “nova indústria”, em razão das mudanças processadas ao longo da década de 1990, bem como a perda de participação do setor industrial com progressivo aumento do setor de serviços.

3.4. Inflexão do setor industrial e recrudescimento do setor de serviços: a economia sergipana a partir dos anos 1990

3.4.1. Crise no setor industrial sergipano

Nos anos oitenta e, principalmente, na década de noventa os esforços envidados pelo Governo Estadual no sentido de desenvolver a indústria sergipana apresentaram resultados pouco satisfatórios. A crise da economia brasileira e a hegemonia das idéias neoliberais trouxeram para Sergipe uma situação de letargia e atraso, com fortes rebatimentos sobre a geração de emprego e renda e no desenvolvimento da economia estadual.

Muitos planos elaborados para o desenvolvimento do estado não passaram do papel. Houve um descompasso brutal entre o planejado e o realizado. Mesmo as tentativas de atrair empresas, no âmbito do PSDI, mostraram-se tímidas nos anos iniciais da sua implantação. O que se verificou, mesmo, foi a superação do setor de serviços ante o setor industrial, com aumento da informalidade e deterioração das relações de trabalho⁷².

Como pode ser observado na **Tabela 3.9**⁷³, desde o início da década de 1990 o setor de serviços suplantaria o setor industrial, ganhando dinamismo ao longo dos anos, até atingir o seu índice mais elevado em 1996, perfazendo 56% da participação setorial do estado e mantendo-se num patamar acima dos 53% até o ano 2000, quando representou 55,1% do PIB sergipano.

Tabela 3.9
SERGIPE
Evolução da Participação dos Setores no PIB
1985 – 2004
(%)

Ano	Setores			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1985	8,2	67,8	24,0	100
1990	10,7	44,4	44,9	100
1995	11,3	34,5	54,2	100
2000	7,6	37,3	55,1	100
2001	6,0	52,3	41,7	100
2002	6,6	51,5	41,9	100
2003	7,3	55,0	37,7	100
2004	7,0	54,0	39,0	100

Fonte: IBGE/Contas Regionais (2006)

⁷² O mercado de trabalho da economia sergipana será objeto de análise em seção específica, no capítulo IV.

⁷³ Para uma análise mais detalhada dos setores ver Tabela 3.9.1, no anexo estatístico.

Com o declínio permanente das atividades industriais, o setor agropecuário também ensaiaria um leve aumento de participação, para, em seguida, registrar os menores índices da história econômica de Sergipe para o setor: 7,6%, em 2000, 6%, em 2001 e 6,6%, em 2002. A partir de 2001, no entanto, o setor industrial mostraria sinais de recuperação, superando, mais uma vez, os demais setores da economia sergipana. Esse aumento de participação do setor industrial, porém, ainda não se traduzia em crescimento efetivo da indústria. Entre 1990 e 2000, a agropecuária sergipana decresceu 1,9% ao ano e o setor industrial também decresceu 0,2% ao ano. O único crescimento satisfatório foi do setor de serviços, que apresentou taxas positivas de 3,7% ao ano. Quando se considera o período de 1990 a 2003, verifica-se que a situação sofreu modificações. O dinamismo do setor industrial, nos primeiros anos do novo século, repercutiria de forma positiva nas taxas de crescimento anual do PIB. Desse modo, entre 1990 e 2003, o setor agropecuário cresceu a taxa anuais de 1,9%, enquanto a indústria também apresentou crescimento de 6,1%, ao passo que o setor de serviços, dada sua redução entre 2000 e 2003, apresentou taxas de crescimento da ordem de 3,0%.

Segundo estudo da Ceplan (2005), a partir de 1989, não obstante a participação do setor público na economia sergipana tivesse sido uma das menores já registradas, o governo federal concentraria recursos na construção da barragem de Xingó, realizadas pela CHESF, o que explicaria, em parte, a retomada (ou aumento) de participação do estado de Sergipe na Formação Bruta de Capital Fixo do Nordeste, nos anos subseqüentes, conforme dados da **Tabela 3.10**, abaixo.

Tabela 3.10
NORDESTE
Participação % dos Estados do Nordeste na Formação Bruta de Capital
Fixo do Setor Público
1990 - 1996

ESTADOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Maranhão	8,1	16,2	9,5	8,4	8,5	6,1	10,5
Piauí	3,6	2,9	2,4	3,4	4,1	3,7	3,7
Ceará	17,9	10,7	13,5	16,3	11,2	13,3	17,5
Rio G. do Norte	5,2	5,7	8,3	6,2	6,1	5,7	6,4
Paraíba	3,5	4,6	3,2	5,4	4,8	4,1	6,3
Pernambuco	11,7	9,2	9,1	13,3	16,6	19,1	14,6
Alagoas	7,8	12,1	13,4	13,6	14,0	14,3	8,2
Sergipe	8,1	7,9	8,3	10,8	11,1	8,1	9,6
Bahia	34,1	30,7	32,3	22,6	23,6	25,6	23,2
NORDESTE	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SUDENE (1999)

Se em 1989 a participação do Setor Público, em Sergipe, na Formação Bruta de Capital Fixo tinha atingido o índice de 3,7%, em 1990 este percentual havia mais que dobrado, atingido 8,1% dos recursos do setor público destinados ao Nordeste. Corroborando essas informações, observa-se que em 1989, o aporte de recursos destinado às áreas de energia elétrica e abastecimento de água era de 8,7% passando, no ano seguinte, para 31,7% e permanecendo em níveis altamente elevados até 1995. De forma contrária, o volume de recursos destinados à indústria extrativa, que em 1985 absorvia 62,9% dos investimentos do setor público e em 1989, 27,2%, durante a década de 1990 apresentou uma participação bastante modesta, situando-se em torno de 15%, em média (ver **Tabela 3.11**).

Ainda assim, esse deslocamento dos recursos públicos da atividade extrativa para a de infra-estrutura (embora ambas façam parte da composição do setor industrial) não seria suficiente para alavancar o crescimento industrial sergipano nesta década. O que predominou mesmo foi o crescimento de participação das atividades do setor de serviços, notadamente os da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social que apresentou uma variação positiva de 6,5 pontos percentuais entre 1990 e 2000, bem como as atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas que tiveram uma variação positiva de 4,7 pontos percentuais.

Tabela 3.11
SERGIPE
Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público, segundo Áreas de Intervenção da Ação Governamental
1990-1996

Especificações	ANOS						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1. Atividades Produtivas	22,6	22,0	17,1	16,7	15,1	20,9	13,8
1.1. Agropecuária	1,6	0,4	0,2	0,1	0,5	0,8	0,1
- Agropecuária, Silvicultura e Pesca	1,6	0,4	0,2	0,1	0,5	0,8	0,1
1.2. Indústria	16,6	20,8	15,8	15,8	13,1	18,2	12,4
- Extrativa Mineral	16,3	20,7	15,6	15,6	12,9	18,1	12,3
- Transformação	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
1.3. Serviços	4,4	0,8	1,0	0,7	1,5	1,9	1,3
- Atividades Financeiras, Bens Imóveis e Serviços às Empresas	4,4	0,8	1,0	0,7	1,4	1,9	1,3
- Comércio (inclusive Restaurantes e Hospedagens)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0
2. Administração Pública, Serviços Comunitários e Sociais	20,9	13,9	16,9	25,1	30,5	16,7	14,4
2.1. Serviços Comunitários e Sociais	20,9	13,9	16,9	25,1	30,5	16,7	14,4

3. Infra-estrutura Econômica e Social	56,5	64,1	66,1	58,2	54,4	62,4	71,8
3.1. Energia Elétrica e Abastecimento de Água	31,7	53,9	60,1	46,9	44,5	54,5	20,0
3.2. Transporte, Armazenagem e Comunicações	24,8	10,2	5,9	11,3	9,9	7,9	51,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SUDENE (1999). Elaboração própria.

O que se constata, portanto, e torna-se extremamente preocupante, é a simples transferência de recursos das atividades extrativas para as de infra-estrutura econômica mantendo a economia sergipana, notadamente o setor industrial, fortemente dependente das decisões do setor público, principalmente da esfera federal, para o desenvolvimento das suas atividades produtivas.

A partir de 2001, as atividades industriais mostrariam crescimento de participação no PIB estadual. Esta recuperação da participação pode estar associada à instalação de novos empreendimentos incentivados pelo PSDI, que ganhou impulso a partir de 1999, bem como ao início das operações da Usina Hidrelétrica de Xingó, em 2000 e, ainda, à recuperação do valor da produção da atividade extrativa mineral. Não se pode desconsiderar, também, a recuperação da economia brasileira, depois da mudança do regime cambial em 1999 (CEPLAN, 2005).

Com a desaceleração dos investimentos estatais, desde a década de 1980, o setor industrial sergipano veio perdendo dinamicidade, passando a apresentar taxas de crescimento significativamente inferiores às que conheceu nos anos 1970 e na primeira metade da década de 1980. O desempenho frágil do setor industrial, ao longo da década de 1990, dado o seu peso no PIB, repercutiu na economia sergipana como um todo, que passou a registrar taxas de crescimento menores que as verificadas para as economias regional e nacional, conforme dados da **Tabela 3.12**. A manutenção das taxas de crescimento do PIB durante os anos 1990 deve ser creditada ao setor de serviços, que foi o único que apresentou crescimento satisfatório ao longo da década. A partir de 2000, no entanto, com o início das atividades da Hidrelétrica de Xingó, a economia sergipana também seria beneficiada com os royalties do setor energético, o que elevaria sua participação no PIB. Esse foi um dos fatores que explicariam as elevadas taxas de crescimento do PIB sergipano entre 2000 e 2003, superiores à media nacional e regional.

Tabela 3.12
BRASIL – NORDESTE – SERGIPE
Taxa Média de Crescimento do PIB (em %)
1990 - 2003

Período	BRASIL	NORDESTE	SERGIPE
1990/2000	2,6	2,8	2,0
1990/1995	3,1	2,9	2,0
1995/2000	2,2	2,7	1,9
1990/2003	2,3	2,9	4,5

Fonte: Ipeadata (2006)

A diminuição do ritmo de crescimento da indústria sergipana (que havia se tornado a principal atividade econômica do estado) teve como consequência a redução de participação do estado no PIB regional e nacional. Assim, se em 1985, Sergipe participava com 6,5% do PIB nordestino, representando a quarta economia do Nordeste, e 0,9% do PIB nacional, em 1990 sua participação seria reduzida a 4,5% para o Nordeste e 0,6% para o Brasil, mantendo a tendência declinante e/ou estável ao longo da década, para ganhar novo impulso somente a partir de 2002. Em 2004, a economia sergipana mostraria novos sinais de recuperação, ganhando mais uma posição na participação do PIB nordestino, ultrapassando a economia alagoana e atingindo uma participação relativa na economia brasileira (0,7%) que não se verificava desde 1987 (ver **Tabela 3.13**).

Tabela 3.13
NORDESTE
Participação dos Estados no PIB do Nordeste
1990/2004

Estados	Anos			
	1990	1995	2000	2004
Alagoas	5,5	4,9	4,9	4,7
Bahia	34,9	32,4	33,4	35,0
Ceará	12,6	15,1	14,4	13,4
Maranhão	6,2	6,1	6,4	6,7
Paraíba	6,6	6,5	6,4	6,0
Pernambuco	20,7	21,1	20,2	19,2
Piauí	3,5	3,9	3,7	3,5
Rio Grande do Norte	5,6	5,7	6,5	6,4
Sergipe	4,5	4,3	4,1	5,3
Nordeste	100	100	100	100
Sergipe/Brasil	0,6	0,5	0,5	0,7
Nordeste/Brasil	12,9	12,8	13,1	14,1

Fonte: IBGE/Contas Regionais (2006)

A extração de petróleo, gás natural e sais de potássio foram as principais atividades mineradoras da economia sergipana, fazendo da atividade mineradora a mais importante atividade industrial em termos de geração de riqueza no estado, superando qualquer gênero da indústria de transformação (CEPLAN, 2005).

A análise de todo o período de exploração de petróleo no solo sergipano (1963-2004) mostra que o nível mais elevado da produção foi alcançado em 1984, com uma produção anual de 2 milhões 946 mil metros cúbicos (m³). A partir daí apresentaria queda constante no volume de produção, atingindo o seu ponto mínimo em 1997, com uma produção de 1 milhão 920 mil metros cúbicos (m³). Vale ressaltar que um volume de produção dessa magnitude somente foi verificado nos anos anteriores a 1973, quando as atividades da Petrobrás ainda buscavam se firmar na economia sergipana.

A produção de gás natural acompanhou tendência análoga. Após atingir um ponto máximo em 1989, com 852 milhões 497 mil metros cúbicos (m³), apresentou movimento descendente até 1996 quando passou a registrar novo crescimento até 2000 para, a partir daí, oscilar em volume de produção de um ano para outro.

A análise exclusiva da década de 1990 mostra que a produção de petróleo, embora tivesse apresentado taxas negativas na primeira metade da década, recuperou-se no quinquênio seguinte, apresentando taxas de crescimento positivas, encerrando o período com um crescimento negativo da ordem de 1,9%. A mesma tendência foi verificada para a produção de gás natural, ou seja, na primeira metade da década, crescimento negativo, seguido de aumento positivo da produção no período subsequente. No entanto, o resultado final da produção de gás natural divergiu da produção de petróleo, apresentando crescimento positivo de 0,3% (ver **Tabela 3.14**). No período recente (2000-2004), verificou-se uma inversão de resultados, ou seja, enquanto a produção de petróleo passou a apresentar taxas positivas de crescimento, superiores à média anual da Região Nordeste, a produção de gás natural apresentou queda significativa, com crescimento negativo da ordem de 6,2%⁷⁴.

⁷⁴ Para verificar a produção anual de petróleo e gás natural em Sergipe ver **Tabelas 3.14.1 e 3.14.2**, no anexo estatístico.

Tabela 3.14
BRASIL - NORDESTE - SERGIPE
Taxa Média de Crescimento Anual da Produção de Petróleo e Gás natural (em %)
Produção Total (Terra e Mar)

Descrição	Petróleo (m³)				Gás Natural			
	1990-1995	1995-2000	1990-2000	2000-2004	1990-1995	1995-2000	1990-2000	2000-2004
Sergipe	-4,4	0,6	-1,9	0,9	-4,0	4,8	0,3	-6,2
Nordeste	-2,3	0,0	-1,1	-0,8	2,5	4,8	3,6	3,6
Brasil	1,8	12,4	7,0	4,7	5,1	10,5	7,8	6,3

Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção submetido a ANP.

A análise do total da indústria sergipana, incluindo a indústria extrativa e a indústria de transformação, através das informações da Pesquisa Anual Industrial, do IBGE, mostram que a indústria extrativa, em 1996, representava tão somente 3,3% das indústrias sediadas em Sergipe, mas detinha o maior percentual de salários e remuneração de todo o setor, com 53,6% (ver **Tabela 3.15**).

Tabela 3.15
SERGIPE
Participação Relativa da Indústria referente ao Número de Empresas, Pessoal Ocupado, Salários, Valor da Produção e Valor da Transformação Industrial (VTI) em %
1996

SETORES	Variável				
	Número de Empresa	Pessoal Ocupado	Salários, Retiradas e Outras Remunerações	Valor Bruto da Produção	VTI
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	3,3	14,0	53,6	17,4	24,1
- Extração de petróleo e serviços relacionados	0,6	13,1	53,1	16,9	23,5
- Extração de minerais não-metálicos	2,7	0,9	0,4	0,6	0,6
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	96,7	86,0	46,5	82,6	75,9
<i>Bens de Consumo Não-Duráveis</i>	52,1	56,0	25,6	51,7	46,3
- Fab. de produtos alimentícios e bebidas	32,6	19,6	9,2	25,5	19,6
- Fab. de produtos do fumo	0,6	1,3	0,3	1,5	0,8
- Fab. de produtos têxteis	3,7	23,8	11,7	21,5	22,0
- Confecção de artigos do vestuário e acessórios	8,3	8,6	2,3	1,9	1,8
- Edição, impressão e reprodução de gravações	6,8	2,9	2,0	1,3	2,1
<i>Bens Intermediários</i>	30,0	22,7	17,3	25,2	27,2
- Fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	1,2	4,6	2,9	6,0	7,9
- Fab. de produtos de madeira	4,3	1,6	0,3	0,2	0,2
- Fab. de celulose, papel e produtos de papel	0,8	0,5	0,1	0,1	0,0
- Fab. de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	0,2	-	-	-	-
- Fab. de produtos químicos	3,3	3,4	7,0	7,2	6,0

- Fab. de artigos de borracha e plástico	2,5	2,0	0,8	1,3	1,1
- Fab. de produtos de minerais não-metálicos	10,7	8,8	5,3	9,8	11,4
- Fab. de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	6,8	1,8	0,8	0,6	0,6
Bens de Consumo Durável e de Capital	14,7	7,3	3,6	5,6	2,4
- Fab. de máquinas e equipamentos	1,2	0,1	0,1	0,1	0,2
- Fab. de máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,2	-	-	-	-
- Fab. de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,8	0,2	0,1	0,0	0,0
- Fab. de material eletrônico e comunicações	0,2	-	-	-	-
- Fab. de equip. de instrumentação médico-hospitalares, de precisão e ópticos, equip. para automação industrial, cronômetros e relógios	0,4	-	-	-	-
- Fab. e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	2,1	1,3	0,4	0,3	0,2
- Fab. de outros equipamentos de transporte	0,4	-	-	-	-
- Fab. de móveis e indústrias diversas	7,9	3,2	0,8	0,9	0,7
- Outros	1,5	2,4	2,3	4,4	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

Além disso, esta indústria representava quase $\frac{1}{4}$ de todo o VTI sergipano, bem como 14% da mão-de-obra ocupada no setor industrial. Esses dados referiam-se quase que exclusivamente a extração de petróleo e serviços relacionados, ou seja, a Petrobrás detinha em 1996 uma capacidade dinamizadora da economia estadual extremamente elevada. Se por um lado, esse fator trazia especialização e dinamismo para a economia sergipana no setor de petróleo e gás, por outro, tornava-a extremamente dependente das políticas emanadas do governo federal para o setor. Nesse sentido, o setor industrial sergipano, com um único grande produto de dinamismo para o estado, apresentaria comportamento análogo a momentos históricos pretéritos quando um único produto agropecuário dinamizava as atividades econômicas de Sergipe.

A indústria de transformação, por sua vez, embora concentrasse 96,7% das empresas sediadas em Sergipe, respondia por apenas 46,5% dos salários e remunerações geradas no setor. Em parte, esse fato estava relacionado à predominância de indústrias de bens de consumo não-durável, que apesar de serem intensivas em mão-de-obra, normalmente apresentam os menores salários do setor industrial, dada a baixa qualificação do pessoal ocupado.

A primazia de bens de consumo não-duráveis na economia sergipana remonta aos primeiros estabelecimentos industriais do estado, com destaque para os ramos de alimentos e bebidas e têxteis, que, juntos, representavam quase 50% do valor da produção estadual. Esses segmentos representariam, ainda, 36,3% do número de empresas, 43,4% da mão-de-

obra ocupada e 41,6% do VTI do estado, para o ano de 1996. Agregando-se esses dois ramos com a indústria extrativa teríamos: 39,6% do número de empresas, 57,4% da mão-de-obra ocupada no estado, 74,5% dos salários e remunerações pagas, 64,4% do Valor Bruto da Produção e 65,7% do VTI.

Nos bens intermediários, destacavam-se a fabricação de produtos minerais não-metálicos, que reuniram 11,4% do VTI do estado, a fabricação de produtos de madeira, com 7,9% do VTI sergipano e, por fim, os produtos químicos que representaram 6% do VTI estadual. O setor de bens duráveis e de capital, apesar de ter apresentado crescimento no número de empresas instaladas em Sergipe, ainda representava muito pouco para o Valor de Transformação Industrial, não passando de 2,5%.

Observa-se que desde 1985, quando foram produzidas as últimas estatísticas para a indústria, a economia sergipana pouco, ou quase nada, modificou, permanecendo com as “indústrias tradicionais” predominando nas categorias ora analisadas. O que nos resta verificar é se Sergipe voltou a ser mais importante como produtor de bens de consumo não-durável ou se continuou com as atividades da “nova indústria”, com a primazia dos setores intermediários.

Analisando o número de estabelecimentos, observa-se que entre 1996 e 2004, Sergipe apresentou um aumento significativo de novas unidades produtivas, com um aumento de 268 novas indústrias, o que equivalia a um crescimento de 56,4% no período ora analisado. A indústria extrativa apresentou crescimento de 31% em relação ao número de estabelecimentos constantes em 1996, totalizando 21 empresas, enquanto a indústria de transformação apresentou crescimento de 57,3%, perfazendo 722 unidades industriais, em 2004.

Os ramos mais expressivos em termos de estabelecimentos, em 2004, eram a indústria de alimentos e bebidas, com 239 unidades, a de produtos minerais não-metálicos, que além do segmento de cimento inclui cerâmicas, olarias e pedreiras, somando 108 empreendimentos, e a indústria de confecção de artigos de vestuário e acessórios, com 65 unidades locais. A indústria têxtil, tradicional na economia sergipana, apareceu em sétimo lugar no número de estabelecimentos, indicando as dificuldades que o setor vem enfrentando ao longo dos últimos anos.

Como existem diferenças inter e intra-industriais de tamanho entre os empreendimentos, algumas indústrias com maior número de unidades não são necessariamente aquelas com maior participação no valor da transformação industrial e no emprego, como, por exemplo, as indústrias têxtil e química, que apresentam participação

mais expressiva no número de empregos e no VTI do que no número de estabelecimentos (CEPLAN, 2005).

No que se refere ao número de empregos gerados no setor industrial entre 1996 e 2004, verificou-se um crescimento de 9.469 novos postos de trabalho. A indústria extrativa apresentou crescimento modesto de apenas 9% ao longo desses 8 anos, verificando-se em alguns anos redução de pessoal. Em termos relativos, a indústria extrativa apresentou participação menor no número de pessoas ocupadas (10,3%) quando comparado com 1996 (14,0%). Esse fator teve como fundamento a terceirização de serviços nas atividades consideradas não nucleares das empresas do ramo (**Tabela 3.16**).

Tabela 3.16
SERGIPE

Participação Relativa da Indústria referente a Número de Empresas, Pessoal Ocupado, Salários, Valor da Produção e VTI (em %)
2004

Classificação de atividades (CNAE)	Variável				
	Número de Empresa	Pessoal Ocupado	Salários, Retiradas e Outras Remunerações	Valor Bruto da Produção	VTI
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	2,8	10,3	55,3	29,0	42,2
- Extração de petróleo e serviços relacionados	0,9	9,4	54,8	28,7	42,1
- Extração de minerais não-metálicos	1,9	0,9	0,5	0,2	0,1
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	97,2	89,8	44,7	71,1	57,8
Bens de Consumo Não-Duráveis	51,3	49,4	24,5	36,1	21,0
- Fab. de produtos alimentícios e bebidas	32,0	21,1	11,9	20,6	11,5
- Fab. de produtos do fumo	0,7	1,4	0,5	0,5	0,0
- Fab. de produtos têxteis	3,9	15,1	7,5	12,7	7,5
- Confecção de artigos do vestuário e acessórios	8,7	9,8	3,3	1,7	1,3
- Edição, impressão e reprodução de gravações	6,2	2,1	1,4	0,7	0,7
Bens Intermediários	32,5	27,0	15,4	30,5	34,2
- Fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	1,3	3,9	1,7	1,7	1,5
- Fabricação de produtos de madeira	3,3	1,6	0,3	0,1	0,1
- Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,8	0,8	0,4	0,9	0,8
- Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	0,1	-	-	-	-
- Fab. de produtos químicos	3,6	3,4	4,4	10,0	14,5
- Fab. de artigos de borracha e plástico	2,9	2,8	0,9	1,7	0,6
- Fab. de produtos de minerais não-metálicos	14,4	11,3	5,9	11,4	12,2
- Metalurgia básica	0,1	-	-	-	-
- Fab. de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	5,6	3,1	1,8	4,7	4,5
- Reciclagem	0,1	-	-	-	-
Bens de Consumo Durável e de Capital	13,4	13,3	4,8	4,5	2,7
- Fab. de máquinas e equipamentos	1,9	3,2	1,3	1,9	1,3
- Fab. de máquinas para escritório e equipamentos de informática	0,4	0,3	0,2	0,2	0,1
- Fab. de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,8	0,6	0,2	0,5	0,2

- Fab. de equip. de instrumentação médico-hospitalares, precisão e ópticos, equip. automação industrial, e relógios	0,3	-	-	-	-
- Fab. e montagem de veículos, reboques e carrocerias	2,1	1,0	0,3	0,2	0,2
- Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,5	0,5	0,3	0,4	0,2
- Fabricação de móveis e indústrias diversas	6,7	2,1	0,8	0,6	0,2
- Outros	0,7	5,7	1,8	0,8	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

A indústria de transformação não apresentou, em termos relativos, crescimento expressivo em nenhum dos seus ramos, mantendo praticamente o mesmo percentual para seus diversos segmentos. Quando se observa cada indústria, isoladamente, perceber-se que algumas atividades apresentaram incremento significativo no número de pessoas ocupadas. Foi o caso, por exemplo, do setor de alimentos e bebidas que realizou no período de 1996 a 2004 importantes investimentos nos segmentos de café, biscoitos e bebidas, aumentando o número de empregos em 61,5%. As “novas” indústrias do setor de alimentos, somadas com as atividades tradicionais, como agroindústria do açúcar e a de polpa de frutas, integram uma das cadeias mais importantes do estado (CEPLAN, 2005).

Outra indústria que apresentou incremento no número de pessoas ocupadas foi a de produtos minerais não-metálicos, com aumento de 1.549 novos postos de trabalho, equivalente a um aumento de 92,5% em relação a 1996.

No que diz respeito ao valor de transformação industrial, em 1996, a indústria extrativa era responsável por 24,1% dos valores obtidos, ao passo que a indústria de transformação ficava com os 75,9% restantes. Em 2004, esses percentuais tinham sido alterados para 42,2% e 57,8%, respectivamente. Contudo, deve-se considerar que praticamente metade do VTI obtido no setor de bens intermediários era proveniente da indústria extrativa, com destaque para a extração de petróleo e serviços relacionados. Como não houve aumento significativo da produção física de petróleo no período considerado (em 1996 a produção sergipana de petróleo era de 2 milhões e 41 mil m³, enquanto em 2004 a produção tinha passado para 2 milhões e 200 mil m³, ou seja, um aumento de apenas 7,8%), essa acréscimo do VTI deveu-se, em grande medida à variação do preço do petróleo (ver **Tabelas 3.17 e 3.14.1**).

Tabela 3.17
SERGIPE
Estrutura do Valor de Transformação Industrial, segundo os usos (em %)
1996 - 2004

Setores	Anos								
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bens de Consumo Não-Durável	46,3	37,2	37,5	28,6	25,6	36,3	28,6	22,5	21,0
Bens Intermediários	51,3	57,8	57,4	68,3	68,9	61,2	68,6	74,7	76,3
- Extração de petróleo e serviços relacionados	23,5	22,0	24,6	37,3	37,3	29,9	30,21	38,0	42,0
Bens de Capital e de Consumo Durável	2,4	5,1	5,1	3,2	5,5	2,4	2,8	2,9	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual – Vários anos

Na indústria de transformação, os gêneros de maior peso no VTI, em 2004, eram: a indústria de produtos químicos (14,5%); de produtos minerais não-metálicos (12,2%), com destaque para a produção de cimento; alimentos e bebidas (11,5%), com a implantação de unidades de grande porte de processamento de suco de frutas, uma usina de açúcar, a fabricação de derivados de coco, torrefação de café, fábrica de biscoitos e massas, cervejaria, dentre outras unidades de menor expressão; e têxteis (7,5%). A partir dessas informações constata-se que, mesmo se desconsiderarmos a indústria extrativa no valor de transformação industrial sergipano, o estado ainda é mais importante como produtor de bens intermediários do que bens de consumo não-durável, haja vista que este último respondia por 21% do VTI em 2004 contra 34,2% do setor de bens intermediários (exclusive indústria extrativa).

Se considerarmos os quatro segmentos supracitados, eles respondiam juntos, em 2004, por 45,7% do VTI sergipano. Se adicionarmos a indústria extrativa de petróleo, esse percentual saltaria para 87,75% de todo o VTI do estado. Segundo estudo da Ceplan (2005), esses indicadores parecem refletir uma tendência recente de reforço da especialização da produção sergipana em torno da consolidação de uma cadeia produtiva agroindustrial (envolvendo a citricultura e o gênero de bebidas) e outra minero-metalúrgicas (incluindo segmentos do petróleo, química, fertilizantes e segmentos metalmeccânicos), predominantemente voltadas para o mercado externo.

3.4.2. O setor de serviços e a retomada das atividades industriais em Sergipe

Desde que o governo federal passou a atuar mais fortemente na economia sergipana, verificou-se o crescimento constante do setor industrial, acima das taxas de crescimento da agropecuária e dos serviços, tornando as atividades secundárias com grande alcance no dinamismo econômico do estado.

A partir da segunda metade dos anos 1980, porém, verificaram-se algumas transformações significativas na economia sergipana. Houve um forte encolhimento do setor industrial, entre 1985 e 2000, uma pequena redução na participação agropecuária, e, por consequência, um aumento extremamente elevado no setor de serviços. A indústria de transformação perdeu 18,1 pontos percentuais de participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) estadual e a indústria extrativa 11,4 pontos percentuais no VAB. No total, a perda do setor industrial no período considerado foi de 30,5 pontos percentuais no Valor Adicionado do estado. Em contrapartida, verificou-se o crescimento das atividades inerentes ao setor de serviços da ordem de 31,1 pontos percentuais, ou seja, a inflexão do setor industrial sergipano encontrou guarida no crescimento do setor de serviços (IBGE/Contas Regionais, 2006).

Assim, o setor terciário que respondia por 24% do PIB sergipano, em 1985, representava 44,9% em 1990, 54,2% em 1995 e 55,1% em 2000. Nos anos mais recentes, o setor de serviços registrou uma perda de participação, por conta, sobretudo, do incremento valor da produção da indústria extrativa mineral e dos serviços industriais de utilidade pública, caindo para 39%, em 2004.

Ao longo da década de 1990, o aumento das atividades do setor terciário foi mais intenso nas atividades de administração pública, incluindo a previdência social, atividades de intermediação financeira (atividades bancárias, seguros, crediários, etc.), atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, este último com crescimento em grande parte associado ao processo de terceirização das atividades do setor secundário, e as atividades da área social sob encargo do setor privado, como saúde e educação⁷⁵ (CEPLAN, 2005).

Desse modo, o aumento da participação do setor terciário na economia sergipana refletiu, de um lado, a perda de dinamismo do setor industrial, a exemplo do que ocorreu

⁷⁵ No período compreendido entre 1985 e 2000, as atividades de administração pública aumentaram sua participação no VAB em 17,2 pontos percentuais; as atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas cresceram 6 ponto percentuais; em seguida, apareceram os serviços de educação e saúde cresceram 2 pontos percentuais; por fim, os serviços de intermediação financeira, com aumento de 1,9 pontos percentuais.

com outras unidades da federação brasileira, e de outro, as novas tendências da terceirização das atividades produtiva, tornando ainda mais complexa a classificação dos ramos inerentes a este setor.

Vale lembrar que as atividades do setor terciário concentraram-se em Aracaju e no seu entorno, não só pela concentração da estrutura fundiária do estado, como também por ser a área sergipana que apresenta maior nível de urbanização e, por consequência, melhores serviços especializados nos setores de educação, saúde, finanças, comunicação etc. No entanto, não se pode deixar de considerar algumas cidades do interior do estado, como Itabaiana, Estância, Boquim, Tobias Barreto, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá, que apesar de não concentrarem serviços altamente especializados ainda figuram como importantes centros comerciais para as áreas contíguas, dinamizando algumas atividades do setor de serviços.

No período recente (2000-2004) o setor industrial apresentou sinais de recuperação, reaparecendo como principal atividade econômica de Sergipe, com aumento de participação no PIB estadual de 16,6 pontos percentuais contra a redução do setor de serviços (16,1 pontos percentuais). Deve-se assinalar, como já havíamos chamado atenção, que o crescimento do setor industrial deveu-se, quase que exclusivamente, ao aumento das atividades de eletricidade, gás e água, que contribuíram com 13,8 pontos percentuais, decorrentes das atividades da Hidrelétrica de Xingó. A indústria extrativa também apresentou desempenho satisfatório, indicando a retomada das atividades petrolíferas e de extração de outros minérios no estado. As indústrias de transformação e construção civil, por sua vez, permaneceram perdendo posição no PIB. Já o setor de serviços apresentou redução em todas as categorias, sendo mais intensa nas atividades de administração pública (menos 5,9 pontos percentuais) e atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas (queda de 4,3 pontos percentuais).

Nessa nova fase da indústria sergipana, dos quatro segmentos do setor secundário, em dois, serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, água e gás) e indústria extrativa mineral, a participação no total do PIB sergipano foi significativamente maior do que a observada, para essas indústrias, na média da economia brasileira. Situação oposta se apresentou para a construção civil e a indústria de transformação que, em Sergipe, tiveram uma participação menor no PIB comparado à estrutura do PIB do setor secundário na economia brasileira (CEPLAN, 2005). Assim, o peso do setor extrativo era, em 2004, 4,3 vezes maior para Sergipe do que para o Brasil. Já o setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública era 4,2 vezes maior para Sergipe que para o Brasil (**Tabela 3.18**).

Observa-se, ainda, que até o ano 2000, o setor de eletricidade não se constituía uma das especializações industriais sergipanas, apresentando índices abaixo da economia brasileira. Conforme já se assinalou, esse aumento deveu-se à inclusão da subestação de Xingó na computação do PIB industrial a partir de 2001. Reafirma-se, assim, o elevado peso que o setor industrial apresenta na composição do Produto Interno Bruto sergipano, bem como a condição de dependência que o estado continua subjugado, seja da “tradicional” indústria extrativa, seja da recente indústria de serviços industriais de utilidade pública, polarizando, em grande medida, as atividades industriais sergipanas nesses dois setores.

Tabela 3.18
BRASIL – SERGIPE
Participação do Valor Adicionado Bruto no PIB
2000 – 2004

Setores Industriais	Participação no PIB Total				Participação no PIB Industrial				Índice de Especialização	
	Brasil		Sergipe		Brasil		Sergipe		Sergipe/Brasil	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Indústria extrativa mineral	3,00	4,56	10,53	19,81	7,46	10,39	28,21	36,71	3,50	4,34
Indústria de transformação	25,21	29,05	18,74	15,24	62,62	66,20	50,22	28,24	0,74	0,52
SIUP (Eletricidade, gás e água)	3,34	3,53	1,29	15,13	8,29	8,06	3,47	28,04	0,39	4,28
Construção	8,71	6,74	6,75	3,78	21,63	15,35	18,09	7,00	0,78	0,56
INDÚSTRIA	40,26	43,88	37,31	53,96	100,00	100,00	100,00	100,00	0,93	1,23

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais – Elaboração Própria, baseada em tabelada Ceplan (2005)

Nota: O índice de especialização corresponde à razão entre determinado segmento da indústria sergipana e o mesmo segmento da indústria brasileira.

3.5. Comércio inter-regional e internacional

Após 1980, diante do quadro de crise do Estado brasileiro, o estímulo às atividades exportadoras, sobretudo no setor industrial, foi um fenômeno generalizado para as distintas atividades econômicas do país. Segundo Melo (2000), nos anos 1980 e 1990 todas as regiões brasileiras, sem exceção, aumentaram seus laços com o exterior, seja através da intensificação do comércio internacional, seja através dos investimentos diretos estrangeiros, que retomaram ao país após 1994, com a estabilização da economia brasileira.

Conforme apresentamos no capítulo anterior, o comércio internacional sergipano aumentou seu volume de exportações, entre 1970 e 1985, em 46 vezes, o que não significou

dizer que Sergipe fosse um estado altamente exportador, dado que a sua participação no total das exportações brasileiras foi de apenas 0,13%.

O desempenho das exportações sergipanas foi favorável por um período ininterrupto de doze anos, entre 1980 e 1992, quando se expandiram acima das importações, alcançando em 1992, um valor de US\$ 45,3 milhões. Seu crescimento ocorreu a uma expressiva taxa anual média de 12,5%, enquanto o volume de importações crescia a taxas negativas de 0,9% ao ano. Em decorrência desse desempenho favorável Sergipe acumulou entre 1980 e 1992 um superávit de US\$ 470,4 milhões de dólares (ver **Tabela 3.19**). A partir de 1993, no entanto, seria verificada uma inversão dos resultados do saldo comercial sergipano com o exterior. O setor importador cresceria muito mais que as exportações, apresentando déficit comercial em todos os anos subseqüentes, até 2005. Durante o período 1993-2004, as exportações sergipanas cresceram a uma taxa de 5,8% ao ano, índice que não é desprezível. Porém, as importações cresceram a taxas médias anuais de 10,2%, praticamente o dobro da taxa de crescimento das vendas sergipanas para o exterior.

Tabela 3.19
SERGIPE
Balança Comercial (em US\$ 1.000 FOB)
1980 - 2005

Anos	Exportações	Importações	Saldo
1980	11.068	16.310	(5.242)
1981	142.711	7.850	134.861
1982	167.998	2.838	165.160
1983	24.323	1.908	22.415
1984	35.758	9.966	25.792
1985	30.478	8.152	22.326
1986	17.187	16.216	971
1987	25.928	12.112	13.816
1988	34.787	14.905	19.882
1989	28.005	12.496	15.509
1990	38.203	23.670	14.533
1991	26.434	16.778	9.656
1992	45.331	14.563	30.768
1993	25.671	34.665	-8.994
1994	33.957	69.162	(35.205)
1995	22.460	76.260	(53.800)
1996	55.944	138.724	(82.780)
1997	39.628	124.716	(85.088)
1998	31.210	109.451	(78.241)
1999	21.958	97.111	(75.153)
2000	29.761	94.382	(64.621)
2001	20.771	101.891	(81.120)
2002	37.604	101.886	(64.282)
2003	38.813	97.152	(58.339)

2004	47.673	101.051	(53.378)
2005	66.424	93.358	(26.935)

Fonte: Secex/MDIC

Essa inflexão no comércio internacional de Sergipe, a partir de 1992, deveu-se em parte a dois fatores. Em primeiro lugar, ao processo de liberalização comercial iniciado com a eliminação das principais barreiras não tarifárias e a adoção de uma forte redução tarifária desde o ano de 1988, estimulando o aumento das importações. Em segundo lugar, a apreciação da moeda nacional, processo que se configurou a partir de 1992, acentuando-se com a política cambial do Plano Real e que atuou como desestímulo às exportações. Dados esses fatores, as importações passaram a exercer uma forte pressão nas transações comerciais sergipanas, invertendo a tendência da sua Balança Comercial (CEPLAN, 2005).

Em parte, os déficits constantes registrados pela balança comercial sergipana, a partir de 1993, foram decorrência das mudanças feitas nos instrumentos da política de comércio exterior, medidas que foram reforçadas com a adoção do Plano Real, a partir de 1994 (CEPLAN, 2005).

Em 2005, o setor externo sergipano apresentaria crescimento das exportações (39,3%), em relação a 2004, a taxas muito acima daquelas verificadas para as importações (-7,6%), mas, ainda assim, insuficiente para resultar num saldo comercial positivo. Dessa maneira, se computarmos o ano de 2005 com todo o período de déficit comercial sergipano, as exportações apresentariam crescimento de 8,2% ao ano, ao tempo em que as importações cresceriam à taxa de 8,6% ao ano. Contudo, ao longo desses doze anos, Sergipe acumulou um déficit comercial da ordem de US\$ 767,9 milhões.

Comparando a situação da economia sergipana com os demais estados do Nordeste, observou-se que em 1990 todos os estados nordestinos, bem como a região e o país, apresentaram saldo comercial positivo. Destaca-se que a participação relativa de Sergipe nas exportações nordestina, nesse ano, era de 1,26%, ao tempo em que representava 0,12% das exportações brasileiras. Em 1995, praticamente todos os estados nordestinos, região e país, inclusive, apresentariam déficit comercial, com exceção do Maranhão, dado o peso do Complexo Minero-Metalúrgico, do Piauí, com o desenvolvimento da agricultura de grãos, e da Bahia, com grãos e atividades petroquímicas (**Tabela 3.20**).

Tabela 3.20
BRASIL - NORDESTE
Balança Comercial (em US\$ 1.000)
1990 - 2005

Regiões /Estados	1990			1995			2000			2005		
	Export.	Import.	Saldo	Export.	Import.	Saldo	Export.	Import.	Saldo	Export.	Import.	Saldo
- MA	442.620	101.657	340.963	671.361	195.933	475.428	758.245	485.610	272.635	1.501.033	1.156.715	344.318
- PI	32.403	6.367	26.036	67.097	34.626	32.471	63.354	15.917	47.437	58.660	14.928	43.732
- CE	230.569	113.704	116.865	352.131	646.953	-294.822	495.097	717.933	-222.836	930.450	588.894	341.556
- RN	88.800	21.889	66.911	79.228	81.620	-2.392	149.391	70.181	79.210	413.317	110.335	302.982
- PB	52.550	34.069	18.481	86.065	215.293	-129.228	77.577	150.243	-72.666	228.007	94.297	133.710
- PE	400.464	226.693	173.771	574.321	794.447	-220.126	283.946	936.058	-652.112	784.888	805.932	-21.044
- AL	291.400	59.508	231.892	468.144	173.428	294.716	224.351	64.660	159.691	583.790	92.632	491.158
- SE	38.203	23.670	14.533	22.460	76.260	-53.800	29.761	94.382	-64.621	66.423	93.358	-26.935
- BA	1.453.388	904.349	549.039	1.919.192	1.385.219	533.973	1.942.967	2.241.619	-298.652	5.987.743	3.351.109	2.636.634
NE	3.030.397	1.491.906	1.538.491	4.239.999	3.603.779	636.220	4.024.689	4.776.603	-751.914	10.554.311	6.308.200	4.246.111
BR	31.413.756	20.661.362	10.752.394	46.506.281	49.971.895	3.465.614	55.085.595	55.783.342	-697.747	118.308.000	73.560.173	44.747.827

Fonte: MDIC – SECEX (2006)

A partir de 1999, com a desvalorização cambial, alguns estados apresentariam, em 2000, superávit comercial, a exemplo de Alagoas e Rio Grande do Norte, além dos estados que já apresentavam situação superavitária desde o quinquênio anterior. Em 2005, praticamente todos os estados nordestinos apresentariam saldos positivos nas suas balanças comerciais, com exceção de Pernambuco e Sergipe. Nesse ano, a participação relativa da economia sergipana nas exportações do Nordeste era da ordem de 0,63% e na economia brasileira 0,06%.

Apesar dos resultados pouco satisfatórios, e do baixo coeficiente de exportação da economia sergipana, o que se verificou ao longo desse período analisado foi que o estado de Sergipe tem procurado diversificar sua pauta de exportação. Observando a **Tabela 3.21** percebe-se que em 1990, praticamente toda a exportação sergipana concentrava-se em dois produtos: suco de laranja (91,5%) e artigos de vestuário (5,3%).

Tabela 3.21
SERGIPE
Valor e estrutura das Exportações
1990 - 2005

Descrição	1990		1995		2000		2005	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
Suco de laranja	34.948	91,5	9.727	43,3	14.760	49,6	24.536	36,9
Tecidos, fios e outros	96	0,3	9.997	44,5	1.503	5,1	8.939	13,5
Vestuário (artefatos confeccionados)	2.022	5,3	914	4,1	4.627	15,5	2.089	3,1
Calçados diversos	---	---	6	0	163	0,5	1.213	1,8
Adubos e fertilizantes (uréia)	---	---	1.187	5,3	2.408	8,1	11.058	16,6
Peixes, camarões e lagostas	295	0,8	---	---	---	---	---	---
Plástico e borracha e suas obras	279	0,7	3	0	---	---	197	0,3
Equipamentos elétrico-eletrônicos	---	---	---	---	35	0,1	352	0,5
Minerais não-metálicos (cimento)	16	0	---	---	---	---	11.092	16,7
Produtos de minerais metálicos (embalagens)	---	---	---	---	4.377	14,7	359	0,5
Produtos Químicos (art. de perfumaria)	291	0,8	529	2,4	333	1,1	320	0,5
Produtos Alimentícios	253	0,7	70	0,3	65	0,2	3.010	4,5
Couros e peles	---	---	---	---	1.344	4,5	274	0,4
Outros Sucos	---	---	---	---	---	---	1998	3,0
Demais produtos	3	0	21	0,1	146	0,5	987	1,5
TOTAL	38.203	100	22.453	100	29.761	100	66.424	100

Fonte: MDIC - SECEX (2006)

Em 2005, apesar de Sergipe ainda possuir uma pauta de exportação com poucos produtos, estes estavam mais bem distribuídos que em 1990, com destaque para a exportação de fertilizantes (16,6%), cimento (16,7%) e Tecidos e fios (13,5%), sem falar na predominância que Sergipe sempre apresentou na exportação de suco de laranja (36,9%). Esses quatro segmentos, juntos, totalizavam 83,6% das exportações sergipanas em 2005.

As importações, por sua vez, concentravam-se no início dos anos 1990 em praticamente dois tipos de produtos: máquinas, aparelhos e equipamentos eletro-eletrônicos (74%) e o grupo de algodão, restrito a algodão cru para debulhar (16%), totalizando, assim, 90% das importações sergipanas. Nos anos recentes, praticamente se mantêm os mesmos produtos importados: máquinas e equipamentos (46,2%), algodão (19,5%) e cereais (17,2%), totalizando 82,9% das importações recentes (CEPLAN, 2005).

No que diz respeito ao comércio inter-regional, são escassas as informações para o período de 1985 a 2005. Para a nossa análise, utilizaremos informações constantes do estudo da Ceplan, que levantou o valor das compras e vendas informado pelos contribuintes e não contribuintes de ICMS do estado. Chama-se atenção, de início, para o

fato de que as informações utilizadas foram declaradas e não coletadas, o que requer cautela no que diz respeito às conclusões obtidas de tais dados.

Segundo a Ceplan (2005), o primeiro aspecto a ser considerado no comércio inter-regional sergipano é o seu volume, quando comparado com os baixíssimos índices do comércio internacional. Predomina, portanto, o comércio inter-regional como elemento dinâmico da demanda agregada da economia sergipana (**Tabela 3.22**).

Tabela 3.22
SERGIPE
Balança de Comércio Inter-regional
1997 e 1999
Valores Absolutos (em R\$ milhões)

Regiões	1997			1999		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Norte	33,8	30,3	3,5	58,4	57,8	0,6
Nordeste	734,5	1202,3	-467,8	895,4	1379,1	-483,7
Sudeste	500,3	886,7	-386,4	541,6	886,4	-344,8
Sul	56,0	461,0	-405,0	95,0	203,7	-108,7
Centro-Oeste	37,1	47,5	-10,4	47,2	50,8	-3,6
Total	1361,8	2627,9	-1266,1	1637,5	2577,7	-940,2

Fonte: Confaz/Contepe - Elaborado pela Ceplan (2005)

Além disso, destaca-se que o comércio intra-regional ainda apresenta maior significado para Sergipe do que o comércio inter-regional. Esse fator, conforme apresentado no capítulo anterior, deve-se ao dinamismo das economias baiana e pernambucana, que atraem significativa parcela dos valores obtidos com o comércio nordestino, bem como a proximidade com alagoas, estado no qual Sergipe também mantém relações comerciais estreitas, dada a proximidade dos seus territórios.

Em seguida, a Região Sudeste aparece como segundo maior parceiro comercial sergipano. Por causa da estrutura industrial sergipana, boa parte dos insumos e equipamentos necessários ao processo produtivo são adquiridos na região Sudeste, notadamente São Paulo, assim como, parcela das vendas sergipanas direciona-se para este mercado. Por fim, deve-se salientar que Sergipe apresentou déficit comercial com praticamente todas as regiões do país, com exceção da região Norte, tanto em 1997 quanto em 1999.

Capítulo IV – INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO EM SERGIPE

A urbanização de Sergipe mostrou-se atrelada ao seu desenvolvimento econômico, ganhando maior destaque a partir da década de 1970, com o processo de industrialização do Estado, que induziu diversos setores econômicos e desenvolveu, efetivamente, uma aglomeração urbana.

Marcado pela herança do complexo econômico nordestino, com rígida estrutura produtiva, até a década de 1970 não se verificou um crescimento expressivo das funções urbanas em Sergipe. Na verdade, seu processo de urbanização foi muito lento e atomizado, convergindo posteriormente para a capital. Somente com a expansão industrial, através da instalação de empresas estatais, o quadro urbano de Sergipe passou a sofrer modificações de maior vulto, como o aumento da verticalização das construções e a valorização intensa do uso do solo.

Visando analisar os fatores determinantes para o processo de urbanização de Sergipe, suas transformações espaciais e as políticas urbanas recentes, o presente capítulo está dividido em três seções. Na primeira seção faz-se um breve resgate histórico do processo de formação da economia urbana de Sergipe, buscando ressaltar a importância e a primazia que Aracaju vai assumindo no cenário urbano-regional sergipano, bem como os fatores determinantes dessa hegemonia. Na seção dois são analisados os impactos que a industrialização trouxe para o Estado, destacando-se a forte atuação do poder público na construção da urbanização de Sergipe, bem como os impactos sobre o mercado de trabalho estadual e os movimentos migratórios ao longo das décadas de 1970 a 2000. Por fim, à luz das “novas” políticas de desenvolvimento urbano, baseadas na idéia de “empresariamento” urbano, “cidade-mercadoria” ou “cidade-sustentável”, apresentamos algumas ações do poder público, na execução de obras de infra-estrutura e construção de empreendimentos imobiliários que ilustram o crescimento e adoção de um “pensamento único” ditado não apenas pelas necessidades da população, mas também pela conjuntura internacional.

4.1 O desenvolvimento das atividades urbanas em Sergipe – a determinação de hierarquias

Apesar da ocupação do território sergipano ter ocorrido no final do século XVI, a efetiva formação de cidades e vilas foi se processando somente a partir do final do século XVIII, em resposta ao próprio desempenho econômico da região e às suas possibilidades produtivas, período que coincidiu com a retomada do crescimento do setor açucareiro brasileiro.

Essa relativa expansão econômica propiciou o surgimento de algumas povoações no território e o estabelecimento de casas comerciais na própria Província. Assim, o quadro urbano de Sergipe, em 1800, era: uma cidade, São Cristóvão – a capital; sete vilas⁷⁶ – Santa Luzia, Thomar, Propriá, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro e Vila Nova (atual Neópolis); quatro povoações – Laranjeiras, Pacatuba, Japaratuba e São Pedro; e uma população estimada de 55.600 habitantes, sendo 13.217 brancos, 20.849 pardos, 1.641 índios e 19.893 pretos (FONTES, 1974).

Embora nos séculos coloniais não fossem numerosas as funções urbanas, a função político-administrativa representava quase sempre um papel de destaque na vida, no grau de importância e no destino dos aglomerados urbanos. No entanto, duas outras funções tinham importância bem maior: a função comercial e a função religiosa, dado que os aglomerados urbanos eram, antes de tudo, o lugar onde se faziam as compras indispensáveis ao bem-estar dos habitantes, onde se realizavam os negócios e onde as famílias se reuniam para manifestar o espírito cristão português (AZEVEDO, 1956).

As vilas florescentes do século XIX foram aquelas que se transformaram em centros comerciais ativos – Estância, Maruim, Laranjeiras e Propriá – adquirindo ares de cidade propriamente dita. São Cristóvão, sede do Poder Público, não era a maior concentração urbana da Capitania e não exercia o controle administrativo das vilas, que ficava sob responsabilidade das forças rurais (ALMEIDA, 1984).

No início do século XX, Sergipe possuía doze cidades, vinte e cinco vilas e o crescimento das feições urbanas. Por mais simples que fosse a organização socioeconômica das cidades sergipanas, alguns aspectos diferenciavam-nas da vida rural: comércio, indústrias rudimentares e alguns poucos serviços. Ademais, os anos de 1900

⁷⁶ Das sete vilas, quatro estavam localizadas na Zona da Mata, que acolhia a maior parte da população urbana (62%) e três estavam situadas no agreste (ALMEIDA, 1984).

trouxeram uma significativa mudança na conformação urbano-regional de Sergipe: a hegemonia adquirida por Aracaju (FONTES, 1974).

Aracaju surgiu, desde o início da sua fundação, como uma cidade planejada. O poder público atuou de forma direta na construção da cidade, elaborando o plano diretor, concedendo aforamentos de terrenos de marinha aos funcionários públicos e adiantamentos financeiros para construção de casas. A cidade nascia com projetos de disciplinamento urbano, com ruas em linhas e ângulos retos e praças ajardinadas que, embora ainda fosse um centro urbano pobre, sem serviço de água, esgotos ou bondes, constituía-se a única verdadeira cidade de Sergipe quase independente do campo⁷⁷ (RIBEIRO, 1989).

Até o final do século XIX, contudo, a importância de Aracaju permaneceu ligada à sua *hinterland* mais direta, constituída da zona do Cotinguiba, principal área produtora de açúcar. A baixa influência de Aracaju sobre as demais regiões do estado estava relacionada à existência de cidades que, além da função portuária, exerciam importante função comercial e de serviços para as áreas mais próximas.

Os principais centros comerciais, com portos regionais, que rivalizavam diretamente com Aracaju eram: ao norte, ao longo do Rio São Francisco, a cidade alagoana de Penedo, que atingia elevados volumes de exportação de algodão e cujo raio de influência ultrapassava seus limites estaduais, chegando às cidades ribeirinhas sergipanas banhadas pelo São Francisco; e ao sul, a cidade de Estância, que mantinha relações diretas com o exterior, para onde enviava o algodão e o açúcar que recebia do interior e de onde se abastecia das mercadorias que redistribuía (CORRÊA, 1965).

Aracaju, aos poucos, foi expandindo sua área de influência através do desenvolvimento das funções político-administrativas e portuárias, como também, criando novas funções, quais sejam, a industrial e a de novos serviços, adquirindo centralidade no contexto sergipano.

O porto de Aracaju contribuiu para promover a redução do papel de intermediação da Praça de Salvador no comércio externo do estado, reorientando as exportações sergipanas para o mercado nacional e ampliando as importações diretas. Em função disto, as casas comerciais locais mais importantes promoveram uma diversificação das suas

⁷⁷ Nascida para dotar a Capitania de um centro administrativo integrado à sua região mais próspera, a do Cotinguiba, Aracaju deveria desempenhar um novo papel comercial e marítimo, levando Sergipe ao circuito das relações internacionais e rompendo com a dependência do centro comercial da Bahia (ALMEIDA, 1984). Além disso, a criação de Aracaju atendia a interesses econômicos e políticos. De um lado, procurava suprir os desejos dos produtores de açúcar da zona do Cotinguiba em construir um porto capaz de exportar o volume de açúcar produzido anualmente. De outro, com a mudança da capital, buscava exercer forte controle sobre as diversas regiões econômicas da Capitania (RIBEIRO, 1989).

atividades, executando também serviços financeiros, de seguro, transporte etc., culminando com a implantação de alguns segmentos industriais, especialmente o têxtil (PASSOS SUBRINHO, 2001).

O surgimento de estabelecimentos verdadeiramente fabris vinculados aos mercados urbanos requereu a existência de requisitos mínimos necessários para o funcionamento das indústrias nascentes, tais como, meios de transporte, comercialização, capitais, suprimentos de bens de capital, matérias-primas, força de trabalho, etc. (PASSOS SUBRINHO, 2001). Assim, uma série de obras públicas e beneficiamentos urbanísticos promoveu um acelerado ritmo de crescimento da cidade: implantação dos serviços de água encanada (1908), energia elétrica (1913), esgotos (1914), rede telefônica (1919), bonde a tração animal (1908), construção de diversas escolas, edifícios públicos, casa de espetáculos, bancos, dentre outros, permitindo uma maior extensão do perímetro urbano construído (RIBEIRO, 1989).

Quando sobreveio a crise de 1929 e se desencadeou o processo de industrialização no país não se observou uma modificação na estrutura produtiva da economia sergipana, uma vez que as suas principais atividades – produção açucareira e têxtil – já estavam voltadas para o mercado interno. Contudo, o processo de articulação comercial, resultado da diversificação da atividade produtiva e da implantação de um sistema de transporte e comunicação que possibilitou o desenvolvimento do mercado nacional, explicitou o aumento da competição inter-regional, impactando diretamente na indústria têxtil local, pelas características de baixa produtividade, estrutura pouco diversificada, débeis relações capitalistas de produção e reduzida atualização tecnológica (NASCIMENTO, 1994).

Por outro lado, o desenvolvimento do sistema de transportes permitiu um maior controle por parte de Aracaju sobre as cidades próximas. Desde 1914, com a implantação do sistema ferroviário, Aracaju passou a ser o centro de dispersão de duas ferrovias, uma para o norte e outra para o sul. Na direção norte do estado, a ferrovia possibilitou que Aracaju alargasse sua zona de influência, desde a Zona da Mata canavieira até o Baixo São Francisco, absorvendo as cidades sergipanas que outrora dependiam comercialmente de Penedo. Já para o sul, pelo menos no início, a ferrovia não apresentou os efeitos esperados, chegando a diminuir as poucas relações existentes entre as cidades e a sua capital, acentuando os laços com Salvador (DINIZ, 1970).

Somente com a expansão das vias de comunicação rodoviária, Aracaju expandiria seu domínio sobre as diversas áreas de Sergipe. Todas as linhas tronco irradiavam-se da capital fazendo a ligação com os espaços interioranos e com os grandes centros do

Nordeste. Assim, a melhoria das ligações terrestres entre Aracaju e o restante do estado, o desenvolvimento do seu comércio e o obsoletismo das condições portuárias de Estância possibilitaram uma atuação crescente da capital sergipana na parte sul do estado, que foi gradativamente sendo anexada à região de influência de Aracaju (RIBEIRO, 1989).

Em função das novas ligações rodoviárias, algumas cidades do interior passaram a ter maior importância no conjunto urbano de Sergipe, funcionando como pontos de ligação entre a capital e os centros locais. A cidade crescia, agora, não mais em função do porto, mas em consequência das rodovias recém construídas (MACHADO, 1990).

Como forma de determinar a hierarquia exercida por Aracaju ante as diferentes partes de sua *hinterland*, Corrêa (1965) identificou quatro áreas de sua influência, além da região do Cotinguiba – área de influência imediata de Aracaju –, que exerciam a função de centros intermediários (ou centros de zonas) e vinculavam-se diretamente à capital, buscando estender sua atuação para municípios menores⁷⁸: a área de influência de **Itabaiana**, na região semi-árida, que tinha como principais atividades a pecuária extensiva e a agricultura, considerada o “celeiro” sergipano; a área de influência de **Propriá**, localizada no Baixo São Francisco, constituía-se num elo entre a *hinterland* de Aracaju e a de Maceió; a área de influência de **Estância**, localizada no sul do Estado, despontava para o aparecimento de pequenas indústrias; a área de influência de **Lagarto**, que cultivava produtos agrícolas para o mercado e desenvolvia a pecuária extensiva.

No entanto, não se deve esquecer que o estabelecimento de hierarquia de cidades apresenta modificações ao longo do tempo. Assim, entre 1940 e 1980, Estância, no sul do Estado, sofreu redução acentuada da taxa de crescimento, mas conseguiu se manter como a cidade que abrigava a segunda maior população urbana de Sergipe. Já Propriá, ao norte, apresentou um irremediável declínio, inclusive passando da 3ª posição, em 1940, para a 5ª em 1980. Itabaiana e Lagarto, no agreste sergipano, apresentaram taxas elevadas de crescimento demográfico, mas enquanto em Itabaiana o incremento populacional ocorreu entre 1940-1960, em Lagarto esta expansão se deu entre 1960-1980 (**Tabela 4.1**). Nesse processo de alteração hierárquica, quatro das dez cidades que abrigavam as maiores populações urbanas do estado (Neópolis, Maruim, Cedro de São João e Laranjeiras) desapareceram no período compreendido entre 1940 e 1980. Por outro lado, despontaram

⁷⁸ Para a determinação da hierarquia que ora apresentamos, Corrêa (1965) utilizou como critérios: o abastecimento do comércio varejista e atacadista de cada centro; a distribuição de mercadorias por parte do comércio; o número de lojas varejistas e atacadistas; existência de lojas filiais e localização das matrizes; procedência de doentes e alunos de escolas secundárias; número de bancos; número e gênero de indústrias; frequência semanal de linhas de ônibus conforme os itinerários.

as cidades de Lagarto, Simão Dias, Tobias Barreto e Boquim. A partir dos anos 1980, uma nova configuração hierárquica iria se estabelecer, com a criação da Grande Aracaju e, posteriormente, com a Região Metropolitana de Aracaju.

Tabela 4.1
SERGIPE, ARACAJU, CENTROS DE ZONA
População Urbana, Participação no Estado e Taxa de Crescimento Anual
1940-1980

Estado/ Centros de Zona	População Urbana										Taxa Crescimento			
	1940	% SE	1950	% SE	1960	% SE	1970	% SE	1980	% SE	1940- 1950	1950- 1960	1960- 1970	1970- 1980
SERGIPE	166.241	100	204.984	100	295.929	100	415.360	100	617.851	100	2,1	3,7	3,4	4,1
- Aracaju	50.306	30,3	67.539	32,9	112.516	38,0	179.276	43,2	287.934	46,6	3,0	5,2	4,8	4,9
- Estância	10.324	6,2	14.051	6,9	16.106	5,4	20.259	4,9	28.201	4,6	3,1	1,4	2,3	3,4
- Propriá	10.314	6,2	12.654	6,2	15.947	5,4	18.356	4,4	18.991	3,1	2,1	2,3	1,4	0,3
- Itabaiana	4.422	2,7	5.746	2,8	11.050	3,7	16.433	4,0	26.317	4,3	2,7	6,8	4,0	4,8
- Lagarto	3.328	2,0	4.711	2,3	7.092	2,4	12.609	3,0	19.328	3,1	3,5	4,2	5,9	4,4

Fonte: Diniz (1987), IBGE Censos Demográficos 1970, 1980

A existência dos centros intermediários, no entanto, não implicou na criação e/ou adensamento de uma rede urbana⁷⁹ em Sergipe, pois as relações entre esses centros e as cidades vizinhas eram frágeis e não havia uma especialização das funções das cidades (ou uma divisão territorial do trabalho). Na realidade, já havia uma grande dominância da capital, em que a frequência e volume de relações entre todas as cidades e Aracaju era maior do que com os centros interioranos (DINIZ, 1987). Esse fato, segundo França (1999), decorria da exigüidade do território sergipano⁸⁰ e de uma malha radial que priorizou as ligações com a capital. Tornava-se mais fácil manter relações diretas com Aracaju, que já oferecia uma série de serviços especializados, do que com as cidades intermediárias.

A primazia de Aracaju passou a atrair uma corrente de migrantes, intensificada em função da crise agrária que expulsou massas humanas do campo. Com o declínio das atividades açucareiras e algodozeiras, a pecuária passou a ganhar dinamismo, ocupando inclusive áreas tradicionalmente voltadas à lavoura. A expansão da atividade criatória estimulou um amplo processo de migração rural-urbana, seja das famílias dos

⁷⁹ Segundo Corrêa (1988) rede urbana é o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, reflexo da e condição para a divisão territorial do trabalho.

⁸⁰ As cidades mais afastadas de Aracaju não ultrapassam os 186 km de distância, podendo ser vencidos no período de uma a duas horas de viagem.

latifundiários que buscavam na capital uma melhor formação para os filhos e outras atrações da vida urbana, seja pela massa da população pobre que, expropriada do campo, se deslocava para Aracaju em busca da sobrevivência (RIBEIRO, 1989).

Aracaju que, em 1920, absorveu 7,8% da população do Estado, em 1940 passou a concentrar 10,8% dela, atingindo em 1960 o percentual de 15,2% e ultrapassando os 25% em 1980. Nessa década, Aracaju ainda reunia 33,9% dos estabelecimentos comerciais, 44,7% dos empregados do comércio, 50,3% dos empregados da indústria e 52,8% do valor da produção industrial, demonstrando a sua superioridade no conjunto urbano-regional de Sergipe, conforme pode ser observado na **Tabela 4.2**.

Tabela 4.2
ARACAJU
População, Comércio e Indústria - 1940-1980

Ano	População Total do Município		Estabelecimentos Comerciais		Empregados no Comércio		Operários		% Valor Produção Industrial/ SE
	Habit.	% SE	Nº	% SE	Nº	% SE	Nº	% SE	
1940	59.031	10,8	446	23,4	879	41,0	2.479	18,1	26,5
1950	78.364	12,5	701	19,5	1.423	25,4	3.265	22,3	26,5
1960	114.162	15,2	1.017	17,5	1.918	20,7	2.901	19,2	32,7
1970	186.833	20,7	2.010	25,7	5.821	39,0	4.097	36,6	59,0
1980	293.131	25,7	3.020	33,9	10.379	44,7	6.318	50,3	52,8

Fonte: Diniz (1987, p. 77)

Dados esses fatores, na segunda metade do século XX Aracaju não somente passou a exercer forte influência sobre os municípios sergipanos, como também pôde extravasar sua atuação para alguns municípios limítrofes de Alagoas e Bahia, assegurando a posição de centro administrativo, político e econômico de Sergipe (CORRÊA, 1965).

A partir de 1960, uma nova configuração socioeconômica seria gestada na economia sergipana, com o processo de integração produtiva da economia brasileira, apresentando contornos mais nítidos na década de 1970, conforme será apresentado seção seguinte.

4.2 Os impactos da industrialização no desenvolvimento urbano de Sergipe

Apesar das modificações do cenário urbano de Aracaju, até a década de 1960, a economia sergipana apresentou as mesmas características da sua formação originária, muito próxima da conformação estrutural do complexo econômico nordestino, baseada na

agroindústria açucareira, na pecuária extensiva e no segmento têxtil-algodoeiro (NASCIMENTO, 2001).

Desta forma, até 1960 a urbanização de Sergipe desenvolveu-se a partir de atividades nitidamente terciárias, sem uma participação crescente (ou importante) do setor industrial, apresentando uma tendência à hipertrofia e à proliferação de serviços públicos, dada a necessidade de geração de emprego e renda (LOUREIRO, 1983).

Com o desenvolvimento das atividades da Petrobrás no Estado, em 1963, o setor industrial passou a ganhar dinamismo, induzindo diversos outros setores econômicos através da expansão do movimento comercial, da contratação de serviços técnicos especializados, do estímulo à instalação de diversas empresas prestadoras de serviços e, principalmente, induzindo o crescimento do setor imobiliário (BARRETO, 2003).

Entretanto, o crescimento urbano de Sergipe, capitaneado pela industrialização, ocorreu de forma acelerada na década de 1970, com a transferência da sede administrativa da Petrobrás, a Região de Produção do Nordeste, de Maceió para Aracaju, bem como a transferência de um elevado contingente de técnicos e especialistas de petróleo, cujos salários superavam a média estadual, criando condicionantes para a formação de uma nova classe média sergipana (LOUREIRO, 1983).

Diante da magnitude das reservas de petróleo do estado, além da transferência do escritório da Petrobrás de Alagoas para Sergipe, conforme apresentado no Capítulo II, a construção do Tecarmo, em Aracaju, e a implantação da Petromisa e da Nitrofertil, tiveram impactos diretos na geração de emprego e renda no estado, dado o volume de recursos investidos.

Em consonância com a política de industrialização que se desenvolvia no âmbito nacional e regional, o governo de Sergipe projetou uma série de políticas públicas que, juntamente com uma reestruturação urbana, visava dar suporte às atividades econômicas do estado. Uma das primeiras medidas foi a implantação do Distrito Industrial de Aracaju (DIA), com a realização de investimentos diretos em infra-estrutura e a melhoria do sistema viário, que resultou num incremento no número de indústrias e pessoal ocupado na cidade (RIBEIRO, 1989).

Não se deve esquecer que na década de sessenta, ainda, o governo federal criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), e o estadual, a Companhia Nacional de Habitação Popular (COHAB-SE), iniciando a construção de conjuntos habitacionais que visavam

suprir a crescente demanda por habitação, decorrente do crescimento econômico e do aumento dos fluxos migratórios para a capital⁸¹ (FRANÇA, 1999).

A construção dos assentamentos populares impulsionou a indústria de construção civil do estado, que além de ser beneficiada pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), na execução da Política Habitacional e na implementação de obras públicas promovidas pelos governos federal e estadual, contou com a instalação de uma fábrica de cimento em Aracaju, que reduziu significativamente os custos da produção dos empreendimentos imobiliários⁸².

O crescimento do setor industrial, localizado basicamente em Aracaju e adjacências, desencadeou um forte efeito expectativa para a população interiorana, aumentando o fluxo migratório para a capital.

A migração foi tão intensa que em 1970 o contingente populacional de Aracaju, proveniente de outros municípios e estados, foi de 66.930 pessoas, o que equivalia a 36,4% da população total do município (RIBEIRO, 1989). Deste modo, observa-se que a intensificação das correntes migratórias e a dinâmica industrial foram fatores que se combinaram para acelerar a urbanização de forma concentrada (COELHO, 1992).

Com base nesses elementos, pode-se dizer que a década de 1960 marcou o início de uma nova fase da evolução urbana de Sergipe, que se consolidou nos anos 1970 quando a Aracaju atingiu o nível de cidade média brasileira. Assim, se na década de 1960 a paisagem urbana de Aracaju ainda era marcada pela horizontalidade, sendo raros os edifícios altos, superiores a cinco pavimentos, a partir dos anos 1970, as feições urbanas de Sergipe⁸³ ganharam novos contornos, com progressivo aumento da verticalidade e valorização intensa do uso do solo, definindo a sua estratificação sócio-espacial.

A aquisição de glebas para a construção de conjuntos habitacionais, por parte da COHAB/SE, foi um dos primeiros passos para a valorização do solo urbano, pois ao adotar como parâmetro a construção das moradias em locais distantes da malha urbana consolidada, exigiu a ampliação da infra-estrutura (água, energia, transporte, etc.), valorizando ainda mais os espaços vazios localizados entre a malha e as novas áreas ocupadas (FRANÇA, 1999).

⁸¹ Para uma análise mais detalhada acerca das intenções e resultados da política habitacional ver Azevedo e Andrade (1982), Bolaffi (1979), Valadares (1980). No caso sergipano, ver França (1999).

⁸² Segundo Duarte (1971), um fator importante pesou na localização da fábrica em Aracaju: a existência de grandes jazidas de calcário de excelente qualidade nas proximidades deste município.

⁸³ Considera-se aqui, assim como Loureiro (1983), que desde a década de 1970 referir-se ao urbano em Sergipe era quase o mesmo que se referir a Aracaju, dado que as dimensões urbanas da maioria das cidades eram pouco representativas.

A população migrante, não conseguindo se enquadrar no espaço urbano da capital, dado o alto preço dos imóveis, aluguéis e terrenos, foi “expulsa” para a periferia da cidade, fixando residência nos municípios limítrofes e/ou nos conjuntos habitacionais próximos, em áreas que por sua distância e carência dos equipamentos e serviços urbanos tiveram valorização relativamente menor e, portanto, onde o custo monetário da habitação era mais baixo (MACHADO, 1990).

Ao mesmo tempo em que se alastrava a mancha urbana da capital, ultrapassando seus limites municipais, áreas subutilizadas e rarefeitas eram resguardadas no interior do próprio tecido urbano, especulativamente (LOUREIRO, 1983). Esse processo demonstrava o interesse do capital mercantil-imobiliário, que passava a comandar o processo de ocupação e uso do solo, capturando o Estado e privilegiando pequeno segmento da população, e não a camada majoritária de baixa renda.

Desse modo, enquanto o crescimento econômico se manteve acelerado houve a criação de uma nova classe média urbana, embora grandes contingentes populacionais fossem mantidos sem acesso a direitos sociais e civis básicos. Quando sobreveio a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, na década de 1980, em que as taxas de crescimento demográfico foram superiores às do PIB, ampliaram-se as desigualdades sociais, expressas no aumento da pobreza urbana (MARICATO, 2001).

Com isso, observou-se um crescimento vertiginoso das áreas contíguas a Aracaju, onde o mercado especulativo ainda não havia alterado incisivamente o valor do solo, formando, inicialmente, uma aglomeração urbana e gerando um processo de “periferização” da população (FRANÇA, 1999).

Esta periferização dos assentamentos humanos e industriais, bem como a especulação imobiliária, imprimiram importantes modificações no processo de urbanização, fazendo surgir a conurbação e as cidades-dormitório (CANO, 1988). À medida que se intensificaram os movimentos pendulares⁸⁴ e foi ganhando expressão o processo de conurbação, buscando ordenar a ocupação e uso do solo, o governo do estado criou a Região da Grande Aracaju (RGA), dada a interação da capital com os municípios do seu entorno, considerada área de interesse especial e alvo de programas e projetos nas áreas de esporte e lazer, transporte urbano e no controle do parcelamento e uso do solo.

⁸⁴ Em Aracaju reside um grande número de famílias cujos chefes trabalham em atividades industriais em outros municípios como Laranjeiras (Votorantim e Nitrofétil), N. Sra. Socorro (Santista Têxtil, João Santos), Carmópolis, Rosário do Catete, Siriri, Japarutuba (Petrobrás e Companhia Vale do Rio Doce), apresentando movimentos pendulares ao inverso (FRANÇA, 1999).

Inicialmente, a RGA era constituída pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Maruim. Posteriormente, por decisão política, foram incorporados os municípios de Riachuelo e Itaporanga d'Ajuda, como forma de inseri-los nas linhas de transportes suburbanos, uma vez que os mesmos não preenchiam os requisitos exigidos para a participação na referida Região (FRANÇA, 1999).

Na segunda metade da década de 1990, a Região da Grande Aracaju seria redefinida pelo Governo do Estado, que criaria a Região Metropolitana de Aracaju (RMA), através de Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995, composta pelos municípios de Aracaju, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro.

Deve-se ressaltar, porém, que a criação da RMA provém de uma decisão do Executivo Estadual, aprovado pela Assembléia Legislativa, mas que ainda não figura enquanto convenção na literatura especializada, embora alguns estudos, como o da Professora Vera França (1999) – Aracaju: Estado e Metropolização –, já tratem do processo ora em curso no Estado de Sergipe.

Ressalta-se, ainda, que estudo elaborado pelo IBGE, IPEA e UNICAMP – Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil – publicado em 2002, considera que no Nordeste, as aglomerações urbanas metropolitanas seriam compostas pelas cidades de Salvador, Recife e Fortaleza, bem como as suas respectivas áreas adjacentes.

Segundo o referido estudo, Aracaju seria considerada uma aglomeração urbana não-metropolitana, composta pelos municípios de Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Maruim, Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas, ou seja, tal classificação coincide com a determinação da RGA, e não com a RMA.

Para efeitos desse trabalho, no entanto, utilizaremos a classificação “legal” de que existe uma Região Metropolitana em Aracaju, uma vez que grande parte do processo de urbanização do Estado foi capitaneado pelo poder público e este tem tratado a referida Região como área de interesse especial, com dotação de recursos orçamentários para a execução de atividades de interesse comum nos referidos municípios, como pode ser observado no Art. 2º, § 2, da Lei Complementar nº 25, que criou a RMA. Segundo o artigo, *“para o planejamento e a execução das ações públicas de interesse comum (...) serão destinados recursos financeiros específicos, previstos nos orçamentos dos Municípios que a integram”* (SERGIPE, 1995).

Pode-se dizer, assim, que a criação da RMA produziu uma nova dinâmica no desenvolvimento urbano de Sergipe (ou estabeleceu uma nova hierarquia de cidades).

Semelhante ao processo de metropolização verificado em outros municípios brasileiros, não foi mais a cidade central que apresentou as maiores taxas de crescimento, mas suas áreas periféricas (**Tabela 4.3**). Assim, se nas décadas de 1960 e 1970 Aracaju era o município que apresentava a maior taxa de crescimento anual (4,7% e 4,8%, respectivamente), o dobro da média estadual e nordestina, nas décadas seguintes verificou-se uma inflexão no crescimento de Aracaju e um aumento explosivo da população dos municípios contíguos à capital, com destaque para Nossa Senhora do Socorro que entre 1980 e 1991 apresentou crescimento anual da ordem de 15,6%.

Tabela 4.3
NORDESTE, SERGIPE, RMA
População Residente e Taxa de Crescimento Anual
1960-2000

Região – Estado – Municípios	População Total					Taxa Crescimento Anual			
	1960	1970	1980	1991	2000	1960- 1970	1970- 1980	1980- 1991	1991- 2000
Nordeste	22.466.549	28.111.551	34.815.439	42.497.540	47.741.711	2,3	2,2	1,8	1,3
SERGIPE	760.273	900.679	1.140.379	1.491.876	1.784.475	1,7	2,4	2,5	2,0
RMA	148.422	218.993	338.910	530.200	675.667	4,0	4,5	4,2	2,7
Aracaju	115.713	183.670	293.119	402.341	461.534	4,7	4,8	2,9	1,5
Barra dos Coqueiros	4.577	5.568	7.952	12.727	17.807	2,0	3,6	4,4	3,8
N. Sra. do Socorro	7.800	9.346	13.710	67.574	131.679	1,8	3,9	15,6	7,7
São Cristóvão	20332	20.409	24.129	47.558	64.647	0,0	1,7	6,4	3,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.

Em 2005, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, a população nordestina equivalia a 51.065.275 pessoas, o que significou um crescimento anual médio de 1,4% em relação a 2000. No caso sergipano, a população total, em 2005, era de 1.970.371 pessoas, o que representou um crescimento médio de 2% ao ano, ou seja, o crescimento populacional de Sergipe mostrou-se, mais uma vez, maior que o crescimento da região Nordeste como um todo.

A atuação do Governo no processo de urbanização de Sergipe seria estendida a várias atividades. Além da construção dos conjuntos habitacionais, outras ações do Estado contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento da metropolização (e periferação) de Aracaju. Em Nossa Senhora do Socorro, a tentativa de criar uma Zona de Processamento para Exportação (ZPE), como forma de incrementar as atividades industriais do Estado e a

instalação do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, que visava aumentar o parque produtor de Sergipe, desconcentrar as atividades industriais de Aracaju e abrigar o contingente populacional que migrava do interior para a capital; na Barra dos Coqueiros, a construção do Terminal Portuário Marítimo e a tentativa de implantação de um Pólo Cloroquímico; em São Cristóvão, a instalação do Campus Universitário (FRANÇA, 1999).

No entanto, houve um grande descompasso entre o planejado e o realizado. Como as estratégias desenvolvidas pelo governo estavam relacionadas à participação efetiva de capitais públicos através de financiamentos internacionais, com a crise fiscal e financeira da economia brasileira nos anos 1980, e a condução da política econômica dos anos 1990, de abertura comercial rápida e intensa, priorização à integração competitiva e realização de reformas profundas na ação do Estado, não se observou o crescimento de setores produtivos que pudessem contrabalançar (ou absorver) o crescimento populacional e a ampliação do espaço urbano.

De forma contrária, verificou-se o crescimento de problemas sociais de toda ordem: deficiência habitacional, de saneamento e transporte, desemprego, criminalidade, desorganização do espaço urbano, grande massa marginalizada, vulnerabilidade social e ambiental, com perda de qualidade do padrão de vida, conformando o que Cano (1988) denominou de “urbanização caótica”.

4.2.1. Emprego e Renda em Sergipe

A preocupação inicial em desenvolver políticas econômicas que visassem reduzir as disparidades de renda e aumentar o nível de emprego da região Nordeste data da elaboração do relatório do GTDN, a partir da segunda metade da década de 1950.

Segundo aquele documento, a industrialização (ou a indústria regional) teria um papel fundamental na criação de empregos produtivos e na absorção do enorme contingente da população desempregada e subempregada que já existia, à época, na região. O Grupo de Trabalho sugeria também medidas vinculadas à atividade rural, no sentido de absorver a força de trabalho do campo, sobretudo aquela vinculada ao semi-árido, que deveria passar por grandes transformações, dada sua vulnerabilidade aos fenômenos climáticos, bem como, ampliar a ocupação das áreas úmidas da região, especialmente no Maranhão⁸⁵.

⁸⁵ Vale lembrar que o GTDN sugeria quatro linhas básicas para a superação do subdesenvolvimento nordestino: a constituição de um centro autônomo de produção manufatureira; a transformação da economia

Contudo, ressalta Guimarães Neto (1984, p. 538), “*embora complementar, o conjunto de ações na economia agrícola limitava-se à mão-de-obra, deixando para o ‘centro autônomo de produção manufatureira’, que deveria ser implementado, a exclusiva responsabilidade no encaminhamento de solução para a desocupação urbana*”,

Ainda segundo este autor, os desdobramentos das ações que deveriam ser implantadas estariam contidos nos Planos Diretores da SUDENE. Entretanto, nos dois primeiros Planos a questão do emprego não foi tratada da forma com que havia sido pensada inicialmente. No III Plano houve o esboço de uma proposta de articulação do emprego que contemplasse a dimensão econômica da demanda de mão-de-obra, a dimensão educacional e a institucional, vinculadas à organização do mercado de trabalho regional. O IV Plano Diretor, embora retomasse questões dos Planos anteriores, trouxe novidades no que diz respeito à questão do emprego e da industrialização, propondo a priorização aos segmentos intensivos em mão-de-obra.

Porém, todo o processo de articulação comercial e, posteriormente, integração produtiva da economia brasileira exigiu do Nordeste uma ampla modernização e reequipamento das suas indústrias, resultando na eliminação de vários postos de trabalho no início do processo, contrariando a idéia de geração de novos empregos na dimensão esperada, não obstante novas oportunidades de trabalho tenham sido criadas, posteriormente.

Vale ressaltar que “*o desemprego e o subemprego estrutural e a heterogeneidade do mercado de trabalho, no qual o emprego ‘informal’ tem especial relevância, estão presentes no sistema econômico nordestino, independente da conjuntura (...) e das secas*” (GUIMARÃES NETO, 1984, p. 540).

A economia sergipana, dentro da dinâmica geral da economia nordestina, apresentou as mesmas características de eliminação de postos de trabalho com a integração da economia nacional, bem como a criação de novas formas de emprego e renda, além do problema estrutural inerente às suas especificidades de formação econômica.

Essa assertiva pode ser comprovada quando se verifica o número total de trabalhadores empregados na indústria sergipana, através dos dados do Censo Industrial, do IBGE, para o ano de 1960 (14.286 empregados), portanto, antes das políticas de desenvolvimento industrial do Governo Federal e em 1970 (11.031 trabalhadores), quando

do semi-árido; a ampliação da fronteira agrícola; e a transformação (ou ocupação) dos vales úmidos (GTDN, 1997).

já haviam sido implementadas algumas das políticas de desenvolvimento regional, bem como, já se verificava a total integração do mercado nacional.

Como ressalta Guimarães Neto (1984), a década de 1960 caracterizou-se não só por um período de “ajustamento” da economia regional, sobretudo urbana, em face da ampliação e modernização da infra-estrutura e serviços de transportes, como também, pelo fato de que somente nessa década começaram a ser implementados um conjunto significativo de projetos industriais, dos quais alguns só entrariam plenamente em operação na década seguinte.

O que se percebeu, em Sergipe, foi que as indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-durável, com exceção dos ramos de perfumaria, sabão e velas e editorial e gráfica, apresentaram redução do número de trabalhadores, totalizando um decréscimo de 34% no número de empregados deste setor, durante a década. Essa perda de participação deveu-se ao processo de reestruturação e reequipamentos das diversas indústrias, sobretudo a têxtil, que reduziu em 39% o número de empregados de uma década para outra. Por outro lado, os setores de bens intermediários e bens de consumo durável e de capital apresentaram aumento no número de trabalhadores, da ordem de 31% e 164%, respectivamente. No entanto, como o setor de bens não-duráveis além de ser intensivo em mão-de-obra predominava na estrutura produtiva sergipana, entre 1960 e 1970, houve redução de 22,8% no número de postos de trabalho, o que correspondia a uma redução de 2,6% ao ano no número de trabalhadores empregados na indústria sergipana (ver **Tabela 4.4**).

Tabela 4.4
SERGIPE
Pessoal Ocupado no Setor Industrial
1960 - 1985

Gêneros	1960	1970	1975	1980	1985
Indústria Extrativa	580	453	601	225	1.303
Indústria de Transformação	13.706	10.578	13.780	20.912	24.216
- Bens de Consumo Não-Durável	11.477	7.548	8.960	11.951	14.770
- Bens Intermediários	2.141	2.798	3.912	7.963	7.860
- Bens de Consumo Durável e de Capital	88	232	908	998	1.586
Total	14.286	11.031	14.381	21.137	25.519

Fonte: IBGE - Censo Industrial – 1960, 1970, 1975, 1980, 1985

Pelo menos duas razões poderiam explicar tal fato: a primeira, conforme apresentado anteriormente, estava associada aos programas de modernização da indústria tradicional, do qual resultou uma redução significativa do emprego, sobretudo no gênero têxtil, ramo que concentrou grande parte do esforço de modernização da indústria regional;

a segunda razão diz respeito ao fato de que nem todos os ramos da indústria tradicional resistiram à competição inter e intra-regional, a partir de novos empreendimentos incentivados, que incidiu principalmente sobre a indústria tradicional de pequeno porte.

O que se observou, na verdade, tanto na economia sergipana quanto nordestina foi a introdução de novos processos de trabalho, dada a alteração da estrutura produtiva regional, que implicou, de um lado, na redução da demanda de mão-de-obra em determinados subsetores da indústria e, de outro, na sua expansão como decorrência dos investimentos em atividades industriais anteriormente inexistentes (SOUZA, 1986).

Não obstante o grande peso que o setor de bens de consumo não-duráveis tinha na ocupação no setor industrial sergipano, a contribuição maior na criação de novos postos de trabalho entre 1960 e 1985 deveu-se à indústria de bens intermediários. Em termos absolutos, o setor de bens de consumo não-durável apresentou um acréscimo de 3.296 novos postos de trabalho, contra quase o dobro no setor de bens intermediários (6.442 empregados), incluindo indústria extrativa, e 1.498 pessoas no setor de bens de consumo durável e de capital, segundo dados do Censo Industrial. Os dois segmentos restantes – o de bens intermediários e o de bens duráveis e de capital – nos quais os esforços desenvolvidos se voltaram mais para a implantação de novas unidades produtivas do que para a modernização e/ou alteração nos processos de trabalho, apresentaram taxas elevadas de crescimento do emprego.

Se se utiliza informações dos Censos Demográficos de Sergipe e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para analisar a estrutura do mercado de trabalho estadual, durante o período de 1970 a 2005, observa-se que a População Economicamente Ativa (PEA), composta pelo conjunto das Pessoas Ocupadas e Desocupadas, apresentou crescimento anual médio de 4,2% entre 1970 e 1985. A População Ocupada, também cresceu a 4,2% ao ano, ao passo que a população Desocupada apresentou crescimento superior à média da PEA, com 5,1% ao ano. Durante este período, a População Desocupada representava pouco mais de 3%, em 1980, ficando abaixo de 2,5% em 1970 e 1985 (**Tabela 4.5**).

Tabela 4.5
SERGIPE
População Economicamente Ativa
1970 - 2005

Setores	1970	%	1980	%	1985	%	1991	%	2000	%	2005	%
População Ocupada	260.210	98,0	342.536	96,8	483.093	97,7	492.184	92,7	614.548	83,3	898.801	87,3
População Desocupada	5.372	2,0	11.187	3,2	11.276	2,3	38.568	7,3	122.785	16,7	130.807	12,7
Total PEA	265.582	100	353.723	100	494.369	100	530.752	100	737.333	100	1.029.608	100

Fonte: IBGE/Censos Demográficos - 1970, 1980, 1991, 2000; PNAD – 1985, 2005.

A partir de 1985 novos condicionantes marcariam a estrutura do emprego em Sergipe. A crise externa seria enfrentada, por parte do governo federal, com uma política econômica fortemente restritiva que se traduziria, no que diz respeito ao mercado de trabalho, na emergência do “desemprego aberto”⁸⁶ (DEDECCA, 2002). Além da crise fiscal e financeira do Estado Nacional deve-se lembrar que a abertura comercial da década de 1990, a desregulamentação econômica e o processo de reestruturação produtiva, baseado em um novo paradigma tecnológico (a microeletrônica) também promoveriam significativas transformações no mercado de trabalho brasileiro e sergipano.

Entre 1991 e 2005, a PEA sergipana cresceria a 4,8% ao ano, indicando que a força de trabalho que entrava no mercado, a cada ano, era maior que no período anterior. A População Ocupada também apresentaria crescimento levemente superior ao período de 1970 a 1985 (4,4% ao ano), ainda que abaixo da PEA. Todavia, a População Desocupada apresentaria taxas de crescimento bastante elevadas (9,1% ao ano), indicando o crescimento da Taxa de Desemprego, no estado. Este crescimento seria verificado na participação relativa da População Desocupada no mercado de trabalho sergipano, que em 1991 saltou para 7,3%, mais que triplicando sua participação em relação a 1985 (2,3%) e atingiria 16,7% em 2000, reduzindo-se para 12,7% em 2005 (ver **Tabela 4.5**).

No que diz respeito à População Ocupada, ainda que entre 1970 e 1985 a economia sergipana tivesse experimentado um amplo processo de industrialização, com taxas anuais de crescimento superiores a agropecuária e aos serviços, o setor agropecuário seria predominante na geração de emprego e renda para a população local, mesmo que reduzindo sua participação relativa ao longo dos anos (ver **Tabela 4.6.1**).

⁸⁶ Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, o desemprego aberto diz respeito ao número de pessoas de 10 anos ou mais que não tinham trabalho na semana de referência, mas que estavam dispostas a trabalhar, tendo tomado alguma providência neste sentido, no mês de referência.

Tabela 4.6.1
SERGIPE
População Ocupada, por Setores de Atividades
1970 - 1985

Setores	1970	%	1980	%	1985	%
Primário	161.677	62,1	149.794	43,7	204.659	42,4
Secundário	29.873	11,5	61.325	17,9	82.801	17,1
Terciário	68.660	26,4	131.417	38,4	195.633	40,5
Total POC	260.210	100,0	342.536	100,0	483.093	100,0

Fonte: IBGE/Censos Demográficos - 1970, 1980; PNAD - 1985.

A taxa de crescimento da População Ocupada, entre 1970 e 1985, foi de 4,2% ao ano para a economia como um todo. A análise por setor de atividade, no entanto, revelou que a agropecuária cresceu a 1,6% ao ano, muito abaixo do crescimento do setor industrial e de serviços, ainda que em termos absolutos (e mesmo relativos) tivesse concentrado o maior contingente da população empregada. O setor industrial cresceu a 7% ao ano, passando de 29.873 para 82.801 pessoas ocupadas no setor, durante o período ora considerado. Dentre as atividades do setor secundário que absorveram o maior contingente de trabalhadores estão: a indústria de construção, têxtil, produtos alimentares, minerais não-metálicos, mobiliário e petróleo e gás. O setor de serviços acompanharia de perto o crescimento do setor industrial (7,2% ao ano), dada a criação de atividades complementares e/ou correlatas às atividades industriais que se desenvolveram no estado. As atividades do setor terciário que mais absorveram trabalhadores foram: no comércio de mercadorias, as atividades atinentes aos gêneros alimentícios e bebidas, tecidos e artefatos de tecidos, e o comércio ambulante; na prestação de serviços, as confecções sob medida e os serviços domésticos remunerados; no setor de transportes e comunicações, os serviços de transporte rodoviário e de tração e condução animal; nas atividades sociais, o ensino público e as atividades de saneamento, abastecimento e melhoramentos urbanos; além dos serviços administrativos governamentais, legislativo e justiça.

Com o propósito de analisar os efeitos dinâmicos (ou empregos indiretos) que a industrialização promoveu na região Nordeste, Guimarães Neto (1984) observou que a forte vinculação das atividades manufatureiras regionais com os segmentos produtivos das regiões mais industrializadas do país, sobretudo no que diz respeito à aquisição de insumos e equipamentos, não teria o efeito esperado na geração indireta de emprego e renda no Nordeste. O mesmo teria ocorrido na economia sergipana.

Ademais, segundo o autor, o elevado coeficiente de importação, não apenas de insumos e equipamentos, como também de bens de consumo (duráveis e não-duráveis) trouxe “vazamentos” para o desenvolvimento econômico regional, na medida em que não foi capaz de induzir outros setores correlatos da “nova indústria” instalada. Ou seja, não houve, como pensou o GTDN, a constituição de segmentos “germinativos”, capazes de dinamizar a estrutura produtiva regional, estimulando a criação indireta de emprego e renda.

Em Sergipe, apesar de existir uma parcela expressiva do seu território dedicado às atividades do setor primário, contribuindo, assim, para a geração de ocupação e renda para a população local, foram as atividades urbanas (industriais e de serviços) as principais responsáveis não somente pela expansão do produto interno como também pela absorção da força de trabalho estadual (MELO, 1999).

Se até 1970, a agropecuária era a principal atividade econômica sergipana na geração de emprego e renda, a partir desta data o setor industrial, somado ao setor de serviços, apresentaria proeminência no número de empregos gerados para a população estadual. A partir de 1991 o setor de serviços suplantaria os demais setores, com taxas de crescimento constantes, representando mais de 50% da população empregada de Sergipe (ver **Tabelas 4.6.1 e 4.6.2**).

Tabela 4.6.2
SERGIPE
População Ocupada, por Setores de Atividades
1991 - 2005

Setores	1991	%	2000	%	2005	%
Primário	151.529	30,8	166.234	27,0	235.519	26,2
Secundário	87.327	17,7	96.830	15,8	138.409	15,4
Terciário	253.328	51,5	351.484	57,2	524.873	58,4
Total POC	492.184	100,0	614.548	100,0	898.801	100,0

Fonte: IBGE/Censos Demográficos - 1991, 2000; PNAD - 2005.

Diante da diminuição do crescimento do setor industrial, a população ocupada também apresentaria crescimento menor entre 1991 e 2005 (3,3% ao ano), cedendo espaço para um maior crescimento do setor de serviços e agropecuária, que absorveram, respectivamente, 3,2% e 5,3% da população ocupada de Sergipe. Deste modo, a população empregada no setor terciário mais que dobrou entre 1991 e 2005 (107,2%), ao passo que as pessoas empregadas nos setores agropecuário e industrial apresentaram incremento de 55,4% e 58,5%, respectivamente, durante todo o período (ver **Tabela 4.6.2**).

Analisando a taxa de crescimento da população ocupada por subperíodos observa-se que durante a década de 1970 o crescimento da população ocupada no setor industrial ficou acima dos demais setores (7,5% ao ano), dado o dinamismo das atividades secundárias na economia sergipana. Entre 1980 e 1985, embora com crescimento elevado, o setor industrial seria aquele que apresentaria a menor taxa de crescimento (6,2%), indicando a inflexão das atividades secundárias, decorrentes da crise da economia brasileira. A partir desta data, até o ano 2000, o número de pessoas empregada no setor industrial apresentaria taxas de crescimento medíocres, voltando a registrar taxas elevadas no período compreendido entre 2000 e 2005, conforme dados da **Tabela 4.7**.

Tabela 4.7
SERGIPE
Taxa de Crescimento Anual da População Ocupada, por Setores de
Atividades
1970 - 2005

Setores	1970-1980	1980-1985	1985-1991	1991-2000	2000-2005
Primário	-0,8	6,4	-4,9	1,0	7,2
Secundário	7,5	6,2	0,9	1,2	7,4
Terciário	6,7	8,3	4,4	3,7	8,4
Total POC	2,8	7,1	0,3	2,5	7,9

Fonte: IBGE/Censos Demográficos - 1970, 1980, 1991, 2000; PNAD - 1985, 2005.

No que diz respeito à renda do trabalhador sergipano, observa-se que em 1980 55,1% da população ocupada do estado viviam com até um salário mínimo, o que representava mais de 188 mil pessoas, enquanto apenas 1,9% da população estadual tinham rendimento acima de 10 salários mínimos. Se se considera até dois salários mínimos, a participação da população ocupada salta para 75,8%, ou seja, mais de 2/3 da população ocupada de Sergipe tinha remuneração abaixo da média nacional. Em 1985 a população com até dois salários mínimos apresentaria redução de participação (67,6%), em detrimento do aumento da categoria “sem rendimento” (ver **Tabela 4.8**).

Tabela 4.8
SERGIPE
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo classes de rendimento mensal
de todos os trabalhos
1980 - 2005

Categorias	1980	%	1985	%	1991	%	2000	%	2005	%
Até 1/2 salário mínimo	74.372	21,7	97.801	20,2	97.673	19,8	65.138	10,6	137.429	15,3
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	114.330	33,4	121.155	25,1	155.987	31,7	195.771	31,9	284.395	31,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos	71.018	20,7	107.751	22,3	110.687	22,5	145.852	23,7	184.654	20,5
Mais de 2 a 3 salários mínimos	22.386	6,5	30.368	6,3	38.725	7,9	43.927	7,1	56.805	6,3
Mais de 3 a 5 salários mínimos	17.386	5,1	27.824	5,8	26808	5,4	42.586	6,9	48.553	5,4
Mais de 5 a 10 salários mínimos	10.744	3,1	23.157	4,8	21947	4,5	31.940	5,2	32.043	3,6

Mais de 10 a 20 salários mínimos	4.938	1,4	10.198	2,1	8864	1,8	14.935	2,4	10.573	1,2
Mais de 20 salários mínimos	1.836	0,5	1.696	0,4	3820	0,8	7.541	1,2	2.973	0,3
Sem rendimento	24.428	7,1	62.719	13,0	16993	3,5	66.859	10,9	136.092	15,1
Sem declaração	1.098	0,3	424	0,1	10681	2,2	-	-	5.284	0,6
TOTAL	342.536	100,0	483.093	100,0	492.185	100,0	614.549	100,0	898.801	100,0

Fonte: IBGE/Censos Demográficos - 1970, 1980, 1991, 2000; PNAD - 1985, 2005.

A partir de 1991 a categoria até $\frac{1}{2}$ salário mínimo apresentaria declínio de participação, embora continuasse predominando na economia sergipana a baixa remuneração, uma vez que mais de 40% da população estadual recebia até um salário mínimo. Na verdade, durante essas duas décadas e meia, mais de $\frac{2}{3}$ da população sergipana receberia até dois salários mínimos, indicando o nível de remuneração prevalecente no estado.

4.2.2. Movimentos Migratórios

A consolidação do mercado interno possibilitou a criação de uma infra-estrutura, especialmente de transportes e de comunicações, que interligou todas as regiões brasileiras, facilitando não apenas a instalação de empresas capitalistas em novos espaços, como também, abrindo fronteiras para fluxos migratórios em busca de terra, recursos minerais, oportunidades de trabalho e melhores condições de subsistência (ARAÚJO, 2000a).

Segundo Ablas, Muller e Smith (1985), os movimentos migratórios são importantes porque fornecem indicadores das características assumidas pelo território num processo de desenvolvimento, ao tentarem refletir a atração exercida por determinados centros dinâmicos e o papel desempenhado pela expulsão provocada pela desorganização da produção em algumas áreas.

Como ressalta Cano (1998b), até a década de 1940, os fluxos migratórios seriam relativamente pequenos, agravando-se a partir dos anos 1950, cujos fluxos predominantes seriam no sentido “rural-rural” e “rural-urbano”, decorrentes, sobretudo, dos problemas da estrutura agrária brasileira, como a dificuldade de acesso à propriedade da terra por pequenos e médios produtores; a expansão do número de minifúndios e seu fracionamento; a introdução de máquinas na agricultura; a queda da fertilidade natural do solo; as secas nordestinas e a maior taxa de natalidade da população rural. Apesar da predominância apontada acima, não se deve deixar de considerar os fluxos “urbano-urbano”, que estariam relacionados a questões como o desemprego, os subempregos urbanos e os baixos salários urbanos locais.

Historicamente, a região Nordeste caracterizou-se pela condição de expulsadora líquida da população (exclusive Maranhão, inicialmente) por conta de fenômenos como as secas⁸⁷, a estrutura agrária da região e a incapacidade das suas cidades em abrigar o contingente da força de trabalho proveniente de áreas rurais (**Tabela 4.9**⁸⁸). Dessa forma, o crescimento da população das cidades nordestinas deveu-se, em grande medida, ao afluxo de pessoas provenientes de outras áreas, sobretudo do campo, devido à decomposição das relações “coloniais” de produção, sem que isso significasse uma expansão correspondente da economia industrial urbana.

Tabela 4.9
NORDESTE
Movimentos Migratórios Interestaduais
1960 - 1980

Estados	Períodos					
	1960-1970			1970-1980		
	Entradas Totais	Saídas Totais	Saldos	Entradas Totais	Saídas Totais	Saldos
Alagoas	56.851	127.259	-70.408	78.045	137.276	-59.231
Bahia	149.626	440.374	-290.748	261.466	625.783	-364.317
Ceará	69.807	254.949	-185.142	107.190	443.004	-335.814
Maranhão	129.212	128.227	985	165.523	272.637	-107.114
Paraíba	55.014	270.483	-215.469	86.000	340.805	-254.805
Pernambuco	140.162	367.302	-227.140	193.168	633.265	-440.097
Piauí	52.124	133.500	-81.376	71.880	208.946	-137.066
Rio Grande do Norte	40.523	118.819	-78.296	80.193	124.289	-44.096
Sergipe	27.011	89.731	-62.720	58.157	74.581	-16.424
NORDESTE	720.330	1.930.644	-1.210.314	1.101.622	2.860.586	-1.758.964
Brasil	5.370.963	5.370.963	0	7.578.729	7.578.729	0

Fonte: Ablas; Muller; Smith (1985, p. 25)

Observando mais detidamente a **Tabela 4.9**, observa-se que os estados nordestinos, com exceção do Maranhão, foram expulsadores de elevados contingentes populacionais, entre 1960 e 1970, que se dirigiam para o Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente), devido à pujança do setor industrial paulista e a elevada urbanização dessas duas cidades, e para as áreas de expansão agrícola, seja no Sul (Paraná, principalmente), Centro-Oeste e alguns estados da região Norte.

No caso de Sergipe, observou-se que o estado foi um expulsador líquido de população, representando 5,2% do saldo emigratório líquido nordestino, entre 1960 e 1970.

⁸⁷ Cano (1998b) ressalta que as secas têm importância crucial para os fluxos migratórios do Nordeste. No entanto, dado que não são um fenômeno contínuo, não podem explicar a totalidades dos fluxos migratórios da região.

⁸⁸ Para verificar o fluxo migratório de todos os estados brasileiros ver **Tabelas 4.9.1 e 4.9.2**, no anexo estatístico.

No que diz respeito à dinâmica específica do estado, constatou-se que o maior volume de imigrantes seria proveniente do próprio Nordeste, que representou no período intercensitário de 1960 a 1970, um contingente populacional de 22.865 pessoas, ou 84,6% do número de pessoas que entraram no estado durante este período (ver **Tabela 4.10**, abaixo). Destacaram-se, por sua vez, os estados de Alagoas (42% do total de entradas) e Bahia (28,7% do total de entradas). Em terceiro lugar apareceu o estado de Pernambuco, com 9,4% do total de imigrantes de Sergipe. Uma das explicações para o elevado volume de entradas populacionais provenientes de Alagoas e Bahia poderia estar relacionada à proximidade que esses estados apresentam em relação a Sergipe.

Dos estados que não faziam parte da Região Nordeste, merece referência o estado de São Paulo, com uma contribuição de 7,2% para a imigração sergipana e o Rio de Janeiro, com 4,6%, figurando como quarto e quinto lugares, respectivamente, no total de entradas em Sergipe. Cabe enfatizar que não obstante o Estado de São Paulo fosse um dos maiores receptores líquidos da população migrante brasileira, este também se caracterizava pelo elevado contingente de expulsão populacional⁸⁹.

A emigração sergipana, entre 1960 e 1970, ocorreu principalmente para o estado de São Paulo, com 37,8% das saídas totais, e da Bahia, com 26,2% do total de saídas. Em seguida apareceram os estados do Rio de Janeiro (18,5% do total de saídas), Paraná (5,5%) e Alagoas, com 3,6% do total. As possíveis razões para a atração da população sergipana para esses estados, que juntos, totalizavam 91,6% da emigração estadual, poderiam estar relacionadas a dois fatores mencionados anteriormente: no caso do Rio de Janeiro e São Paulo, a elevada industrialização e urbanização desses estados se constituíam grande fator de atração também para a população sergipana; o Paraná estava relacionado ao fato da expansão da fronteira agrícola; no caso de Bahia e Alagoas, a explicação mais plausível seria a contigüidade com o território sergipano.

⁸⁹ A esse respeito ver maiores informações em Cano (1998b).

Tabela 4.10
SERGIPE
Movimentos Migratórios Interestaduais
1960 - 1980

Estados	Períodos					
	1960-1970			1970-1980		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
Alagoas	11.342	3.275	8.067	16.816	4.195	12.621
Bahia	7.757	23.548	-15.791	16.097	20.722	-4.625
Ceará	280	153	127	1.922	486	1.436
Maranhão	121	197	-76	660	1.188	-528
Paraíba	455	268	187	859	310	549
Pernambuco	2.534	1.115	1.419	5.350	1.397	3.953
Piauí	96	106	-10	227	0	227
Rio Grande do Norte	280	76	204	932	126	806
Nordeste	22.865	28.738	-5.873	42.863	28.424	14.439
Acre	0	4	-4	0	50	-50
Amapá	4	0	4	0	50	-50
Amazonas	74	59	15	38	103	-65
Pará	15	85	-70	561	256	305
Rondônia	0	57	-57	0	50	-50
Roraima	0	0	0	0	50	-50
Norte	93	205	-112	599	559	40
Distrito Federal	48	1.657	-1.609	187	2.091	-1.904
Goiás	7	334	-327	112	381	-269
Mato Grosso	81	1.783	-1.702	34	326	-292
Mato Grosso do Sul	0	0	0	379	556	-177
Centro-Oeste	136	3.774	-3.638	712	3.354	-2.642
Espírito Santo	142	581	-439	38	236	-198
Minas Gerais	100	918	-818	699	0	699
Rio de Janeiro	1.246	16.603	-15.357	4.405	11.983	-7.578
São Paulo	1.955	33.893	-31.938	7.277	29.920	-22.643
Sudeste	3.443	51.995	-48.552	12.419	42.139	-29.720
Paraná	256	4.972	-4.716	1.037	191	846
Rio Grande do Sul	120	30	90	189	0	189
Santa Catarina	98	17	81	338	0	338
Sul	474	5.019	-4.545	1.564	191	1.373
Ajuste Estatístico	83	83	0	0	-86	0
Total	27.011	89.731	-62.720	58.157	74.581	-16.424

Fonte: Ablas, Muller e Smith (1985)

Nota: Segundo os autores, os dados necessitam de ajuste estatístico dada a imprecisão de informações de alguns estados

No entanto, deve-se atentar para o fato de que a relação entre Sergipe e Alagoas resultava num saldo migratório positivo, ou seja, entraram mais alagoanos em Sergipe, no período de referência, do que o inverso. Segundo Oliveira, K. (2003) a maior imigração de alagoanos em Sergipe estaria relacionada, também, ao fato de que em Alagoas teria

predominado a agroindústria açucareira de forma mais intensa, contribuindo para a expulsão de um maior contingente de pessoas daquele estado, dada a maior rigidez da estrutura agrária. No caso da Bahia verificou-se situação distinta, isto é, Sergipe foi um expulsador líquido de pessoas para o território baiano, decorrente, sobretudo, da atração que o Pólo Petroquímico de Camaçari exerceu sobre boa parte da população nordestina. Ademais, a migração intra-estadual foi da ordem de 2.100 pessoas⁹⁰.

No decênio seguinte, a Região Nordeste aumentaria o volume de emigração líquida em 548.650 pessoas, o que representava um aumento de 45,3% ao longo de toda a década, ao passo que Sergipe, não obstante continuasse como expulsador líquido da população, apresentaria redução no número de pessoas que emigraram do estado. A **Tabela 4.10** mostra que houve uma diminuição no saldo migratório líquido de Sergipe, no volume de 51.296 pessoas, o que representou uma diminuição da expulsão líquida de sergipanos para outros estados da ordem de 81,8%.

Contudo, o que se observou mesmo foi que Sergipe passou a receber um contingente populacional maior, mais que o dobro em relação ao período anterior (aumento de 115,3%), do que o número de pessoas que saíram do estado (redução de 16,9%). Esse aumento da corrente de migrantes para Sergipe estava relacionado, dentre outros fatores, ao processo de industrialização do estado, bem como à maior urbanização daí derivada.

No período compreendido entre 1970 e 1980, mais uma vez, os estados nordestinos apresentariam preeminência no total de imigrantes que se destinaram a Sergipe, com um aumento de pessoas, em termos absolutos (19.998 pessoas), porém, com uma redução de participação percentual (73,7% contra 84,6% do período anterior).

Os estados de Alagoas e Bahia permaneceram como principais expulsadores para o estado de Sergipe, seguidos de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro (**Tabela 4.10**). Apesar da manutenção das mesmas posições dos estados antes referidos, verificou-se alteração no volume de pessoas que saíram dos seus estados de origem (ou de última residência) para residirem em Sergipe. A Bahia e Pernambuco mais que duplicaram o número de imigrantes para Sergipe. Rio de Janeiro e São Paulo aumentaram, pelo menos, em duas vezes e meia o número de pessoas que se deslocaram para o território sergipano.

Outra mudança significativa na matriz de migrações interestaduais sergipana foi a alteração da condição de expulsador líquido para todas as regiões brasileira, no período anterior, para se tornar receptor líquido das regiões Nordeste, Norte e Sul. As regiões

⁹⁰ Para uma análise mais detalhada sobre a migração intra-estadual, ver trabalho de Oliveira, Kleber (2003).

Sudeste e Centro-Oeste continuariam exercendo forte poder de atração para a população sergipana pelos motivos já explicitados, quais sejam, grande concentração industrial e expansão da fronteira agrícola. A emigração de sergipanos também continuou sendo direcionada, nesta ordem de importância, para os estados de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Alagoas.

Um dos fatores que poderiam explicar a maior entrada de migrantes em Sergipe seria a consolidação da sua indústria, bem como os investimentos associados ao II PND (ou o processo de desconcentração industrial brasileiro) que requereu um elevado contingente de mão-de-obra, como pode ser verificado na **Tabela 4.4**, na qual a população ocupada no setor industrial saltou de 11.031 empregados, em 1970, para 21.137 pessoas em 1980. Vale lembrar que a desconcentração industrial proporcionou um redirecionamento do fluxo de migrantes para os estados beneficiados com as novas indústrias, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas (BAENINGER, 2000).

A partir dos anos 1980, as mudanças econômicas tiveram rebatimentos importantes no fluxo migratório interestadual. Além da desconcentração industrial iniciada nos anos 1970 e do esgotamento da fronteira agrícola, observou-se um menor dinamismo das economias mais industrializadas do país, notadamente São Paulo, e maior urbanização de todos os estados nacionais, gerando um fluxo de retorno de migrantes para os seus estados de origem, contribuindo para a elevação dos estados “ganhadores” de população. No caso sergipano, as migrações de retorno entre 1970 e 1980 foram de 1.574 pessoas, saltando, entre 1981 e 1991 para 3.861 pessoas (BAENINGER, 2000).

Com o desenvolvimento industrial sergipano e o aumento da urbanização do estado, a partir dos anos 1980, Sergipe deixou de ser expulsador líquido de população para se tornar receptor líquido, mantendo-se nesta condição até o Censo de 2000. Destaca-se que no período 1982-1991 Sergipe foi o único estado do Nordeste na condição de receptor líquido, seguido, no período seguinte, pelo Rio Grande do Norte.

Contudo, no período 1990-2000 verificou-se um recrudescimento da emigração sergipana em termos absolutos de 22.994 pessoas, diminuindo, assim o saldo líquido positivo de entrada de migrantes no estado (**Tabela 4.11**). A elevação da emigração sergipana serviria de indicativo para o fato de que, diante das mudanças pelas quais passava a economia brasileira, ao longo da década de 1990, poderia haver uma retomada à posição de expulsador líquido de população, uma vez que as atividades produtivas do estado mostravam-se incapazes de absorver o contingente populacional que entrava no

mercado de trabalho a cada ano. Ao contrário, o que se observou na economia sergipana, durante a década de 1990, foi um significativo crescimento do setor de serviços e, concomitantemente, aumento do desemprego, do subemprego urbano e redução dos níveis de salários, fatores que caracterizam a expulsão populacional de determinada região.

Tabela 4.11
BRASIL
Movimentos Migratórios Interestaduais
1982 - 2000

Estados/ Regiões	Períodos					
	1982 - 1991			1990 - 2000		
	Entradas Totais	Saídas Totais	Saldos	Entradas Totais	Saídas Totais	Saldos
Alagoas	133.852	212.367	-78.515	151.187	283.325	-132.138
Bahia	455.169	876.900	-421.731	619.172	1.133.797	-514.625
Ceará	292.914	519.712	-226.798	388.399	434.086	-45.687
Maranhão	236.891	498.083	-261.192	262.555	573.807	-311.252
Paraíba	208.521	356.296	-147.775	245.653	364.182	-118.529
Pernambuco	370.588	657.833	-287.245	410.619	654.965	-244.346
Piauí	161.234	287.566	-126.332	196.658	320.115	-123.457
Rio Grande do Norte	159.248	165.447	-6.199	174.915	152.213	22.702
Sergipe	122.046	94.040	28.006	125.552	117.034	8.518
Nordeste	2.140.463	3.668.244	-1.527.781	2.574.710	4.033.524	-1.458.814
Brasil	10.614.224	10.614.224	0	12.478.790	12.478.790	0

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 *apud* Cunha e Baeninger (2005)

Nota: Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP

Corroborando tal hipótese, a PNAD de 2005 aponta Sergipe como expulsador líquido populacional, retomando à posição que exercia antes da década de 1980 (**Tabela 4.12**). Mais uma vez, os estados que exerceram maior atração para a população sergipana foram: São Paulo (176.353 pessoas), Bahia (102.429 pessoas), Rio de Janeiro (60.779 pessoas) e Alagoas (18.211 pessoas).

Tabela 4.12
SERGIPE
Movimentos Migratórios Interestaduais
2005

Estados	Entradas	Saídas	Saldo
Alagoas	75.980	18.211	57.769
Bahia	67.060	102.429	-35.369
Ceará	7.598	2.238	5.360
Maranhão	331	1.607	-1.276
Paraíba	3.965	2.659	1.306
Pernambuco	16.515	4.955	11.560
Piauí	1.321	0	1.321
Rio Grande do Norte	1.652	885	767
Sergipe	(1.748.706)	(1.748.706)	0

Nordeste	174.422	132.984	41.438
Amapá	330	221	109
Amazonas	1.321	642	679
Pará	0	1.054	-1.054
Rondônia	661	2.850	-2.189
Roraima	0	582	-582
Tocantins	0	218	-218
Norte	2.312	5.567	-3.255
Distrito Federal	991	5.259	-4.268
Goiás	0	4.389	-4.389
Mato Grosso	0	4.634	-4.634
Mato Grosso do Sul	1.652	8.019	-6.367
Centro-Oeste	2.643	22.301	-19.658
Espírito Santo	662	2.344	-1.682
Minas Gerais	2.310	10.268	-7.958
Rio de Janeiro	10.902	60.779	-49.877
São Paulo	23.457	176.353	-152.896
Sudeste	37.331	249.744	-212.413
Paraná	3.304	13.063	-9.759
Rio Grande do Sul	0	1.159	-1.159
Santa Catarina	0	1.755	-1.755
Sul	3.304	15.977	-12.673
Exterior	1.653	0	0
Total	221.665	426.573	-204.908

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

As principais hipóteses para a atração desses estados seriam: no caso de São Paulo, a idéia de que no centro econômico-financeiro nacional, as oportunidades de emprego e renda seriam mais elevadas que no estado de origem; no caso da Bahia, além da contigüidade do território, elevados investimentos no âmbito da guerra fiscal, que atraíram algumas empresas de grande porte para aquela região, além da importância que exerce o Pólo Petroquímico de Camaçari. O Rio de Janeiro pela condição histórica que exerce no ideário nacional de grande centro metropolitano e Alagoas também estaria relacionado à proximidade territorial. No que diz respeito às pessoas que fixaram residência em Sergipe, seus principais estados de origem foram: Alagoas (34,3%), Bahia (30,3), São Paulo (10,6%) e Pernambuco (7,5%).

Desse modo, o que se verificou foi que, independente do período de análise, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Alagoas foram os estados que historicamente exerceram poder de atração para a população sergipana. Por outro lado, esses mesmos estados, com exceção do Rio de Janeiro e adição de Pernambuco, foram aqueles que mais contribuíram com o contingente populacional que imigrou para Sergipe. O que se coloca, neste

momento, é se essas migrações não teriam um forte componente de migrações de retorno, cabendo aos estudiosos da área maiores pesquisas acerca do tema.

4.3 – Aracaju, em tempos de “empresariamento” – algumas notas⁹¹

Nos anos 1980, de grande protagonista das transformações ocorridas no período anterior, o Estado brasileiro entrou em profunda crise fiscal e financeira, reduzindo de forma significativa sua capacidade de gestão das políticas sociais, econômicas e de desenvolvimento regional, repercutindo diretamente na condução do desenvolvimento econômico nacional. Nesse contexto, os projetos econômicos e sociais de médio e longo prazo foram substituídos pelas preocupações de curto prazo, de ajustamento da economia aos movimentos da conjuntura, do equilíbrio das contas públicas e dos compromissos de pagamento da dívida externa (GUIMARÃES NETO, 1996).

Em Sergipe, a crise tornou-se mais evidente a partir da segunda metade da década de 1980, quando as atividades de extração de petróleo e gás natural, a fabricação de fertilizantes e a extração de sais minerais, que foram os segmentos que impulsionaram a economia sergipana até meados da década, apresentaram-se como atividades consolidadas, com queda expressiva do nível de investimento do poder público⁹², embora mantivessem um peso importante na criação direta e indireta de emprego (LOPES, 2004). A indústria da construção civil, não obstante algumas crises, permaneceu forte e consolidou-se como grande absorvedora de mão-de-obra, respondendo por um contingente de força de trabalho próximo da soma encontrada em todos os gêneros da indústria de transformação (MELO, 2001).

A forte dependência dos investimentos públicos tornou a economia sergipana sem grande capacidade de diversificação produtiva. Embora as estatais continuassem em franca produção, os projetos de novos investimentos e/ou modernização, como o Pólo Cloroquímico e a ZPE, foram arquivados, dada a conjuntura adversa (DANTAS, 2004). Isso significou um descompasso brutal entre industrialização e urbanização, uma vez que os empregos esperados na atividade industrial não ocorreram e a população continuou a migrar para a capital, acentuando cada vez mais o crescimento populacional, a dependência

⁹¹ Não se pretende fazer uma discussão aprofundada sobre o empresariamento urbano (seja teórica ou aplicada), mas apenas indicar alguns elementos constitutivos deste modelo de desenvolvimento e apontar algumas ações constantes da realidade sergipana que indicam a adoção desta prática.

⁹² Apesar da redução no volume de inversões, a Petrobrás continuou como a principal empresa de investimento no Estado (DANTAS, 2004).

do setor terciário, o crescimento do setor informal e o número de desempregados⁹³ (FRANÇA, 1999).

O setor terciário voltou a predominar na formação do PIB, apresentado modernização e diversificação das suas atividades, principalmente aquelas vinculadas ao turismo, ensino e saúde, tornando-se, de forma crescente, os segmentos de maior peso para a economia sergipana na geração de emprego e renda (MELO, 2001).

Com a redução da capacidade do Estado em elaborar políticas públicas que agregassem a economia nacional às diversas economias regionais, criou-se a idéia de que a cidade deveria assumir um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico, oferecendo as melhores condições possíveis para a atração de investimentos (HARVEY, 1996). Significa que a questão urbana, que outrora tinha como preocupações o crescimento desordenado, a reprodução da força de trabalho, os movimentos sociais urbanos, a racionalização do uso do solo, agora se transformara na problemática da competitividade urbana, ou seja, as cidades deveriam criar condições para competir pelo investimento de capital e tecnologia, atrair novas indústrias e negócios, oferecer serviços com alta qualidade e preços baixos, bem como, atrair força de trabalho adequadamente qualificada (VAINER, 2000).

A mudança do “gerenciamento” para algum tipo de “empresariamento” urbano alterou o significado da cidade, que saiu de uma forma passiva para uma forma ativa de sujeito, com feições de empresa. Desse modo, criou-se uma competição entre cidades, transpondo o modelo estratégico do mundo das empresas para o universo urbano (HARVEY, 1996; VAINER, 2000).

Além da competição interurbana, o empresariamento urbano exerceu um poder “coercitivo” externo sobre as cidades, na medida em que procurou alinhá-las à disciplina e à lógica do desenvolvimento capitalista, através da reprodução repetitiva e em série de certos padrões de empreendimentos (HARVEY, 1996).

Porém, ao contrário das características empresariais, a urbanização deveria ser a expressão do processo social que ocorre no espaço, com diferentes atores, objetivos e agendas, interagindo através de uma configuração específica de práticas espaciais interligadas, refletindo as distintas relações entre forma e processo, atividade e coisa, sujeitos e objetos, uma vez que é o conjunto de práticas de classes relacionadas à

⁹³ O total de empregos previstos com a implantação do Distrito Industrial de Socorro, Pólo Cloroquímico, ZPE e Terminal Portuário era de 39.954 empregos. Contudo, com a crise econômica e a não efetivação de diversos empreendimentos industriais, o volume gerado foi de apenas 639 empregos (FRANÇA, 1999).

circulação do capital, à reprodução da força de trabalho e das relações de classes (HARVEY, 1996).

Buscando caracterizar o novo empresariamento urbano Harvey (1996) destacou como ponto central a noção de “parceria público-privada”, que buscava suprimir as reivindicações locais e as integrava ao poder público local na busca de fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego.

Com isso, os objetivos políticos e econômicos imediatos passaram a ser as atividades empresarias, através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos, onde o setor público normalmente assumia grande parte do risco e a iniciativa privada ficava com os benefícios do empreendimento, relegando a segundo plano projetos econômicos concebidos primordialmente para promover melhorias nas condições de vida ou de trabalho de determinada localidade, como habitação, educação, saúde, etc.

Harvey (1996) ainda destacou quatro opções básicas utilizadas pelo empresariamento urbano na busca de competitividade locacional: 1. explorar as vantagens específicas para a produção de bens e serviços, seja através da utilização de recursos locais favoráveis (petróleo, por exemplo), ou de investimentos públicos e privados sob a forma de infra-estruturas físicas e sociais que reforçam a base econômica da região; 2. dividir espacialmente o consumo, buscando transformar a cidade em um lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar ou consumir; 3. lutar para assumir o controle e função de comando de determinadas operações, como os serviços financeiros, de governo, de armazenagem e processamento de informações etc; 4. fazer acordos para obter maiores recursos dos governos centrais.

Buscando associar o desenvolvimento urbano recente de Sergipe com estas teorias acerca do urbano, observamos que a partir dos anos 1990 algumas ações dos governos estadual e municipal indicavam a adoção do empresariamento na administração urbana do estado, cabendo destacar algumas delas.

A primeira diz respeito à construção do Shopping RioMar. Através de parceria firmada com a Construtora Góes Cohabita Construções S.A., a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) negociou a construção do Shopping, agilizou a liberação de recursos junto ao agente financeiro (CEF) e cedeu o terreno para a construção por um prazo de 90 anos, renovável pelo mesmo período, em troca de 17% das receitas dos aluguéis das lojas. Com isso, a EMURB buscava a valorização e ocupação da Coroa do Meio, bairro planejado pela Prefeitura e que diversos problemas e prejuízos vinham causando à municipalidade (FRANÇA, 1999).

A construção do Shopping, por sua vez, trouxe uma nova centralidade para alguns espaços da capital. O comércio, tradicionalmente concentrado no centro da cidade, tem se expandido em várias direções, apresentando uma segmentação territorial. Grande parte das lojas destinadas a consumidores de baixa renda permaneceu no centro da cidade, ao passo que as lojas de produtos destinados às classes mais abastadas migraram para os shoppings ou para áreas mais valorizadas.

Esse empobrecimento do centro levou o governo do estado ao desenvolvimento de obras de revitalização, com a construção de um novo Mercado Central, em área ocupada anteriormente pelo Porto de Aracaju e a 500 metros de distância do antigo.

O projeto de urbanização da orla de Aracaju, o Projeto Orla, desenvolvido pelo governo do estado, no bairro Atalaia, gerou conflito entre o poder municipal e o estadual porque as duas instâncias de governo possuíam projetos distintos para o mesmo espaço. Como Aracaju é área de interesse especial, após disputa judicial o governo estadual iniciou as obras, com duplicação de avenidas, construção de quadras de esporte, pista de patinação, skate, ciclovias, praça de eventos, parques infantis, quadras poliesportivas, quiosques, conjuntos de bares e restaurantes, etc. (FRANÇA, 1999).

Destaca-se ainda, a ampliação do Aeroporto Santa Maria, a criação do Centro de Convenções e tentativa de vender a imagem de Aracaju como lugar ideal para o turismo de eventos, uma vez que a competição com o turismo de Salvador, um dos maiores do país, e com as belezas naturais de Alagoas dificultam a inserção (ou “competitividade”) do Estado nos principais roteiros turísticos nacionais e internacionais. Algumas festividades também recebem incentivos do governo estadual, como forma de atrair visitantes, destacando-se o Pré-Caju, carnaval fora de época realizado em Aracaju semanas antes da data oficial do carnaval, e as festividades juninas, com a tentativa de “vender” a imagem de que Sergipe é a “capital do forró”.

Finalmente, em mais uma tentativa explícita de se enquadrar aos novos ditames do mercado, em virtude das “*pressões uniformizadoras dos atores hegemônicos para a realização do mundo atual*” (SÁNCHEZ, 2001, p.172), em 2003 a Prefeitura Municipal de Aracaju, como uma das ações do Plano Estratégico da Administração 2001-2004, elaborou estudo que buscava identificar os fatores sistêmicos da competitividade da capital, visando criar condições para a atração de visitantes e investidores. Após elencar os fatores positivos e negativos da competitividade de Aracaju o estudo concluiu que se deviam adensar os pontos fortes do município e procurar eliminar os gargalos existentes, pois a responsabilidade da promoção do desenvolvimento não era exclusiva da Prefeitura, mas de

todos os atores envolvidos, requerendo assim uma maior articulação entre eles, para que o desenvolvimento local e sustentável de Aracaju pudesse servir de exemplo e ser replicado em outros municípios brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando todo o processo de formação econômica de Sergipe observa-se que o início das atividades produtivas do estado, não obstante seguissem os determinantes gerais da economia nordestina, de desenvolvimento da monocultura canavieira e de implantação de um segundo sistema econômico complementar à atividade principal (a pecuária), seus “tempos” de desenvolvimento foram distintos, ou seja, Sergipe andou na contramão do fluxo nordestino, embora desenvolvesse as mesmas atividades produtivas. Dessa forma, Sergipe não foi “beneficiado” com os ganhos provenientes da indústria do açúcar. Ao contrário, desde sua formação já apresentava um caráter dependente e complementar às atividades produtivas dos demais estados do país, notadamente a Bahia.

Essa dependência e complementaridade não lhe confeririam capacidade suficiente de acumular capitais que pudessem dinamizar outras atividades produtivas no estado, ficando refém dos capitais extra-regionais, desde a sua origem. Vale lembrar que a instalação do único Engenho Central no estado foi iniciativa da Companhia de Engenhos Centrais da Paraíba do Norte e Sergipe (o que hoje chamaríamos de uma *joint venture*).

Outra característica da economia sergipana, e também decorrência da dependência sofrida por capitais extra-regionais, seria o tamanho relativamente pequeno dos seus empreendimentos locais. Desde as usinas, o que se verificou foi a predominância de capitais atomizados que buscavam, de alguma forma, acompanhar o movimento geral das economias nordestina e nacional e inserir-se na dinâmica produtiva do país.

Com o processo de articulação comercial da economia brasileira, a indústria sergipana sofreria os efeitos de estímulo, inibição e destruição descritos por Wilson Cano, como decorrência da maior competição inter-regional. Contudo, prevaleceriam os efeitos de destruição pela fragilidade da sua estrutura industrial e a falta de capitais locais de maior vulto, expressos na queda constante do valor da produção estadual desde 1920 até 1960, transformando o estado de Sergipe, que no início do século XX apresentava-se como um dos mais importantes do Nordeste, numa das mais inexpressivas economias da região.

Superada a articulação comercial e iniciada a integração produtiva, o estado de Sergipe seria “invadido” por alguns capitais extra-regionais que buscavam expandir seus processos de valorização. Entretanto, quando comparado com os demais estados do Nordeste observa-se que a incapacidade de ter criado, ao longo da primeira metade do século XX, fatores de atratividade para o setor privado, quais sejam, economias externas e de aglomeração, fizeram com que Sergipe fosse preterido ante a maioria dos estados

nordestinos, notadamente a Bahia e Pernambuco, e também Ceará, que desde o início das suas formações apresentaram capitais locais de maior expressão que pudessem promover um processo de valorização aliado aos capitais extra-regionais.

Até mesmo o sistema de incentivos fiscais 34/18-FINOR, um dos principais mecanismos utilizados pelo governo federal para atrair capitais privados para o Nordeste, não teria o efeito esperado sobre a economia sergipana, embora não se possa negar sua importância no processo de modernização de algumas indústrias, bem como seu poder de atração para empresas que visavam explorar as matérias-primas locais, notadamente na indústria de minerais não-metálicos.

Os investimentos incentivados, em sua grande maioria, foram de empresários locais, em setores tradicionais e com pequena capacidade de desencadear efeitos a montante e a jusante nas atividades do estado. Na ausência de capitais extra-regionais e diante da reduzida magnitude dos capitais locais, a Sergipe restou a atuação imprescindível e intensa do Estado Nacional.

Dessa maneira, a integração produtiva da economia sergipana à dinâmica nacional somente foi possível graças à atuação direta do Estado, *“inclusive como empresário, capaz de estender e levar até os seus limites os estreitos horizontes do setor privado”* (DRAIBE, 2004, p. 15).

Deve-se considerar que os objetivos iniciais de desenvolvimento e redução das disparidades regionais para o estado de Sergipe, constante num projeto maior de desenvolvimento do Nordeste, através da atuação da SUDENE, seriam obstados com o Golpe Militar de 1964, cujos propósitos estavam no crescimento acelerado e contínuo do país, sem uma preocupação estrita com o desenvolvimento regional (ou mesmo nacional). Não se pode negar que houve um aumento da intervenção governamental não só em Sergipe, mas em todos os estados nordestinos durante o regime autoritário, mas deve-se ter presente que tal atuação ocorria em função da acomodação dos interesses das elites e das oligarquias regionais, e não do desenvolvimento econômico e social da região.

Contraditoriamente, essa atuação governamental seria o motor de dinamismo da economia sergipana, principalmente por conta da atuação da Petrobrás no estado, induzindo outras indústrias locais, ainda que a sua maior ligação, assim como suas decisões de investimento e consumo, estivesse atrelada a empresas e decisões extra-regionais. Desse modo, pode-se dizer que foram as atividades das empresas estatais, notadamente a Petrobrás, que conseguiram (re) inserir Sergipe na dinâmica industrial do país.

Ao longo da década de 1970 e primeira metade dos anos 1980, o setor industrial sergipano conheceria períodos de crescimento intenso, decorrentes da política de desconcentração industrial constantes do II PND, voltando a conferir ao estado importância no contexto regional e nacional. A indústria sergipana passou a se especializar na produção de bens intermediários, não obstante os setores tradicionais, ou de bens de consumo não-duráveis, continuassem apresentando importância significativa para a geração de emprego e renda estadual.

Com o aumento da produção de bens intermediários, aumentaram também as ligações comerciais sergipanas com as demais regiões do país, principalmente o Sudeste, em especial São Paulo, ainda que a região Nordeste apresentasse primazia no fluxo de comércio sergipano, dada a importância regional (e nacional) dos estados que o cerca (Bahia e Pernambuco). Ademais, como as ligações sergipanas com o mercado internacional são insignificantes, o comércio inter-regional tem um grande poder de indução da demanda local.

Contudo, a dependência do dinamismo econômico sergipano às atividades de extração de petróleo e gás natural lhe conferiria situação análoga ao período em que a dependência era de um único produto de exportação (o açúcar). No limite, poderíamos dizer que o estado de Sergipe tornou-se extremamente especializado na produção de petróleo, uma vez que a diferença de dinamismo entre esta atividade e as demais era muito grande.

Com a crise econômica que o Brasil vivera na década de 1980, atingindo de forma direta o setor público e, posteriormente, com a condução de políticas econômicas de inspiração neoliberal, com intensa redução do Estado nas atividades produtivas, Sergipe experimentaria um intenso período de prostração das atividades econômicas.

Decorrentes desses fatores, o que se verificou foi a redução da atividade industrial e o crescimento do setor de serviços, com aumento da precarização das relações de trabalho, subemprego, aumento do emprego informal, desemprego, e a tentativa de encontrar caminhos que pudessem induzir as atividades econômicas do estado. Em meio à situação de agonia, a alternativa encontrada pelo governo estadual foi a disputa pelos investimentos privados, através da renúncia de uma das suas principais fontes de recursos – o ICMS –, deflagrando uma verdadeira guerra fiscal com as demais unidades da federação.

O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, implementado em plena crise da economia estadual, não conseguiu obter os êxitos esperados, pelos fatores antes mencionados: baixas economias de aglomeração, precariedade na infra-estrutura

econômica e social, reduzidas externalidades ao setor privado, enfim, menor dotação de recursos para a atração de investimentos. Contudo, a partir de 2000, o setor industrial voltaria a apresentar dinamismo em Sergipe, não podendo ser desconsideradas as ações inerentes ao PSDI.

No entanto, mais uma vez, o Estado Nacional seria o “salvador” da economia sergipana ao iniciar, em 1989, obras de construção de uma unidade hidrelétrica, dinamizando alguns setores econômicos do estado. Ademais, na busca de alternativas à redução do investimento estatal verificou-se o desenvolvimento, embora incipiente em alguns casos, de uma maior diversificação industrial de setores como química, minerais não-metálicos, fabricação de metais e de máquinas e equipamentos, ainda que tenha lugar cativo as indústrias de alimentos e bebida, vestuário e têxteis (esta última apresentando significativa redução nos últimos anos).

Deve-se considerar, ainda, que concomitante à atuação do Estado Nacional nas atividades produtivas de Sergipe, foi se desenvolvendo uma importante estrutura urbana, principalmente em Aracaju, que teve como principal responsável o setor público. Esse mesmo Estado que atuou nas atividades produtivas, atuou na organização e distribuição do espaço urbano sergipano.

Dados esses fatores, urge que esse Estado, que foi responsável pelo desenvolvimento econômico de Sergipe, volte a atuar de forma mais intensa no planejamento e execução de políticas nacionais de desenvolvimento (embora em um novo contexto histórico-econômico), como forma de contrabalançar os efeitos perversos do “mercado” e minimizar as gritantes disparidades regionais que existem no Brasil. Somente dessa forma, economias periféricas como a sergipana terão o alento de que se está buscando, de fato, uma equidade regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, L. A. Q.; MÜLLER, A. E.G.; SMITH, R. (1985). *Dinâmica Espacial do Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo: IPE/USP. 2 vols. (Série Ensaios Econômicos).

AFFONSO, R. B. A. (1995). A Federação no Brasil: impasses e perspectivas. In AFFONSO, R. B. A, SILVA, P. L. B. (Orgs.). *A Federação em Perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo: FUNDAP.

_____. (1997). *Os Estados e a Descentralização no Brasil*. Série Política Fiscal n. 93. CEPAL/GTZ, Santiago do Chile.

_____. (2000). Descentralização e reforma do Estado: a Federação brasileira na encruzilhada. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 14, p. 127-152, jun.

ALMEIDA, M. G. S. (1984). *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis/RJ: Vozes.

_____. (1991). Atividades Produtivas. In: DINIZ, D. M. (Coord.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE.

ALMEIDA, J. E. de; ARAÚJO, J. B. de (2006). *Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE*. Disponível em http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2031%20-%20Hist%C3%B3ria%20econ%C3%B4mica%20e%20social%20Brasileira%20II/UM%20MODELO%20EXAURIDO.pdf. Acesso em 27/09/2006.

ANDRADE, M. C. (1960). *A terra e o homem no Nordeste*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1981). *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____. (1988). *O Nordeste e a Questão Regional*. São Paulo: Ática. (Série Princípios).

ARAÚJO, A. T. (1970). *História de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina.

ANP – Agência Nacional do Petróleo (2006). *Boletim mensal de produção submetido a ANP*. 1970 – 2004.

ARAÚJO, T. B. (1997). A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 451-468, out./dez.

_____. (2000a) A experiência de planejamento regional no Brasil. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase.

_____. (2000b). Poder local, governos municipais e as políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase.

_____. (2000c). Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase.

_____. (2000d). O Setor Público e o Nordeste. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase.

_____. (2000e) Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase.

AURELIANO, L. M. (1999). *No limiar da industrialização*. 2 ed. Campinas: IE/UNICAMP.

AZEVEDO, A. (1956). *Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana*. São Paulo, USP/FFCL. Boletim Geografia n. 11.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. (1982). *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro, Zahar.

BAENINGER, R. (2000). Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP*. Caxambu, 23 a 27 de outubro.

BARRETO, D. M. (2003). *A construção do desenvolvimento de Sergipe e o papel do CONDESE*. Aracaju: UFS. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

BARROS, J. R. M. de; GALVÃO, A. C. (1984). A política de industrialização do Nordeste em face da crise econômica brasileira. *Revista Econômica do Nordeste*: Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 381-410, jul./set.

BERCOVICI, G. (2003). *Desigualdades Regionais, Estado e Constituição*. São Paulo: Max Limonad.

BEZERRA, F. (1952). *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe*. Rio de Janeiro: Organização Simões.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (Orgs.) (2002). *Políticas para a retomada do crescimento – reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA/CEPAL.

BNB (1997). *Diretrizes para um plano de ação do BNB: 1991/95 – setor secundário*. Fortaleza: ETENE, v. 3.

BOLAFFI, G. (1979). Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Ed. Alfa Omega, pp. 37-70.

BRANDÃO, C. A. (2003). *A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais*. Campinas: IE/UNICAMP. Tese de Livre Docência.

BRASIL, SUDENE (1985). *Aspectos gerais da economia e da sociedade do Nordeste*. Recife: SUDENE, 320p.

BRASIL (1986). *Primeiro Plano de Desenvolvimento do Nordeste da Nova República*. Lei n. 7.499/1986, publicada no D.O.U. em 26/06/1986. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=107320>. Acesso em 29/12/2006.

CAIADO, A. S. C. (2002). *Desconcentração industrial regional no Brasil (1985-1998): pausa ou retrocesso?* Campinas: IE/UNICAMP. (Tese de Doutorado), 269p.

CALAZANS, J. (1942). *Aracaju: contribuição á história da capital de Sergipe*. Tese para concurso à cadeira de História do Brasil e de Sergipe da Escola Normal “Rui Barbosa”.

CAMPOS, M. B. (1989). *Industrialização Brasileira e Exploração de Sais Minerais de Sergipe*. Aracaju: UFS. (Monografia de Graduação), 25p.

CANO, W. (1988). Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico pós 1930. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. vol. 2, Olinda: p.67-99.

_____. (1997). Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Economia e Sociedade*, n. 8, p. 101-41. Campinas.

_____. (1998a). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE (30 Anos de Economia, 1).

_____. (1998b). *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1995*. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE (30 Anos de Economia, 2).

_____. (2000). *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora da UNESP.

_____. (2002). *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP.

_____. MOTA, F. C. M (2006). *Desconcentração produtiva e evolução regional da economia brasileira (1970-2005)*. Projeto Temático. São Paulo: UNICAMP (mimeo).

CAPES – Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1959). *Estudos de Desenvolvimento Regional (Sergipe)*. Série Levantamentos e Análises.

CARDOSO, A. P. O. (1989). *Articulação Comercial de Sergipe: comércio por vias internas – 1974-1983*. Aracaju: UFS. (Monografia de Graduação). 75p.

CARDOZO, S. A. (2004). *Continuidades e discontinuidades na articulação do espaço econômico nacional - 1930 aos anos 90: uma análise a partir das políticas tributária, monetária e de desenvolvimento regional*. Campinas: IE/UNICAMP. (Dissertação de Mestrado) 154p.

CARVALHEIRO, N. (1999). Os Planos Bresser (1987) e Verão (1989): a persistência da busca da estabilização. In KON, A. (Org.)(1999a). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Editora Perspectiva.

CARVALHO, I. M. M. de (1987). *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: Hucitec: SUDENE.

CARVALHO, F. F. (2001). *Da Esperança à Crise – a Experiência das Políticas Regionais no Nordeste*. Campinas: IE/UNICAMP. (Dissertação de Mestrado) 164p.

CASTRO, A. B. (1980). *7 Ensaio sobre a economia brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2v.

CEPLAN – Consultoria Econômica e Planejamento (2005). *Sergipe: desempenho, perspectivas econômicas e evolução dos indicadores sociais – 1970-2004*. Recife. (mimeo)

CERQUEIRA, L. C. L (1991). *O sistema PETROBRÁS em Sergipe*. Aracaju: UFS. (Monografia de Graduação em Economia) 73p.

COELHO, M. S. A. (1992). O sistema urbano nordestino: estruturação através do tempo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 54, n. 1, p. 75-93, jan./mar.

CONDESE – Conselho de Desenvolvimento de Sergipe (1977). *Viabilidade de implantação de um Complexo Industrial Integrado de Base*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe (Estudos Preliminares).

CORREIA, R. L. (1965). Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XXVII, n. 2, p. 233-258, abr./jun.

_____. (1988). O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 50, n. 2, p. 107-124, abr./jun.

CUNHA, J. M. P., BAENINGER, R. (2005). Cenários da migração no Brasil nos anos 90. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 18, n. 43, p. 87-101, jan./abr.

DANTAS, I. J. C. (1983). *Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Paulo: Cortez; Aracaju: UFS.

_____. (2004). *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

DE CARLI, G. (1937). *O açúcar na formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool.

DEDECA, C. S. (2002). Reorganização econômica, absorção de mão-de-obra e qualificação. *Revista de Economia Política*, v. 22, n. 2, abr./jun.

DINIZ, J. A. F. (1970). A zona de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. ano XXXI, n. 3, p. 103-150.

_____. (1987). *O subsistema urbano-regional de Aracaju*. Recife: SUDENE-PSU-SRE.

DINIZ, C. C. (1995). *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, Texto para Discussão n. 375.

DINIZ, D. M. F. L. (1991). A propriedade da terra e a questão agrária. In: DINIZ, D. M. (Coord.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE.

DRAIBE, S. (2004). *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960*. São Paulo: Paz e Terra.

DUARTE, A. C. (1971). Aracaju e sua região. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano 30, n. 220, pp. 3-130, jan./fev.

EISENBERG, P. L. (1977). *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840/1910*. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FALCÓN, M. L. O. (2003). Estudo de Competitividade da Economia de Aracaju. In FALCÓN et al. *Cenários de Desenvolvimento Local: estudos das cadeias produtivas de Aracaju*. Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento, 2. v.

FONTES, J. S. L. (1974). Cidades e Vilas de Sergipe no Século XIX – Depoimentos. In *Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo.

FREITAS, A. S. (1984). Notas sobre a indústria nordestina desde a sua origem até o ano de 1960. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 411-444, jul./set.

FRANÇA, V. L. A. (1999). *Aracaju: estado e metropolização*. Aracaju: UFS.

FRANÇA, V. L. A. e CRUZ, M. E. (2005). Projeto de reurbanização da Coroa do Meio: uma estratégia de inclusão social. *Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*. Aracaju: Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe, p. 43-53.

FURTADO, C. (1981). *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1987). *Formação Econômica do Brasil*. 22 ed. São Paulo: Editora Nacional.

_____. (1997). *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Obra Autobiográfica de Celso Furtado).

GALVÃO, A. C. F. (1987). *O capital oligopólico em marcha sobre a periferia nordestina: evolução da organização territorial, divisão territorial do trabalho e complementaridade industrial*. São Paulo: USP. (Dissertação Mestrado). 458p.

GALVÃO, O. A. (1984). Integração Econômica, Comércio e Desenvolvimento Regional. In PIMES. *Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*. Recife: PIMES/SUDENE, v. I.

GOODMAN, D. E.; ALBUQUERQUE, R. C. de (1974). *Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento no Nordeste*. Rio de Janeiro: INPES/IPEA. Relatório de Pesquisa n. 20.

GREMAUD, A. P.; PIRES, J. M. (1999). II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND. In KON, A. (Org.). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Editora Perspectiva.

GTDN (1997). Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, out./dez. (Publicação de Documentos Técnicos e Científicos).

GUIMARÃES NETO, L. (1984). Notas sobre emprego e indústria no Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 535-574, jul./set.

_____. (1989). *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife: Fundaj. Editora Massangana.

_____. (1995). Desigualdades regionais e federalismo. In AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Editora da UNESP.

_____. (1996). A experiência brasileira de planejamento regional da perspectiva do Nordeste. In KONRAD ADENAUER STIGUNG. *A política regional na era da globalização*. Série Debates n. 12.

_____. (1998). Ciclos econômicos e desigualdades regionais no Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*: Recife, v. 14, n. 2, p. 315-342, jul./dez.

_____. (1999). O planejamento regional no Nordeste: notas para uma avaliação. In KON, A. (Org.). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Editora Perspectiva.

_____. (2002). Trajetória econômica de uma região periférica. In *Estudos Avançados/USP* – Instituto de Estudos Avançados, v. 11, n. 29. São Paulo: IEA.

_____. (2004). O Nordeste, o Planejamento Regional e as Armadilhas da Macroeconomia. *Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia*. Salvador: SEI (Série Estudos e Pesquisas, 67).

_____; GALINDO, O. (1992). Quem controla o que na indústria incentivada do Nordeste? Rio de Janeiro: *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano VI, n. 1.

HARVEY, D. (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debate*, n. 39, p. 48-64.

HIRSCHMAN, A. O. (1967). Desenvolvimento industrial no Nordeste brasileiro e o mecanismo de critério fiscal do artigo 34/18. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 4.

HOLANDA, N. (1976). A política de desenvolvimento do Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*: Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 219-232, abr./jun.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos*, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000. Rio de Janeiro.

_____. *Censo Industrial*, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985. Rio de Janeiro.

_____. (2006) *Contas Regionais do Brasil*, 1985-2004. Rio de Janeiro.

_____. *Pesquisa Industrial Anual*, 1996-2004. Rio de Janeiro.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 1985, 2005. Rio de Janeiro

IBGE/IPEA/UNICAMP (2001). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: IPEA.

IEL – Instituto Euvaldo Lodi (1986). *Memória Histórica da Indústria Sergipana*. Universidade Federal de Sergipe. Rio de Janeiro: IEL/SENAI-DN, Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação.

IESAP – Instituto de Estudos Econômicos e Sociais Aplicados (1988). *Cenários da Economia Sergipana – 1988/1992*. Aracaju: SEPLAN/IESAP.

INEP/SEPLAN – Instituto de Economia e Pesquisas/Secretaria de Estado do Planejamento (1986). *O Setor Industrial em Sergipe*. Aracaju: SEPLAN/SE.

IPEADATA (2006). *Séries históricas das Contas Regionais Atualizadas*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?243818125>. Acesso em 18/12/2006.

JATOBA ET ALL (1980). Expansão capitalista: o papel do Estado e o desenvolvimento recente regional. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, vol. 10, n. 1, p. 273-318.

KON, A. (Org.)(1999a). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Editora Perspectiva.

KON, A. (1999b). Introdução: a experiência brasileira de planejamento público federal. In: KON, A. (Org.). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Editora Perspectiva.

LIMA, P. (1994). Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas. *Análise Econômica*, ano 12, mar/set., p. 55-73.

LOPES, E. S. A. (2004). *Considerações sobre o panorama econômico, político e social do Estado de Sergipe*. Texto de apoio 3. Seminário do Pronord. Disponível em http://www.lead.org.br/filemanager/download/123/ConsiderPanoramaEconSE_ElianoSergio_PronordT1S3. Acesso em 15/08/2005.

LOPREATO, F. L. C. (1993). *Crise de financiamento dos governos estaduais (1980/1988)*. Campinas: UNICAMP/IE. Texto para Discussão, n. 26, 52p.

_____. (2000). *O endividamento dos governos estaduais nos anos 90*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 9, mar.

LOUREIRO, K. A. S. (1983). *A trajetória urbana de Aracaju em tempo de interferir*. Aracaju: Instituto de Economia e pesquisas – INEP.

MACHADO, A. B. (1990). *Grande Aracaju: processo de uma metropolização emergente*. Aracaju: UFS. (Dissertação de Mestrado).

MAGALHÃES, A. R. (1983). *Industrialização e Desenvolvimento Regional: a Nova Indústria do Nordeste*. Brasília: IPEA/IPLAN.

MARANHÃO, S. (1984a). Estado e Planejamento Regional: a experiência do Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, S. (Org.). *A questão Nordeste: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16).

_____. (1984b). Desenvolvimento econômico e poder político: algumas reflexões sobre o caso do Nordeste brasileiro, 1930-1975. In: MARANHÃO, S. (Org.). *A questão Nordeste: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16).

MARICATO, E. (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes.

MATOS, E. N.; MELO, R. O. L. (2002). A estrutura do emprego industrial no Nordeste nos anos noventa. Ouro Preto/MG: *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 13, 4 a 8 de novembro.

MELLO, J. M. C. (1998). *O capitalismo tardio. Contribuição á revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE (30 Anos de Economia).

MELO, R. O. L. (2000). *Mudança de regime comercial e desenvolvimento regional no Brasil nos anos 90*. Campinas: IE/UNICAMP. (Tese de Doutorado). 273p.

_____. (2001). *As principais cadeias produtivas da economia sergipana: características e potencial de desenvolvimento*. Projeto de Pesquisa. Aracaju. (mimeo).

_____. (1999). *Perspectiva de geração de emprego e renda na economia sergipana*. Aracaju: UFS. (mimeo)

MORA, M. (2002). *Federalismo e dívida estadual no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA> Texto para Discussão nº. 866.

MORAES, A. C. (1999). Plano Brasil Novo. In KON, A. (Org.)(1999a). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Editora Perspectiva.

MOREIRA, R. (1979). *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MONTEIRO NETO, A. (2005). *Desenvolvimento regional em crise: políticas econômicas liberais e restrições à intervenção estatal no Brasil dos anos 90*. Campinas: IE/UNICAMP. (Tese de Doutorado), 299p.

NASCIMENTO, A. J. (1994). *A economia sergipana e a integração do mercado nacional (1930/80)*. Campinas: IE/UNICAMP. (Dissertação de Mestrado) 200p.

_____. (2001). O “Crash” de 29 e a Economia Sergipana. In SILVA, N. P. e HANSEN, D. L. (Orgs.). *Economia regional & outros ensaios*. Aracaju: Editora da UFS.

NASCIMENTO, J. M. (1997). *A indústria mineral de Sergipe*. Campinas: UNICAMP. (Dissertação de Mestrado em Geociências), 104p.

NÓBREGA, W. (2003). O papel do Setor Público na inserção e integração da economia sergipana na economia nacional: impressões a partir das transformações na indústria durante as décadas de 1960 e 1970. *Revista Econômica do Nordeste*: Fortaleza, v. 34, n. 4, out-dez.

NOVAIS, F. A. (1974). *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: CEBRAP. (Cadernos CEBRAP, 17).

NUNES, B. F. (Coord.) (1981). *Nordeste: as pequenas cidades e o planejamento local*. Fortaleza: BNB/ETENE.

OLIVEIRA, C. A. B. de (2003). *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP.

OLIVEIRA, K. F. (2003). *Dinâmica migratória em Sergipe nas décadas de 70 a 90: uma abordagem a partir de alguns fatores estruturais*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE. (Dissertação de Mestrado em Demografia).

PACHECO, C. A. (1996). *A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Campinas: IE/UNICAMP. (Tese de Doutorado), 334p.

_____. (1999). *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Texto para Discussão n. 633. IPEA. Brasília.

PASSOS SUBRINHO, J. M. (1987). *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS.

_____. (1992). Migrações internas: resistências e conflitos (1872-1920). *Caderno de Estudos Sociais*. Recife, v. 8, n. 2, p. 235-260, jul./dez.

_____. (2000). *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro; Sergipe 1850/1930*. Aracaju: FUNCAJU.

_____. (2001). A indústria têxtil em Sergipe: gênese, crescimento e limites de uma indústria periférica. In SILVA, N. P.; HANSEN, D. L. (Orgs.) *Economia Regional & Outros Ensaio*. Aracaju: Editora UFS.

PERRUCI, G. (1976). *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PORTO, F. (1991). *A cidade de Aracaju 1855-1865: ensaio de evolução urbana*. 2 ed. Aracaju: Governo de Sergipe/ FUNDESC.

PRADO, S. (1999). Guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil. *Economia e Sociedade*: Campinas, n. 13, p. 1-40, dez.

PRADO, S.; CAVALCANTI, C. E. G. (2000). *A guerra fiscal no Brasil*. São Paulo: FUNDAP/FAPESP; Brasília: IPEA.

PRADO JÚNIOR, C. (1986). *História Econômica do Brasil*. 33 ed. São Paulo: Brasiliense.

REBOUÇAS, G. M. (1994). *A influência do II PND na economia sergipana*. Aracaju: UFS (Monografia de Graduação) 42 p.

Revista de Finanças Públicas, Brasília: Ministério da Fazenda/Secretaria de Economia e Finanças, diversos anos.

RIBEIRO, N. M. G. (1989). *Transformações do Espaço Urbano: o caso de Aracaju*. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana.

RIBEIRO, U. P. (2005). *Política industrial e desenvolvimento regional: o caso de Sergipe no período 1995 a 2002*. São Cristóvão: UFS. (Dissertação de Mestrado em Geografia). 148p.

SÁNCHEZ, F. (2001). A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In ACSERALD, H. (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A.

SANTANA, N. (1991). *A inserção do estado de Sergipe na política de incentivos fiscais do Nordeste: 1963-1988*. Aracaju: UFS (Monografia de Especialização em Ciências Sociais). 93p.

SANTOS, L. A. (1991). Organização do Trabalho. In: DINIZ, D. M. (Coord.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE.

SANTOS, A. F.; ANDRADE, J. A. (1992). *Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido*. Aracaju: UFS.

SANTOS, M. (1996). *A urbanização brasileira*. 3 ed. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, V. M. dos (1995). O significado do Sistema 34/18-FINOR no processo recente de industrialização do Nordeste. *Cadernos de Estudos Sociais*: Recife, v. 11, n. 1, p. 117-140, jan./jun.

SEPLAN/SEIC (1993). *Diagnóstico do Setor Industrial Sergipano (versão preliminar)*. Aracaju: CODISE/SEBRAE/FIES/IEL.

SERGIPE, Governo do Estado (1977). *Viabilidade de implantação de um Complexo Industrial Integrado de Base (estudos preliminares)*. Aracaju: CONDESE.

_____. (1991). *Legislação de Incentivos do Estado de Sergipe: incentivos à indústria*. Lei n. 3.140, de 23 de dezembro de 1991.

_____. (1995). Lei Complementar nr. 25, que cria a Região Metropolitana de Aracaju. Aracaju, dez.

_____. (2006). Programa *Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI*. Atualização da Lei n. 3.140, através de lei n. 5.581, de 16 de março de 2006, publicada no D.O.E n. 24.984, em 21 de março de 2006.

SERRA, J. (1998). Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (1998). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. E ed. Campinas: IE/UNICAMP. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 9).

SILVA, D. M. M. (1989). *A estrutura industrial em Sergipe e o desenvolvimento do capitalismo: 1950-1980*. Aracaju: UFS (Monografia de Graduação em Economia) 53p.

SILVA, N. P. (2001). Sergipe: Formação Econômica. In SILVA, N. P.; HANSEN, D. L. (Orgs.) *Economia Regional & Outros Ensaio*s. Aracaju: Editora UFS.

SILVA, S. (1976). *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega.

SILVA, E. R. (2002). *A economia goiana no contexto nacional: 1970-2000*. Campinas: IE/UNICAMP. (Dissertação de Mestrado). 187p.

SIMONSEN, R. (1939). *A evolução industrial do Brasil*. São Paulo: FIESP.

SINGER, P. (1968). *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Editora Nacional.

SOUZA, A. V. (1986). *Política de industrialização, emprego e integração regional: o caso do Nordeste do Brasil*. Recife: PIMES/UFPE. (Dissertação de Mestrado em Economia) 198p.

SOUZA, T. O. (1991). Estrutura de poder. In: DINIZ, D. M. (Coord.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE.

STEIN, S. J. (1979). *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus.

SUDENE (1979). *Incentivos Fiscais e Criação de Empregos no Nordeste*. Recife: SUDENE/CAEN (Série População e Emprego, 7).

_____. (1996). *Agregados Econômicos Regionais: Produto Interno Bruto, Formação de Capital, Consumo do Governo – Nordeste do Brasil*. Recife.

_____. (1999). *Contas Regionais/Estudos Econômicos*. Disponível em: <http://www.SUDENE.gov.br/economicos/carta2000/atividadeGlobal.html>. Acesso em 12/05/2005.

SUDENE/BNB. (1986). *O Sistema FINOR: resultados e sugestões de aprimoramento*. Fortaleza.

_____. (1992). *Relatório de Pesquisa sobre o desempenho da indústria incentivada do Nordeste 1988*. Recife: SUDENE. DPG/PLI.

SUZIGAN, W. (2000). *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. UNICAMP (Economia & Planejamento; 40. Série Teses e Pesquisas; 24).

TAVARES, H. M. (1989). *Uma experiência de planejamento regional: o Nordeste brasileiro*. Campinas: IE/UNICAMP. (Tese de Doutorado) 412p.

TAVARES, M. C. (1981). *Da substituição de importação ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.

VAINER, C. B. (2000). Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico urbano. In ARANTES, O. et al. (Orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes.

VALADARES, L. (Org.) (1980). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro. Zahar.

VARSANO, R. (1997). *A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde?* Rio de Janeiro: IPEA. Texto para Discussão nº. 500.

VIDAL, F. C. B. (2001). *Nordeste do Brasil – atualidade de uma velha questão: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo*. Salvador/BA. (Dissertação de Mestrado). 326f.

ANEXOS

Tabela 1.11.1
NORDESTE – SERGIPE
Composição Percentual dos Gêneros Industriais em termos de Valor de Transformação Industrial (VTI)

GÊNEROS	NORDESTE			SERGIPE		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Extrativas Minerais	3,6	3,2	11,8	1,8	3,2	3,6
Produtos Minerais Não-Metálicos	2,2	5,1	7,2	0,8	5,2	7,3
Metalúrgica	1,1	1,7	1,8	0,0	0,1	0,2
Mecânica	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,2
Material Elétrico e de Comunicações	-	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Material de Transportes	-	0,1	0,7	0,0	0,1	0,2
Madeira	1,3	1,1	1,5	0,9	0,8	1,5
Mobiliário	-	0,6	1,4	0,0	0,9	2,2
Papel e Papelão	0,6	0,4	1,5	0,0	0,0	0,0
Borracha	-	0,0	0,3	0,0	0,0	0,2
Couros e Peles	2,3	1,9	2,0	0,1	0,7	2,1
Química	-	-	13,2	0,8	2,1	1,3
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	2,2	5,4	0,3	2,1	0,3	-
Perfumaria, Sabões e Velas	-	-	1,3	0,0	1,1	0,7
Produtos de Matéria Plástica	-	-	0,0	0,0	0,0	-
Têxtil	35,6	34,2	21,2	57,0	49,4	40,5
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	1,6	1,7	2,0	0,4	1,6	2,9
Produtos Alimentares	34,4	42,6	36,7	28,0	30,0	33,7
Bebidas	4,9	3,1	2,6	1,7	3,1	2,1
Fumo		2,2	2,7	0,0	0,2	0,4
Editorial e Gráfica	1,9	2,1	1,7	0,6	1,1	0,8
Diversos	8,2	0,3	0,3	5,6	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Nordeste – Magalhães (1983)

Sergipe – Censo Industrial (1940, 1950, 1960)

Tabela 2.17.1
BRASIL
Balança de Comércio Interestadual
1961
Cr\$ 1.000,00
(Valores Correntes)

Região de Origem		Região de Destino					Exportações		
		NO	NE	SE	SU	CO	Interestaduais (C)	Totais (D)	C/D (%)
NORTE		376,7	884,5	662,7	5,6	53,0	1.605,8	1.982,5	81,0
RO		100,0	0,0	228,2	-	0,5			
AC		9,4	-	1,5	-	3,9			
AM		7,0	2,9	161,5	1,0	0,0			
RB		1,0	-	13,1	-	-			
PA		249,7	881,0	248,1	4,6	48,6			
AM		9,6	0,6	10,3	-	-			
NORDESTE		1.404,3	61.631,4	27.196,8	2.468,3	303,0	31.372,4	93.003,8	33,7
MA		105,9	2.004,1	863,0	10,0	5,3			
PI¹		7,2	1.781,3	965,3	7,2	13,6			
CE		393,5	4.159,8	2.781,7	139,6	30,3			
RN		70,9	1.699,0	410,0	52,1	22,4			
PB		50,9	6.182,1	4.127,4	151,2	13,2			
PE		617,2	31.518,6	7.413,7	735,2	155,2			
AL¹		60,9	6.302,4	1.658,0	5,7	0,4			
SE		44,1	2.436,3	1.270,6	154,0	19,5			
BA		53,7	5.547,8	7.707,1	1.213,3	43,1			
SUDESTE²		4.145,5	54.681,7	377.395,6	135.346,9	15.540,4	209.714,5	587.110,1	35,7
MG		-	-	-	-	-			
ES		0,8	173,2	7.150,5	237,3	13,1			
RJ		722,9	4.026,7	62.074,7	6.717,3	361,3			
GB		1.613,8	17.470,4	125.982,8	13.856,3	3.902,6			
SP		1.808,0	33.011,4	182.187,6	114.536,0	11.263,4			
SUL		526,8	4.952,0	114.488,3	34.201,3	1.406,7	121.373,8	155.575,1	78,0
PR		94,4	486,1	47.134,5	10.514,2	399,4			
SC		125,4	1.193,6	17.246,1	8.443,8	317,7			
RS		307,0	3.272,3	50.107,7	15.243,3	689,6			
CENTRO-OESTE		117,1	373,7	16.451,2	186,8	949,1	17.128,8	18.077,9	94,7
MT¹		-	108,6	6.396,1	114,8	9,7			
GO		117,1	265,1	10.055,1	72,0	939,4			
Importações	Interestaduais (A)	6.193,7	60.891,9	158.799,0	138.007,6	17.303,1	381.195,3	855.749,4	44,5
	Totais (B)	6.570,4	122.523,3	536.194,6	172.208,9	18.252,2	855.749,4		
	A/B (%)	94,3	49,7	29,6	80,1	94,8	44,5		

Fonte: Galvão (1984)

¹ Dados de 1962

² Exclusive exportação de Minas Gerais

Tabela 2.17.2
BRASIL
Balança de Comércio Interestadual
1969
Cr\$ 1.000,00
(Valores Correntes)

Região de Origem		Região de Destino					Exportações		
		NO	NE	SE	SU	CO	Interestaduais (C)	Totais (D)	C/D (%)
NORTE		161.076	61.027	156.628	19.211	8.165	245.031	406.107	60,3
RO		13.297	250	30.608	105	1.718			
AC		25.953	-	1.297	-	-			
AM		35.778	4.983	37.755	3.724	455			
RB		28	-	-	-	-			
PA		83.257	55.569	84.147	15.382	5.992			
AM		2.763	225	2.821	-	-			
NORDESTE		149.740	1.942.664	855.499	87.538	19.729	1.112.506	3.055.170	36,4
MA		9.130	62.385	95.343	789	5.864			
PI		985	72.701	24.849	187	302			
CE		35.957	147.319	72.081	4.414	1.600			
RN		4.793	55.588	72.328	13.372	1.396			
PB		5.724	122.441	66.817	12.052	865			
PE		60.817	879.904	151.479	13.807	5.709			
AL		16.142	149.588	34.522	3.888	907			
SE		763	53.515	38.640	3.909	1.031			
BA		15.429	399.223	299.440	35.120	2.055			
SUDESTE		515.344	2.903.826	14.632.982	4.339.673	1.351.618	9.110.461	23.743.443	38,4
MG		34.631	324.120	2.524.957	158.493	364.491			
ES		395	30.944	280.273	7.607	982			
RJ		4.356	44.571	746.847	60.035	5.717			
GB		173.094	709.965	4.289.769	686.887	174.612			
SP		302.868	1.794.226	6.791.136	3.426.651	805.816			
SUL		55.218	403.773	4.529.232	1.365.838	99.677	5.087.900	6.453.738	78,8
PR		15.172	97.971	2.161.612	355.361	47.086			
SC		7.499	90.628	726.161	345.089	13.272			
RS		32.547	215.174	1.641.459	665.388	39.319			
CENTRO-OESTE		13.142	16.793	516.601	10.913	58.016	557.449	615.465	90,6
MT		325	1	195.375	7.670	917			
GO		12.817	16.792	321.226	3.243	57.099			
Importações	Interestaduais (A)	733.444	3.385.419	6.057.960	4.457.335	1.479.189	16.113.347	34.273.923	47,0
	Totais (B)	894.520	5.328.083	20.690.942	5.823.173	1.537.205	34.273.923		
	A/B (%)	82,0	63,5	29,3	76,5	96,2	47,0		

Fonte: Galvão (1984)

Tabela 2.17..3
BRASIL
Balança de Comércio Interestadual
1975
Cr\$ 1.000,00
(Valores Correntes)

Região de Origem		Região de Destino					Exportações		
		NO	NE	SE	SU	CO	Interestaduais (C)	Totais (D)	C/D (%)
NORTE		163	279	1.341	90	43	1.753	1.916	91,5
PA		133	259	198	56	40			
AM		29	20	1.117	34	3			
AC		1	0	25	0	0			
NORDESTE		517	7.602	8.313	820	226	9.876	17.478	56,5
MA		31	103	56	0	31			
PE		216	3.387	2.537	323	65			
BA		59	887	3.867	278	35			
PI		2	394	34	0	13			
CE		126	1.059	639	55	23			
RN		18	350	264	65	22			
PB		50	671	491	59	25			
AL		14	608	242	25	11			
SE		1	143	183	15	2			
SUDESTE		2.994	20.020	75.074	34.198	9.976	67.188	142.262	47,2
SP		2.147	13.788	37.075	27.988	6.909			
MG		231	2.121	13.921	1.330	1.813			
RJ		587	3.900	22.367	4.830	1.240			
ES		29	211	1.711	50	14			
SUL		257	2.024	20.743	7.138	958	23.982	31.120	77,1
PR		71	315	6.006	1.791	304			
SC		67	504	4.898	1.642	187			
RS		119	1.205	9.839	3.704	467			
CENTRO-OESTE		154	163	2.498	205	921	3.020	3.941	76,6
MT		5	0	749	139	9			
GO		140	137	1.565	57	645			
DF		10	26	185	8	266			
Importações	Interestaduais (A)	3.922	22.486	32.895	35.313	11.203	105.819	196.717	53,8
	Totais (B)	4.085	30.088	107.969	42.451	12.124	196.717		
	A/B (%)	96,0	74,7	30,5	83,2	92,4	53,8		

Fonte: Pacheco (1996), p. 232

Tabela 2.17..4
BRASIL
Balança de Comércio Interestadual
1980
Cr\$ 1.000,00
(Valores Correntes)

		Região de Destino					Exportações		
		NO	NE	SE	SU	CO	Interestaduais (C)	Totais (D)	C/D (%)
NORTE		10.486	9.589	97.358	6.998	1.613	115.558	126.044	91,7
PA		3.572	655	13.385	2.050	859			
AM		4.745	2.319	78.486	3.040	571			
AC		695	243	669	32	5			
AP		123	391	1.124	401	32			
RO		1.208	61	3.459	1.344	139			
RR		142	26	235	132	8			
NORDESTE		16.094	178.731	195.231	26.496	4.572	242.393	421.124	57,6
MA		1.321	5.605	3.867	618	754			
PE		5.595	65.472	30.496	5.828	938			
BA		3.236	35.817	120.595	10.999	1.140			
PI		295	8.621	1.238	501	278			
CE		2.853	23.576	13.837	2.812	577			
RN		597	7.041	7.134	2.584	272			
PB		1.373	16.549	9.390	1.803	355			
AL		691	10.982	3.923	432	152			
SE		133	5.067	4.752	919	107			
SUDESTE		111.311	378.295	1.432.902	681.708	221.316	1.392.630	2.825.532	49,3
SP		89.301	268.636	733.630	558.426	174.218			
MG		6.406	35.889	273.750	38.660	24.678			
RJ		15.060	67.879	366.703	82.149	21.968			
ES		544	5.892	58.818	2.474	452			
SUL		13.440	58.757	472.453	217.257	35.233	579.883	797.140	72,7
PR		4.154	19.327	179.375	76.747	17.515			
SC		2.437	15.389	88.050	61.189	3.949			
RS		6.848	26.042	205.028	79.321	13.769			
CENTRO-OESTE		2.692	5.846	94.800	19.372	19.654	122.710	142.364	86,2
MS		102	366	30.693	12.172	2.112			
MT		491	433	8.847	3.835	1.717			
GO		1382,0	3474,0	48695,0	2592,0	9179,0			
DF		718	1.574	6.565	774	6.647			
Importações	Interestaduais (A)	143.537	452.487	859.842	734.574	262.734	2.453.174	4.312.204	56,9
	Totais (B)	154.023	631.218	2.292.744	951.831	282.388	4.312.204		
	A/B (%)	93,2	71,7	37,5	77,2	93,0	56,9		

Fonte: Pacheco (1996) - p. 233

Tabela 2.17.5
BRASIL
Balança de Comércio Interestadual
1985
Cr\$ 1.000,00
(Valores Correntes)

Região de Origem		Região de Destino					Exportações		
		NO	NE	SE	SU	CO	Interestaduais (C)	Totais (D)	C/D (%)
NORTE		2.143	1.633	12.396	1.384	334	15.747	17.890	88,0
PA		528	1.140	1.630	401	132			
AM		1.283	444	9.838	652	137			
AC		61	5	186	4	8			
AP		59	35	38	14	0			
RO		167	7	670	291	51			
RR		46	1	34	22	4			
NORDESTE		2.634	22.400	25.987	3.416	1.022	33.059	55.459	59,6
MA		634	862	824	71	174			
PE		724	8.487	4.852	743	243			
BA		511	3.951	15.758	1.233	275			
PI		55	786	176	83	9			
CE		317	2.549	1.945	419	223			
RN		157	1.888	845	330	37			
PB		54	1.282	560	302	23			
AL		94	1.431	324	119	32			
SE		87	1.164	702	117	7			
SUDESTE		15.692	45.811	82.188	57.453	30.254	149.210	231.398	64,5
SP		12.378	32.935	29.374	42.175	21.474			
MG		1.373	5.004	24.497	4.216	4.903			
RJ		1.708	6.975	23.307	10.443	3.720			
ES		233	898	5.010	619	157			
SUL		2.543	7.891	56.014	30.398	5.952	72.400	102.798	70,4
PR		950	2.203	19.811	11.543	2.897			
SC		641	2.640	16.890	8.703	1.100			
RS		953	3.048	19.313	10.152	1.955			
CENTRO-OESTE		466	1.193	11.247	5.619	3.598	18.525	22.123	83,7
MS		99	43	3.386	3.200	1.572			
MT		153	110	1.621	1.541	303			
GO		142,0	626,0	5392,0	721,0	802,0			
DF		72	413	848	158	922			
Importações	Interestaduais (A)	21.335	56.528	105.644	67.872	37.562	288.941	429.668	67,2
	Totais (B)	23.478	78.928	187.832	98.270	41.160	429.668		
	A/B (%)	90,9	71,6	56,2	69,1	91,3	67,2		

Fonte: Pacheco (1996) - p. 234

3.7.1
SERGIPE

Projetos Cadastrados na Codise, segundo Localização, Investimento e Empregos Previstos
1992 - 2005

Microrregioes/Municípios	Nº Empresas	%	Investimento Total (R\$*)	%	Empregos Previstos	%
Sergipana do Sertão do São Francisco - SE	9	3,0	15.744.487,00	0,7	473	2,1
Canindé de S. Francisco	1	0,3	4.782.001,87	0,20	150	0,7
Nossa Sra. Glória	7	2,4	9.311.336,00	0,39	293	1,3
Porto da Folha	1	0,3	1.651.149,13	0,07	30	0,1
Carira - SE	7	2,4	122.450.491,29	5,2	1546	6,7
Frei Paulo	4	1,4	52.741.186,04	2,23	1.196	5,2
Ribeirópolis	3	1	69.709.305,25	2,94	350	1,5
Nossa Senhora das Dores - SE	3	0,9	4.522.838,33	0,2	146	0,7
Aquidabã	1	0,3	650.276,60	0,03	38	0,2
Malhada dos Bois	1	0,3	2.562.502,89	0,11	89	0,4
Nossa Sra. das Dores	1	0,3	1.310.058,84	0,06	19	0,1
Agreste de Itabaiana - SE	11	3,7	25.330.761,17	1,1	667	2,9
Areia Branca	1	0,3	5.632.297,20	0,24	71	0,3
Campo do Brito	4	1,4	3.348.844,04	0,14	169	0,7
Itabaiana	5	1,7	3.502.287,52	0,15	202	0,9
São Domingos	1	0,3	12.847.332,41	0,54	225	1
Tobias Barreto - SE	10	3,4	9.895.610,65	0,4	588	2,6
Poço Verde	1	0,3	2.411.187,70	0,10	37	0,2
Simão Dias	2	0,7	4.891.217,96	0,21	298	1,3
Tobias Barreto	7	2,4	2.593.204,99	0,11	253	1,1
Agreste de Lagarto - SE	12	4,1	49.621.071,95	2,1	708	3,1
Lagarto	12	4,1	49.621.071,95	2,09	708	3,1
Propriá - SE	13	4,4	62.570.417,83	2,6	1224	5,3
Neópolis	3	1	16.976.751,02	0,72	419	1,8
Propriá	10	3,4	45.593.666,81	1,92	805	3,5
Cotinguiba - SE	6	2,0	103.262.435,26	4,4	377	1,6
Capela	6	2	103.262.435,26	4,36	377	1,6
Japaratuba - SE	2	0,6	62.618.920,54	2,6	244	1,1
Japaratuba	1	0,3	55.418.278,95	2,34	200	0,9
Pacatuba	1	0,3	7.200.641,59	0,30	44	0,2
Baixo Cotinguiba - SE	15	5,0	260.056.133,03	11,0	953	4,1
Carmópolis	2	0,7	339.895,55	0,01	55	0,2
Laranjeiras	1	0,3	184.822.023,68	7,80	185	0,8
Maruim	7	2,4	29.972.952,01	1,27	386	1,7
Riachuelo	1	0,3	23.690.902,00	1,00	160	0,7
Rosário do Catete	3	1	20.145.512,98	0,85	140	0,6
Santo Amaro das Brotas	1	0,3	1.084.846,81	0,05	27	0,1
Aracaju - SE	157	53,3	1.011.979.174,09	42,7	9768	42,4
Aracaju	40	13,6	214.195.688,71	9,04	2.925	12,7
Barra dos Coqueiros	3	1	41.636.312,81	1,76	438	1,9
Distrito Industrial de Aracaju	38	12,9	133.372.150,71	5,63	1.560	6,8
Distrito Industrial de Socorro	61	20,7	254.652.479,16	10,75	3.688	16

Nossa Sra. Socorro	6	2	329.749.170,38	13,92	671	2,9
São Cristóvão	9	3,1	38.373.372,32	1,62	486	2,1
Boquim - SE	12	4,1	12.520.992,58	0,5	1539	6,6
Araúá	2	0,7	1.867.123,71	0,08	91	0,4
Boquim	3	1	5.307.463,12	0,22	189	0,8
Itabaianinha	5	1,7	4.599.529,27	0,19	1.208	5,2
Salgado	2	0,7	746.876,48	0,03	51	0,2
Estância - SE	38	12,9	628.265.783,99	26,5	4799	20,9
Distrito Industrial de Estância	28	9,5	428.821.166,18	18,10	2.606	11,3
Estância	1	0,3	74.844.475,37	3,16	246	1,1
Itaporanga	9	3,1	124.600.142,44	5,26	1.947	8,5
Total	295	100	2.368.839.117,67	100,00	23.032	100

Fonte: Codise (2006) - Elaboração Própria

* Valores atualizados até dezembro de 2006, pela TR - Bacen

Tabela 3.9.1
SERGIPE
Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto
1985 - 2004

Setores	Anos							
	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Agropecuária	8,23	10,69	11,32	7,56	6,00	6,62	7,31	6,99
Agropecuária	8,23	10,69	11,32	7,56	6,00	6,62	7,31	6,99
Indústria extrativa mineral	21,89	8,99	7,68	10,53	17,79	17,08	20,58	19,81
Indústria de transformação	36,82	23,75	17,18	18,74	14,03	14,09	14,78	15,24
Eleticidade, gás e água	0,75	1,37	1,85	1,29	15,98	16,15	15,97	15,13
Construção	8,33	10,28	7,76	6,75	4,46	4,17	3,66	3,78
Indústria	67,78	44,39	34,47	37,31	52,26	51,50	54,99	53,96
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	5,72	9,06	8,53	7,26	5,62	5,40	5,31	5,26
Alojamento e alimentação	1,32	2,47	2,32	1,12	0,79	0,69	0,57	0,50
Transportes e armazenagem	2,46	3,53	2,36	2,49	1,73	1,35	1,27	1,27
Comunicações	0,33	0,56	0,99	2,10	1,93	2,18	1,99	1,90
Intermediação financeira	1,90	3,08	2,14	3,76	3,38	4,60	3,36	3,27
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2,47	3,78	6,21	8,44	5,99	5,14	4,38	4,14
Administração pública, defesa e seguridade social	8,36	19,07	27,27	25,55	19,04	19,46	17,98	19,69
Saúde e educação mercantis	0,96	2,06	2,79	2,95	2,14	2,00	1,89	2,08
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,29	1,05	1,20	1,11	0,83	0,79	0,69	0,69
Serviços domésticos	0,20	0,25	0,40	0,34	0,29	0,28	0,27	0,26
Serviços	23,99	44,91	54,21	55,13	41,74	41,88	37,70	39,06
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais (2006).

Tabela 3.14.1
BRASIL - NORDESTE - SERGIPE
PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO (ÓLEO CRU, CONDENSADO E ÓLEO DE XISTO) (1.000 m³)

1985 - 2004																				
Estados/Região	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Amazonas	-	3	-	13	185	215	303	557	709	756	725	1.095	1.343	1.891	1.975	2.507	2.502	2.530	2.449	2.470
Ceará	1.377	1.244	1.010	963	969	1.000	1.010	1.078	974	924	832	844	879	850	823	775	890	800	861	792
Rio Grande do Norte	1.933	2.549	2.972	3.522	4.304	4.235	4.236	4.478	4.339	4.391	4.639	5.206	5.253	5.488	5.476	5.048	4.703	4.586	4.543	4.625
Alagoas	600	659	589	578	499	442	374	355	326	278	248	241	258	281	318	366	382	433	441	425
Sergipe	2.850	2.858	2.850	2.799	2.834	2.602	2.430	2.355	2.200	2.075	2.080	2.041	1.920	2.041	2.197	2.141	2.078	2.056	2.144	2.219
Bahia	4.558	4.594	4.636	4.538	4.424	4.077	3.514	3.604	3.449	3.350	3.199	3.271	3.035	2.963	2.728	2.680	2.593	2.553	2.554	2.595
Espírito Santo	1.157	1.048	829	966	939	842	777	667	622	565	530	526	492	548	635	742	1.136	1.609	2.511	1.857
Rio de Janeiro	19.227	20.238	19.937	18.853	20.385	23.170	23.485	23.196	24.338	25.626	27.126	31.293	34.661	41.647	49.109	57.036	60.489	69.682	70.946	70.455
São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-	104	241	224	295	238	199	153	89	88	91	84	80
Paraná	-	-	-	-	-	-	12	117	87	356	410	587	562	474	301	254	154	55	282	443
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	11.318	11.906	12.059	12.403	13.032	12.359	11.567	11.872	11.290	11.020	11.000	11.605	11.347	11.625	11.545	11.012	10.647	10.429	10.544	10.657
Brasil	31.704	33.197	32.827	32.236	34.542	36.588	36.146	36.410	37.151	38.587	40.018	45.405	48.647	56.385	63.719	71.643	75.019	84.398	86.819	85.966

Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção submetido a ANP

¹ Inclui produção UPR e Santa Fé.

Tabela 3.14.2
BRASIL - NORDESTE - SERGIPE
PRODUÇÃO NACIONAL DE GÁS NATURAL¹ (10.000 m³)
Total (Terra e Mar)

1985 - 2004																				
Descrição	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Amazonas		3	-	3	49	72	125	247	320	308	257	369	529	617	734	2.000	2.427	2.743	2.992	3.620
Ceará	229	199	143	98	97	83	76	87	92	86	84	91	104	110	123	100	92	110	100	126
Rio Grande do Norte	411	564	670	665	656	609	633	692	720	758	845	954	928	998	1.049	1.265	1.197	1.360	1.268	1.365
Alagoas	350	370	405	389	408	435	474	521	533	530	596	642	693	681	750	738	762	781	917	1.187
Sergipe	795	811	831	850	852	848	797	798	775	718	692	730	740	807	866	873	811	801	732	677
Bahia	1.569	1.465	1.416	1.360	1.434	1.434	1.465	1.585	1.628	1.598	1.644	1.744	1.835	1.942	1.860	1.895	1.966	2.016	2.165	2.256
Espírito Santo	184	178	138	158	202	210	266	244	235	239	222	263	264	290	305	317	388	421	509	509
Rio de Janeiro	1.931	2.119	2.331	2.330	2.389	2.584	2.757	2.773	2.841	2.893	3.164	3.576	3.876	4.544	5.528	5.721	5.968	6.886	6.660	6.779
São Paulo						-	-	4	193	496	459	643	689	650	558	324	343	394	388	383
Paraná	-	-	-	-	-	-	1	19	14	77	99	150	160	143	78	47	38	9	56	65
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	3.357	3.411	3.466	3.364	3.449	3.411	3.448	3.684	3.750	3.691	3.862	4.163	4.303	4.540	4.649	4.873	4.831	5.070	5.185	5.612
Brasil	5.47	5.713	5.937	5.856	6.090	6.279	6.598	6.973	7.355	7.711	8.065	9.167	9.824	10.787	11.855	13.283	13.998	15.525	15.792	16.971

Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção submetido a ANP.

¹ A temperatura de 20° C e 1 atm.

² Inclui gás de xisto.

Tabela 4.9.1
BRASIL
Movimentos Migratórios Interestaduais
1960-1970

Estados/ Regiões	Entradas Totais	Saídas Totais	Saldos
Alagoas	56.851	127.259	-70.408
Bahia	149.626	440.374	-290.748
Ceará	69.807	254.949	-185.142
Maranhão	129.212	128.227	985
Paraíba	55.014	270.483	-215.469
Pernambuco	140.162	367.302	-227.140
Piauí	52.124	133.500	-81.376
Rio Grande do Norte	40.523	118.819	-78.296
Sergipe	27.011	89.731	-62.720
Nordeste	720.330	1.930.644	- 1.210.314
Acre	6.997	13.756	-6.759
Amapá	16.658	4.415	12.243
Amazonas	28.254	31.277	-3.023
Pará	88.426	58.843	29.583
Rondônia	26.221	4.267	21.954
Roraima	3.047	1.923	1.124
Norte	169.603	114.481	55.122
Distrito Federal	372.877	23.172	349.705
Goiás	285.730	158.011	127.719
Mato Grosso	313.681	73.740	239.941
Centro-Oeste	972.288	254.923	717.365
Espírito Santo	96.755	203.980	-107.225
Minas Gerais	188.420	1.237.038	-1.048.618
Rio de Janeiro	810.220	212.060	598.160
São Paulo	1.381.217	579.382	801.835
Sudeste	2.476.612	2.232.460	244.152
Paraná	854.431	289.851	564.580
Rio Grande do Sul	47.747	326.661	-278.914
Santa Catarina	129.952	221.943	-91.991
Sul	1.032.130	838.455	193.675
Brasil	5.370.963	5.370.963	0

Fonte: Ablas, Muller e Smith (1985)

Tabela 4.9.2
BRASIL
Movimentos Migratórios Interestaduais
1970-1980

Estados/ Regiões	Entradas Totais	Saídas Totais	SalDOS
Alagoas	78.045	137.276	-59.231
Bahia	261.466	625.783	-364.317
Ceará	107.190	443.004	-335.814
Maranhão	165.523	272.637	-107.114
Paraíba	86.000	340.805	-254.805
Pernambuco	193.168	633.265	-440.097
Piauí	71.880	208.946	-137.066
Rio Grande do Norte	80.193	124.289	-44.096
Sergipe	58.157	74.581	-16.424
Nordeste	1.101.622	2.860.586	-1.758.964
Acre	0	0	0
Amapá	0	0	0
Amazonas	67.312	37.293	30.019
Pará	354.803	128.249	226.554
Rondônia	319.651	48.641	271.010
Roraima	0	0	0
Norte	741.766	214.183	527.583
Distrito Federal	468.235	120.836	347.399
Goiás	293.738	339.282	-45.544
Mato Grosso	532.774	293.978	238.796
Centro-Oeste	1.294.747	754.096	540.651
Espírito Santo	149.884	163.180	-13.296
Minas Gerais	405.190	987.798	-582.608
Rio de Janeiro	745.498	389.725	355.773
São Paulo	2.493.176	664.501	1.828.675
Sudeste	3.793.748	2.205.204	1.588.544
Paraná	378.421	1.102.148	-723.727
Rio Grande do Sul	109.921	271.898	-161.977
Santa Catarina	158.504	170.614	-12.110
Sul	646.846	1.544.660	-897.814
Brasil	7.578.729	7.578.729	0

Fonte: Ablas, Muller, Smith (1985)